

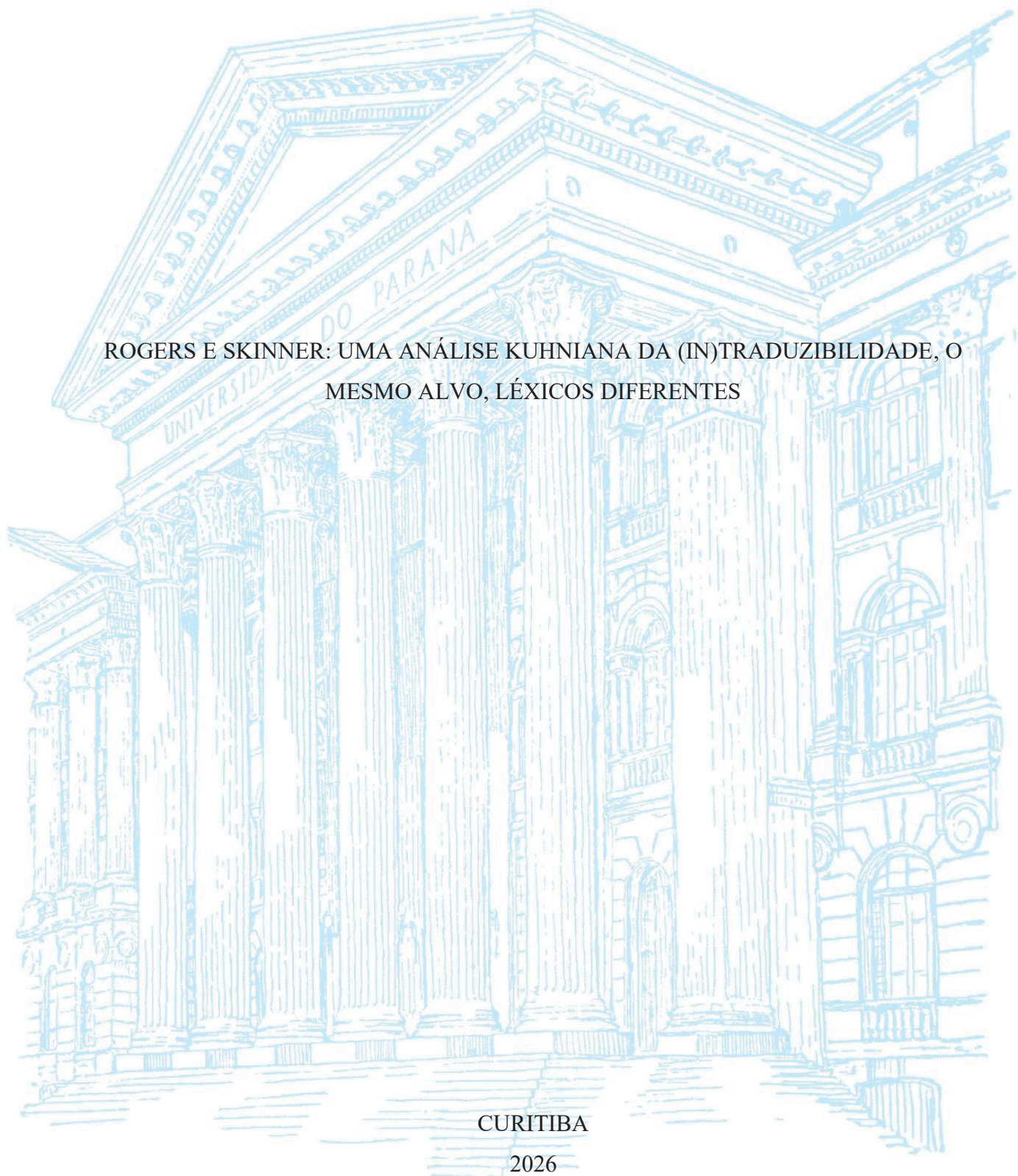
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

WELLYNTON NARDES DE BAIRROS

ROGERS E SKINNER: UMA ANÁLISE KUHNIANA DA (IN)TRADUZIBILIDADE, O  
MESMO ALVO, LÉXICOS DIFERENTES

CURITIBA

2026



WELLYNTON NARDES DE BAIROS

ROGERS E SKINNER: UMA ANÁLISE KUHNIANA DA (IN)TRADUZIBILIDADE, O  
MESMO ALVO, LÉXICOS DIFERENTES

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Filosofia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Ronei Clecio Mocellin.  
Coorientador: Prof. Dr. Marcio Luiz Miotto.

CURITIBA

2026

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Bairros, Wellynton Nardes

Rogers e Skinner : uma análise kuhniana da (in)traduzibilidade, o mesmo alvo léxicos diferentes. / Wellynton Nardes Bairros. – Curitiba, 2026.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Ronei Clecio Mocellin.

Coorientador: Prof. Dr. Marcio Luiz Miotto.

1. Rogers, Carl R. (Carl Ransom), 1902-1987. 2. Skinner, B. F. (Burhus Frederic), 1904 -1990. 3. Kuhn, Thomas S., 1922-1996. 4. Psicologia. I. Mocellin, Ronei Clécio, 1973-. II. Miotto, Marcio Luiz. III. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Filosofia. IV. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO FILOSOFIA -  
40001016039P7

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação FILOSOFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **WELLYNTON NARDES DE BAIROS**, intitulada: **Rogers e Skinner: uma análise kuhniiana da (in) traduzibilidade: O mesmo alvo, léxicos diferentes.**, sob orientação do Prof. Dr. RONEI CLECIO MOCELLIN, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 10 de Março de 2026.

Assinatura Eletrônica  
11/03/2026 11:00:24.0  
RONEI CLECIO MOCELLIN  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
12/03/2026 15:34:20.0  
MÁRCIO LUIZ MIOTTO  
Coorientador(a)

Assinatura Eletrônica  
11/03/2026 10:09:24.0  
ALEXANDRE DITTRICH  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
24/03/2026 15:40:49.0  
PAULO VIEIRA NETO  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família de Capitão Leônidas Marques – em especial ao meu pai e à minha mãe –, bem como à minha família em Curitiba. Ao falar de família, incluo também aquela que escolhi: meus amigos e minha companheira. Foi graças ao apoio de todos vocês que se tornou possível minha permanência em Curitiba, cidade à qual cheguei sozinho, apenas com um mochilão e sem emprego, movido pela obsessão de realizar o mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ronei Clecio Mocellin, agradeço por ter me apresentado à Filosofia da Ciência, pela confiança ao aceitar orientar um psicólogo em incursão pela Filosofia e pelas contribuições fundamentais ao longo deste percurso. Ao Prof. Dr. Marcio Luiz Miotto, agradeço pelo aceite da coorientação, iniciada à distância e posteriormente consolidada de forma presencial em Curitiba, bem como pela receptividade constante e pela postura compreensiva durante todo o processo.

Aos amigos e colegas das áreas de Filosofia e Psicologia, que, presencialmente ou à distância, contribuíram significativamente para o amadurecimento deste trabalho, deixo também meu sincero reconhecimento.

## RESUMO

A presente dissertação investiga o problema da comunicação entre diferentes tradições psicológicas, tomando como estudo de caso a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), de Carl Rogers, e a Análise do Comportamento (AC), de B. F. Skinner. Inserida no contexto da reconhecida diversidade teórica da Psicologia, a pesquisa desloca o foco do debate tradicional entre unidade e pluralidade para a questão da (in)traduzibilidade entre sistemas distintos. Para analisar essa questão, o trabalho adota como referencial teórico o pensamento de Thomas Kuhn em sua fase *pós-Estrutura*, com ênfase nas noções de matriz disciplinar e estrutura lexical. Diferentemente das leituras mais difundidas na Psicologia – frequentemente restritas à obra *A estrutura das revoluções científicas* –, esta pesquisa mobiliza desenvolvimentos posteriores do autor, nos quais a análise é deslocada para uma perspectiva sociolinguística, centrada nas taxonomias que organizam o vocabulário científico. A partir desse aparato conceitual, busca-se compreender como diferentes comunidades científicas estruturam seus mundos por meio da linguagem e em que medida isso afeta a possibilidade de comunicação entre teorias. Metodologicamente, a dissertação realiza uma reconstrução das matrizes disciplinares e das estruturas lexicais da ACP e da AC, com base na análise de obras de Rogers e Skinner, bem como registros de encontros e críticas mútuas. A análise comparativa dos dois sistemas de Psicologia foi conduzida com o objetivo de mapear tanto pontos de comunicação quanto zonas de tensão entre essas estruturas. Os resultados indicam que, embora existam bolsões locais de intraduzibilidade, também há áreas significativas de traduzibilidade. Nesse sentido, a intraduzibilidade não implica incomunicabilidade absoluta, mas sim dificuldades localizadas de tradução que podem ser analisadas e, em certa medida, contornadas. A consequência final, portanto, não é cética (a impossibilidade do diálogo), nem unificadora (a promessa de uma língua comum), mas a de propor uma chave de leitura para o que se observa quando Psicologias distintas tentam se comunicar: há zonas de correferência em que a interlocução se sustenta, e há bolsões em que o que se exige não é substituição, mas interpretação/aprendizagem do uso – a saber, um tipo de *bilinguismo teórico* capaz de sustentar resíduos sem apagá-los. No debate sobre unificação e pluralidade, isso significa que não é preciso supor uma Babel global para reconhecer limites de comunicação: há comunicação parcial, mas ela se torna instável quando se exige articulação lexical fina. Por fim, a dissertação propõe o *princípio de generosidade epistemológica* como uma estratégia para lidar com os impasses comunicacionais identificados.

Palavras-chave: Carl Rogers; B. F. Skinner; Thomas Kuhn; Psicologia; Matriz Disciplinar.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the problem of communication between different psychological traditions, taking as a case study the Person-Centered Approach (PCA), developed by Carl Rogers, and Behavior Analysis (BA), developed by B. F. Skinner. Situated within the context of Psychology's well-recognized theoretical diversity, the study shifts the focus from the traditional debate between unity and plurality to the issue of (un)translatability between distinct systems. To analyze this issue, the dissertation adopts as its theoretical framework Thomas Kuhn's *post-Structure* thought, with particular emphasis on the notions of disciplinary matrix and lexical structure. Unlike the most widespread readings in Psychology – often limited to *The Structure of Scientific Revolutions* – this study draws on the author's later developments, in which the analysis is reframed within a sociolinguistic perspective centered on the taxonomies that organize scientific vocabulary. Based on this conceptual apparatus, the study seeks to understand how different scientific communities structure their worlds through language and to what extent this affects the possibility of communication between theories. Methodologically, the dissertation reconstructs the disciplinary matrices and lexical structures of PCA and BA through an analysis of works by Rogers and Skinner, as well as records of their encounters and mutual criticisms. A comparative analysis of the two psychological systems was conducted with the aim of mapping both points of communication and zones of tension between these structures. The results indicate that, although there are local pockets of untranslatability, there are also significant areas of translatability. In this sense, untranslatability does not imply absolute incommunicability, but rather localized difficulties of translation that can be analyzed and, to some extent, addressed. The final implication, therefore, is neither skeptical (the impossibility of dialogue) nor unifying (the promise of a common language), but instead proposes a framework for interpreting what occurs when distinct Psychologies attempt to communicate: there are zones of co-reference in which interlocution is sustained, and there are pockets in which what is required is not substitution, but interpretation/learning of use – that is, a form of *theoretical bilingualism* capable of sustaining residual differences without erasing them. In the debate on unification and plurality, this means that it is not necessary to posit a global Babel in order to acknowledge limits to communication: there is partial communication, but it becomes unstable when fine-grained lexical articulation is required. Finally, the dissertation proposes the *principle of epistemological generosity* as a strategy for addressing the communicative impasses identified.

Keywords: Carl Rogers; B. F. Skinner; Thomas Kuhn; Psychology; Disciplinary Matrix.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ÁRVORE GENEALÓGICA .....	140
FIGURA 2 – ÁRVORE ACP .....	141
FIGURA 3 – ÁRVORE AC .....	141

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – GENERALIZAÇÕES SIMBÓLICAS ACP.....	142
TABELA 2 – MODELOS ACP .....	143
TABELA 3 – EXEMPLARES .....	144
TABELA 4 – GENERALIZAÇÕES SIMBÓLICAS AC .....	145
TABELA 5 – MODELOS AC.....	146
TABELA 6 – EXEMPLARES AC.....	148

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>QUESTÃO-PROBLEMA .....</b>	<b>4</b>
<b>MÉTODO .....</b>	<b>6</b>
<b>CARL RANSOM ROGERS .....</b>	<b>10</b>
<b>1. PSICOLOGIA HUMANISTA.....</b>	<b>10</b>
<b>2. CARL ROGERS: ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA.....</b>	<b>15</b>
2.1. TENSÃO ENTRE O FUNCIONALISMO E A NEOPSIKANÁLISE .....	16
2.2. O DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO SISTEMA DE PSICOLOGIA .....	23
2.3. A NOÇÃO DE TENDÊNCIAS.....	29
2.3.1. Tendência formativa .....	30
2.3.2. Tendência à realização.....	31
2.4. ORGANISMO E EU .....	32
2.5. A RELAÇÃO TERAPÊUTICA NA ACP.....	37
2.6. AS SEIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES.....	42
2.6.1. Congruência.....	42
2.6.2. Consideração positiva incondicional .....	44
2.6.3. Compreensão empática.....	45
2.6.4. Contato Psicológico, Estado de Incongruência e Comunicação.....	48
2.7. RESPOSTA-REFLEXO .....	50
2.7.1. Reiteração .....	51
2.7.2. Reflexo de sentimento .....	52
2.7.3. Elucidação .....	53
<b>BURRHUS FREDERIC SKINNER.....</b>	<b>53</b>
<b>3. BEHAVIORISMO.....</b>	<b>53</b>
<b>4. B. F. SKINNER: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO.....</b>	<b>61</b>
4.1. DO ESTÍMULO-RESPOSTA À CONTINGÊNCIA DE REFORÇO .....	67
4.1.1. Comportamento operante .....	69
4.2. CONTINGÊNCIA DE REFORÇO .....	72
4.2.1. Reforçadores .....	74
4.2.2. Esquemas de reforço.....	76
4.2.3. Ontogênese, filogênese e cultura .....	78
4.2.4. Modelagem .....	81

4.2.5. Eventos públicos e privados .....	82
4.3. PSICOTERAPIA COMO AGÊNCIA CONTROLADORA .....	85
4.3.1. O terapeuta.....	87
4.3.1.1. <i>Autocontrole</i> .....	91
<b>5. ANÁLISE DAS (IN)TRADUZIBILIDADES.....</b>	<b>92</b>
5.1. MATRIZ DISCIPLINAR.....	92
5.2. INTRADUZIBILIDADE.....	95
5.3. ESTRUTURA LEXICAL.....	97
5.3.1. Enriquecimento da estrutura lexical .....	99
5.3.2. Tradução e interpretação .....	102
5.4. ANÁLISE DAS (IN)TRADUZIBILIDADES ACP-AC.....	103
1) Organismo em relação com o meio .....	105
2) Experiência interna.....	109
3) Previsão e controle do comportamento .....	112
4) Governo de si .....	116
5) Autoconhecimento .....	118
6) Desenho cultural e escolha de valores.....	120
7) Relação terapêutica como variável ativa .....	123
8) Redução de aversividade/ameaça e flexibilização do comportamento .....	125
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>127</b>
LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PERSPECTIVAS FUTURAS .....	130
PRINCÍPIO DE GENEROSIDADE EPISTEMOLÓGICA .....	132
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXO I - ÁRVORE FILOGENÉTICA .....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICE I – ESBOÇO: ESTRUTURA LEXICAL ROGERS/SKINNER.....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE II – MATRIZES DISCIPLINARES (ACP-AC).....</b>	<b>142</b>

## INTRODUÇÃO

A investigação sistemática acerca da História da Psicologia é relativamente recente. Os estudiosos estão empenhados em organizar progressivamente os arquivos de fontes primárias e a reconstruir a historiografia da Psicologia Científica<sup>1</sup> e das ideias psicológicas dos pioneiros da Psicologia (Campos e Brožek, 2008, p. 49). Até então, o que se sabe, a rigor, é que não existe uma história da Psicologia, mas sim inúmeras histórias; definir uma história é tarefa quase impossível nesse campo, a não ser pela utilização de histórias regionais (Figueiredo, 2000, p. 9; 206).

No início da História da Psicologia Moderna, observa-se uma alteração de uma abordagem representacional do estudo da mente para um modelo empírico que concebe as faculdades psicológicas como processos naturais, relegando o saber metafísico (Ferreira, 2006, p. 37-38). Até então, os filósofos da época buscavam investigar a natureza humana por meio de especulações, generalizando a partir de suas experiências pessoais. Com a mudança de paradigma, passaram a adotar ferramentas e métodos que foram bem-sucedidos em outras áreas das ciências (Schultz e Schultz, 2019, p. 4). A Psicologia, ao aceitar este novo projeto científico, buscou consolidar-se por meio dos métodos e conceitos das ciências naturais, como a fisiologia, biologia, química e física. Por exemplo, o gestaltismo adaptou os conceitos de equilíbrio e energia para a noção de “boa forma”, enquanto Freud aplicou-os ao princípio do prazer, e o behaviorismo incorporou o conceito de adaptação da teoria darwiniana (Ferreira, 2006, p. 37-38). Desse modo, o que se observa é um traço comum entre as Psicologias do final do século XIX: todas elas tomam emprestado das ciências da natureza “(...) seu estilo de objetividade e de buscar, em seus métodos, seu esquema de análise” (Foucault, 1957/1999, p. 124). A Psicologia acaba adotando postulados segundo os quais o conhecimento científico só seria possível por meio da determinação de relações quantitativas, pela verificação experimental e pela construção de hipóteses. A verdade da pessoa estaria exaurida em seu ser natural, como comentou Foucault (1957/1999, p. 122-123).

Ainda seguindo Foucault (1957/1999, p. 122-123), a Psicologia teve que se impor como um novo estilo, buscando novos projetos e princípios. Nesse processo, estabeleceu novas relações com a prática, como na educação, organização de grupos e medicina mental; um novo

---

<sup>1</sup> Os historiadores da Psicologia frequentemente empregam os termos “Psicologia Científica” e “Psicologia Moderna” de modo intercambiável. De maneira análoga, as expressões “Psicologia Pré-científica”, “Psicologia Filosófica” e “Psicologia Tradicional” são mobilizadas como denominações equivalentes.

modo oriundo de outras formas de reflexão, a partir da análise do anormal, do conflituoso e do patológico. Para Rey (2013, p. 21-22), o novo projeto que daria a ela a posição de ciência converteu-a em uma ciência empírica positivista, sem uma representação teórica clara, ignorando os aspectos filosóficos que fundamentam a metodologia científica. Trata-se de uma Psicologia pautada num modelo instrumentalista e empírico, legitimado pela estatística nas afirmações de sua produção de saber e que, confinada às técnicas, acabou ficando órfã de um modelo teórico.

Embora a comunidade da Psicologia compartilhe interesses comuns, seu desenvolvimento como ciência não ocorreu de maneira homogênea. Pelo contrário, ela apresenta uma variedade de áreas de estudo que, por vezes, nada têm em comum. Enquanto alguns psicólogos se dedicam à investigação do inconsciente, outros focam no comportamento observável; há ainda os que investigam processos bioquímicos e fisiológicos ou funções cognitivas (Schultz e Schultz, 2019, p. 2-3). Essa diversidade é reforçada pelas diferentes matrizes de pensamento que, mesmo antigas, continuam a influenciar o pensamento psicológico contemporâneo (Figueiredo, 2000, p. 195). Certas vertentes dialogam com as ciências naturais; outras, com a História, a Sociologia, a Antropologia ou a Linguística. Algumas recorrem à Filosofia, enquanto outras a rejeitam. Há quem busque anexação à Biologia e há outras que reivindicam autonomia, chegando a questionar o pertencimento à própria Psicologia (Miotto, 2018a, p. 96). Essas múltiplas hibridações configuram um campo fragmentado, dando ensejo a múltiplas Psicológicas, gestadas por diversas irrupções (Schultz e Schultz, 2019, p. 40).

Mesmo em seus primórdios, a Psicologia já apresentava concepções distintas sobre o que caracterizava uma ciência psicológica. No século XX, essa pluralidade se intensifica com a proliferação da Psicologia Moderna – um universo pluralístico em expansão (Abib, 2009, p. 196-199). Para autores como Rey (2013) e Canguilhem (1956), essa dispersão expressa a imaturidade ou o descuido do saber psicológico, enquanto Schultz e Schultz (2019, p. 18) a atribuem à ausência de um paradigma consolidado, o que justifica a impossibilidade de considerar uma escola como versão final, visto que novas escolas emergem repentinamente com métodos e esquemas conceituais novos. Em contrapartida, Ferreira (2006, p. 14) sugere que tal dispersão reflete a diversidade de experiências da modernidade, indicando que as múltiplas orientações não revelam uma falha, mas ressoam a complexidade da própria condição da modernidade.

A Psicologia contemporânea é marcada por uma diversidade de teorias, métodos e linguagens (Tamayo, 2019, p. 16), o que gera diferentes concepções de ciência ainda em disputa

(Abib, 2009, p. 196-199). Essa fragmentação torna-se evidente para o estudante de graduação, que frequentemente se depara com um campo segmentado e debates acalorados que, por vezes, revelam oposições teóricas consideradas irreconciliáveis (Gomes, 2021, p. 2). No âmbito epistemológico, nota-se uma pluralidade pacífica, de desinteresse e/ou respeito à diversidade. Por outro lado, no âmbito da prática, observam-se enfrentamentos e disputas de poder (Canguilhem, 1973). Essa pluralidade na Psicologia, que serve tanto de palco para uma coexistência pacífica quanto de ensejo de rivalidades, é percebida por alguns autores como um problema a ser superado. As estratégias para lidar com essa realidade fragmentada variam entre a busca pela unificação e a aceitação da pluralidade (Miotto, 2007, p. 131).

Entre os defensores da unificação, há propostas que visam desenvolver uma teoria única capaz de integrar ou substituir todas as demais (Gomes, 2021, p. 17-18), seja por meio de processos sintéticos, seja por abordagens ecléticas. Exemplo disso são autores como Harré e Second, cujas ideias remetem a esse esforço unificador e que, segundo Figueiredo (2000, p. 197-203), tendem a dispensar o rigor teórico em prol da eficiência técnica, produzindo um ecletismo sofisticado, no entanto, superficial. De modo semelhante, o projeto Behaviorista de Watson e o projeto de Psicologia Geral de Vygotsky também podem ser compreendidos como tentativas de unificação no campo psicológico (Miotto, 2007, p. 131-132).

Por outro lado, autores como Figueiredo (2000, p. 197-203) argumentam que a probabilidade de que uma unificação de caráter eclético seja capaz de resolver os impasses teóricos e metodológicos da Psicologia é praticamente nula. Outros, ainda nessa direção, sustentam que a riqueza da Psicologia reside justamente em sua pluralidade (Gomes, 2021, p. 17-18). Para esses autores, a resposta ao problema da multiplicidade não está na negação das divergências, mas no reconhecimento e na convivência entre projetos contraditórios.

Essa discussão entre unidade e pluralidade, no entanto, não é exclusiva da contemporaneidade. Como exemplifica Miotto (2018a, p. 96-97), a história da Psicologia do início do século XXI resguarda certa semelhança com as narrativas do século XIX: a tentativa de justificar a unidade no campo da Psicologia ou, eventualmente, de acusar a dispersão – ou de justificá-la. A ausência de unidade é, portanto, um problema recorrente na história da disciplina, e o movimento de decadência e substituição das correntes psicológicas marca seu desenvolvimento. Não surpreende, assim, que o debate permaneça vivo na atualidade, despertando interesse tanto entre defensores quanto entre críticos da unificação (Tamayo, 2019, p. 16; Rosa e Almeida, 2020).

## QUESTÃO-PROBLEMA

À primeira vista, esse cenário – frequentemente descrito como uma espécie de “Torre de Babel”<sup>2</sup> – poderia sugerir a inviabilidade de comunicação entre as diferentes vertentes psicológicas, uma vez que cada comunidade científica mobiliza linguagens próprias. Nesse sentido, como observa Kuhn (2011, p. 358), “(...) os proponentes de teorias diferentes são como falantes nativos de línguas diferentes”. Entretanto, a realidade empírica do campo revela um cenário mais complexo: profissionais de diversas orientações atuam em contextos comuns – escolas, instituições de saúde, empresas e clínicas –, compartilham espaços de formação e participam de eventos científicos que acolhem múltiplas abordagens. O epistemólogo, ao observar essa cena, poderia se surpreender com a convivência simultânea de teorias distintas – e por vezes até contraditórias – no interior de um mesmo espaço (Miotto, 2018b, p. 133).

Diante desse cenário de convivência cotidiana entre abordagens distintas, o debate sobre a pluralidade da Psicologia assume outra forma. A questão já não se restringe à oposição entre projetos de unificação e defesas da diversidade; ela passa a envolver um problema distinto, embora relacionado: *de que modo essas abordagens múltiplas conseguem estabelecer algum tipo de comunicação?*

Para explorar esse problema, torna-se necessário mobilizar um aparato conceitual capaz de iluminar como diferentes formas de compreender e comunicar o mundo se articulam – ou deixam de se articular – entre si. É nesse ponto que a teoria kuhniana pode oferecer uma contribuição. Seu uso na Psicologia, entretanto, não é recente. Conforme Carone (2003, p. 13-14; 2012, p. 217), por décadas muitos psicólogos empenharam-se em identificar “paradigmas” e “revoluções científicas”, movimentando-se, contudo, a partir de uma leitura superficial e incompleta da obra de Kuhn, sem acompanhar seu desenvolvimento filosófico entre as décadas de 1960 e 1990. Tal apropriação concentra-se majoritariamente em *A estrutura das revoluções científicas* (1962), isto é, sem considerar o desenvolvimento conceitual posterior do autor. Exemplos dessa tendência podem ser observados tanto em Lopes e Lopes (2009), que apresentam uma crítica epistemológica relevante ao uso indiscriminado de Kuhn na Psicologia, quanto em Rocha e Evangelista (2023), que buscam compreender a Psicologia à luz do

---

<sup>2</sup> Remete ao relato bíblico (Gênesis 11:1-9), no qual a humanidade, até então unificada por uma única língua, passa a falar diferentes idiomas como consequência da intervenção divina, o que inviabiliza a continuidade de um projeto comum. No uso contemporâneo, a metáfora designa situações de fragmentação linguística e semântica em que a ausência de um vocabulário compartilhado dificulta ou impede a comunicação efetiva entre grupos.

pensamento kuhniano; em ambos os casos, porém, a análise permanece circunscrita ao Kuhn da *Estrutura*.

Esse diagnóstico de Carone (2003; 2012) não é isolado: Coleman e Salomon (1988, p. 415), ao analisarem 652 artigos publicados entre 1969 e 1983 que citavam a *Estrutura*, observaram que, embora a recepção fosse amplamente favorável, mostrava-se também notavelmente superficial e marcada por usos revisionistas. Esse padrão se mantém no contexto brasileiro: Carvalho (2012, p. 12; 16; 26-27), ao examinar 34 artigos publicados entre 1998 e 2009, identificou que apenas oito mencionam Kuhn em suas referências – limitados à *Estrutura* –, enquanto os demais se apropriam do termo “paradigma” sem qualquer respaldo bibliográfico. Para o autor, essas publicações se valem de uma leitura restrita, que ignora tanto os debates posteriores quanto as obras póstumas de Kuhn, reiterando uma tendência histórica de apropriação imprecisa das formulações kuhnianas pela Psicologia.

Há, contudo, trabalhos que avançam um pouco além, mobilizando a noção de matriz disciplinar – o ajuste realizado por Kuhn ao conceito de paradigma no Posfácio da *Estrutura* (1969) –, ainda que sem incorporar os desenvolvimentos posteriores do autor relativos ao léxico e à traduzibilidade (Kuhn sociolinguístico). É o caso de Rozados (2010), que utiliza essa noção para discutir a autoimagem da Psicologia enquanto ciência, e de Loparic (2001; 2006), que a aplica à análise de mudanças de paradigma no interior da psicanálise, buscando identificar a ocorrência de uma revolução.

Por fim, encontram-se trabalhos que efetivamente incorporam elementos do Kuhn sociolinguístico. É o caso de Fulgencio (2001), que problematiza as questões de comunicação e traduzibilidade entre teorias no interior da comunidade psicanalítica – por exemplo, entre os paradigmas díspares de Freud e Winnicott. Por meio dessa análise, Fulgencio (2001, p. 124) mostra que “a distinção entre paradigmas no interior da psicanálise não significa que cada grupo de psicanalistas adeptos de um léxico possa fechar-se sobre si mesmo, excluindo-se da discussão mais ampla que tem em seu horizonte a própria identidade da psicanálise”. Nesse sentido, o uso rigoroso dos conceitos kuhnianos “parece tornar possível colocar os problemas de comunicação e de desenvolvimento da psicanálise de uma maneira que possam contribuir para que a crise de comunicação atual e o enfrentamento entre as diversas propostas de teorização na psicanálise encontrem um termo de diálogo” (Fulgencio, 2001, p. 125-126).

É precisamente neste ponto que se delinea o **problema** que orienta o presente trabalho. Se Fulgencio (2001) já sugere que o emprego rigoroso da teoria kuhniana – incluindo a reformulação dos paradigmas em termos de matrizes disciplinares e a ênfase nas questões

linguísticas – oferece instrumentos consistentes para compreender impasses comunicacionais no interior de uma única comunidade psicológica, torna-se pertinente indagar se tal arcabouço não poderia igualmente iluminar a comunicação (ou não) entre comunidades psicológicas distintas. Afinal, quando deslocamos a análise do interior de uma tradição específica para o cenário mais amplo das Psicologias contemporâneas, deparamo-nos com compromissos científicos, léxicos e práticas que, à primeira vista, parecem ainda mais heterogêneos.

A **hipótese** que orienta esta investigação é a de que, longe de conceber a Psicologia como um agregado de entidades isoladas e mutuamente intransponíveis, o uso rigoroso do Kuhn *pós-Estrutura* permite concebê-la como parte de um ecossistema no qual diferentes comunidades psicológicas se articulam por meio de certos compromissos científicos e estruturas lexicais compartilhados. Nesse horizonte, o **objetivo** deste trabalho consiste em avaliar em que medida o Kuhn *pós-Estrutura* permite compreender a comunicação (e seus impasses) entre Psicologias distintas, tomando como estudo de caso a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) de Carl Rogers e a Análise do Comportamento (AC) de B. F. Skinner, por meio da reconstrução de suas matrizes disciplinares e estruturas lexicais e da identificação de pontos de traduzibilidade e bolsões locais de intraduzibilidade.

## MÉTODO

Diante do panorama apresentado – no qual grande parte das leituras de Kuhn na Psicologia se mostra superficial e incompleta, frequentemente restrita à versão de *A Estrutura* – torna-se evidente a necessidade de recorrer ao desenvolvimento posterior do pensamento kuhniano. A escolha pelo aparato conceitual do Kuhn *pós-Estrutura* – tal como elaborado em *A tensão essencial* (ensaios originalmente publicados entre 1959 e 1976), *O caminho desde A Estrutura* (textos produzidos entre 1970 e 1993) e nos escritos reunidos em *A incomensurabilidade na ciência* (décadas de 1980 e 1990) – decorre justamente dessa constatação. Como observa Carvalho (2012, p. 26), é nessas obras póstumas que Kuhn apresenta uma concepção mais sociolinguística que gestáltica, deslocando o foco para as taxonomias que estruturam o vocabulário científico.

Contudo, em nossa leitura, o desenvolvimento posterior do pensamento de Kuhn – especialmente sua ênfase crescente nas questões linguísticas e taxonômicas – não invalida a formulação anterior sobre as matrizes disciplinares, ainda ancorada em uma concepção marcadamente gestáltica. Pelo contrário, esse desenvolvimento permite situar essa noção em

um registro mais preciso para a análise da comunicação entre comunidades científicas. Assim, a presente dissertação não exclui a matriz disciplinar, mas a integra ao tratamento lexical característico do Kuhn tardio, articulando ambos os momentos de sua obra como dimensões complementares de um mesmo aparato conceitual.

Com esse enquadramento teórico kuhniano devidamente estabelecido, torna-se possível explicitar de que modo ele orienta a análise do estudo de caso. Não se trata, contudo, da primeira tentativa de interpretar Rogers e Skinner à luz da teoria kuhniana. Em termos históricos, Dooley (1990) foi um dos primeiros autores a examinar essa relação, embora seu tratamento permaneça circunscrito ao Kuhn da *A Estrutura*, mobilizando os autores como ilustração de divergências paradigmáticas e limitando-se ao texto *Simpósio sobre questões relativas ao controle do comportamento humano* (1956), decorrente do primeiro encontro entre os autores<sup>3</sup>. A presente dissertação avança além dessa abordagem ao reconstruir as matrizes disciplinares de ambos os autores e ao analisar suas estruturas lexicais, permitindo uma compreensão mais precisa dos problemas de comunicação entre essas Psicologias.

A ACP e a AC foram adotadas como estudo de caso por constituírem duas matrizes disciplinares cuja interação histórica oferece um terreno particularmente fértil para investigar problemas de comunicação entre sistemas psicológicos. Rogers e Skinner produziram críticas explícitas um ao outro em textos publicados, bem como registros de intercâmbios presenciais, que evidenciam episódios de encontro e desencontro entre seus respectivos léxicos. Para isso, foram utilizadas como material de análise tanto as obras primárias dos autores – a partir das quais foi possível identificar os componentes das matrizes disciplinares e das estruturas lexicais de cada Psicologia – quanto as referências recíprocas em que um cita o outro, além de dois diálogos documentados. O primeiro corresponde ao simpósio de 1956, publicado em português em *Carl Rogers: O homem e suas ideias* (1973) sob o título *Simpósio sobre questões relativas ao controle do comportamento humano*, no qual cada autor leu previamente o texto do outro e apresentou observações críticas. O segundo corresponde ao encontro de 1962, apresentado em *Carl Rogers: Dialogues* (1989), que assume um formato mais dialógico e discute “Educação e o Controle do Comportamento Humano”.

---

<sup>3</sup> Antes de Dooley, Milhollan e Forisha (1972) realizaram um exame comparativo entre Rogers e Skinner na obra *Rogers x Skinner: Maneiras contrastantes de encarar a educação*, fundamentando-se principalmente em *Tecnologia do Ensino* (Skinner, 1968) e *Liberdade para Aprender* (Rogers, 1969). A obra procura situar historicamente e filosoficamente as origens de ambas as abordagens, expondo seus processos e implicações, com foco no campo da educação. Não há, contudo, qualquer referência à perspectiva kuhniana.

No que se refere às fontes, a seleção das obras de Rogers e Skinner não seguiu um conjunto prévio de categorias temáticas, mas um procedimento progressivo e interpretativo. À medida que a leitura avançava, foram identificados, registrados e organizados trechos com potencial para expressar componentes da matriz disciplinar – generalizações simbólicas, modelos e exemplos (Apêndice II) – e termos-para-espécies que (no sentido kuhniano) se estabilizam no vocabulário técnico de cada autor e cuja articulação interna permite delinear sua estrutura lexical. Não se definiu previamente um número fixo de componentes, pois o objetivo era capturar de forma abrangente os elementos que se mostrassem recorrentes, centrais ou particularmente reveladores para a compreensão de cada autor.

Para orientar a apresentação da ACP e da AC, a presente pesquisa adota o modelo historiográfico proposto por Kuhn, segundo o qual cada estágio de desenvolvimento científico está situado historicamente no tempo e no espaço, estreitamente vinculados, e prepara o terreno para o sucessor, que pode seguidamente atingir um outro estágio. O desenvolvimento científico, portanto, ocorre “(...) não *em direção a* um estado ainda desconhecido do mundo real, mas *a partir de* algum conjunto de crenças histórico (e, portanto, contingente) sobre o mundo” (Kuhn, 2024, p. 190). Abandona-se, assim, a noção de avaliação de verdade ou falsidade como correspondência direta com a realidade, pois o conhecimento é entendido como contingente às circunstâncias históricas (Kuhn, 2024, p. 187-201).

Na abordagem de Kuhn (2024, p. 205-207; 227-228), o conhecimento científico é fruto de um processo intergeracional, no qual cada geração herda um corpo de crenças da anterior, ajusta-o a novas condições e o transmite à seguinte. Com base nessa orientação, a análise das tradições da ACP e da AC não se limitou à exposição cronológica de eventos, mas buscou reconstruir as condições que prepararam o terreno para sua formação. Essa reconstrução histórica oferece ao leitor os fundamentos para compreender a plausibilidade interna dessas abordagens – isto é, os motivos pelos quais suas proposições fizeram sentido em seu tempo e lugar. Esse esforço evita julgamentos anacrônicos e permite interpretar suas estruturas lexicais à luz dos compromissos epistemológicos e culturais que as sustentaram, fornecendo o pano de fundo necessário para compreender como essas tradições emergiram, quais estruturas conceituais herdaram e como essas heranças contribuem para as dificuldades de tradução e diálogo analisadas nos capítulos seguintes.

Nesse contexto metodológico, convém esclarecer que, ao longo deste trabalho, serão utilizadas referências provenientes de autores frequentemente associados a uma tradição

manualista<sup>4</sup> da historiografia da Psicologia, vinculada a uma lógica linear do desenvolvimento científico criticada por Kuhn. A presença dessas fontes não implica adesão às suas interpretações históricas ou epistemológicas, mas visa à extração de informações que auxiliam na contextualização de determinados conceitos e práticas. Assim, o recurso a esses textos tem caráter estritamente instrumental e não interpretativo.

No desenvolvimento desta dissertação, a aplicação do aparato conceitual de Kuhn envolveu também uma dimensão pessoal: como alguém da comunidade da ACP, foi necessário dispor-me a aprender uma outra linguagem: a da AC. Afinal, como sublinha o próprio Kuhn (2011, p. 358): “os proponentes de teorias diferentes são como falantes nativos de línguas diferentes”. Em termos práticos, isso significou, para mim, um exercício deliberado de suspender os automatismos interpretativos da ACP, tolerar estranhamentos e resistências, e me expor ao modo como a AC “vê o mundo”, uma vez que, embora Rogers e Skinner pertençam ao mesmo campo disciplinar – a Psicologia – e compartilhem alguns termos, cada qual mobiliza um sistema lexical próprio.

Com o enquadramento metodológico definido, passa-se agora à apresentação da estrutura dos capítulos da dissertação. Inicialmente, nos capítulos “CARL RANSOM ROGERS” e “BURRHUS FREDERIC SKINNER”, será realizada uma contextualização histórica e teórica da ACP e da AC. Essa contextualização constitui a base analítica do estudo de caso, fonte para a análise das (in)traduzibilidades.

No capítulo intitulado “ANÁLISE DAS (IN)TRADUZIBILIDADES”, será apresentada a teoria de Kuhn sobre a matriz disciplinar e a estrutura lexical. Argumenta-se que, embora cada escola psicológica possua uma estrutura lexical própria – o que pode gerar bolsões locais de intraduzibilidade –, essas estruturas compartilham pontos em comum, permitindo certo grau de comunicação entre elas. A apresentação desses conceitos visa fornecer ao leitor os fundamentos teóricos necessários para compreender como se manifestam as dificuldades de tradução entre as abordagens analisadas. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, realiza-se então a análise comparativa entre a ACP e a AC, com o objetivo de identificar pontos de traduzibilidade e bolsões locais de intraduzibilidade entre essas duas escolas do pensamento psicológico.

---

<sup>4</sup> Nas explicações tradicionais, que narram uma história de substituição de crenças errôneas por um conhecimento sólido e descrevem o desenvolvimento da ciência como uma progressão em direção a uma finalidade predeterminada, embora as observações e hipóteses que marcaram a história da ciência sejam destacadas, o contexto histórico e as crenças prévias das pessoas envolvidas nas realizações são frequentemente descartadas como irrelevantes. O que tende a importar, nesse modelo, é, por exemplo, o valor do experimento em si, e não as circunstâncias que o cercam (Kuhn, 2024, p. 187-201).

Esse percurso metodológico demonstra, na prática, a tese kuhniana segundo a qual a ausência de uma medida comum não impede comparações. Como afirma Kuhn (2006, p. 50), mesmo operando a partir de estruturas teóricas diferentes, teorias podem ser colocadas lado a lado, permitindo identificar tanto zonas locais de traduzibilidade quanto pontos de intraduzibilidade.

Em complemento, na subseção final “PRINCÍPIO DE GENEROSIDADE EPISTEMOLÓGICA” será apresentada uma alternativa viável em situações de intraduzibilidade. Esse capítulo assume uma função propositiva: propõe um caminho possível para lidar com os desafios comunicacionais entre as diferentes Psicologias.

## **CARL RANSOM ROGERS**

### **1. PSICOLOGIA HUMANISTA**

Frick (1975) descreve a trajetória da Psicologia como marcada por uma árdua busca por reconhecimento e status no âmbito das ciências. Nesse contexto, o autor indica que parte da comunidade de psicólogos passou a privilegiar um caminho no qual apenas o comportamento mensurável e quantificável era considerado objeto de estudo legítimo e digno de estatuto científico. Essa orientação, conforme descreve Frick (1975, p. 21), teve como consequência uma série de efeitos avaliados criticamente pelo autor, sintetizados na afirmação de que: “a Psicologia moderna tornou-se, mas pedante; sofisticada, mas irrelevante; eminentemente profissional, mas largamente ignorante e insensível no que se refere ao objeto de sua atividade: a pessoa humana”.

É nesse horizonte crítico que, a partir da década de 1950, surge nos EUA a Psicologia Humanista. Seus membros direcionaram críticas tanto à imagem de pessoa quanto ao método científico empregado pelo behaviorismo, que dominava o campo da Psicologia experimental, e pela Psicanálise, predominante no campo da psicoterapia norte-americana (Frick, 1975, p. 25; Castañon, 2007, p. 106). Diante das duas perspectivas proeminentes da época, o movimento passou a ser identificado como a “Terceira Força”, como alternativa ao behaviorismo e à psicanálise (Penna, 1978, p. 9), em meio à insatisfação com esses dois conjuntos teóricos então dominantes (Amatuzzi, 1989, p. 92).

Schultz e Schultz (1981, p. 409-410) assinalam que os psicólogos humanistas interpretaram a ênfase exclusiva no estudo do comportamento, tal como defendida pelo behaviorismo, como uma forma de desumanização da pessoa, reduzida a imagens como a de

um “rato branco maior” ou a de um “computador mais lento”. Nessa perspectiva, uma Psicologia fundada em esquemas de estímulo e resposta ofereceria, no máximo, uma representação parcial da experiência humana, ao conceber a pessoa como um organismo mecanizado que reage de modo previsível aos estímulos do ambiente. Tal concepção era considerada inaceitável pelos humanistas, que sustentavam que a pessoa não poderia ser equiparada a um “robô”, uma vez que sua natureza não seria passível de quantificação, coisificação ou redução a relações mecânicas entre estímulos e respostas.

Segundo Castañon (2007, p. 106-107), as críticas dos psicólogos humanistas ao behaviorismo se organizavam em quatro frentes principais. Entre elas, destacava-se a rejeição do uso de animais como meio privilegiado para a compreensão da pessoa, bem como a contestação da definição dos temas de pesquisa com base exclusiva em sua adequação ao método experimental. Acrescenta-se a isso a oposição à concepção mecanicista e reativa do comportamento, sustentando-se uma compreensão da motivação humana como intencional e automotivada. Por fim, argumentava-se que, mesmo que o behaviorismo obtivesse êxito na elaboração de um inventário exaustivo dos comportamentos humanos possíveis, isso não equivaleria a uma descrição completa da natureza humana, entendida como um todo único e indivisível, em consonância com a formulação gestáltica de que a pessoa é mais do que a soma de comportamentos isolados.

Quanto à sua reação à psicanálise, os psicólogos humanistas a concebiam igualmente como uma abordagem reducionista e determinista, marcada por um caráter dogmático e por uma concepção fatalista e pessimista da natureza humana (Castañon, 2007, p. 107), articulando-se à ênfase quase exclusiva nas perturbações do indivíduo e na doença mental, o que teria restringido a compreensão das qualidades e características positivas das pessoas, ignorando atributos como a satisfação e a alegria (Schultz e Schultz, 1981, p. 410).

Em contraposição a essas críticas, os integrantes do movimento da Terceira Força concebiam a pessoa como dotada de capacidades de autodeterminação e autotransformação, não reduzida a determinações ou probabilidades, e enfatizavam seu crescimento e seus potenciais criativos (Branco, Cavalcante Junior e Oliveira, 2008, p. 131-132). Nessa perspectiva, a Psicologia humanista:

Inspirar-se-ia na *fenomenologia* e na *filosofia existencial*<sup>5</sup>; centrar-se-ia no conceito de pessoa e não no de comportamento; enfatizaria a condição de liberdade contra a pretensão determinista; visaria a compreensão e o bem-estar humanos, e não o controle, especialmente como este se concebeu dentro do sistema skinneriano. A Psicologia não seria a ciência do comportamento. Seria a ciência da pessoa. Não estudaria o homem como um objeto, como uma coisa, atribuindo-lhe o mesmo estatuto que define todas as coisas e objetos do mundo físico (Penna, 1978, p. 9-10).

Schultz e Schultz (1981, p. 412-413) sugerem que um dos fatores que favoreceu o progresso da Psicologia humanista esteve relacionado à insatisfação e inquietação com os aspectos mecanicistas da cultura ocidental da época. Críticos sociais indicavam que essa cultura desumanizava, despersonalizava e desindividualizava a pessoa, reduzindo-a a uma parte quase imperceptível de uma grande engrenagem social mais ampla; os indivíduos deixaram de ser percebidos como seres humanos, passando a ser tratados como estatística e médias. Como consequência, o indivíduo teve não apenas sua identidade pessoal diminuída, mas também sua capacidade de modelar a si mesmo, enquanto a sociedade, por meio de suas burocracias, passou a exercer controle crescente sobre seus destinos.

Outro aspecto relevante identificado por esses autores está relacionado às mudanças na Física, especialmente a rejeição da concepção galileu-newtoniana de um universo mecanicista, modelo que influenciou os primórdios da Psicologia e que, no século XX, passou a ser abandonado. Com essa mudança de referência, a compreensão da pessoa em relação ao mundo físico e à ciência também se ampliou, reconhecendo-se que uma realidade totalmente objetiva não é plenamente atingível e que o conhecimento científico é, em última instância, marcado pela subjetividade. Inseridos nesse contexto, os psicólogos humanistas valorizavam a experiência subjetiva como parte legítima do objeto de estudo da Psicologia, rejeitando a ideia de tratar a pessoa como máquina, sem abdicar do rigor científico, mas ampliando o escopo investigativo (Schultz e Schultz, 1981, p. 414).

Diferentemente da psicanálise e do behaviorismo, não é possível identificar um fundador específico da Psicologia Humanista (Castañon, 2007, p. 107). Segundo Amatuzzi (1989, p. 93), isso ocorre porque a Psicologia humanista não constitui uma escola ou teoria

---

<sup>5</sup> Há quem associe o surgimento da Psicologia Humanista ao Existencialismo, entendendo-o como uma espécie de importação do Existencialismo europeu para os EUA. Essa leitura, contudo, é considerada inadequada por De Carvalho (1990, p. 35-37), uma vez que os principais autores do movimento teriam tomado contato com o Existencialismo apenas ao final da década de 1950, quando suas ideias já se encontravam formuladas publicamente.

única, mas sim um espaço em que se reúnem psicólogos com diferentes perspectivas, insatisfeitos com as concepções da pessoa predominantes à época.

Entre as principais influências do movimento humanista está a obra de **Kurt Goldstein** (1878-1965). Formado em neurologia e psiquiatria, Goldstein mudou-se para os EUA em 1935, em razão do regime nazista, passando a ocupar diversas posições acadêmicas, entre elas na Universidade de Colúmbia. No âmbito de sua reflexão teórica, Goldstein concebia o organismo como estruturado, porém flexível, capaz de ajustar-se às exigências do meio; o comportamento, por sua vez, integraria essa unidade orgânica e seria compreendido como contribuição para metas sucessivamente estabelecidas pelo próprio organismo, que, em última instância, visariam à individuação (Marx e Hillix, 1973, p. 504-505). Conforme aponta Castañon (2007, p. 107), concepções dessa natureza seriam posteriormente assimiladas pelos psicólogos humanistas, especialmente no que se refere à tendência ao crescimento, à autoatualização e à defesa de uma visão holista do organismo.

Outras influências do movimento humanista também se originaram na Psicologia da Gestalt. Em consonância com a concepção organísmica presente em Goldstein, a Gestalt compreendia a pessoa como uma unidade irreduzível, na qual os elementos se articulam de forma integrada, sendo o todo qualitativamente distinto da simples soma das partes (Castañon, 2007, p. 107).

A despeito da diversidade de perspectivas reunidas sob o rótulo da Psicologia Humanista, alguns autores identificam uma orientação teórica relativamente comum entre seus integrantes. Essa orientação aproxima-se do que Frick (1975, p. 143) denomina *teoria holística*<sup>6</sup> (ou organísmica) da personalidade, à qual se vinculam contribuições da Psicologia da personalidade, como as de Allport e Murray (Castañon, 2007, p. 107).

Formado em economia e filosofia pela Universidade de Harvard em 1919, instituição na qual também obteve o título de doutor em Psicologia e atuou como professor, **Gordon Allport** (1897-1967) ofereceu um contraponto à centralidade que a psicanálise freudiana conferia às experiências passadas e à influência do inconsciente na determinação do comportamento (Marx e Hillix, 1973, p. 494). O autor chamou atenção para os elementos

---

<sup>6</sup> Frick (1975, p. 144; 164) identifica quatro temas centrais que caracterizam uma teoria holística da personalidade. O primeiro diz respeito à organização, pela qual a personalidade é compreendida como um todo estruturado, muito mais do que como um agregado de partes distintas. O segundo refere-se ao processo, associado à negação de uma personalidade imutável e estática. O terceiro é a motivação soberana, que aponta para a existência de uma tendência à autorrealização no organismo. Por fim, a potencialidade envolve a admissão da existência de recursos internos e de potenciais de crescimento ainda não realizados.

positivos e conscientes da motivação do comportamento humano, privilegiando o presente do indivíduo (Hall, Lindzey e Campbell, 2000, p. 226).

Quanto a **Henry Murray** (1893-1988), formado em História pela Universidade de Harvard (1915) e Psicologia pela Universidade de Colúmbia (1919), além de mestre em biologia pela mesma instituição (1920), ocupou posições acadêmicas em Psicologia em Harvard e dirigiu a Clínica Psicológica da Universidade que, sob sua liderança, tornou-se um espaço de intenso empreendimento teórico e empírico voltado à investigação da personalidade humana (Hall, Lindzey e Campbell, 2000, p. 191-193). Nos desdobramentos de suas investigações, Murray apresentou uma taxonomia das necessidades na qual elas não são concebidas como isoladas do contexto do comportamento: os estados internos relacionam-se às necessidades, assim como estas se correlacionam aos estímulos externos que impelem à ação. A necessidade direciona o comportamento para objetos capazes de conduzir o organismo a um estado desejável. Contudo, conforme assinalam Marx e Hillix (1973, p. 519-520), esse movimento não visa exclusivamente à redução da tensão, podendo também implicar seu ressurgimento, uma vez que, na hipótese de Murray, a pessoa não busca permanentemente o estado de não tensão.

Diante da dificuldade de se estabelecer um nome fundador entre os diversos teóricos e escolas que influenciaram ou integraram o movimento da Terceira Força, **Abraham Maslow** (1908-1970) passou a ser reconhecido como um de seus principais articuladores e responsáveis por sua consolidação inicial (Castañón, 2007, p. 107). De acordo com De Carvalho (1990), na década de 40 Maslow já era reconhecido por sua atuação como psicólogo experimental; contudo, em razão do caráter pouco convencional dos objetos que investigava, passou a ocupar uma posição marginal na comunidade acadêmica, enfrentando, inclusive, dificuldades para publicar seus trabalhos pela *American Psychological Association* (APA). Nesse cenário, Maslow aproximou-se de outros pesquisadores que compartilhavam experiências semelhantes de marginalização acadêmica, organizando uma lista de correspondência com o objetivo de fomentar o intercâmbio de trabalhos. Em 1954, essa lista reunia cerca de 125 nomes, muitos dos quais viriam, posteriormente, a se tornar assinantes da *Journal of Humanistic Psychology*, revista fundada por Maslow e Anthony Sutich em 1961. Poucos anos depois, foi criada a *American Association for Humanistic Psychology*, cujo primeiro encontro ocorreu na Filadélfia, reunindo aproximadamente 75 participantes. Já no segundo encontro, realizado em 1964, esse número alcançou cerca de 200 pessoas, entre os quais se encontravam Carl Rogers.

No plano teórico, Hall, Lindzey e Campbell (2000, p. 356; 362) assinalam que Maslow dirigiu críticas à Psicologia tradicional por sustentar uma concepção pessimista e restrita da natureza humana, uma vez que sua ênfase recaía predominantemente sobre as fragilidades e os aspectos patológicos, negligenciando as forças e virtudes humanas. Segundo esses autores, Maslow argumentava que uma Psicologia construída exclusivamente a partir do estudo do indivíduo não sadio produziria, inevitavelmente, um quadro incompleto da experiência humana.

## **2. CARL ROGERS: ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA**

**Carl Ransom Rogers** (1902-1987) figura entre os principais representantes da Psicologia humanista e se consolidou como um dos psicólogos norte-americanos de maior influência ao longo do século XX. Sua atuação repercutiu em diferentes campos. No âmbito clínico, formulou a ACP; no educacional, contribuiu para a difusão de práticas pedagógicas centradas no estudante, dialogando com movimentos de ampliação dos direitos estudantis; no contexto organizacional, defendeu modelos de gestão participativa, influenciando iniciativas de desenvolvimento organizacional; no trabalho com grupos, exerceu influência sobre os grupos de encontro e participou de processos de mediação em conflitos sociais, políticos e raciais, entre outras frentes (Hipólito, 1999, p. 14; Rogers, 1979, p. 33-34; 1977d, p. 30).

Rogers (1977d, p. 32-33) relata que sua atuação provocava reações ambivalentes no meio psicológico. Parte de seus pares manifestava uma avaliação desfavorável de sua proposta, associando-a ao que percebiam como ingenuidade, à condescendência no trato com estudantes, à fragilidade científica e à violação de concepções tradicionalmente protegidas tanto na psicoterapia quanto na educação. Em contraste com essas críticas, seu reconhecimento institucional foi amplo: recebeu distinções por contribuições científicas, foi eleito presidente da APA em 1947, presidiu a Academia Americana de Psicoterapeutas em 1956 e chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1987.

No contexto cultural dos EUA do século XX, a proposta rogeriana emergiu em diálogo direto com a valorização das necessidades individuais e com o individualismo amplamente difundido naquele cenário, como analisa Wood (2010, p. 180); nesse cenário, delineou-se uma reorientação significativa: se anteriormente se atribuía à sociedade a tarefa de libertar o indivíduo, passou a ganhar centralidade a ideia de que o próprio indivíduo seria responsável por promover transformações sociais. Valores como independência, privacidade e autossuficiência

– amplamente promovidos pela democracia estadunidense – constituíram, assim, um terreno particularmente fértil para a sua abordagem (Branco, 2010, p. 96).

A despeito desse enraizamento cultural, a ACP não é apresentada por Rogers (1951/1992, p. 10-12) como um simples reflexo das influências de sua época. O autor admite, contudo, que seu pensamento foi atravessado por procedimentos psicoterapêuticos contemporâneos e pela importância histórica da psicanálise freudiana, que, embora não tenha sido por ele adotada como matriz teórica, contribuiu para abrir caminhos nos estudos que o influenciaram de modo indireto. Suas ideias tampouco se configuraram como uma elaboração teórica derivada exclusivamente da leitura de outros autores. Em seus escritos, Rogers indica que, ao longo de suas leituras, frequentemente encontrava confirmações, afinidades ou mesmo uma atração intelectual inesperada – fenômeno que o próprio autor descreve como serendipidade, definida por ele como “a faculdade de fazer descobertas felizes e inesperadas, por acaso” (Rogers, 1977d, p. 41). Essa forma particular de relação com diferentes tradições teóricas foi posteriormente reconhecida por comentadores, que identificam nas ideias de Rogers elementos oriundos de distintas correntes psicológicas, psicoterapêuticas e filosóficas, incorporados de maneira direta ou indireta à constituição de sua teoria (Branco et al., 2016, p. 280).

## 2.1. TENSÃO ENTRE O FUNCIONALISMO E A NEOPSIKANÁLISE

Rogers cresceu em uma família protestante de orientação fundamentalista, na qual a educação religiosa e moral ocupava lugar central. Na adolescência, aos 14 anos, mudou-se com a família para uma área rural. Essa vivência no campo contribuiu para seu ingresso no curso de Agronomia na Universidade de Wisconsin, em 1919, período em que passou a se envolver em atividades comunitárias, desenvolvendo habilidades como organizador e facilitador. Mais tarde, sob influência de grupos evangélicos militantes, transferiu-se para o curso de História, motivado pelo projeto de dedicar-se à carreira eclesiástica (Hipólito, 1999, p. 14-15). Essa orientação o conduziu, após a graduação em História, em 1924, ao ingresso no Seminário da União Teológica, em Nova Iorque, onde entrou em contato com correntes de pensamento mais liberais; já no primeiro ano, passou a frequentar cursos de Psicologia e, no ano seguinte, transferiu-se para a Universidade de Columbia, com o objetivo de cursar Psicologia Clínica e Psicopedagogia (Rogers, 1979, p. 119).

Durante o seu mestrado em Psicologia em Columbia, Rogers tornou-se interno no Instituto de Aconselhamento Infantil de Nova Iorque, em 1926. Nesse período, deparou-se com um conflito latente entre a teoria psicanalítica – especialmente as ideias de Rank, predominantes no local – e a influência de perspectivas objetivistas e estatísticas, como as defendidas por Thorndike (Marx e Hillix, 1973, p. 527-530). O próprio Rogers (1961/2009, p. 10) menciona esse cenário de tensão, indicando que ali se impôs a necessidade de lidar com perspectivas distintas, como se estivesse vivendo em dois mundos radicalmente diferentes.

Um desses mundos encontrava respaldo no próprio arranjo institucional da Universidade de Columbia. Como observa Heidbreder (1981, p. 254-260), a instituição caracterizava-se pela ausência de um corpo doutrinário unificado, de modo que o estudante dificilmente atravessaria sua formação sem entrar em contato com temas como Psicologia animal, Psicologia experimental, curvas de distribuição, medidas de inteligência e capacidades, diferenças individuais, procedimentos estatísticos, pensamento fisiológico e debates sobre aprendizagem.

Nesse contexto, Columbia – assim como a Universidade de Chicago – consolidou-se como referência na formação de psicólogos vinculados ao funcionalismo (Schultz e Schultz, 1981, p. 177-178). Do ponto de vista histórico-conceitual, conforme descrevem historiadores da Psicologia (Schultz e Schultz, 1981, p. 121-122; Heidbreder, 1981, p. 179-183; Marx e Hillix, 1973, p. 186), o funcionalismo constituiu o primeiro sistema psicológico originalmente desenvolvido nos EUA e representou uma resistência organizada ao domínio das escolas wundtiana e titcheneriana, bem como, posteriormente, ao behaviorismo. A crítica funcionalista dirigia-se sobretudo à definição restrita de Psicologia proposta pelo estruturalismo, que excluía considerações sobre as funções úteis e práticas da mente, bem como sobre as operações e atividades em curso da consciência. No interior desse movimento, Schultz e Schultz (1981, p. 194) destacam ainda que seus representantes não eram dogmáticos: apropriavam-se de qualquer sistema teórico ou metodológico que considerassem adequado à resolução dos problemas em pauta, sempre insistindo, contudo, no controle científico e na utilização de métodos apropriados.

Do ponto de vista conceitual, os funcionalistas interessavam-se pelos processos mentais como atividades orientadas a resultados práticos. A atividade mental era concebida como parte do movimento integral da evolução orgânica, inscrita em uma história de desenvolvimento que possibilitou a sobrevivência e a adaptação ao meio. Nessa perspectiva, a consciência, como componente do processo adaptativo, teria desempenhado, sob uma orientação darwiniana, um papel funcional na história de adaptação do organismo. O interesse funcionalista recaía, assim,

sobre as relações funcionais entre antecedentes e consequentes (Heidbreder, 1981, p. 179-193; Schultz e Schultz, 1981, p. 121).

Segundo a análise de Heidbreder (1981, p. 203-205), com o surgimento de novos movimentos, como o behaviorismo e a Gestalt, o funcionalismo deixou de se sobressair como um sistema isolado. Ainda assim, embora não tenha se configurado como uma escola distinta, seu ponto de vista e seus métodos – o pensar em função das adaptações, a consideração dos conteúdos e das atividades mentais, a observação dos processos psicológicos em correlação com o meio e a compreensão da pessoa como um organismo em adaptação – foram amplamente assimilados, passando a integrar o patrimônio comum da Psicologia; desse modo, o movimento acabou por se diluir à medida que sua perspectiva foi amplamente aceita nos EUA, sendo percebido, por alguns, como algo do passado, quando, na verdade, incorporou-se de tal forma a Psicologia norte-americana que deixou de ser facilmente distinguível.

É nesse horizonte funcionalista de Columbia que Rogers teve contato com as ideias associadas ao pensamento de um dos principais nomes do funcionalismo, **John Dewey** (1859-1952). Esse contato não se deu de modo direto, mas foi mediado sobretudo por William Kilpatrick, discípulo de Dewey e professor em Columbia (Rogers, 1979, p. 119).

Como uma das figuras relevantes do pensamento educacional e psicológico norte-americano no final do século XIX e início do XX, Dewey desempenhou, conforme indicam Schultz e Schultz (1981, p. 175-177), papel decisivo na consolidação do movimento da Educação Progressiva e no desenvolvimento do funcionalismo nos EUA. No plano institucional, iniciou suas atividades na Universidade de Chicago, em 1894, onde fundou um laboratório experimental; em 1904, transferiu-se para a Universidade de Columbia, permanecendo vinculado a essa instituição até sua jubilação, em 1930.

Conforme descreve Schultz e Schultz (1981, p. 176), Dewey compreendia o comportamento em termos de seu significado para o organismo em processo de adaptação ao meio, cabendo à Psicologia o estudo do organismo total em funcionamento em seu contexto. Para o autor, o progresso resultaria do confronto do intelecto com a realidade, sendo a consciência concebida como um recurso funcional a serviço do organismo, não apenas para a sobrevivência, mas também para o desenvolvimento.

Em sua análise, Cavalcante Junior (2008, p. 23) indica que Dewey concebia a mudança como uma característica constitutiva da realidade, entendida como um processo contínuo e jamais concluído. O ser vivo, nesse sentido, encontra-se em permanente devir, em busca de integração. Essa perspectiva, tal como se observa no texto de Branco, Cavalcante Junior e

Oliveira (2008, p. 126), implicava uma crítica à ideia de liberdade inata: o indivíduo nasce inserido em uma sociedade que pode favorecer ou limitar seu crescimento, o que tornaria necessária uma reconstrução social capaz de ampliar suas possibilidades para além do que lhe é habitual.

Ao retomar esse referencial, Rogers preserva, segundo Van Belle (1990 apud Cavalcante Junior, 2008, p. 22-23), a compreensão do crescimento como processo dinâmico e contínuo, mas introduz uma inflexão relevante quanto à relação entre indivíduo e sociedade. Enquanto em Dewey os indivíduos não nascem livres e a libertação depende de um processo de transformação social mais amplo, em Rogers nenhuma sociedade poderia se tornar livre sem que seus integrantes estivessem previamente libertos. A libertação da pessoa do controle social precede, portanto, a liberdade da sociedade.

Esse conjunto de influências institucionais delimitava, desse modo, um dos polos da formação de Rogers, fortemente ancorado no funcionalismo norte-americano. Enquanto o ambiente acadêmico de Rogers se estruturava em torno desses referenciais, a psicanálise – o outro mundo por ele experimentado – seguia um percurso distinto.

Millet (1981, p. 600-610) assinala que, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, psiquiatras norte-americanos deslocavam-se para centros como Viena e Zurique com o objetivo de conhecer a nova perspectiva emergente – a psicanálise – atraídos sobretudo por suas promessas de compreensão e tratamento das perturbações mentais. Esse movimento inicial foi seguido, ao longo das décadas seguintes, por um processo de organização e consolidação institucional da psicanálise nos EUA, com a criação de sociedades e associações profissionais em diferentes centros urbanos do país.

Na reconstrução histórica proposta por Millet (1981, p. 600-612), o continente norte-americano, que já havia incorporado diversas matrizes políticas e religiosas oriundas da Europa Ocidental, tornou-se, ao longo do início do século XX, um dos principais destinos de psicanalistas europeus despojados e em busca de refúgio diante da ascensão do nazismo. Esse deslocamento, conforme o autor descreve, alterou a configuração das instituições psicanalíticas locais: enquanto o contingente de psicanalistas norte-americanos diminuía em razão do recrutamento militar, crescia a presença de analistas europeus, a ponto de o alemão tornar-se, em certas ocasiões, mais frequente do que o inglês nas reuniões da Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque.

A inserção desses profissionais foi, ainda de acordo com Millet (1981, p. 600-612), marcada por tensões institucionais persistentes. Para além das barreiras linguísticas, as

associações psicanalíticas norte-americanas também restringiam a admissão exclusivamente a médicos, exigindo dos analistas europeus a obtenção de licença para o exercício da medicina. Essa exigência teria gerado ressentimentos, sobretudo entre autores que já haviam contribuído de modo significativo para o desenvolvimento da psicanálise. Divergências semelhantes emergiram também no interior das próprias sociedades quanto à admissão de leigos para a análise didática: embora Freud fosse favorável à formação de terapeutas não médicos, nos EUA prevaleceu, por longo período, a concepção de que a prática terapêutica deveria ser estritamente médica, controvérsia que atingiu seu auge por volta de 1927, nas disputas entre a Associação Psicanalítica Americana e a Sociedade Psicanalítica de Nova Iorque.

É nesse cenário de circulação das ideias psicanalíticas, marcado também por disputas institucionais e restrições formais à prática, que Rogers se apropriou de concepções neopsicanalíticas então presentes no campo psicoterapêutico norte-americano, especialmente a partir das contribuições de autores como Horney, Rank e Adler.

Segundo Wood (2010, p. 172-173), até a década de 1930, a prática clínica de Rogers alinhava-se aos métodos predominantes do período, caracterizando-se pela elaboração de extensas anotações de histórias de caso e pela interpretação do comportamento. Essa orientação foi posteriormente modificada após uma visita de **Alfred Adler** (1870-1937) à clínica em que Rogers atuava, ocasião em que lhe foi sugerido que tais registros não eram essenciais para o êxito do tratamento. A partir desse episódio, Rogers passou a concentrar-se de modo mais sistemático na escuta dos relatos e na apreensão do significado dos sentimentos expressos pelo cliente.

A Psicologia formulada por Adler partia de pressupostos distintos daqueles da psicanálise freudiana. Conforme sintetizam Schultz e Schultz (1981, p. 372; 376), sua proposta compreendia o comportamento humano como orientado predominantemente por determinações sociais, e não por impulsos biológicos. A personalidade deveria ser investigada a partir das relações estabelecidas pelo indivíduo em seu contexto social, com ênfase nos processos conscientes da experiência. Essa perspectiva afastava-se da concepção do sujeito dominado por conteúdos inconscientes e por forças sexuais, formulando uma imagem mais otimista do ser humano, concebido como agente ativo de seu próprio desenvolvimento.

Essa valorização da experiência consciente, que marca a ruptura adleriana com o modelo psicanalítico clássico, também pode ser identificada – ainda que por fundamentos teóricos distintos – na Psicologia de Rogers. Marx e Hillix (1973, p. 527-530) observam que, embora reconhecesse a influência de fatores inconscientes no comportamento, Rogers rejeitou

a ênfase tradicional conferida ao inconsciente e privilegiou o campo fenomenal da experiência do indivíduo, ao considerar que a consciência reúne a maior parte dos elementos necessários à compreensão da pessoa e exerce papel determinante na formação do comportamento.

No que diz respeito à condução do processo terapêutico, Selesnick (1981, p. 104-105) descreve que Adler defendia uma relação de maior igualdade entre terapeuta e paciente. Ele rejeitava o uso do divã e da associação livre, preferindo sentar-se frente a frente com a pessoa e conduzir o encontro como uma conversa aberta. Para Adler, a cordialidade e o interesse do terapeuta reduziam a sensação de estar sendo atacado ou julgado, favorecendo o processo terapêutico, o que permite identificar um ponto de contato com a ênfase que Rogers conferirá posteriormente às condições relacionais que facilitam o processo.

Quanto a **Otto Rank** (1884-1939), embora Rogers (1951/1992, p. 10-11; 1946, p. 1) tenha tido apenas um contato breve –, durante um seminário de três dias realizado em Rochester –, a influência mais significativa ocorreu de forma indireta, sobretudo por meio dos Grupos da Filadélfia, especialmente através de Jessie Taft<sup>7</sup> e Frederick Allen. Conforme indicam Branco et al. (2016, p. 283), a flexibilidade técnica da proposta rankiana contribuiu para a circulação dessas concepções entre assistentes sociais, psicólogos e educadores.

No âmbito da análise comparativa da trajetória de Rogers, Wood (2010, p. 172-173) observa que a abordagem desenvolvida por Rogers apresenta semelhanças com a perspectiva rankiana, especialmente no que diz respeito à menor ênfase na análise do cliente, à defesa de uma terapia breve, voltada ao presente em vez do passado, e à rejeição da compreensão intelectual. Essas aproximações serão retomadas adiante em conjunto com a discussão das contribuições de Horney, cujas formulações apresentam pontos de contato relevantes com a perspectiva rankiana.

Diferentemente do que ocorreu na Europa, as ideias de **Karen Horney** (1885-1952) encontraram nos EUA um terreno particularmente receptivo, alcançando ampla difusão entre psiquiatras e psicólogos. Tal aceitação refletiu-se inclusive no sucesso editorial de suas obras, algumas das quais tornaram-se *best-seller* (Branco et al., 2016, p. 284). Conforme apresentam Schultz e Schultz (1981, p. 379-380), Horney desenvolveu uma formulação teórica segundo a qual os conflitos básicos não são inatos, mas advêm de situações sociais, em especial das relações estabelecidas pela criança com seus pais. Diante dessas experiências, a criança pode desenvolver estratégias comportamentais como tentativas de lidar com sentimentos de

---

<sup>7</sup> A tese de Rogers (1946, p. 1), segundo a qual o indivíduo possui a capacidade de organizar a própria experiência, teria sido influenciada não somente pelos trabalhos de Rank, mas também pelas contribuições de Taft e Allen.

impotência e insegurança, algumas das quais podem estabilizar-se e integrar-se à estrutura da personalidade. Ao sustentar que muitos desses conflitos poderiam ser prevenidos em contextos sociais caracterizados por compreensão, segurança, amor e generosidade, Horney desloca o foco explicativo para as condições relacionais do ambiente – movimento que, segundo a nossa leitura, permite uma aproximação com discussões que Rogers desenvolverá posteriormente acerca das atitudes facilitadoras.

Ao examinar a interlocução de Rogers com a obra de Horney, Branco (2010, p. 94) e Branco et al. (2016, p. 284-286) destacam a proximidade entre ambos no reconhecimento de que o indivíduo dispõe de capacidades para compreender a si mesmo, contando com recursos potenciais para a autorrealização e para o desenvolvimento de um eu mais integrado às suas experiências orgânicas. Ainda segundo esses autores, a concepção rogeriana de uma personalidade orientada por processos de ajustamento entre o self ideal e o self real apresenta afinidades relevantes com as formulações de Horney, embora Rogers as tenha reformulado à luz de elementos funcionalistas, como a autorregulação, conferindo centralidade ao organismo.

Assim como Horney – e também como Rank –, Rogers enfatizou a autorrealização, os processos de adaptação do eu, a influência da consciência e o papel das condições ambientais e sociais no desenvolvimento dos conflitos e da personalidade<sup>8</sup>. Se, por um lado, apropriou-se das noções de “Eu real” e “Eu ideal” e da dinâmica da personalidade formuladas por Horney, por outro inspirou-se em Rank ao defender uma atitude clínica menos interpretativa e mais compreensiva, centrada no presente e nos aspectos emocionais, bem como na relação terapêutica, no autodesenvolvimento e na responsabilidade do cliente (Branco, 2010, p. 81; 93-95; Branco et al., 2016, p. 284-288).

Vale destacar que tanto Horney quanto Rank demonstravam uma postura mais aberta à participação de profissionais não médicos na prática psicoterápica. Como sugerem Branco et al. (2016, p. 284), as disputas políticas travadas por esses autores nesse campo podem ter contribuído para a aproximação de Rogers a tais influências. Essa sugestão articula-se ao fato de que, como indica a literatura historiográfica, em um contexto institucional que restringia a prática psicoterápica à medicina, Rogers enfrentou resistências recorrentes associadas à ausência de formação médica.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Sullivan também ressaltava a influência do contexto social no desenvolvimento da personalidade; além disso, Branco (2010, p. 94-95) observa que a noção de “reação à ameaça” formulada por Rogers apresenta afinidades com aquela previamente desenvolvida por Sullivan.

<sup>9</sup> Ainda durante seu período no Instituto de Aconselhamento Infantil, Rogers enfrentou tentativas de deslegitimação por não possuir formação médica, como a proposta de redução de seu salário, que acabou não

Retomando a tensão inicial entre os dois mundos que atravessaram a formação de Rogers, observa-se que, enquanto o contexto psicoterápico da década de 1930 permanecia fortemente marcado pela influência da psicanálise, o ambiente acadêmico norte-americano lhe impunha um compromisso crescente com a pesquisa empírica, assentado em definições operacionais, mensuração e verificação de hipóteses. Foi nesse entrecruzamento que se configurou sua interlocução com a tradição psicanalítica, não como adesão irrestrita, mas sob a constante mediação das exigências da Psicologia científica nos EUA (Rogers, 1951/1992, p. 10-11).<sup>10</sup>

## 2.2. O DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO SISTEMA DE PSICOLOGIA

Após a conclusão de seu doutorado em Columbia, em 1931, Rogers passou a exercer atividades docentes na mesma instituição a partir de 1935, ainda sem o estatuto formal de psicólogo. Conforme indica Hipólito (1999, p. 15-16), esse reconhecimento só se consolidou com a publicação de *O tratamento clínico da criança-problema* (1939), obra que ampliou sua visibilidade acadêmica e favoreceu sua vinculação, no ano seguinte, à Universidade Estadual de Ohio, onde passou a atuar como professor-residente e supervisor clínico (Tambara e Freire, 1999, p. 36-37), contexto no qual Rogers intensificou de modo expressivo sua produção empírica, agora sustentada pelo trabalho sistemático de uma equipe de pesquisa (Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 25).

Esse deslocamento institucional coincidiu com um momento em que a própria investigação empírica em psicoterapia ainda buscava formas mais sistemáticas de articulação com a prática clínica. Branco (2010, p. 84-85) assinala que a articulação entre prática psicoterapêutica e pesquisa científica colocava dificuldades substantivas, decorrentes da tensão

---

sendo aprovada (Hipólito, 1999, p. 15-16). Anos depois, em 1939, quando o Departamento de Estudos da Criança foi reorganizado como Centro de Orientação, Rogers (1977d, p. 34-35) voltou a ser alvo de oposição institucional: articulou-se sua remoção da direção não por falhas técnicas, mas em razão da crescente influência da psiquiatria. Esses conflitos se intensificaram nos anos seguintes. Na Universidade Estadual de Ohio, por exemplo, Rogers supervisionava estudantes de Psicologia em formação na área de *counseling*, buscando contornar as restrições legais que reservavam a psicoterapia aos psiquiatras – prática então reconhecida nos EUA (Tambara e Freire, 1999, p. 36-37). Já na Universidade de Chicago, um profissional da área da saúde chegou a solicitar o fechamento do Centro de Aconselhamento que ele dirigia, sob a alegação de que ali se praticava medicina ilegal. Apesar dessas resistências, Rogers manteve uma postura conciliadora, contribuindo para a superação das barreiras legais entre a Psicologia e psiquiatria (Rogers, 1977d, p. 34-35).

<sup>10</sup> Segundo Branco (2010, p. 81; 93-94) e Branco et al. (2016, p. 288), um exemplo concreto dessa articulação entre exigências clínicas e critérios de cientificidade pode ser identificado no modo como Rogers procurou incorporar elementos da teoria de Horney em seus estudos sobre personalidade e mudança terapêutica, ao mesmo tempo em que enfatizava a necessidade de investigação empírica da terapia relacional proposta por Rank.

entre a natureza experiencial do trabalho clínico e as exigências de objetividade próprias da validação científica. Rogers respondeu a esse impasse ao formular uma estratégia de integração entre as atitudes do pesquisador e do terapeuta, concebendo a investigação empírica como um campo no qual dados observáveis e formulações subjetivas poderiam esclarecer-se mutuamente. Essa orientação resultou na adoção de procedimentos metodológicos inovadores voltados ao estudo sistemático do processo terapêutico, entre os quais se destaca o uso de gravações de sessões clínicas.

Embora já existissem registros sonoros de sessões terapêuticas, Rogers foi pioneiro ao empregar gravações de atendimentos clínicos com finalidade investigativa (Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 231), bem como ao utilizar a filmagem como recurso sistemático para o estudo do processo psicoterapêutico. A análise detalhada desses registros possibilitou identificar eventos relevantes do processo terapêutico, como momentos de dificuldade, de facilitação e de manifestações defensivas por parte do cliente ou do terapeuta. A partir dessa iniciativa, Rogers passou a tornar públicos os próprios atendimentos, disponibilizando entrevistas transcritas e registros audiovisuais para análise e discussão. Tal decisão produziu efeitos relevantes sobre o campo da psicoterapia, ao transformar atendimentos antes restritos e pouco transparentes em práticas passíveis de escrutínio público (Rogers, 1977/1986, p. 22-24; Farson, 1979, p. 29-30; Tambara e Freire, 1999, p. 44-45).

Esse esforço de sistematização e explicitação pública da prática clínica também se refletiu em suas intervenções teóricas daquele período. Em 11 de dezembro de 1940, Rogers proferiu uma palestra na Universidade de Minnessota intitulada *Os mais recentes conceitos em psicoterapia*, na qual descreveu um conjunto de características que, a seu ver, expressavam uma orientação emergente entre psicoterapeutas mais jovens. Entre esses elementos, destacavam-se a confiança na tendência de crescimento em direção à saúde e à maturidade, a compreensão da terapia como um meio de favorecer esse desenvolvimento, a ênfase nos sentimentos em detrimento da compreensão intelectual, a valorização da experiência imediata em relação ao passado e a centralidade da relação terapêutica. Rogers acreditava estar apenas sintetizando uma posição amplamente compartilhada por seus contemporâneos; contudo, a reação da plateia levou-o a perceber que não se tratava de uma tendência comum, mas da formulação de uma abordagem própria (Tambara e Freire, 1999, p. 35-36).

Essas formulações públicas retomavam pressupostos que Rogers vinha desenvolvendo desde a década anterior. Já em *The Clinical Psychologist's Approach to Personality Problems* (1937), ele sustentava a premissa de que cada indivíduo dispõe de recursos internos que lhe

permitem ajustar-se de maneira satisfatória à vida, desde que encontre condições ambientais adequadas para isso. Tal orientação teórica, com implicações diretas para a prática clínica, conforme sintetiza Wood (2010, p. 174), implicava confiança nas capacidades do cliente. Em lugar de atribuir ao terapeuta a responsabilidade pela resolução dos problemas, buscava-se promover maior autonomia e integração da pessoa, deslocando o foco do problema para o sujeito. Assim, o objetivo do modelo terapêutico não consistia em induzir mudanças prescritas externamente, mas em criar condições para que a própria pessoa pudesse desenvolver-se (Rogers, 1977/1986, p. 14-17).

Como aponta Wood (2010, p. 174), não surpreende, portanto, que essa orientação tenha provocado reações intensas entre outros profissionais da área. Um dos fatores que contribuiu para o caráter controverso de sua proposta foi a crítica dirigida às técnicas então predominantes, sustentadas pela premissa de que o orientador detinha maior conhecimento sobre o cliente e, portanto, deveria definir os meios mais adequados para conduzi-lo. Nessa perspectiva crítica, Rogers (1977/1986, p. 14-17; 22-24) argumentava que tais práticas pressupunham a legitimidade do controle da vida do cliente por parte do profissional, ao mesmo tempo em que colocavam em questão o poder tradicionalmente atribuído ao terapeuta – aspecto que ajuda a compreender por que sua proposta foi recebida como ameaçadora por muitos profissionais, para além de seu caráter inovador. A política associada à sua proposta implicava, por sua vez, que o terapeuta renunciasse deliberadamente ao exercício desse controle e evitasse assumir decisões em lugar do cliente. No plano clínico, essa orientação encontrava respaldo na observação de que, quanto maior a liberdade concedida ao cliente, maior a probabilidade de que conteúdos cruciais ao processo terapêutico emergissem com maior rapidez e intensidade, ao passo que a condução direta por parte do terapeuta tendia a inibir esse fluxo (Tambara e Freire, 1999, p. 38-39). Segundo Rogers (1977/1986, p. 14-17), essa perspectiva antecipava uma mudança que mais tarde se tornaria amplamente aceita na Psicologia: a valorização de abordagens voltadas a favorecer a independência e a autodireção do cliente.

Para além de suas implicações técnicas e clínicas, como indica o autor (1977/1986, p. 14-17; 24-25), essa proposta apoiava-se em uma concepção antropológica distinta daquela predominante à época. Em boa parte das formulações psicológicas então dominantes, o indivíduo era concebido como alguém em quem não se podia confiar plenamente e que, por isso, deveria ser orientado ou contido. Rogers ilustra essa concepção ao referir-se, por exemplo, à leitura freudiana segundo a qual a liberação irrestrita da natureza interior do indivíduo conduziria à destruição. Em contraste com essas posições, apresentou uma perspectiva

percebida como provocativa, ao afirmar que o indivíduo dispõe de recursos internos que lhe permitem compreender-se e modificar-se, sendo, portanto, digno de confiança.

Essa concepção tinha consequências diretas para a prática clínica: cabia ao profissional de ajuda renunciar à confiança exclusiva em sua própria racionalidade, suspender conceitos prévios e abandonar dogmas, a fim de captar o mundo do cliente. Isso exigia, por um lado, disponibilidade para a experiência do outro, abertura para conhecer, sentir e transformar-se na relação, bem como confiança nas tendências criativas e organizadoras da vida do cliente, aceitando-o e apreciando-o sem impor mudanças (Wood, 1983b, p. 14-17; 25-26). Esse mesmo olhar sobre as tendências criativas e organizadoras do indivíduo também implicava uma redefinição mais ampla do objeto e do alcance da intervenção psicológica, ao deslocar o foco da Psicologia da doença para a pessoa e seu potencial de crescimento e criatividade, em contraste com o modelo médico então predominante (Farson, 1979, p. 30-31).

Entre os efeitos dessa reorientação, destacou-se a substituição do termo “paciente” – associado à passividade do indivíduo e ao modelo médico, centrado na identificação e remoção de entidades patológicas – por “cliente”. Essa alteração terminológica não se restringia a uma escolha linguística, mas envolvia implicações sociais e filosóficas mais amplas, ao assinalar o papel ativo e colaborativo do indivíduo e afastar a concepção tradicional de doença ou de objeto experimental (Wood, 1983b, p. 23-25; Tambara e Freire, 1999, p. 42-43).

Nesse contexto, o modelo rogeriano introduziu três diferenças fundamentais em relação às abordagens terapêuticas predominantes, tal como pode ser depreendido das formulações apresentadas por Rogers (1946). A primeira consiste na concepção do processo terapêutico como dotado de regularidade e inteligibilidade, o que tornou a prática clínica passível de investigação empírica sistemática. A segunda refere-se à centralidade conferida ao cliente como agente do processo terapêutico, deslocando o saber exclusivo do terapeuta. Por fim, a terceira diferença diz respeito à natureza da relação terapêutica, concebida não como aplicação de técnicas ou conhecimentos especializados, mas como a criação de um clima psicológico facilitador *centrado no cliente*<sup>11</sup>.

Na sequência desse processo de consolidação inicial, após o período de intensa ampliação da produção empírica na Universidade Estadual de Ohio, Rogers deu

---

<sup>11</sup> “Centrar-se no cliente ou assumir o referencial da estrutura interna do cliente significa perceber o cliente da maneira como ele próprio se percebe, isto é, mergulhar profundamente no mundo do cliente para poder vê-lo como ele próprio se vê e compreendê-lo como ele próprio se compreende. Quando olhamos para uma pessoa a partir de nossa própria visão de mundo, a partir de nossos conceitos, ideias e valores, estamos adotando nosso próprio referencial, que é externo a esta pessoa” (Tambara e Freire, 1999, p. 57).

prossequimento às investigações sobre a psicoterapia ao transferir-se para a Universidade de Chicago, em 1944. Tendo em vista que a Universidade de Chicago se configurava como um polo relevante tanto do funcionalismo quanto do *pragmatismo*<sup>12</sup> – aspecto já assinalado anteriormente –, Branco (2010, p. 84) observa que não causa estranhamento o fato de Rogers ter incorporado elementos dessa tradição ao desenvolver suas pesquisas. Tal influência manifesta-se em diferentes aspectos de sua formulação teórica, entre eles a ênfase nos processos de adaptação e ajustamento, a compreensão da personalidade a partir do organismo em interação com o meio e a noção de autorregulação. Acrescenta-se, ainda, uma concepção de consciência entendida como operação simbolizadora em situações de tensão com o ambiente. Nesse mesmo horizonte pragmatista, Rogers concebe a verdade não como entidade absoluta, mas como resultado da interação com o meio, cuja validade se confirma na experiência concreta (Branco e Cirino, 2016, p. 19).

Como defende Branco (2010, p. 127), a ênfase atribuída à funcionalidade do organismo em sua relação com o meio aproximou Rogers de autores que desenvolviam concepções organísmicas do ser humano, entre eles Goldstein, **Andras Angyal** (1902-1960) e Maslow. Esses autores partilhavam pressupostos comuns para pensar o desenvolvimento do self e da personalidade, os quais exerceram influência relevante na formulação da teoria rogeriana.

No caso de Goldstein, Branco (2010, p. 127) observa que, embora tenha sido formulada a noção de uma tendência direcional, não se encontra em sua obra um desenvolvimento detalhado do processo pelo qual o organismo se transforma ao longo do tempo. Rogers, por sua vez, avançou nessa direção ao articular o funcionamento orgânico à organização da personalidade; sua teoria, como destacam Marx e Hillix (1973, p. 527-530), não se orientou pela construção de modelos estruturais da psique, privilegiando, antes, a compreensão da mudança, do funcionamento e do desenvolvimento da personalidade. Ainda que reconhecesse certa estabilidade na organização pessoal, Rogers admitia a possibilidade de incorporação de novas experiências, capazes de produzir modificações na estrutura interna do indivíduo. Em consonância com Goldstein, sustentava que o organismo tende à autorrealização, à manutenção e à superação de si.

No que se refere a Angyal, sua concepção de consciência – entendida como um elemento vinculado à experiência e ao próprio ato de experimentar, bem como um processo de

---

<sup>12</sup> O pragmatismo parte do princípio de que a validade do conhecimento deve ser estritamente testada por suas consequências e utilidade – ideia frequentemente resumida, em termos populares, como “qualquer coisa é verdadeira se funciona” (Schultz e Schultz, 1981, p. 156).

simbolização de determinadas experiências – mostrou-se relevante para a formulação rogeriana da relação entre *self* e organismo. Rogers também assinala a proximidade entre o termo “autorregulação”, empregado por Angyal, e a noção de “autoconcretização” proposta por Goldstein, indicando que ambas contribuíram para sua elaboração do conceito de tendências diretivas (Rogers, 1951/1992, p. 549; 556; Branco, 2010, p. 127).

Em relação a Maslow, Branco (2010, p. 126-127) assinala que ele e Rogers compartilhavam diversas afinidades teóricas, entre as quais se destacam a compreensão da motivação como impulso orientado à satisfação de necessidades e à realização das potencialidades do organismo, a atenção aos riscos implicados na adoção de valores alheios à própria experiência e a concepção de uma natureza humana fundamentalmente positiva, desde que favorecida por condições adequadas.

Ao analisar o conjunto das contribuições de Goldstein, Angyal, Maslow e Rogers, Branco (2010, p. 75; 125-128) sustenta que esses autores desenvolveram perspectivas convergentes em torno de uma concepção organísmica de autorrealização. Embora compartilhassem a compreensão da pessoa como uma totalidade integrada, o autor argumenta que se diferenciaram quanto às estratégias e aos campos de aplicação de suas formulações. Nesse conjunto, Branco destaca que Rogers se singularizou por operacionalizar condições e atitudes facilitadoras do crescimento organísmico, aplicando-as de modo sistemático à psicoterapia, à educação e ao trabalho com grupos.

Ainda que a perspectiva organísmica tenha se constituído como um eixo central na construção da teoria rogeriana, Branco (2010, p. 100-102) assinala que outras tradições psicológicas também contribuíram de modo pontual para sua formulação. Entre essas tradições, destaca-se a Psicologia da Gestalt, da qual Rogers incorporou determinados conceitos, ainda que não tenha desenvolvido uma teoria propriamente gestáltica. Em sua obra, é possível identificar a presença de elementos dessa abordagem, como a *noção de campo*<sup>13</sup> formulada por

---

<sup>13</sup> A teoria de campo, como explicam Schultz e Schultz (1981, p. 320-321), foi inspirada no conceito de campos de força da Física. Partindo dessa analogia, Lewin supôs que as atividades mentais também ocorrem em um campo – o campo psicológico, ou espaço vital – entendido como o conjunto de eventos capazes de influenciar uma pessoa, abrangendo aspectos do passado, presente e futuro. Esse espaço inclui as necessidades do indivíduo, na medida em que se relacionam com seu ambiente psicológico. O espaço vital pode apresentar diferentes graus de diferenciação, conforme a quantidade e o tipo de experiências acumuladas pela pessoa. Assim, um bebê, em razão do número ainda limitado de vivências, possui poucas regiões diferenciadas em seu espaço vital, ao passo que um adulto tende a apresentar um espaço mais complexo, como resultado do acúmulo de suas experiências. No interior desse sistema, Lewin também incorpora o conceito de motivação (ou necessidade), definido como o estado de equilíbrio entre a pessoa e seu meio. Quando esse equilíbrio é perturbado, instaura-se uma tensão que impulsiona o organismo a restaurá-lo. Nesses termos, sempre que há um estado de tensão, o organismo tende a agir no sentido de descarregá-la e restabelecer o equilíbrio.

**Kurt Lewin** (1890-1947), a compreensão da relação dinâmica entre figura e fundo, a ênfase na psicodinâmica entre consciência, experiência e percepção, bem como o conceito de *insight*.

Paralelamente a essas interlocuções teóricas, o desenvolvimento da abordagem rogeriana também se caracterizou por um movimento progressivo de ampliação de seus contextos de aplicação. Segundo a reconstrução apresentada por Hipólito (1999, p. 18-19), a partir da década de 1950 Rogers passou a aprofundar e aplicar sua abordagem em diferentes contextos acadêmicos e sociais. Nesse período, atuou como professor visitante em universidades como Harvard, Berkeley e Brandeis, estabelecendo-se, em 1957, na Universidade de Wisconsin. Foi nesse contexto institucional que ele e sua equipe desenvolveram pesquisas com pessoas diagnosticadas com esquizofrenia, trabalho que culminou na publicação, em 1967, da obra *The therapeutic relationship and its impact*.

Ainda conforme Hipólito (1999, p. 19-20), esse movimento de ampliação prosseguiu ao longo das décadas seguintes. Em 1968, Rogers fundou, em *La Jolla*, o Centro para o Estudo da Pessoa, passando a conceber o trabalho com grupos não apenas como instrumento de desenvolvimento pessoal, mas também como recurso aplicável à educação, à gestão, à administração e à resolução de conflitos. A publicação de *Grupos de encontro*, em 1970, consolidou essa vertente de sua produção, paralelamente à sua dedicação à reflexão educacional e à formulação de uma pedagogia centrada no aluno. A partir de 1972, Rogers passou também a direcionar sua atenção para questões sociais e políticas, apresentando sua abordagem como um modelo aplicável para além da psicoterapia. Após analisar as negociações de paz de *Camp David*, em 1978, propôs diretrizes para a mediação de conflitos sociais e políticos e, em 1985, conduziu, na Áustria, um *workshop* com cerca de cinquenta líderes internacionais, fundamentado no modelo dos grupos de encontro, passando gradativamente a atuar em mediações transculturais e iniciativas voltadas à promoção da paz.

### 2.3. A NOÇÃO DE TENDÊNCIAS

Rogers (1939/1978, p. 304) assinala que, em seu percurso inicial, sua atenção esteve prioritariamente dirigida às exigências concretas da psicoterapia, atribuindo maior relevância à prática clínica do que a sistemas teóricos ou filosóficos. Essa ênfase manifesta-se já em sua primeira obra, *O tratamento clínico da criança-problema* (1939), na qual o autor desloca o foco das discussões teóricas para uma indagação eminentemente pragmática acerca das possibilidades de intervenção terapêutica. Em lugar de longas elaborações conceituais, Rogers

dedica-se à descrição objetiva de métodos, técnicas e instrumentos utilizados no tratamento clínico.

Contudo, como descreve Rogers (1951/1992, p. 22-23; Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 144-145), à medida que suas investigações se expandiram ao longo das décadas de 1940 e 1950, tornou-se cada vez mais premente a formulação de uma estrutura teórica capaz de integrar os resultados empíricos acumulados. Esse movimento não decorreu de um único motivo, mas da convergência de diferentes circunstâncias. Entre elas, destacam-se a necessidade de organizar de forma mais sistemática os dados provenientes das pesquisas, o convite da APA para sua participação em obras dedicadas às teorias psicológicas contemporâneas e, ainda, a ampliação do interesse, especialmente por parte de psicólogos europeus, em compreender sua proposta.

É nesse momento de sistematização teórica que Rogers passa a explicitar os principais conceitos de sua teoria da personalidade e do comportamento. Entre esses desenvolvimentos, adquire destaque a formulação da noção de tendências diretivas, articulada à adoção de uma concepção segundo a qual a vida orgânica se organiza como um sistema de respostas totais, no qual modificações em uma de suas partes podem repercutir sobre o funcionamento do conjunto. Essa reorientação teórica descreve o organismo como engajado em um movimento contínuo em direção ao crescimento e ao aperfeiçoamento, associado à ampliação da autonomia e ao empenho pela autodeterminação (Rogers, 1951/1992, p. 553-557).

Com base nessa concepção, Rogers avança na elaboração de uma teoria voltada à explicação do crescimento do organismo, considerando a relação entre a organização da personalidade e o próprio organismo. Como descreve Branco (2010, p. 66; 125), organismo é pensado desde seu funcionamento em nível individual, em correlação com a personalidade, até suas relações com redes mais amplas de personalidades e outros organismos, formando ecocomunidades compostas por seres orgânicos e inorgânicos que interagem em sistemas complexos. Nesse quadro, Rogers (1983b, p. 38) identifica duas tendências centrais que estruturam seu modelo teórico: a *tendência formativa*, concebida como uma característica do universo, e a *tendência à realização*, entendida como característica própria da vida orgânica.

### 2.3.1. Tendência formativa

Ao sustentar sua tese acerca da existência da tendência formativa, Rogers (1983b, p. 11-12) mobiliza contribuições científicas contemporâneas que lhe permitiam pensar processos de mudança e reorganização em sistemas dinâmicos. Nesse sentido, faz referência, por um lado, à

teoria de Murayama, voltada à descrição da amplificação de desvios em sistemas caracterizados por interações recíprocas de causa e efeito. Por outro, recorre aos estudos de Ilya Prigogine, dedicados à compreensão da emergência de ordem e complexidade a partir de processos entrópicos, com base nos quais assinala que, quanto maior o grau de complexidade de uma estrutura – seja ela química ou humana –, maior é a quantidade de energia necessária para sua manutenção; nesses sistemas, perturbações de pequena magnitude tendem a ser dissipadas; quando amplificadas, porém, podem conduzir à formação de novos estados mais organizados e complexos.

É nesse horizonte que Rogers (1983b, p. 14) caracteriza a tendência formativa como um contraponto aos processos de deterioração entrópica, definindo-a como uma capacidade para mudanças súbitas e criativas orientadas à constituição de estados novos e mais complexos. Embora reconheça a presença de tendências à degeneração e à desordem, o autor opta por enfatizar a força formativa como princípio explicativo central. Concebida como um princípio presente em todo o universo e em qualquer nível – do orgânico ao inorgânico, de microrganismos a seres humanos, de cristais a galáxias –, essa tendência evolucionária opera no sentido de uma ordem progressivamente mais integrada e complexa. No domínio da vida inorgânica, manifesta-se, por exemplo, no processo de cristalização, que conduz da condensação de um vapor informe à constituição de estruturas cada vez mais organizadas. Já no âmbito da vida orgânica, expressa-se no desenvolvimento do óvulo humano, que, por meio de sucessivas divisões celulares, evolui até formar um sistema altamente organizado: o bebê humano (Rogers, 1980/1983a, p. 45; Fonseca, 1983b, p. 142).

### 2.3.2. Tendência à realização

Em uma de suas observações, Rogers relata ter notado, entre as formações rochosas de uma costa, uma palmeira-marinha que, apesar da aparente fragilidade, resistia aos sucessivos impactos das ondas. Submersa pelas torrentes de água, a planta reaparecia a cada recuo do mar. Nessa cena, Rogers (1977/1986, p. 226) reconhece “(...) o impulso em direção à vida, a habilidade de impor-se num ambiente incrivelmente hostil e não apenas de manter-se, mas de adaptar-se, desenvolver-se, tornar-se ela mesma”. Embora o fenômeno pudesse ser descrito em termos bioquímicos – como o fototropismo ou a programação genética –, o autor opta por enfatizar uma característica mais geral da vida enquanto processo ativo, que,

independentemente das condições ambientais, tende à manutenção, ao desenvolvimento e à reprodução (1977/1986, p. 226-227).<sup>14</sup>

Rogers (1980/1983a, p. 40-41) recorre a uma imagem distinta, porém conceitualmente convergente, para ilustrar a persistência dessa mesma tendência sob condições igualmente adversas:

A caixa em que armazenávamos nosso suprimento de batatas para o inverno era guardada no porão, vários pés abaixo de uma pequena janela. As condições eram desfavoráveis, mas as batatas começavam a germinar – eram brotos pálidos e brancos, tão diferentes dos rebentos verdes e saudáveis que as batatas produziam quando plantadas na terra (...) em seu crescimento bizarro e vão, esses brotos eram uma expressão desesperada da tendência direcional (...).

No nível da vida orgânica, Rogers denomina essa força de tendência atualizante, ou tendência à realização (Fonseca, 1983b, p. 142). Tal tendência não apenas pressupõe o impulso ao desenvolvimento de formas mais complexas e à realização das potencialidades do organismo, como também incorpora a noção de motivação, entendida tanto como redução de tensões e necessidades quanto como orientação para a expansão e o crescimento. Os esforços de uma criança para desenvolver a locomoção bípede ilustram esse processo: mesmo sob tensão, tais tentativas são acompanhadas de prazer, configurando uma forma de tensão vital e construtiva. Assim, a criança não busca apenas aliviar a tensão, mas engajar-se no próprio desenvolvimento (Rogers, 1979, p. 41; Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 159).

Em contraste com Freud, para quem a motivação estaria centrada na busca pela ausência de estimulação ou pela redução da tensão, Rogers concebe o organismo como orientado à realização de potencialidades mais elevadas, o que implica um interesse predominante por experiências mais complexas em detrimento das mais simples. Essa tendência, contudo, não se estende a todas as potencialidades possíveis, pois possui caráter construtivo: salvo em condições patológicas ou excepcionais, o organismo não tende a desenvolver capacidades voltadas à dor, à autodestruição ou à náusea (Rogers, 1977/1986, p. 228-229). Embora reconheça a relevância do modelo homeostático, Rogers não o considera a orientação última do indivíduo (Rogers, 1979, p. 40).

## 2.4. ORGANISMO E EU

---

<sup>14</sup> Para mais exemplos de tendência à realização, ver o experimento de Hans Driesch sobre a separação de células de embriões de ouriços-do-mar.

À luz das tendências diretivas, pode-se compreender que o organismo manifesta uma multiplicidade de ações orientadas à manutenção e ao desenvolvimento, bem como à conservação, ao aumento da complexidade, à ordenação e à inter-relação de seus processos. Essa capacidade autorreguladora, inerente à vida, é descrita por Rogers (1977/1986, p. 230) como uma forma de “sabedoria do corpo” ou “sabedoria fisiológica”. Nessa perspectiva, mesmo quando o organismo incorre em desvios ao longo do desenvolvimento, tais ocorrências tendem a ser corrigidas no curso do próprio processo vital. No entanto, no caso humano, a consciência nem sempre se articula de modo congruente à experiência do organismo, podendo, ao contrário, frustrá-la e aliená-la de sua experiência. Isto é, embora o organismo tenda à realização, certos aspectos da consciência podem operar em sentido oposto, *como se* coexistissem dois sistemas motivacionais em tensão: o organismo e o eu consciente.

A questão que se coloca, então, é por que tal conflito se instaura. Para Rogers (1977/1986, p. 230-235), a dissociação entre organismo e self não constitui um traço natural do processo humano. Ainda que determinados fenômenos orgânicos – como a produção hormonal – permaneçam fora do alcance da consciência, outras experiências são plenamente acessíveis. Quando essas experiências passíveis de simbolização são distorcidas ou negadas pela consciência, sobretudo em função do condicionamento cultural, as tendências diretivas acabam sendo deturpadas. Nessas circunstâncias, a pessoa pode passar a orientar-se conscientemente por construtos rígidos, enquanto, em nível orgânico, continua a operar segundo a tendência realizadora. Em síntese, trata-se de um processo aprendido de alienação da experiência orgânica.

Segundo Rogers e Stevens (1967/1977c, p. 14-15), na infância, o ser humano parece dispor de uma orientação relativamente clara quanto aos valores, manifestando preferência por experiências que favorecem a manutenção, a ampliação ou a efetivação do organismo, bem como rejeição àquelas que não cumprem essa função. Um exemplo simples encontra-se na experiência da fome: para a criança, esse estado é negativamente valorado, ao passo que o alimento tende a receber uma valoração positiva. Convém observar, contudo, que o mesmo alimento pode passar a ser negativamente valorado quando o organismo já se encontra saciado, o que indica o caráter dinâmico e orgânico desse sistema de avaliação. Essa variabilidade evidencia um processo de ponderação complexo, que Rogers e Stevens (1967/1977c, p. 16) descreve como uma “(...) função orgânmica, e não uma função consciente ou simbólica. São valores operativos e não valores concebidos”.

Nessa fase do desenvolvimento, o processo de avaliação localiza-se no próprio organismo e não se encontra ainda condicionado por influências externas, como pais, instituições religiosas, especialistas ou a persuasão da publicidade. Como afirma Rogers e Stevens (1967/1977c, p. 17), “a criança é o centro do processo de valorização, e a prova de suas escolhas é dada por seus sentidos (...) é do íntimo de sua vivência que o organismo diz em termos não-verbais: ‘isto é bom para mim’; ‘aquilo não é bom para mim’; ‘gosto disto’, ‘não gosto daquilo’”. O bebê vivencia suas experiências e confia nelas; ao sentir fome, não hesita quanto a essa vivência, comportando-se como um organismo autoconfiante, ainda que não tenha consciência reflexiva disso (Rogers, 1977d, p. 97). Nesse sentido, observa Rogers e Stevens (1967/1977c, p. 17) que, se pudesse refletir sobre o tema, “(...) o bebê riria de nossa preocupação com valores. Como alguém pode não saber do que gosta e do que não gosta, o que lhe faz bem e o que lhe faz mal?”.

O que leva, então, o condicionamento cultural a transformar um processo de valoração inicialmente eficiente em um sistema progressivamente mais rígido, incerto e ineficaz? Para Rogers (1951/1992, p. 549-552; 561-565), isso ocorre porque determinados comportamentos podem satisfazer às necessidades do Eu ao mesmo tempo em que entram em conflito com as necessidades do organismo. À medida que o indivíduo se desenvolve, uma parcela de seu campo perceptual total passa a diferenciar-se gradualmente, sendo reconhecida como Eu. Esse campo perceptual (ou campo fenomenológico) inclui tudo aquilo que é experienciado pelo organismo, quer seja conscientemente percebido ou não. A pressão do assento contra as nádegas, por exemplo, constitui uma experiência orgânica contínua, mas só se torna consciente ao ser simbolizada. Algumas experiências passam a compor o plano de fundo, embora possam emergir como figura. É a partir dessa organização fenomenológica da experiência que o indivíduo reage à realidade conforme a percebe; assim, quando a percepção se altera, a reação também se modifica.

É no interior dessa organização do campo fenomenológico que algumas experiências passam a ser apropriadas como relativas ao próprio Eu. A vivência de um objeto ou de uma experiência como pertencente ao Eu depende, portanto, de sua percepção como estando sob controle; aquilo que escapa a esse controle tende a ser experienciado como menos integrante do Eu – como, por exemplo, um pé adormecido (1951/1992, p. 561-565).

Formada no curso das interações com o ambiente, inclusive por meio das avaliações provenientes de outras pessoas, a estrutura do Eu constitui-se, segundo Rogers (1951/1992, p. 566), como “um padrão conceitual organizado, uma elaboração simbólica de uma parte do

universo, ela é fluida e coerente de percepções de características e relações do ‘eu’ ou do ‘mim’, juntamente com valores ligados a esses conceitos”. Esses valores podem ser experienciados diretamente pelo organismo ou incorporados de modo indireto, a partir das relações interpessoais. Assim, no decorrer das interações com o ambiente, o bebê vai construindo concepções sobre o mundo e sobre si mesmo, ainda que sem dispor de símbolos verbais. A experiência imediata de “eu experimento” soma-se à consciência de “eu gosto” ou “eu não gosto”, passando a valorizar experiências que preservam ou aperfeiçoam o organismo e a atribuir valor negativo àquelas percebidas como ameaçadoras. As avaliações externas relativas ao seu Eu – por exemplo, “você é um bom menino” – passam, então, a integrar seu campo perceptual (Rogers, 1951/1992, p. 556-557).

Como a criança necessita de amor, tende a comportar-se de modo a assegurar a continuidade dessa experiência afetiva. Esse processo adaptativo, contudo, pode gerar complicações. Uma criança pode, por exemplo, vivenciar sensações sensoriais positivas ao agredir um irmão, mas, ao fazê-lo, receber avaliações negativas – como “menina levada” ou “você é má” – eventualmente acompanhadas de punições. A mensagem implícita que se comunica é: “se você se sente assim, eu não amarei você” (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 17-18; 1977d, p. 97). Nessas circunstâncias, determinados construtos passam a operar como condições para a manutenção do afeto; por exemplo, o construto “você ama o seu irmão” pode tornar-se uma condição para ser amada. Assim, sentimentos ocasionais de raiva podem ser negados à consciência; embora o organismo continue a expressá-los – por exemplo, ao empurrar o irmão –, a ação é reinterpretada como um “acidente”, preservando-se a autoimagem de alguém amável e impedindo que a experiência real seja simbolizada conscientemente (Rogers, 1977/1986, p. 233).

Quando experiências viscerais e sensoriais significativas são negadas à consciência, podem culminar em um desajustamento psicológico. Diante de uma experiência percebida como incoerente com a noção de Eu, o organismo empenha-se em manejar a tensão por vias compatíveis com a estrutura do Eu. Nesses casos, as experiências podem seguir diferentes destinos: (a) ser simbolizadas e reconhecidas como relacionadas ao Eu; (b) ser ignoradas<sup>15</sup> por

---

<sup>15</sup> Algumas experiências permanecem no fundo do campo fenomenológico; nessa condição, não contradizem nem reforçam o self, tampouco satisfazem necessidades a ele relacionadas. Por exemplo, ao caminhar por uma rua, certos estímulos podem ser ignorados; entretanto, ao surgir a necessidade de uma loja de materiais de construção, torna-se possível recordar que havia uma ali. A experiência, antes irrelevante, passa então à condição de figura, ao satisfazer uma necessidade do self (Rogers, 1951/1992, p. 572).

não estabelecerem relação com o Eu; ou (c) ser negadas ou simbolizadas de forma distorcida, em razão de sua incoerência com o Eu (Rogers, 1951/1992, p. 572-582).

Essa dinâmica pode ser observada no caso da criança que golpeia o irmão. Se tal comportamento suscita reações parentais negativas – como “você é ruim” ou “quando se comporta dessa maneira não é digna de amor” –, essas avaliações passam a ameaçar o Eu nascente de “criança amada”. Diante dessa situação, a criança pode simbolizar a experiência de diferentes modos: (a) de forma acurada, reconhecendo que “meus pais experimentam este comportamento como insatisfatório para eles”; (b) ignorando a experiência, por não a relacionar ao Eu; ou (c) simbolizando-a de modo distorcido, a fim de preservar um conceito de Eu ameaçado, como em “eu percebo este comportamento como insatisfatório”. Nesse último caso, a criança passa a vivenciar a atitude do outro *como se* estivesse fundada em seu próprio equipamento sensorial e visceral; assim, a expressão da raiva é experimentada como algo “mau”. Embora organicamente satisfatória, essa experiência deixa de ser admitida à consciência (Rogers, 1951/1992, p. 568-569).

Nesse contexto, a noção de negação aproxima-se do conceito freudiano de repressão, ainda que Rogers proponha uma leitura distinta do fenômeno. Para o autor (1951/1992, p. 574-575), determinadas experiências orgânicas deixam de ser simbolizadas – ou o são de maneira distorcida – porque sua representação consciente seria incompatível com a estrutura do Eu. Assim, uma mulher que tenha internalizado valores rígidos acerca da sexualidade pode vivenciar o desejo sem simbolizá-lo, sob o risco de colapsar sua autoimagem. O Eu tende, então, a reagir de modo análogo a um protoplasma que, ao ser ameaçado por um corpo estranho, procura impedir sua entrada.

Parte das explicações acerca do funcionamento dos movimentos de autopreservação e defesa pode ser encontrada nas descrições rogerianas sobre a *subcepção* (percepção subliminar ou pré-percepção)<sup>16</sup>. A subcepção opera fora do campo da consciência, funcionando como um sistema de alarme que detecta experiências cuja simbolização poderia ameaçar a estrutura do Eu. Quando se estabelece uma discrepância entre a experiência orgânica e os aspectos do Eu, tendem a emergir estados como angústia, tensão ou ansiedade (Rogers, 1951/1992, p. 576-582). Tais estados emocionais são compreendidos como respostas do organismo à subcepção

---

<sup>16</sup> McCleary e Lazarus demonstraram que a subcepção permite reagir a estímulos sem a percepção consciente. Em experimento com palavras apresentadas taquistoscopicamente, observaram que termos ameaçadores provocavam resposta epidérmica galvânica, mesmo sem terem sido conscientemente percebidos (Rogers, 1951/1992, p. 575).

desse desacordo e ao perigo associado à tomada de consciência da experiência incongruente, que exigiria uma modificação da estrutura do Eu (Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 170).

Desse modo, a criança aprende a sentir aquilo que *deveria* sentir, em lugar do que *realmente* vivência. Constrói, assim, um self ancorado em sentimentos esperados e apenas de forma esporádica entra em contato com aquilo que seu organismo – do qual o self é parte – experienciava de fato (Rogers, 1977d, p. 97). À medida que busca preservar o amor e a aceitação, a pessoa aprende que aquilo que experimenta como “bom” pode ser julgado como “mau” pelos outros. Gradualmente, afasta-se de seu centro avaliativo e da sabedoria de seu organismo. Nesse movimento, passa a substituir seu próprio processo organísmico de valoração pelo juízo alheio, adotando valores pensados que podem entrar em conflito com sua experiência sentida. Como consequência, deixa de confiar na própria vivência como guia para o comportamento, o que compromete sua capacidade de auto-orientação e dá origem ao que Rogers e Stevens (1967/1977c, p. 17-22) denomina “alheamento fundamental” da pessoa em relação a si mesma.

Trata-se de um estado de dissociação que, segundo Rogers (1977/1986, p. 235), constitui “(...) o padrão e a base de toda a patologia psicológica da humanidade, como também a base de toda a patologia social”. Como tais valores não se enraízam na experiência imediata do organismo, tendem a assumir caráter fixo e rígido, perdendo a fluidez e a adaptabilidade próprias da valorização organísmica (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 17-19).

## 2.5. A RELAÇÃO TERAPÊUTICA NA ACP

Rogers e Kinget (1965/1977a, p. 74) descrevem que a psicoterapia, assim como outros campos científicos, desenvolveu-se inicialmente com ênfase nas técnicas e nas condições externas da intervenção, relegando a segundo plano os aspectos humanos da relação terapêutica. Em seus primórdios, os autores concentravam-se sobretudo na elaboração de procedimentos de interpretação e exploração. Nesse contexto, a técnica era concebida como um recurso cujo uso não dependia da personalidade de quem a aplicava.

No desenvolvimento posterior da psicoterapia, Rogers e Kinget (1965/1977a, p. 96) assinalam uma inflexão progressiva em direção à valorização da relação terapêutica, anteriormente marcada por um caráter mais distante, unilateral e objetivante. Esse movimento associa-se ao reconhecimento da importância de vínculos mais calorosos e recíprocos no processo terapêutico. Segundo os autores, as formulações de Rogers exerceram influência decisiva nessa transição: à medida que se relativizou a centralidade exclusiva da técnica e do

saber do terapeuta, passaram a ser valorizadas atitudes como a escuta sensível e compreensiva, a empatia e uma postura não avaliativa, entendidas como condições fundamentais para uma terapia efetiva.

Procedimentos de natureza ativa – como influenciar, condicionar, ensinar, informar, analisar ou explorar –, segundo o sistema rogeriano, não promovem o tipo de mudança associada ao crescimento psicológico, uma vez que este é compreendido como um processo de natureza orgânica, que se origina no interior do próprio indivíduo e o envolve em sua totalidade (Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 77). Para Rogers (1961/2009, p. 73) os fatores decisivos para a mudança terapêutica não residem no conhecimento ou na habilidade técnica do terapeuta, mas em suas atitudes. Trata-se de qualidade humanas que não se fundamentam no domínio técnico – algo que o terapeuta *vivencia*, e não sobre o que *sabe*. Assim, a eficácia da psicoterapia é atribuída sobretudo à qualidade do encontro pessoal, do que à formação técnica, à orientação teórica ou ao domínio de técnicas ou conhecimento (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 103-104; 120).

Como descrevem Tambara e Freire (1999, p. 151-153), o terapeuta centrado no cliente fundamenta sua prática em um determinado “jeito de ser” – um modo de estar na relação que prioriza atitudes e traços de personalidade, mais do que técnicas ou conhecimentos formais. Rogers e Kinget (1965/1977a, p. 74; 1965/1977b, p. 9-12) assinalam que essas atitudes se enraízam na personalidade do terapeuta e que, diferentemente das técnicas, não podem ser adotadas à vontade segundo as necessidades do momento. Embora possam ser desenvolvidas por meio da vivência e da evocação, não são ensináveis como procedimentos.

Portanto, nessa perspectiva, como afirmam Rogers e Kinget (1965/1977b, p. 9-12), não há técnicas no sentido tradicional, mas formas características de estar na relação, denominadas “atitudes” – compreensão empática, consideração positiva incondicional e congruência. Assim, o terapeuta rogeriano não se apresenta como um especialista que aplica conhecimentos e habilidades restritos ao contexto terapêutico, nem age como se estivesse utilizando um truque ou uma ferramenta, nem como alguém que guia sutilmente o cliente enquanto aparenta deixá-lo conduzir o processo, mas como alguém cuja prática encarna atitudes e concepções fundamentais acerca do ser humano. Nessa direção, sua orientação não decorre apenas de um ato de vontade ou de uma decisão “com base na fé”, mas possui um fundamento experiencial (Rogers, 1951/1992, p. 40; Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 39).

Rogers (1951/1992, p. 28) enfatiza que o terapeuta que adota essa abordagem apenas como um método está fadado ao fracasso, a menos que esse método expresse uma concordância

genuína com suas atitudes pessoais. Isso ocorre porque tais atitudes não podem ser vivenciadas de forma autêntica sem o compartilhamento da filosofia que as sustenta, sendo necessária uma coerência entre atitude e concepção de ser humano (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 113). Nesse sentido, aqueles que já se orientam por valores que reconhecem o significado da pessoa tendem a assimilar com maior facilidade as atitudes da ACP, ao passo que os que concebem o cliente como objeto de manipulação e diagnóstico encontram maiores dificuldades para apreendê-la e praticá-la (Rogers, 1951/1992, p. 29).

Rogers (1951/1992, p. 30) reconhece que, ainda que uma pessoa adote inicialmente a abordagem centrada na pessoa de modo instrumental, é possível que venha a implementar determinadas atitudes – como, por exemplo, o respeito ao outro – até que essas atitudes passem a integrar de forma mais profunda a constituição de sua personalidade. Rogers e Kinget (1965/1977b, p. 18) observam que, nos primeiros esforços, essa prática pode parecer artificial – e, de fato, o é –, mas que, gradualmente, aquilo que inicialmente se apresentava como algo estranho ou emprestado tende a adquirir um estilo pessoal.

A centralidade atribuída às atitudes do terapeuta, nesse sentido, aparece articulada à maneira como Rogers descreve a relação terapêutica. No âmbito da relação terapêutica, Rogers (1961/2009, p. 230-231) buscou instaurar uma experiência marcada por um vínculo profundo entre terapeuta e cliente, aproximação que dialoga com a concepção buberiana da relação *Eu-Tu*<sup>17</sup>. Nesse tipo de encontro, o cliente encontra condições para vivenciar seus sentimentos de modo aberto, enquanto o terapeuta se engaja em compreendê-los a partir de dentro da relação. Assim, em vez de ocupar a posição de um observador impessoal, o terapeuta se implica pessoalmente, fazendo de atitudes como empatia, compreensão e confiança genuína elementos facilitadores de mudanças significativas.

Nesse horizonte relacional, Rogers (1977d, p. 101; 1961/2009, p. 230) reconhece que a abordagem que toma a pessoa como objeto de intervenção mostrou-se funcional no cuidado de enfermidades orgânicas. Contudo, ao operar por meio dessa objetificação, tal perspectiva tende a reduzir a pessoa a essa condição, o que evidencia seus limites quando transposta para o campo psicológico. Nesses casos, a ajuda efetiva passa a depender de uma relação genuína entre

---

<sup>17</sup> *Eu-Tu*: “quando há, entre duas pessoas, um relacionamento imediato e direto, quando você não tem consciência de mais nada além da pessoa, e ela não tem consciência de mais nada além de você, e há uma sensação profunda de comunicação e unidade entre vocês dois (...)” (Rogers, 1979, p. 56-57). *Eu-Isso*: “(...) ocorre quando vejo o cliente como um objeto complexo, uma máquina cujas funções estejam desreguladas” (Rogers, 1979, p. 57).

sujeitos, na qual o outro não é tratado como algo a ser manipulado, mas reconhecido em sua condição pessoal.

Em um contexto relacional no qual se *valoriza a pessoa*<sup>18</sup> em sua singularidade e individualidade, e no qual se oferece suporte emocional, o cliente tende a desenvolver segurança suficiente para expressar diferentes atitudes, sentindo-se compreendido, aceito e apreciado. Esse clima favorece uma exploração mais livre de si mesmo, possibilitando o reconhecimento de aspectos antes despercebidos ou negados à consciência como sentimentos hostis ou de culpa. Progressivamente, o indivíduo entra em contato com seu próprio sistema interno de avaliação. À medida que passa a vivenciar seus sentimentos com maior abertura nesse ambiente relacional, tornam-se possíveis transformações relevantes em sua organização de valores, incluindo a aceitação de dimensões do self anteriormente rejeitadas e, em certos casos, a revisão da imagem que tinha de si mesmo (Rogers, 1951/1992, p. 52; Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 22-25).

A tomada de consciência de aspectos internos anteriormente não explorados pode, inicialmente, produzir experiências de desorganização, acompanhadas de ansiedade ou angústia. Quando esse processo ocorre no contexto de uma relação terapêutica centrada na pessoa, o cliente percebe que suas vivências são acolhidas e compreendidas, mesmo quando envolvem contradições. Esse reconhecimento contribui para a constituição de um clima relacional marcado por aceitação, respeito e calor humano, no qual o indivíduo passa a desenvolver também uma atitude mais acolhedora em relação a si mesmo (Rogers, 1951/1992, p. 52; Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 22-25).

Nesse contexto, observa-se uma flexibilização progressiva dos modos de perceber e organizar a experiência, com concepções menos rígidas e mais abertas à mudança, em um movimento que remete a formas iniciais de funcionamento psicológico: o centro de valorização desloca-se para a própria vivência interna. Na vida adulta, entretanto, esse movimento assume maior complexidade, uma vez que integra memória, aprendizagem e história pessoal, não se restringindo a respostas sensoriais imediatas. Como o bebê, o adulto psicologicamente maduro confia na sabedoria de seu organismo; contudo, o faz com consciência e conhecimento (Rogers, 1951/1992, p. 52; Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 22-25).

---

<sup>18</sup> O sentimento de que “esta pessoa tem valor” não se refere a um elogio, a uma acusação ou a uma atitude neutra diante do outro; trata-se de uma noção de “igualdade”, de um entendimento de que nem o meu valor nem o do outro são algo excepcional. Nessa perspectiva, estamos em comunicação direta – de pessoa para pessoa –, situados no mesmo plano, sem superioridade ou inferioridade (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 40-41).

Rogers reconhece que certos conteúdos ainda não podem ser enfrentados ou claramente percebidos pelo cliente, na medida em que sua admissão representaria uma ameaça à organização atual do self. Nessas situações, o terapeuta centrado na pessoa funciona como um autêntico *alter ego* – um self que, temporariamente, despoja-se de si mesmo para tentar apenas compreender. Desse modo, o cliente pode perceber, expressas por outra pessoa, suas atitudes, percepções, confusões, sentimentos e complicações, quase como se pudesse “ver a si próprio objetivamente”. Esse processo “(...) prepara o caminho para a aceitação, dentro do self, de todos esses elementos que, agora, são percebidos mais claramente. Favorece-se, assim, a reorganização e o funcionamento mais integrado do self” (Rogers, 1951/1992, p. 51-52).

Rogers (1951/1992, p. 47) ilustra essa experiência por meio do relato de uma cliente que descreve a relação terapêutica como um processo no qual a presença do terapeuta tornava-se pouco saliente. Embora reconhecesse a existência de outra pessoa na sessão, a cliente relatava que a vivência era sentida como “eu trabalhando juntos”, pois o foco permanecia em seu próprio modo de pensar, e não no do terapeuta. Ela descrevia a sensação de que o terapeuta funcionava quase como uma parte de si mesma, engajado em seu problema da forma como ela desejava trabalhá-lo. Essa experiência era sintetizada na afirmação de que, embora duas pessoas estivessem presentes, a vivência subjetiva era a de uma unidade: *éramos eu*.

No mesmo relato, a cliente descreve que o papel do terapeuta era:

(...) trazer-me de volta a mim mesma, ajudar-me acompanhando tudo o que eu dizia, entender o que eu estava falando. Nunca notei que ele repetisse ou reafirmasse coisas que eu havia dito, mas apenas que acompanhava meu pensamento, porque me dizia coisas que eu havia afirmado, mas de forma a torná-las claras para mim, trazer-me de volta à terra, ajudar-me a ver o que eu dissera e o que aquilo significava para mim (Rogers, 1951/1992, 47-48).

Essa função relacional é explicitada pelo próprio Rogers (1951/1992, p. 45) ao descrever a experiência do terapeuta na relação:

Eu me tornei, em certo sentido, um outro *self* para você – um *alter ego* de suas próprias atitudes e sentimentos – uma oportunidade segura para que você possa se perceber mais claramente, experimentar a si mesmo de forma mais verdadeira e profunda, escolher de modo mais significativo.

Com isso, ficaram delineados os contornos gerais do encontro terapêutico na ACP e o lugar atribuído às atitudes do terapeuta, em contraste com a centralidade tradicional conferida às técnicas. No capítulo seguinte, apresentam-se as *condições necessárias e suficientes para a*

*mudança terapêutica da personalidade*, entre as quais se incluem as três atitudes facilitadoras – *compreensão empática, consideração positiva incondicional e congruência* –, que operam como condições relacionais do trabalho clínico.

## 2.6. AS SEIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS E SUFICIENTES

Considerando a participação do terapeuta no acompanhamento da autoexploração do cliente, importa examinar como sua atuação pode diminuir a probabilidade de que vieses emocionais e pontos cegos repercutam de modo prejudicial na experiência terapêutica. Rogers (1951/1992, p. 53-54) sustenta que essa probabilidade aumenta quando o terapeuta adota uma postura avaliativa ou passa a interpretar o conteúdo trazido pelo cliente, pois, ao julgar, suas próprias distorções tendem a acompanhar o parecer formulado. Na ACP, por contraste, a suspensão de juízos e o esforço por compreender o outro de maneira genuína funcionam como recursos que minimizam esse tipo de interferência.

Rogers e Stevens (1967/1977c, p. 104; 118) indicam três atitudes nucleares para a eficácia dessa forma de condução clínica: congruência, compreensão empática e consideração positiva incondicional. Quando presentes em alto grau, tais atitudes tenderiam a favorecer o estabelecimento de uma relação terapêutica propícia ao crescimento psicológico.

### 2.6.1. Congruência

Rogers e Stevens (1967/1977c, p. 105) observam que, em interações cotidianas, é frequente que algumas pessoas se apresentem de modo pouco transparente – como se atuassem a partir de papéis e dissessem coisas que não sentem –; diante disso, tendemos a limitar a profundidade com que nos expomos. Em contraste, a abertura costuma ser maior quando o outro se mostra autêntico e coerente na própria presença relacional, isto é, quando não se percebe uma dissociação entre o que vive e o que comunica. Nesses casos, a relação é experimentada como encontro com alguém “real”, e não com uma aparência. Em registro convergente, O’Hara (1983b, p. 110) sintetiza essa disposição ao afirmar que “entregamo-nos apenas ao que cremos, seja aos braços de um amante, a uma sessão de terapia, ou a uma exibição artística”.

Essa *congruência*<sup>19</sup>, relevante nas relações humanas em geral, adquire peso ainda maior no contexto terapêutico. Rogers e Kinget (1965/1977a, p. 76-78) observam que quem busca psicoterapia costuma estar em estado de tensão – o que, em parte, explica a procura por ajuda – e que essa condição pode aumentar a vigilância frente ao ambiente interpessoal. Nessa situação, sinais sutis do outro tendem a ganhar relevo e, por vezes, são tomados com importância “exagerada”. Assim, discrepâncias percebidas entre o discurso do terapeuta e suas atitudes podem ser vividas como ameaça.

É justamente nesse ponto que a congruência se torna decisiva para o engajamento do cliente na autoexploração: O’Hara (1983b, p. 109-110) assinala que, para que o cliente se engaje em um processo de autoexploração, é relevante perceber o terapeuta como alguém íntegro e verdadeiro na relação. Nesse sentido, o cliente tende a esperar correspondência entre o que o terapeuta comunica e a forma como se conduz, sem a impressão de uma “máscara profissional”. Rogers (1977/1986, p. 19) sugere, inclusive, que, “(...) descobrindo que a terapeuta está se permitindo ser como ela é, a cliente tende a descobrir a mesma liberdade”.

Nessa lógica, o grau de autenticidade do terapeuta na relação pode incidir diretamente sobre o crescimento pessoal do cliente. Quando o terapeuta se apresenta de modo genuíno, sem recorrer a máscaras ou fachadas – como quem pudesse comunicar, na própria presença, “aqui estou, como sou” –, sustentando um encontro autêntico, de pessoa para pessoa, e expressa abertamente seus sentimentos e atitudes, tornando-se transparente na relação, aumentam as possibilidades de mudanças construtivas no cliente (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 104-105; Rogers, 1961/2009, p. 71; 1977/1986, p. 18-19; 1979, p. 59).

Nessas condições, Rogers e Kinget (1965/1977a, p. 76-78) assinalam que a autenticidade do terapeuta contribui para a formação de um clima de segurança que reduz a probabilidade de ameaça “excessiva”, isto é, de vivências de ameaça intensificadas em estado de maior vigilância. Isso, porém, não implica sua completa eliminação: quando ameaças ocorrem, podem ser reconhecidas e discutidas no interior desse clima.

Para além desses efeitos sobre o clima relacional, Rogers delimita a congruência como uma condição do próprio terapeuta, referida ao modo como ele se relaciona com a própria experiência. A congruência envolve o reconhecimento atento do fluxo de vivência interna e um

---

<sup>19</sup> Ao longo do desenvolvimento da abordagem, Rogers e outros autores recorreram a diferentes denominações para nomear aspectos dessa atitude relacional, como “autenticidade”, “acordo interno”, “genuinidade”, “veracidade” e “transparência”. Esses termos refletem reformulações sucessivas do conceito, à medida que novas pesquisas e contribuições teóricas iam sendo incorporadas. Nesse processo, Rogers progressivamente refina a noção até consolidar o termo “congruência” como expressão mais precisa dessa condição.

estado de coerência entre aquilo que é experienciado internamente (a vivência visceral), sua representação consciente e aquilo que é comunicado ao cliente (Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 106; Rogers, 1977/1986, p. 18). Ainda que essa condição jamais possa ser plenamente exercida, o grau de congruência tende a aumentar quanto mais o terapeuta consegue escutar e aceitar seu mundo interno – reconhecendo, sem receio da complexidade dessas vivências, os sentimentos presentes no momento – e quanto mais é capaz de comunicá-los (Rogers, 1961/2009, p. 71; Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 104-105).

Isso não implica que o terapeuta deva expressar-se de modo impulsivo. O terapeuta pode, por exemplo, sentir compaixão, ternura ou compreensão diante das aflições do cliente, mas também pode experimentar sentimentos como tédio, raiva ou medo. Quanto mais consciente estiver dessas experiências e mais capaz for de expressá-las de maneira apropriada, maior será sua utilidade clínica. Se o terapeuta percebe que está constantemente entediado com um cliente e sente que deve expressar esse sentimento em função da relação, ele o faz assumindo-o como “meu sentimento de tédio”, “minha reação”, e não por meio de julgamentos e opiniões sobre o cliente (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 106; Rogers, 1977/1986, p. 18).

A congruência, nesse sentido, não se confunde com sinceridade. Enquanto esta diz respeito a falar ou agir de acordo com a representação consciente da experiência – tal como ela aparece à consciência do indivíduo –, não necessariamente corresponde àquilo que é de fato experienciado. Um indivíduo pode, por exemplo, afirmar que não tem preconceitos sociais e perceber coerência entre o que sente e diz; nesse caso, poderia ser considerado sincero, desde que se parta do pressuposto de que não há erro na percepção de sua própria experiência. O conceito de congruência, nesse ponto, chama atenção para a possibilidade de erro perceptivo: o grau de congruência relaciona-se ao nível de compreensão de si mesmo; quanto mais o indivíduo se compreende, mais próximo estará da coerência interna (Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 106-107).

#### 2.6.2. Consideração positiva incondicional

A segunda atitude, denominada *consideração positiva incondicional*<sup>20</sup>, refere-se à tese de Rogers de que a mudança terapêutica se torna mais provável quando o cliente vivencia, na

---

<sup>20</sup> Ao longo do desenvolvimento da abordagem, Rogers e outros autores recorreram a diferentes denominações para se referir a essa atitude, como “aceitação”, “atenção”, “apreciação” ou “aceitação incondicional”. Essas formulações correspondem a tentativas sucessivas de delimitar o conceito, refletindo ênfases e nuances distintas

relação, atitudes positivas, calorosas e não avaliativa por parte do terapeuta. O cliente é valorizado como pessoa, independentemente de seus comportamentos ou sentimentos. Trata-se de um acolhimento sustentado por interesse não possessivo e por disposição genuína para receber o que o cliente expressa (Rogers, 1977/1986, p. 19; Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 109).<sup>21</sup>

No que se refere ao aspecto da incondicionalidade na relação, trata-se de um sentimento positivo e aberto, sem reservas: uma disposição para aceitar a pessoa como ela é, sem julgá-la ou avaliá-la. Por isso, o acolhimento não assume caráter condicional: o cliente não é aceito apenas se seguir determinados caminhos, sendo rejeitado caso contrário. Envolve um amor no sentido *agape*, que é incondicional e nada exige, em contraste com o amor a que geralmente estamos habituados, como o amor romântico. Nesses termos, quanto mais incondicional for a consideração positiva, maior tende a ser a eficiência da relação terapêutica (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 109-110; Rogers, 1979, p. 60; 1977/1986, p. 19; 1961/2009, p. 72).

Essa atitude implica que o terapeuta esteja pronto para aceitar o cliente, independentemente do que ele esteja sentindo – seja admiração, ódio, amor, entre outros – e, assim, seja capaz de apreciá-lo em sua totalidade (Rogers, 1961/2009, p. 72). Ainda assim, como explica Rogers (1977/1986, p. 19), esse tipo de atitude não pode ser exercido o tempo todo. Haverá momentos em que o terapeuta terá sentimentos negativos e julgadores quanto ao cliente, mas, se deseja que o processo terapêutico promova mudanças construtivas, terá que lidar com isso.

Ainda assim, quando essa pode ser sustentada na relação teraterapêutica, esse tipo de atitude constitui um fator poderoso: ao dispensar controle ou manipulação do relacionamento, bem como avaliação, julgamento ou imposições, favorece-se um clima no qual o poder sobre a vida é deixado nas mãos do cliente (Rogers, 1977/1986, p. 19).

### 2.6.3. Compreensão empática

Rogers (1951/1992, p. 561) assinala que, ao se deparar com certos comportamentos no interior de uma cultura, é comum que surjam julgamentos que os classificam como “anormais”.

---

em diferentes momentos de sua elaboração teórica. Nesse processo, a expressão “consideração positiva incondicional” consolida-se como a formulação mais precisa e abrangente dessa condição relacional.

<sup>21</sup> A consideração positiva incondicional, segundo Branco e Cirino (2016, p. 19), pode ser compreendida como uma apropriação do pensamento deweyano, na medida em que se configura como uma atitude que valoriza a experiência do outro sem lhe impor valores externos.

No entanto, é preciso reconhecer que tal avaliação parte de uma estrutura de referência pessoal ou, quando muito, de uma perspectiva cultural relativamente generalizada. Nessa direção, frequentemente oferecemos ao outro uma compreensão limitada, associada à avaliação ou julgamento externo, expressa por frases como “compreendo o seu problema” ou “compreendo por que você age assim” (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 107-108; 1961/2009, p. 72-73). Em contraste com esse modo de compreender, Rogers (1951/1992, p. 561) propõe uma forma de compreensão rara e profunda – a *compreensão empática* – que parte do princípio de que “o melhor ponto de observação para compreender o comportamento é a estrutura de referência interna do próprio indivíduo”.

Entre suas primeiras formulações do conceito de empatia, Rogers (1977d, p. 72) descreve-a como a capacidade de “(...) aperceber-se com precisão do quadro de referências interno de outra pessoa, juntamente com os componentes emocionais e os significados a ele pertencentes, como se fôssemos a outra pessoa, sem perder jamais a condição de ‘como se’”. Posteriormente, o autor amplia essa definição ao incorporar a noção de vivência desenvolvida por Eugene Gendlin: para Gendlin, o organismo humano está imerso em um fluxo contínuo de vivências, ao qual pode retornar e tomar como ponto de referência.

A partir desse acréscimo, a empatia consiste em ressaltar com sensibilidade o significado sentido pelo cliente em determinado momento, auxiliando-o a focalizar essa experiência e a aproximar-se de sua vivência de modo mais livre e pleno (Rogers, 1977d, p. 72). Essa dinâmica pode ser visualizada no exemplo a seguir, em que o terapeuta vai progressivamente se aproximando da exatidão à medida que acompanha o fluxo psicofisiológico em curso no cliente:

Num grupo de encontro um homem vinha fazendo comentários vagamente negativos a respeito de seu pai. O facilitador diz: “Parece que você está com raiva de seu pai”. Ele replica: “Não, acho que não”. “Quem sabe está insatisfeito com ele?”. “Bem, sim, talvez...” (dito sem muita convicção). “Talvez você esteja decepcionado com ele”. Imediatamente, o homem responde: “É isto! Estou decepcionado pelo fato dele não ser uma pessoa forte. Acho que sempre estive decepcionado com ele, desde menino” (Rogers, 1977d, p. 72).

À luz do exemplo, torna-se mais claro o que se espera do terapeuta nesse modo de compreender: sua função é captar e refletir sobre a significação pessoal das palavras do cliente – muito além de simplesmente responder ao seu conteúdo intelectual. Diferentemente da simpatia, na qual o ouvinte se limita aos aspectos emocionais a partir do seu próprio ângulo

subjetivo, na empatia o ouvinte esforça-se para apreender a experiência do outro a partir de seu próprio ponto de vista, abrangendo tanto os aspectos emocionais quanto os cognitivos dessa experiência (Rogers e Kinget, 1965/1977a, p. 104-106). Assim, a empatia não é entendida como um estado pontual, mas como um processo, que pode ser descrito nos seguintes termos:

Significa penetrar no mundo perceptual do outro e sentir-se totalmente à vontade dentro dele. Requer sensibilidade constante para com as mudanças que se verificam nesta pessoa em relação aos significados que ela percebe, ao medo, à raiva, à ternura, à confusão ou ao que quer que ele/ela esteja vivenciando. Significa viver temporariamente sua vida, mover-se delicadamente dentro dela sem julgar, perceber os significados que ele/ela quase não percebe, tudo isto sem tentar revelar sentimentos dos quais a pessoa não tem consciência, pois isto poderia ser muito ameaçador. Implica em transmitir a maneira como você sente o mundo dele/dela à medida que examina sem viés e sem medo os aspectos que a pessoa teme. Significa frequentemente avaliar com ele/ela a precisão do que sentimos e nos guiarmos pelas respostas obtidas (Rogers, 1977d, p. 73).

Para que esse processo se sustente, contudo, é necessário que o terapeuta – entendido como um ressonador ou amplificador da experiência do cliente – mantenha sua ressonância a mais pura possível, sem interferências provenientes de seus próprios pontos de referência a (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 13). Para que essa compreensão se efetive, o terapeuta deve ser capaz de deixar de lado seus valores e renunciar ao seu ponto de vista, abrindo caminho para uma nova visão – a realidade vivenciada pelo outro. Desse modo, torna-se possível adentrar sem preconceitos no mundo do cliente. Esse suspender temporariamente o próprio Eu, por sua vez, só é viável para quem está suficientemente seguro de que não se perderá no mundo do outro e que retornará ao seu próprio mundo quando desejar, pois, ao abandonar seu senso habitual, o terapeuta se dispõe a ser modificado e comprometido pela nova realidade revelada (Rogers, 1977d, p. 73; O'Hara, 1983b, p. 108).

Nessa direção, o terapeuta busca compreender com exatidão o mundo interno do cliente e comunicar essa compreensão de forma sensível, sem perder, contudo, a noção de que se trata de uma compreensão marcada pela qualidade do “como se” o mundo do cliente fosse o seu. Assim, ele é capaz de perceber os sentimentos aterrorizantes do cliente como se fossem dele, mas sem que esse terror, sentido de maneira empática, esteja de fato incluído na relação (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 107-108).

Rogers (1951/1992, p. 563-564) ressalta, contudo, que acessar a estrutura de referência do cliente não é um processo exato, pois há limitações quanto à obtenção de informações sobre experiências que permanecem fora da consciência. A comunicação, por sua vez, torna-se um

recurso essencial, já que possibilita alcançar parte do campo perceptivo do outro. Dessa forma, compreensão empática e comunicação precisam atuar conjuntamente: ao comunicar-se, o cliente pode tanto reconhecer vivências ainda pouco claras quanto contribuir para que o terapeuta ajuste sua compreensão; além disso, é pela comunicação que o cliente se dá conta de estar sendo compreendido e valorizado (Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 107-108).

Quando o terapeuta consegue atingir um elevado nível de compreensão empática em relação ao cliente, inserindo-se profundamente inserido em seu mundo privado, tornando-se sensível às significações pessoais e aos sentimentos vivenciados, apreendendo-os tal como o cliente os percebe e conseguindo comunicar essa compreensão, ele pode esclarecer não apenas significados conscientes, mas também aqueles que estão abaixo do nível da consciência. Quando isso ocorre, podem surgir respostas do cliente como “não havia percebido isso, mas talvez seja realmente o modo como me sinto” (Rogers, 1977/1986, p. 19-20; 1961/2009, p. 72). Ao revelar os possíveis significados presentes no fluxo de suas vivências, o terapeuta ajuda o cliente a vivenciar os significados de forma mais plena e a avançar nessa experiência (Rogers, 1977d, p. 73).

Entre outros efeitos da compreensão empática, Rogers (1977d, p. 80) afirma que o cliente tende a se perceber como membro da raça humana; sua experiência diante de um terapeuta suficientemente empático lhe possibilita revelar aspectos que durante muito tempo escondeu, sem contar a ninguém, nem mesmo a si próprio, por considerá-los anormais – e, ainda assim, percebe que foi compreendido. Com isso, sua experiência vai perdendo o caráter estranho e, à medida que entra em maior contato consigo, começa a fazer sentido não apenas para o outro, mas também para si mesmo. Ele nota que está em relação, em contato, e não mais isolado, desprezado ou solitário.

Nesse mesmo movimento, com o auxílio dessa terceira condição, ao ouvir seus próprios sentimentos internos, o cliente tende a reduzir o poder que outros exerciam sobre ele, influenciando medos, culpas e inibições. À medida que amplia a compreensão de si, aumenta seu autocontrole: quanto maior sua aceitação de si próprio, maior a possibilidade de assumir maior condução sobre si, seu senso de poder cresce. O cliente torna-se mais autoaceitador, menos defensivo, mais aberto, mais autoconsciente e livre para crescer (Rogers, 1977/1986, p. 20-21).

#### 2.6.4. Contato Psicológico, Estado de Incongruência e Comunicação

Rogers revisou e refinou os termos e as descrições das condições necessárias para o processo terapêutico. No âmbito desse percurso, com base nas pesquisas realizadas por sua equipe na Universidade de Chicago, sua publicação *The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change* (1957) amplia o escopo dessas condições, englobando não somente as três atitudes facilitadoras, mas também aspectos relacionados à comunicação e ao cliente (Tambara e Freire, 1999, p. 87). Nesse artigo, Rogers (1957) descreve seis condições que considera necessárias e suficientes para que ocorra uma mudança terapêutica da personalidade. Segundo o autor, quando essas condições se fazem presentes e se mantêm ao longo do tempo, elas bastam para que se desenvolvam mudanças construtivas no cliente. A seguir, reproduz-se a formulação dessas condições:

1. Que duas pessoas estejam em *contato psicológico* [grifo nosso];
2. Que a primeira, a quem chamaremos cliente, esteja num *estado de incongruência* [grifo nosso], estando vulnerável ou ansiosa;
3. Que a segunda pessoa, a quem chamaremos de terapeuta, esteja congruente ou integrada na relação;
4. Que o terapeuta experiencie consideração positiva incondicional pelo cliente;
5. Que o terapeuta experiencie uma compreensão empática do referencial da estrutura interna do cliente e se esforce por comunicar esta experiência ao cliente;
6. Que a *comunicação* [grifo nosso] ao cliente da compreensão empática do terapeuta e da consideração positiva incondicional seja efetivada, pelo menos, num grau mínimo. Nenhuma outra condição é necessária.

Em conjunto, essas seis condições delineiam o quadro rogeriano de condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade. Nesse ponto, a pergunta que se impõe é por que uma pessoa que busca ajuda mudaria para melhor ao estar numa relação em que o terapeuta possui esses elementos. Segundo a tese de Rogers, o processo de mudança no cliente é recíproco às atitudes do terapeuta: a) ao encontrar alguém que escuta seus sentimentos com aceitação, o cliente se torna capaz de escutar a si mesmo com aceitação. Ser ouvido por alguém compreensivo possibilita que ele escute a si próprio de forma mais precisa, com maior empatia em relação às suas vivências profundas e aos significados que antes apenas percebia vagamente; b) ao perceber que está sendo apreciado e valorizado, mesmo em aspectos que julga desagradáveis, começa a vivenciar apreço e afeição por si próprio. O caráter não avaliativo e acolhedor do clima empático capacita o cliente a assumir uma atitude de estima e interesse por si mesmo; e c) ao notar que o outro é autêntico na relação, passa a abandonar suas fachadas, expressando abertamente sua vivência interna. Nesse movimento, a ampliação da autocompreensão e da autoestima revela novos aspectos da experiência que passam a integrar

um self mais sólido e coerente. Dessa forma, aumenta a congruência entre o self e suas vivências. O cliente torna-se mais interessado e aceitador, mais empático e compreensivo, bem como mais autêntico e congruente em suas atitudes consigo mesmo (Rogers, 1977/1986, p. 20; 1977d, p. 86).

## 2.7. RESPOSTA-REFLEXO

Ainda que as atitudes do terapeuta sejam consideradas um dos aspectos mais importantes para uma terapia efetiva, Rogers destaca que há algo ainda mais crucial: a maneira pela qual o cliente percebe a relação. Assim sendo, as atitudes facilitadoras só serão efetivas se forem percebidas pelo cliente, ou seja, se estiverem efetivamente presentes em seu campo perceptual; não basta que o terapeuta apenas as viva internamente – é preciso que consiga comunicá-las (Rogers, 1951/1992, p. 79; Rogers e Stevens, 1967/1977c, p. 111).

A partir disso, a forma como o terapeuta se comunica assume um papel central na relação terapêutica. O terapeuta rogeriano não se orienta por objetivos como tranquilizar, julgar, interrogar, explorar ou interpretar. Em vez disso, procura participar da experiência imediata do cliente, deduzir o sentimento que impregna sua comunicação e destacar o caráter perceptual do relato. A maneira mais simples de fazê-lo não é discutir o conteúdo ou a realidade objetiva – sem se fixar nas contingências materiais –, mas aceitar as palavras do cliente, parafraseá-las ou reiterá-las. Ou seja, as respostas do terapeuta devem englobar o pensamento do cliente, buscando restituí-lo em uma forma equivalente – ou, ao menos, reconhecível para ele (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 19; 34; 53).

O propósito dessa comunicação não é confrontar o cliente com seus sentimentos, mas oferecer segurança para que ele mesmo os explore e os expresse, por meio de respostas que se liguem diretamente aos sentimentos manifestos ou a suas implicações. Assim, o terapeuta não impõe outra versão do problema, não o nega, tampouco tenta apaziguá-lo, mas o acolhe como o cliente o apresenta e o devolve em resposta-reflexo, favorecendo que o cliente perceba com mais clareza seus próprios pontos de vista. Essa manifestação verbal de compreensão permite ainda que o cliente corrija o terapeuta, se necessário (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 45; 58).

Nessa chave, o problema passa a ser como tornar essas atitudes perceptíveis ao cliente sem romper com suas respostas. Para lidar com esse desafio, Rogers descreve formas específicas de comunicação que se ancoram na própria formulação do cliente sobre sua vivência, sob a denominação de *resposta-reflexo*. Essa forma de comunicação “(...) tem por

efeito ou acentuar a figura tal como é percebida pelo cliente, ou classificá-la por meio de contraste, ou modificá-la no sentido da ampliação, ou mesmo a invertê-la” (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 61-62). Refletir, nesse contexto, consiste em oferecer ao cliente um resumo, uma paráfrase ou um realce de sua comunicação (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 53).

Para sistematizar essa prática, Rogers distinguiu três modalidades principais de resposta-reflexo: a *reiteração*, o *reflexo de sentimento* e a *elucidação*.

### 2.7.1. reiteração

A reiteração incide exclusivamente ao conteúdo manifesto da comunicação, não visa modificar diretamente o campo da percepção. Breve e simples, pode resumir a fala do cliente, destacar um elemento relevante ou apenas repetir suas últimas palavras para facilitar a continuidade da narrativa. Embora tenha pouco valor elucidativo, opera como um decalque simplificado do pensamento expresso e pode preparar o terreno para uma tomada de consciência progressiva. Isso porque, ao estabelecer um clima de acolhimento, segurança e tranquilidade, tende a reduzir as defesas do Eu e, com isso, alargar o campo perceptual do cliente (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 64-65).

A reiteração cumpre função semelhante à pontuação em um texto, conferindo certa ordem ao relato caótico e favorecendo o sentimento de ser acompanhado e respeitado – e não o de estar sendo simplesmente observado. Em termos gestaltistas, ela “(...) visa **estabilizar** e **precisar** a figura, a reduzir sua fugacidade a fim de permitir ao cliente examiná-la melhor e verificar sua exatidão” (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 67).

A dinâmica descrita pode ser ilustrada pelos dois exemplos clínicos a seguir, nos quais a reiteração aparece como repetição breve de palavras e trechos do enunciado do cliente:

1) C: Ah! Eu bebo e coloco tudo, tudo... pra fora... Eu não bebi de ficar caindo, mas é isso... eu coloquei tudo! Eu não lembro exatamente das palavras que eu usei, mas no outro dia eu acordei... mas eu nem me importei assim de eu ter falado tudo aquilo, sabe?

T: Tudo aquilo... (Tambara e Freire, 1999, p. 129).

2) C: ...tá demorando um pouco pra mim... sabe, eu me encaixar...

T: Encaixar...

C: É, não sei se é impressão minha, mas tem dias que eu estou melhor, estou mais animada, mas, de repente, parece que...sei lá, me desanimo.

T: Desanima...

C: É, assim, acho que é meio... perco a motivação... Tem hora que eu estou bem animada, quero fazer, quero acontecer... Um pouco parece que... ah! tá tão difícil, não consigo me movimentar para aquelas coisas que eu pensei... Acho tudo difícil...

T: Difícil...

C: É, parece que eu não vou conseguir, com relação ao meu trabalho... Então acho que eu mesmo acabo colocando as dificuldades...

T: Você coloca as dificuldades...

C: É, coloco as dificuldades e acabo não me sentindo capaz...

T: Não se sente capaz...

C: É, daí eu não faço e fico... (Tambara e Freire, 1999, p. 129-130).

### 2.7.2. Reflexo de sentimento

Mais dinâmico que a reiteração, o reflexo de sentimento busca identificar sentimentos, atitudes ou intenções subjacentes às palavras do cliente, devolvendo-os como hipótese – isto é, em tom de proposta, e não de imposição. Em termos gestaltistas, o terapeuta busca “(...) tornar claro o ‘fundo’ da comunicação de modo a permitir que o indivíduo perceba se ele encontrar nela elementos suscetíveis de se integrar à ‘figura’, de modificá-la ou de revalorizá-la” (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 67).

Esse tipo de resposta tende a favorecer a evolução da figura no sentido de uma ampliação, de uma diferenciação ou de uma correção, ao mesmo tempo em que põe em relevo tanto a figura quanto o fundo. Assim, o reflexo de sentimento pode deslocar o centro da percepção, evidenciando elementos que já compõem o campo, mas que são eclipsados pelo relevo de outros elementos (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 67; 78; 83).

Os dois exemplos clínicos abaixo ilustram esse movimento:

1) C: Antes eu estava bem desesperada... o que vai ser de mim se eu não voltar para o Leandro? Agora estou pensando de outra forma... Estou fazendo de tudo, eu gosto dele. E se não der, eu não vou ficar desesperada... se não der, eu vou tocar a minha vida, vou me divertir, procurar uma outra pessoa. Eu voltei com outra cabeça... se não for para ser mesmo... É claro, é uma maneira um pouco de... mas eu vou fazer isso mesmo. Vai ser difícil, mas pelo menos pensar nisso já foi uma evolução.

T: Pensar que se não der certo você pode superar... Só que parece que existe ainda um certo receio de não conseguir...

C: É, eu tenho... (Tambara e Freire, 1999, p. 31).

2) C: Eu não fiz nada de errado, agora depende da interpretação dele. Pode interpretar que eu estou falando nas costas... e não foi nada disso, nada disso. E isso me deixa chateado.

T: Parece que você fica chateado por não estar conseguindo ser aberto e direto com seu sócio.

C: Exatamente. Ele é uma pessoa legal, ele é um cara muito bom. Só que eu não o conheço direito. Eu tenho receio das reações dele... (Tambara e Freire, 1999, p. 32).

### 2.7.3. Elucidação

Quanto à elucidação, ela consiste em captar e cristalizar elementos que, embora não se manifestem explicitamente no campo perceptual do cliente, o impregnam. Seu objetivo é tornar evidentes atitudes e sentimentos que não são expressos diretamente nas palavras do cliente, mas que podem ser razoavelmente inferidos a partir da comunicação ou do contexto. Diferentemente da reiteração e do reflexo de sentimento, a elucidação caracteriza-se por uma maior acuidade intelectual; por aproximar-se de uma interpretação, ela tende a ser menos asséptica que as outras formas de resposta-reflexo. Por isso, pode introduzir elementos que soem estranhos ao campo perceptual do cliente, tornando-se o tipo de reflexo mais potencialmente ameaçador (Rogers e Kinget, 1965/1977b, p. 83-87).

Como destacam Rogers e Kinget (1965/1977b, p. 83-87), essa forma de comunicação é mais rara no diálogo rogeriano não apenas pelo risco envolvido, mas também em virtude do predomínio da reiteração e do reflexo de sentimento, formas que estão mais alinhadas aos princípios fundamentais da abordagem.

A seguir, apresenta-se um excerto de sessão em que a elucidação se faz presente:

C: Ele é um tipo literalmente cheio de pretensão. Para ele – somente a sua pessoa é que conta. Somente ele tem alguma coisa a dizer. Quando entra em cena, monopoliza a conversação. Pode-se dizer boa-noite a todo o mundo e ir-se embora.

T: Ele encobre todo o mundo

C: Totalmente, totalmente.

T: Isto o incomoda... Isto o enerva, se bem compreendo.

C: Ah, escute., isto lhe agradaria?

T: Você acredita que isto não pode agradar a ninguém...

C: Certamente.

T: Ou que poderia deixá-lo indiferente.

C: Ah, isto depende. Se fosse apenas o espectador, suponho que permaneceria indiferente. Mas eu não sou um espectador desinteressado. Faço parte desta situação. Isto me atinge. Está aí o centro do problema.

T: Está aí o centro do problema. Não são suas maneiras... é o fato de que suas maneiras, de uma forma ou de outra, o atingem desfavoravelmente... o diminuem. É isto? (Tambara e Freire, 1999, p. 140-141).

## **BURRHUS FREDERIC SKINNER**

### **3. BEHAVIORISMO**

Conforme Schultz e Schultz (1981, p. 196), os funcionalistas teriam alterado significativamente o horizonte de problemas e de práticas aceitas na Psicologia, ao reconhecerem como legítimos alguns empreendimentos científicos que os estruturalistas

tendiam a rechaçar. Ainda assim, na leitura desses autores, a passagem do estruturalismo ao funcionalismo pode ser interpretada como um deslocamento mais evolucionário do que revolucionário. Os funcionalistas não se organizaram como um movimento destinado a suprimir integralmente o estruturalismo; seu gesto foi, antes, o de reformular regras de investigação e incorporar novos temas e procedimentos, de tal modo que a disciplina se ampliasse “por crescimento” da base anterior. Nessa leitura, a mudança não se expressa como ruptura abrupta, mas como um processo gradual de reorientação e expansão.

Em contraste com essa tonalidade mais incremental, um movimento posterior buscou apresentar-se como ruptura: o behaviorismo. Braunstein e Pewzner (2003, p. 193) e Schultz e Schultz (1981, p. 197) descrevem o movimento como um projeto de revolução que atacava tanto o estruturalismo quanto o funcionalismo, propondo um corte mais radical com as escolas precedentes. A ressalva, porém, é importante: Schultz e Schultz (1981, p. 214-215) também o situam como herdeiro parcial do funcionalismo, já que a Psicologia funcional, embora não plenamente objetiva, exibiria maior objetividade do que outras correntes do período. Além disso, o behaviorismo também compartilhava certas premissas com o funcionalismo, tais como a consideração do indivíduo como um organismo que reage ao seu meio (Heidbreder, 1981, p. 211-212), o compromisso com a objetividade, o interesse pelas relações funcionais e, o estudo da *Psicologia Animal*<sup>22</sup>.

Apesar de ambas as correntes reivindicarem uma ampliação do alcance da investigação psicológica, Heidbreder (1981, p. 211-212) assinala diferenças de “mentalidade” e de concepção. Segundo a autora, uma parcela dos psicólogos norte-americanos passou a demonstrar impaciência diante das restrições temáticas e metodológicas dominantes: problemas antes tratados como centrais eram avaliados como pouco vivos, pouco concretos ou pouco relevantes. Nesse cenário, o behaviorismo, em comparação com o funcionalismo, podia parecer uma alternativa mais radical e, por isso mesmo, mais “eficaz” para expressar a atitude de revolta que se consolidava.

Conforme Marx e Hillix (1973, p. 221), a formação do sistema behaviorista foi impulsionada, em parte, pelos avanços de pesquisas com animais. Já no início do século XX, a investigação do comportamento sob uma perspectiva biológica era amplamente bem

---

<sup>22</sup> “Na origem desta Psicologia animal, que, nos países anglo-saxónicos, se chama Psicologia comparada, encontramos a obra de Darwin. Em *A Descendência do Homem e a Seleção Sexual*, Darwin considera a espécie humana o produto da evolução, como as demais espécies animais. Não há qualquer diferença de natureza entre o homem e o animal” (Braunstein e Pewzner, 2003, p. 196).

divulgada, e, por volta de 1913, a Psicologia animal já havia conquistado uma posição de destaque. Contudo, a responsabilidade por aplicar o método e a perspectiva da Psicologia animal ao estudo do comportamento humano é frequentemente atribuída ao behaviorismo (Heidbreder, 1981, p. 209-210; Schultz e Schultz, 1981, p. 200). Nesse contexto, além de Robert Yerkes (com pesquisas envolvendo animais desde 1900), destaca-se **Edward Thorndike** (1874-1949), lembrado como um dos primeiros a transportar problemas do comportamento animal para ambientes laboratoriais controlados.

Ao empregar caixas-problema e labirintos, Thorndike tornou possível observar, registrar e mensurar o comportamento animal de maneira minuciosa (Heidbreder, 1981, p. 209-210). Sua trajetória acadêmica também é frequentemente destacada: tendo trabalhado com William James, ingressou na Universidade de Colúmbia com apoio de James Cattell e atuou no *Teachers College* a partir de 1899 até o fim da carreira. Identificado ao funcionalismo de Columbia, Thorndike é descrito como pioneiro da pesquisa experimental sob condições controladas e da descrição detalhada das atividades animais, sem recorrer à introspecção como via principal de investigação. Ao mesmo tempo, ele foi criticado por empregar termos de tonalidade mentalista – como “desconforto” e “satisfação” –, o que ajuda a situar um ambiente intelectual mais amplo: Cançado, Soares e Cirino (2005, p. 179-180) observam que, nesse período, crescia a insatisfação com explicações mentalistas e introspeccionistas, reforçando a busca por alternativas teóricas e metodológicas que, mais adiante, favoreceriam o projeto behaviorista.

Vale destacar que as pesquisas com animais ofereciam vantagens metodológicas importantes. Heidbreder (1981, p. 210) aponta que o uso de modelos animais permitia controlar condições experimentais com maior rigor, regulando variáveis como alimentação e reduzindo interferências. A vida mais curta de muitas espécies também favorecia o estudo de ciclos completos e de múltiplas gerações. Some-se a isso o fato de que procedimentos inaceitáveis em humanos – como certas intervenções fisiológicas, incluindo lesões – podiam ser realizados em animais, produzindo evidências relevantes sobre efeitos dessas manipulações. Por fim, a aproximação com modelos experimentais animais contribuía para aproximar a Psicologia do prestígio associado aos métodos das ciências físicas (Heidbreder, 1981, p. 210).<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Como afirma Heidbreder (1981, p. 210-211), o materialismo que por vezes é sustentado pelo behaviorismo como sendo algo radical, não é uma novidade, na verdade é uma filosofia muito antiga. No entanto, quando isso parte do behaviorista, não se trata de uma simples repetição, mas a defesa de que o homem deve ser encarado como uma espécie animal, e deve ser investigado assim como os outros fatos da natureza.

Para além da Psicologia Animal, Schultz e Schultz (1981, p. 253-254) enfatizam a relação estreita entre o desenvolvimento do behaviorismo e o operacionismo, descrevendo-a como uma dinâmica circular: princípios operacionistas ajudaram a consolidar a atitude behaviorista e, reciprocamente, a orientação behaviorista favoreceu a aceitação do operacionismo como postura científica. Diferentemente de uma escola psicológica delimitada, o operacionismo é apresentado por esses autores como princípio geral de clarificação: sua finalidade seria tornar a linguagem científica mais precisa e objetiva, afastando questões que não possam ser observadas, mensuradas, manipuladas ou demonstradas fisicamente. Nessa perspectiva, a validade de interpretações e descobertas dependeria das operações pelas quais se chega a elas; se um suposto objeto não pode ser submetido a operações públicas de medida, observação ou manipulação, ele se tornaria, no limite, irrelevante para a ciência.

Outro precursor frequentemente mencionado é o fisiologista russo **Ivan Pavlov** (1849-1936), cujas investigações sobre a relação estímulo-reação o levaram à formulação do conceito de “reflexo condicionado”. Apesar de seus estudos fazerem parte do campo da fisiologia, despertaram o interesse dos estudiosos da Psicologia, que os compreendiam para além de um estudo fisiologista: tratava-se de um trabalho psicológico que se baseava nas observações do comportamento (Marx e Hillix, 1973, p. 134). Schultz e Schultz (1981, p. 205-212) acrescentam que Pavlov contribuiu para reorganizar o associacionismo, tradicionalmente ligado a formulações subjetivas, ao vinculá-lo a movimentos musculares e secreções glandulares – isto é, a respostas observáveis e quantificáveis – e, com isso, abriu espaço para a ideia de que processos mentais poderiam ser abordados por vias fisiológicas e com modelos animais.

Em seus experimentos sobre reações salivares em animais, Pavlov utilizava estímulos a serem condicionados, como campainhas e metrônomos. Em um ambiente controlado, esses estímulos eram apresentados antes que o alimento fosse oferecido; após algumas tentativas, ele observou que o estímulo passou a provocar uma resposta reflexa (salivação) mesmo na ausência do alimento. Em outras palavras, o estímulo adquiriu o poder de eliciar uma resposta reflexa, fenômeno que Pavlov denominou reflexo condicionado (Hothersall, 2019, p. 408-409), processo diferente daquele que ocorre em um reflexo incondicionado: enquanto este é provocado por um estímulo incondicionado, o reflexo condicionado consiste na reação a um “estímulo neutro”, agora capaz de produzir no organismo uma resposta semelhante àquela desencadeada pelo estímulo incondicionado (Braunstein e Pewzner, 2003, p. 189).

Para estabilizar experimentalmente esse efeito, Pavlov descreveu o procedimento básico de aquisição do reflexo condicionado: a técnica consistia em “(...) emparelhar um estímulo que

sabidamente produz uma determinada reação (no caso, a salivação) a um estímulo neutro, como um tom ou um metrônomo (...) o condicionamento envolve a apresentação de um estímulo neutro seguida da apresentação do EI [estímulo incondicionado]” (Goodwin, 2005, p. 338)<sup>24</sup>.

No entanto, a circulação e o reconhecimento amplo dessas pesquisas no Ocidente não foram imediatos. Goodwin (2005, p. 342-345) e Hothersall (2019, p. 418; 430) observam que, embora Pavlov já fosse conhecido por seu Prêmio Nobel, o impacto do tema do condicionamento demorou a se consolidar: nos EUA, muitos psicólogos só tiveram acesso a seus trabalhos após a publicação de um artigo em 1909, traduzido por Robert Yerkes, ligado à Psicologia comparada. A repercussão mais decisiva ocorreu na década de 1920, quando grande parte dos escritos foi traduzida – influenciando, inclusive, o percurso de Skinner. Mesmo Watson, apesar de utilizar o reflexo condicionado como instrumento experimental objetivo, não demonstrou interesse imediato por Pavlov; em vez disso, voltou-se inicialmente para **Vladimir Bekhterev** (1857-1927), fisiologia que estudava condicionamento motor.

Schultz e Schultz (1981, p. 213-214) afirmam que Bekhterev ampliou a lógica do condicionamento para os músculos estriados, mostrando que movimentos reflexos poderiam ser suscitados não apenas por estímulos não condicionados, mas também por estímulos associados àqueles que originalmente provocavam a resposta. Embora associacionistas já explicassem essas conexões por processos mentais, Bekhterev as interpretou como reações estritamente reflexas. Não surpreende, portanto, que, como observam Heidbreder (1981, p. 209-210), tanto Pavlov quanto Bekhterev tenham rapidamente atraído atenção nos EUA, e que laboratórios ligados à Psicologia animal tenham incorporado procedimentos de reflexo condicionado.

É nesse pano de fundo que se situa **John Watson** (1878-1958), promotor-fundador do behaviorismo. Como descreve Hothersall (2019, p. 420), Watson foi inicialmente atraído pela Universidade de Chicago por seu interesse na Filosofia de Dewey – que viria a ser seu professor. Watson teria considerado as ideias do professor difíceis de compreender, deslocando gradualmente seu interesse para a Psicologia sob influência de Angell e para áreas como

---

<sup>24</sup> Uma das colaboradoras de Pavlov, Nadezhda Kashereninova, observou em um experimento de 1906 que, uma vez estabelecido o reflexo condicionado para determinado estímulo, outro estímulo semelhante – ainda que não emparelhado – também poderia provocar a resposta, como a salivação, caracterizando o fenômeno da *generalização*. Além disso, em 1902, o pesquisador Ivan Tolochinov constatou que o reflexo condicionado poderia ser enfraquecido quando o estímulo condicionado era apresentado repetidas vezes sem o alimento, processo conhecido como *extinção* (Windholz, 1989 apud Hothersall, 2019, p. 409). Tanto a generalização quanto a extinção seriam posteriormente exploradas por Watson em seus estudos com as crianças Albert B. e Peter (Hothersall, 2019, p. 432; 436).

neurologia, fisiologia e biologia, incluindo estudos com Jacques Loeb, autoridade em tropismos. Braunstein e Pewzner (2003, p. 195) sugerem que é difícil sustentar que essa passagem por Chicago não tenha deixado marcas em sua aprendizagem sobre o funcionalismo. Goodwin (2005, p. 345; 351), por sua vez, assinala que Watson se sentia relativamente à vontade com princípios gerais do funcionalismo e tinha predileção pela Psicologia animal, mas criticava os funcionalistas por não rejeitarem a introspecção e por manterem a consciência como objeto.

Após o doutorado, permaneceu como instrutor em Chicago entre 1903 e 1908, dedicando-se a diversas pesquisas, com preferência pelo uso de animais, obtendo reputação de professor e de cientista habilidoso em Psicologia experimental, inclusive em técnicas cirúrgicas. Nesse período, realizou com Harvey Carr – importante líder do movimento funcionalista – uma série de experimentos com ratos em labirintos (Goodwin, 2005, p. 346-348). Em seguida, tornou-se professor na Universidade Johns Hopkins, onde lançou um amplo programa de pesquisa sobre o comportamento animal, recorrendo aos procedimentos de condicionamento de Pavlov e Bekhterev (Goodwin, 2005, p. 349). Braunstein e Pewzner (2003, p. 195-196) observam que, nessa apropriação, Watson foi gradualmente recusando o aporte fisiológico mais detalhado associado às modalidades do circuito do reflexo em Pavlov, sustentando que se poderia investigar o comportamento sem recorrer ao conhecimento do sistema nervoso simpático, dos músculos lisos e das glândulas, entre outros.

Em 1913, Watson proferiu palestras na Universidade de Columbia (a convite de Cattell) e publicou, no mesmo ano, o manifesto *A Psicologia como é vista por um behaviorista*. Hothersall (2019, p. 426-427) descreve que, nesse texto, Watson atribuiu o fracasso da Psicologia à dedicação à estrutura e à função da consciência e sustentou que a disciplina só alcançaria êxito se se constituísse como ciência natural. Como a consciência não seria observável objetivamente, Watson defendia a dispensa da introspecção, e a centralidade do estudo do comportamento, visando observar, prever e controlar ações. Ainda que o behaviorismo defendido por Watson fosse considerado radical para época, não era sem precedentes. Ainda segundo Hothersall (2019, p. 428), outros autores já haviam apresentado sua insatisfação em relação aos “velhos deuses” da introspecção, da sensação, da consciência e da imagem, tais como Knight Dunlap, colega de Watson na Hopkins. Goodwin (2005, p. 361) interpreta que, ao atacar diretamente a Psicologia introspectiva e apontar a falta de objetividade como seu “calcanhar-de-aquiles”, Watson contribuiu para deslocar a Psicologia do estudo da experiência consciente imediata para o estudo do comportamento.

Hothersall (2019, p. 428) pondera que a frase atribuída por Boring – “em 1920 parecia que todos os estadunidenses haviam se tornado behavioristas” – é exagerada, mas ressalta que o apelo do manifesto foi expressivo. O autor também observa que, embora outros nomes, como William McDougall (1905) e Walter Pillsbury (1911), tenham defendido uma “ciência do comportamento”, o impacto de suas propostas foi menor quando comparado ao estilo combativo de Watson e à pretensão explícita de Watson<sup>25</sup>Esse posicionamento provocou reações intensas: críticas de Titchener, Woodworth, Cattell, McDougall, Thorndike e Angell, mas também adesões de jovens psicólogos atraídos pela promessa de renovação.

Heidbreder (1981, p. 228-229) enfatiza, ainda, a dimensão cultural desse movimento: o programa watsoniano de melhoramento da humanidade por métodos científicos despertou interesse popular e influenciou a cultura psicológica norte-americana. Muitos jovens, em oposição ao fundamentalismo religioso, teriam encontrado no behaviorismo um sentimento de liberdade intelectual. O debate extrapolou fronteiras disciplinares, alcançando discussões sociais e políticas, sermões e até crítica literária; por vezes, teria assumido um tom quase religioso, com adeptos que se percebiam como portadores de uma verdade que poucos reconheceriam. A autora também aponta que a reação impositiva de Titchener – semelhante à enfrentada pelo funcionalismo – contribuiu para a consolidação do behaviorismo ao sustentar que descobertas não formuladas em termos de consciência não poderiam ser consideradas psicológicas; Watson respondeu que apenas uma Psicologia fundada nessas descobertas mereceria o status de ciência.

Como é possível observar em Schultz e Schultz (1981, p. 229) e Marx e Hillix (1973, p. 219-220), essa nova escola defendia: (a) a aplicação de princípios e técnicas da Psicologia animal ao humano; (b) a Psicologia como ciência do comportamento – um “ramo experimental puramente objetivo da ciência natural”; (c) a substituição de conceitos mentalistas por conceitos comportamentais (como estímulo e resposta); e (d) a orientação para previsão e controle. Ao mesmo tempo, os autores lembram que muitos desses elementos já circulavam na época: métodos experimentais objetivos, conceitos funcionais, pesquisas com animais, testes objetivos e a ideia de uma Psicologia voltada à previsão e ao controle não eram completamente inéditos.

---

<sup>25</sup> Há quem afirme, como Schultz e Schultz (1981, p. 218-219) e Marx e Hillix (1973, p. 228-229), que sua admissão como presidente da APA, em 1915, se deu pela rápida aceitação de seu projeto. Samelson (1981 apud Goodwin, 2005, p. 353), contudo, demonstrou que o manifesto foi ignorado pela maioria dos psicólogos ou então visto apenas como mais um ataque à introspecção. E ainda, que sua indicação à presidência ocorreu antes da publicação do manifesto, motivada provavelmente por seu prestígio como pesquisador e editor da *Psychological Review*.

A novidade watsoniana teria residido principalmente na ênfase em eliminar, de modo mais sistemático, os conceitos mentalistas. Heidbreder (1981, p. 228-229) chega a descrever essa postura como militância ativa contra concepções mentalistas, caracterizando-a como “uma cruzada contra os inimigos da ciência”.

Para Watson, conceitos mentalistas seriam inúteis e carregariam heranças de concepções medievais sobre alma, sobrenatural e tradições religiosas e místicas. Enquanto a Psicologia tradicional permanecia presa ao dualismo mente-corpo, o behaviorismo afirmava romper com essa herança ao eliminar a consciência e se apoiar em exemplares consolidados das ciências naturais: um enfoque mecanicista, determinista, objetivo e materialista. Nessa moldura, a consciência, por estar restrita à verificação individual e não admitir demonstração pública, perderia valor científico. O objeto da Psicologia passaria a ser o comportamento observável – a atividade do organismo em seus movimentos no espaço e no tempo. Assim como a fisiologia estudava a função dos órgãos, a Psicologia deveria estudar a atividade dos organismos vivos como totalidade. Inspirado pela física clássica o behaviorismo concebia o indivíduo como uma máquina orgânica complexa analisável em termos de ligações estímulo-resposta (Heidbreder, 1981, p. 207-214; 241; Braunstein e Pewzner, 2003, p. 198; 204-205).

O programa de Watson exigia uma Psicologia objetiva, limitada a atos observáveis, passíveis de serem descritos em termos de estímulo e resposta (Schultz e Schultz, 1981, p. 197-198). Como salienta Heidbreder (1981, p. 230-231), embora o behaviorismo não tenha sido responsável por instituir o método objetivo na Psicologia, foi decisivo na mudança de ênfase ao estabelecer o uso exclusivo desse método. Ao restringir os métodos àqueles exclusivamente objetivos, segundo Schultz e Schultz (1981, p. 232), o behaviorismo não apenas alterou o foco da investigação, mas também redefiniu a posição do sujeito humano no experimento: no estruturalismo, o sujeito era simultaneamente observador e observado; no behaviorismo, o participante passa a ser sobretudo objeto de observação, submetido a condições definidas por um experimentador que registra respostas. Nessa chave, Schultz e Schultz (1981, p. 232) afirmam que o humano, ali, “deixa de observar, meramente se comporta e torna-se, portanto, o objeto de observação”.

Embora Watson tenha sido o promotor-fundador, Schultz e Schultz (1981, p. 248-250) lembram que outros autores contemporâneos compartilharam orientações semelhantes, ainda que com divergências importantes. **Edwin Holt** (1873-1946), por exemplo, teria desenvolvido um behaviorismo heterodoxo, alimentado por fontes e problemas fora da corrente principal; diferentemente de Watson, não concordava com a rejeição completa da consciência e dos

fenômenos mentais, chegando a propor uma síntese entre behaviorismo e psicanálise. No campo da aprendizagem, reconhecia o papel das motivações externas, mas também enfatizava motivações internas ligadas a necessidades e pulsões do organismo. Já **Albert Weiss** (1879-1931), atuando na Universidade de Ohio, defendia um behaviorismo ainda mais radical, rejeitando por completo a introspecção e qualquer referência a estados mentais. Em sua defesa de um behaviorismo ainda mais extremo, chegou a propor que a Psicologia fosse considerada um ramo da física, reduzindo sua atuação ao campo da matéria (Schultz e Schultz, 1981, p. 249-250).

No mesmo período, **Karl Lashley** (1890-1958), orientado por Watson na Universidade John Hopkins, também se dedicou à investigação objetiva do comportamento. Juntos desenvolveram diversos trabalhos que investigaram uma ampla gama de comportamentos comparados, bem como estudos sobre o pensamento e o ato de pensar (Hothersall, 2019, p. 429). Schultz e Schultz (1981, p. 250-251) observam que alguns resultados de Lashley divergiram das teses watsonianas sobre conexões estímulo-resposta via condicionamento; porém, tais divergências não desacreditaram os princípios fundamentais do sistema, contribuindo para revisar pontos secundários e, sobretudo, para reforçar o valor dos métodos objetivos.

Por fim, Schultz e Schultz (1981, p. 287) mencionam que alguns autores consideram o behaviorismo, enquanto escola formal, extinto. A hipótese desses autores, entretanto, é que, à semelhança do funcionalismo, o behaviorismo ortodoxo teria sido absorvido pela tradição norte-americana: não seria mais necessário que o psicólogo se intitule “behaviorista” para operar com pressupostos e hábitos de investigação herdados do movimento. Nessa linha, o espírito mecanicista, objetivo e reducionista do behaviorismo watsoniano permaneceria influente como orientação incorporada.

#### **4. B. F. SKINNER: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO**

Na década de 1930, Braustein e Pewzner (2003, p. 205) descrevem que o behaviorismo passou por um processo de renovação, com a formulação de doutrinas mais sistemáticas. É nesse quadro de reconfiguração interna do movimento que surgem nomes como Edward Tolman, Clark Hull e Skinner – associados ao chamado neobehaviorismo –, sendo este último o foco deste capítulo.

**Burrhus Frederic Skinner** (1904-1990), nascido em Susquehanna, uma pequena cidade da Pensilvânia, graduou-se em língua inglesa e literatura pela *Hamilton College* em 1926. À época, pretendia tornar-se escritor ou poeta e chegou a enviar alguns contos a Robert Frost, poeta que conheceu em um congresso de literatura e que respondeu com elogios a seus textos. Contudo, após algumas tentativas frustradas, foi desistindo da carreira literária (Goodwin, 2005, p. 389; Cruz, 2013, p. 64-66).

Antes mesmo de decidir cursar o doutorado em Psicologia na Universidade de Harvard, Skinner teve contato com escritos de Bertrand Russell, Watson, Pavlov e Loeb. No caso de Pavlov e Loeb, interessou-se, respectivamente, pelas implicações inovadoras para o estudo do comportamento associadas ao condicionamento e pelo rigor experimental do condicionamento reflexo, bem como pela explicação determinista e não mentalista do comportamento proposta por Loeb (Goodwin, 2005, p. 389; Cruz, 2013, p. 64-66). Decidido a seguir carreira como psicólogo, candidatou-se ao programa de pós-graduação em Harvard, onde realizou seu doutorado e pós-doutorado entre 1928 e 1936. Nesse período, Cruz (2013, p. 63) assinala que Skinner estabeleceu as bases de seu sistema científico, formulou o método experimental de sujeito único e elaborou o conceito de condicionamento operante, central em sua proposta de ciência do comportamento.

Cruz (2013, p. 67; 89-91) aponta ainda que a entrada de Skinner no doutorado em Psicologia foi marcada por seu reduzido conhecimento prévio na área, pelo menos nos primeiros meses. Ainda segundo o autor, durante a graduação, Skinner tivera apenas um breve contato com a Psicologia por meio de uma disciplina de filosofia. Esse desconhecimento, porém, foi sendo amenizado ao longo do tempo, apesar de seu constante relato pessoal de “desconhecimento” e “negligência” quanto à produção científica em Psicologia.

Em Harvard, Hothersall (2019, p. 471-472) relata que Skinner considerava grande parte dos cursos tediosa e pouco compatível com seu interesse no comportamento. Também discordava de Edwin Boring, ex-aluno de Titchener e então diretor do laboratório de Psicologia, quanto à recusa deste em reconhecer a possibilidade de uma ciência do comportamento. Segundo Cruz (2013, p. 68-71), Skinner compreendia que a Psicologia enfrentava um problema histórico ao demorar a se afirmar como ciência natural, independente da Filosofia. Essa percepção teria sido reforçada por sua vivência em Harvard, última universidade dos EUA a desvincular-se do departamento de Filosofia<sup>26</sup>. Ainda que chefiada por um adepto da tradição

---

<sup>26</sup> Ao final da década de 1920, Harvard enfrentava uma crise, em especial em Psicologia, com a morte de William James, e a saída de grandes nomes da Psicologia experimental, como Edwin Holt, Edward Tolman e Robert Yerkes

européia de pesquisa em Psicologia, a instituição não estava desprovida de práticas aplicadas, como as conduzidas por Henry Murray e Gordon Allport. No entanto, a posição de Boring lhe assegurava maior influência na orientação geral do departamento.

Em Harvard, Skinner encontrou dificuldades para obter suporte institucional à abordagem behaviorista, reunindo-se de forma informal com poucos alunos simpatizantes, entre eles Fred Keller – apresentado por Cruz (2013, p. 75-76; 79) como um dos primeiros adeptos do sistema skinneriano, com participação em sua consolidação e institucionalização. Cruz também chama atenção para o fato de que, embora Skinner se identificasse com o behaviorismo, não há indícios de adesão exclusiva a qualquer autor ou vertente específica dentro do campo – aspecto que o mesmo autor relaciona à própria configuração do behaviorismo na época, distante da imagem histórica simplista que o descreve como uma escola psicológica monolítica.

Além de sua amizade com Keller, Skinner encontrou outros estímulos significativos, como os seminários ministrados por Walter Hunter, doutor pela Universidade de Chicago e colaborador de Watson; o contato com o departamento de biologia chefiado por W. Crozier, ex-aluno de Loeb, em cujo laboratório veio a trabalhar; e a palestra de Pavlov em 1929 (Hothersall, 2019, p. 471-472).

No que diz respeito a Crozier, Bjork (1993 apud Cruz, 2013, p. 80) relata que, diferentemente do departamento de Psicologia – que Skinner considerava desfavorável aos seus interesses –, ele encontrou grande afinidade com o departamento de fisiologia de Harvard, coordenado por Crozier, discípulo de Loeb. Crozier investigava reações em organismos intactos, situando seus estudos na fronteira entre Psicologia e fisiologia – um espaço que também acolheria os trabalhos de Skinner.

Cruz (2013, p. 81-84; 91) descreve que as disciplinas ministradas no departamento de fisiologia eram de grande apreço para Skinner, diferentemente daquelas oferecidas pelo departamento de Psicologia. Foi nesse ambiente que, pela primeira vez, sentiu-se “aliviado” ao poder discutir o conceito de reflexo condicionado. Isso o levou a considerar a transferência de seu doutorado para aquele departamento. Além do interesse científico, pesavam fatores

---

(Caphshew, 1999 apud Cruz, 2013). Um dos fatores que contribuíram para o declínio da Psicologia na instituição, foi a recusa de Boring, chefe do departamento, em aderir ao movimento da Psicologia aplicada que crescia na época; como um dos discípulos de Titchener, Boring “defendeu de forma radical o ideal acadêmico de pesquisa pura e atacou a intensa convergência, no início dos anos 1920, ao ideal social de serviço e eficiência gerado pelas demandas do pós-guerra”. A ênfase na aplicação acabou por ocasionar uma crise do experimentalismo na década de 1920 nos EUA (O’Donnell, 1979 apud Cruz, 2013).

econômicos e estruturais, já que o departamento de fisiologia possuía melhores condições e prestígio institucional. Assim, Skinner conseguiu transferir-se para o departamento de fisiologia sem abandonar o vínculo com a Psicologia, concluindo o doutorado nesta área. Esse afastamento parcial permitiu-lhe desenvolver pesquisas mais livres das regras canônicas da Psicologia experimental estadunidense.

Hothersall (2019, p. 472) descreve que, ainda durante o período em Harvard, Skinner desenvolveu o aparelho de condicionamento operante – famoso como “caixa de Skinner”<sup>27</sup>, nome dado pelos alunos de Hull; quanto ao rótulo “condicionamento operante”, foi cunhado por Keller e adotado por Skinner. Nesse dispositivo, o animal experimental atuava sobre o ambiente para produzir uma recompensa, geralmente alimento: “(...) um animal faminto colocado no aparelho, primeiro um rato e depois um pombo, emite uma resposta arbitrária – no caso do rato, pressionar uma alavanca; no caso do pombo, bicar um disco ou uma chave iluminada – e é reforçado por fazer isso. O rato ou o pombo emite a resposta, o alimento é liberado e a probabilidade da resposta aumenta” (Hothersall, 2019, p. 472).

Na continuidade dessa descrição, Hothersall (2019, p. 472-473) observa que o procedimento apresentava semelhanças com o condicionamento instrumental de Thorndike. No entanto, havia diferenças importantes: nos experimentos de Thorndike, tanto o experimentador quanto o sujeito controlavam a taxa de respostas, enquanto no aparelho de Skinner apenas o sujeito exercia esse controle. A taxa de resposta tornou-se o dado fundamental nos experimentos de condicionamento operante. Por meio deles, Skinner investigou não apenas a aprendizagem, mas também a extinção de comportamentos, sua recuperação espontânea e o recondicionamento, além dos efeitos da privação e da saciedade. Em todos esses casos, as variações na taxa de resposta mostravam-se previsíveis e sistemáticas – evidenciando que o comportamento podia ser controlado e previsto com precisão.

Cruz (2013, p. 113; 119-125) registra que, ao ingressar na Universidade de Minnesota, em 1936, como professor – onde permaneceu por nove anos –, Skinner viu-se diante de um contexto distinto daquele a que estava acostumado. Seus privilégios e autonomia experimental foram suspensos, e ele passou a subordinar-se ao chefe do laboratório de Psicologia experimental, William Heron, adepto do uso de grupos de controle, análises estatísticas

---

<sup>27</sup> Embora Hull tenha utilizado o registro cumulativo e a caixa de Skinner, segundo Cruz (2013, p. 138) “ele não empregou o delineamento experimental de sujeito único e muito menos desenvolveu explicação do comportamento baseada nas formulações de Skinner. Além do mais, Hull efetuou adaptações no aparato, utilizando, por exemplo, duas barras de pressão, em vez de uma”.

inferenciais e grande número de sujeitos experimentais. Tais procedimentos eram incompatíveis com o projeto científico de Skinner, que defendia o “delineamento experimental de sujeito único” como método central para o estudo do comportamento.

Cruz (2013, p. 113; 119-125) destaca que essa divergência metodológica não se limitava ao contexto de Minnesota, mas refletia uma oposição mais ampla à Psicologia experimental norte-americana da época, orientada pelo uso da estatística inferencial e de grupos de controle com um grande número de sujeitos experimentais<sup>28</sup>. Skinner (1969) contrapõe que, enquanto muitos psicólogos buscavam leis gerais do comportamento a partir de médias obtidas em grandes amostras, a análise experimental do comportamento concentrava-se no estudo de poucos sujeitos, privilegiando a observação direta de mudanças na frequência das respostas. “Esse procedimento mais simples é possível porque a frequência de respostas e mudanças na frequência podem ser observadas diretamente, em especial quando representadas em registros cumulativos” (1969, p. 255):

Os métodos operantes têm uma maneira própria de usar os Números Grandes; em vez de estudar mil ratos durante uma hora para cada um, ou uma centena de ratos durante dez horas para cada um, o pesquisador possivelmente estudará um rato durante mil horas. Tal procedimento não é somente adequado a uma tarefa que reconhece a individualidade, pelo menos é igualmente eficiente no uso do equipamento e do tempo e da energia do pesquisador (Skinner, 1969, p. 256).

Marx e Hillix (1973, p. 398-399) e Schultz e Schultz (1981, p. 277) registram que Skinner argumentava que o uso de muitos sujeitos podia obscurecer as propriedades do comportamento individual, desviando a atenção do pesquisador para características do grupo em detrimento do indivíduo.

Na análise de Cruz (2013, p. 127-133), a proposta de Skinner não representava propriamente uma ruptura metodológica com a Psicologia experimental estadunidense. Havia, de fato, certa convergência: ele compartilhava uma concepção central que se tornara hegemônica no campo a partir da década de 1930 – a definição restrita de experimento como manipulação de variáveis independentes e dependentes. Ainda assim, o projeto de Skinner afastava-se do *mainstream* da Psicologia experimental pela ênfase no delineamento

---

<sup>28</sup> Segundo Cruz (2013, p. 100-101), enquanto estava no departamento de fisiologia, Skinner até chegou a realizar análises quantitativas com o uso de logaritmos, devido a sua aproximação com os procedimentos quantitativos modelares da literatura fisiológicas, contudo, a adoção de métodos quantitativos foi apenas parcial e temporária, pois sua preocupação era muito maior em relação a possibilidade de confirmação da regularidade quantitativa do comportamento e não com valores quantitativos específicos (Cruz, 2013, p. 100-101).

experimental de sujeito único, pela rejeição do uso de grupos de controle com grande número de sujeitos e pela não utilização da estatística inferencial. Essas características, segundo o autor, o colocaram à margem da tendência dominante de sua época, gerando críticas e uma recepção inicial pouco favorável por parte da comunidade experimentalista.

É nesse terreno que Cruz (2013, p. 136-137) situa que, na primeira metade do século XX, **Edward Tolman** (1886-1959) e **Clark Hull** (1884-1952) figuravam entre os psicólogos norte-americanos mais influentes. Marx e Hillix (1973, p. 397) assinalam que, nas décadas de 1930 e 1940, a influência de Skinner era inferior à desses autores, embora essa situação tenha se invertido nas décadas seguintes. Braunstein e Pewzner (2003, p. 208) retomam o ponto ao sugerir que o êxito de Skinner frente aos outros sistemas de Psicologia teria se consolidado nos anos de 1960 e 1970. Nesse percurso, Skinner passa a ser apresentado como um dos principais líderes do behaviorismo, recebendo distinções como o *Distinguished Scientific Contribution Award* (APA, 1958), a Medalha Nacional de Ciência (1968) e a Medalha de Ouro da APA (1971).

Entretanto, Cruz (2013, p. 142) pondera que, embora o reconhecimento científico de Skinner fosse crescente em meados da década de 1940, não é correto afirmar que a difusão e aceitação de suas ideias decorreram da substituição ou abandono dos sistemas de Hull e Tolman. Ambos permaneceram como influências proeminentes no desenvolvimento de teorias e campos de investigação, tanto internos quanto externos à Psicologia.

Cruz (2013, p. 142-144) sustenta que, no caso de Hull, é equivocado afirmar que suas ideias tenham entrado em declínio entre as décadas de 1940 e 1950. Seu livro *Principles of Behavior* (1943) é apresentado pelo autor como marco de uma nova era na pesquisa psicológica, tornando-se referência central na investigação sobre aprendizagem. O mesmo autor registra a estimativa de que cerca de 70% das pesquisas norte-americanas nessa área, durante os anos 1940 e 1950, faziam menção à obra de Hull. Já Tolman dificilmente teria perdido relevância em razão do avanço da ciência skinneriana – o próprio Skinner o considerava um dos precursores da Psicologia cognitiva que emergiria nas décadas de 1950 e 1960. Assim, na leitura de Cruz, seria incorreto afirmar que Hull e Tolman desapareceram ou caíram em desuso em função da posição dominante que o sistema de Skinner viria a ocupar.

Nesse cenário de coexistência e tensão entre diferentes sistemas explicativos, a proposta de Skinner começou a se distinguir não apenas por seus resultados empíricos, mas sobretudo por sua fundamentação filosófica. Ao rememorar sua trajetória científica, Skinner (1974/2011, p. 7) explicita uma concepção filosófica que acompanhava e orientava sua AC: o *Behaviorismo*

*Radical*<sup>29</sup> Ao avaliar o behaviorismo metodológico, o autor sustenta que ele obteve êxito ao eliminar muitos dos problemas herdados do mentalismo e, ao libertar-se de digressões filosóficas, pôde concentrar-se em seus próprios objetivos: “com o voltar a atenção para os antecedentes genéticos e ambientais, contrabalançou ele uma injustificada concentração na vida interior” (Skinner, 1974/2011, p. 18). Ainda assim, Skinner (1974/2011, p. 18-19) argumenta que persistiam dificuldades que o behaviorismo radical buscava enfrentar – entre elas, a tensão entre admitir a existência de eventos privados e, simultaneamente, excluí-los da análise científica por não serem considerados passíveis de verificação pública.

Cançado, Soares e Cirino (2005, p. 188-189) caracterizam que a proposta radical – diferentemente do behaviorismo metodológico, que restringia o estudo aos eventos externos – implicou uma ampliação: admite o mundo privado como parte legítima do campo de investigação. Em Skinner (1974/2011, p. 18-19), essa admissão não equivale a um privilégio do “interior”: o mundo privado é submetido a exame quanto ao seu estatuto e às condições em que se torna objeto de conhecimento, evitando tanto a ênfase mentalista na “vida interior” quanto a restrição metodológica aos antecedentes observáveis.

#### 4.1. DO ESTÍMULO-RESPOSTA À CONTINGÊNCIA DE REFORÇO

Em sua tese de doutorado, Skinner reconstrói a evolução histórica do conceito de reflexo desde Descartes e indica que essa formulação se apoiava na “demonstração observacional da repetida correlação entre a apresentação de um estímulo e um movimento discreto do organismo, uma resposta” (Cruz, 2013, p. 96): “o agente externo veio a ser denominado *estímulo*. O comportamento por ele controlado denominou-se *resposta*. Juntos compreendem o que foi chamado um *reflexo*” (Skinner, 1953/2003, p. 51). O princípio do reflexo consolidou-se, assim, segundo Skinner (1953/2003, p. 53-54), como um instrumento fundamental para investigar a relação entre estímulo e resposta no comportamento. É justamente a partir desse lugar central do reflexo – como unidade explicativa e ferramenta de investigação – que se torna inteligível o debate subsequente sobre seus limites e sobre as alternativas que se abrem quando ele deixa de dar conta de comportamentos mais complexos.

---

<sup>29</sup> O termo “radical” empregado deriva de “raiz” e designa que a proposta de Skinner se atém ao estudo do comportamento a partir do próprio comportamento, sem recorrer a recursos explicativos de outra entidade (Cançado, Soares e Cirino, 2005, p. 188-189).

Coleman (1981 apud Cruz, 2013, p. 103-104) aponta que, embora o conceito de reflexo tenha orientado a Psicologia experimental norte-americana no final do século XIX, seu uso entrou em declínio na década de 1920, em parte por sua limitação para explicar comportamentos complexos, uma vez que pressupunha uma relação necessária entre estímulo e resposta. Ao retomar esse debate, Cruz (2013, p. 96) sintetiza a crítica skinneriana afirmando que a definição de reflexo permanecia imprecisa, pois ainda se apoiava em pressupostos metafísicos e teleológicos, ao concebê-lo como inato, inconsciente e involuntário; com isso, o reflexo acabava explicado por elementos incapazes de justificá-lo cientificamente. No mesmo recorte histórico, Cançado, Soares e Cirino (2005, p. 183-184) observam que, até o início da década de 1930, a Psicologia estadunidense explicava o comportamento dos organismos ora com base em concepções mentalistas, ora pela noção de reflexo.

Como destaca Skinner (1931 apud Cruz, 2013, p. 97), mesmo os fisiologistas que buscavam afastar-se do mentalismo mantinham-se restritos a investigações anatômicas, frequentemente limitadas às “mediações físico-químicas de episódios típicos existentes na correlação estímulo-resposta de um reflexo”. É nesse ponto que Skinner (1953/2003, p. 57-59) recorre ao caso de Pavlov para indicar um caminho alternativo de descrição: diante do fato de que um cão poderia salivar na ausência de alimento (“secreção psíquica”), a hipótese de que o animal estivesse “pensando” em comida não forneceria, para Pavlov, uma descrição rigorosa dos fenômenos. O caminho adotado, então, foi recolocar a “psique” no plano dos fatos objetivos que compõem a história do indivíduo por meio do condicionamento, demonstrando que um estímulo inicialmente neutro pode eliciar respostas quando associado a uma consequência reforçadora, como no caso do som emparelhado à oferta de comida. Nessa formulação, as descobertas pavlovianas passam a ser apresentadas como modo de explicar o comportamento em termos de relações observáveis, e não de hipóteses neurológicas.

Com base nesses deslocamentos, Skinner (1931 apud Cruz, 2013, p. 97) passa a reformular o estatuto do próprio reflexo: o conceito fisiológico de reflexo não é descartado, mas reconduzido a uma ciência do comportamento: a correlação estímulo-resposta passa a ser tratada como relação entre organismo e ambiente, sem depender de investigações fisiológicas, o que permitiria situar a análise do comportamento em patamar equivalente ao da fisiologia – e, eventualmente, tornar esta dependente daquela. Nessa mesma chave, Skinner (1953/2003, p. 53-54; 60) também delimita o alcance do comportamento reflexo no repertório total do organismo: o comportamento reflexo – relacionado ao bem-estar do organismo – constituiria

apenas uma pequena parte desse repertório, pois o ambiente pode afetar o organismo de múltiplas maneiras, e apenas uma fração dessas interações produz respostas invariáveis.

A partir desse recorte, Skinner (1974/2011, p. 37) introduz outros processos implicados na variação do comportamento, com destaque para o condicionamento. Na formulação do autor, certos mecanismos evoluíram para permitir que o indivíduo adquira repertórios adequados a novos ambientes – entre eles, o reflexo condicionado. Em termos de função adaptativa, Skinner (1953/2003, p. 60) argumenta que o processo de condicionamento tem valor de sobrevivência, pois “onde o comportamento herdado é insuficiente, a mutabilidade herdada do processo de condicionamento desempenha seu papel”. Assim, quando respostas inatas não bastam, o indivíduo pode adquirir novas respostas em função de suas interações com o ambiente. Para ilustrar esse ponto, pode-se retomar o exemplo mencionado no próprio enquadramento do autor: o reflexo cardíaco é um comportamento inato que prepara o organismo para o esforço físico em reações de fuga ou luta, sendo vantajoso que o coração responda rapidamente ao perigo. Quando, porém, determinados estímulos ambientais passam a anteceder essas situações – como a visão de um predador ou o som da largada –, esse reflexo inato pode ser condicionado, ocorrendo antes mesmo da ação. Nessa linha, o condicionamento respondente é apresentado como explicação de como certas configurações ambientais adquirem a capacidade de provocar respostas fisiológicas antecipatórias; o reflexo condicionado, embora simples e limitado, permite descrever fenômenos básicos do comportamento, como o cão de Pavlov que salivava ao ouvir um som emparelhado à comida (Skinner, 1974/2011, p. 37).

#### 4.1.1. Comportamento operante

Cançado, Soares e Cirino (2005, p. 183-184) situam que, no início do século XX, o contexto acadêmico era marcado pela chamada “crise da física clássica”. Nessa leitura, o sistema determinista, que estabelecia relações estritas entre causa e efeito, já vinha sendo questionado antes mesmo desse período. Ernst Mach, por exemplo, defendia o abandono das explicações de causalidade mecânica da física newtoniana, propondo em seu lugar a análise das “relações funcionais entre os fatos”. Para os autores, essa perspectiva gradualmente ganhou espaço em detrimento das interpretações mecanicistas.

Na caracterização de Cançado, Soares e Cirino (2005, p. 184), influenciado por essa concepção funcional de Mach, Skinner propôs um sistema explicativo do comportamento no qual as relações de causa e efeito seriam substituídas por descrições funcionais entre as

variações ambientais e as respostas comportamentais. Em Skinner, esse projeto científico é apresentado como a tentativa de prever e controlar o comportamento a partir das variáveis externas das quais ele é função, formulando, assim, o que denominou “análise causal ou funcional”: “esta é a nossa ‘variável dependente’ – o efeito para o qual procuramos a causa. Nossas ‘variáveis independentes’ – as causas do comportamento – são as condições externas das quais o comportamento é função. Relações entre as duas – as ‘relações de causa e efeito’ no comportamento – são as leis de uma ciência” (Skinner, 1953/2003, p. 38). Esse modo de descrever o comportamento por “condições externas” permite recolocar, dentro do próprio programa explicativo, a dificuldade assinalada por Skinner (1969, p. 178): “nenhuma descrição do intercâmbio entre organismo e meio ambiente estará completa enquanto não incluir a ação do ambiente sobre o organismo depois da emissão da resposta”.

Até então, as consequências do comportamento eram tratadas como estímulos eliciando outras respostas, compondo uma cadeia reflexa em que cada estímulo se ligava à resposta seguinte por meio do sistema nervoso, e esta, a um estímulo subsequente no ambiente. Não havia ainda a noção de que o efeito pudesse alterar a probabilidade de ocorrência da resposta, com exceção feita à proposta de **Edwin Guthrie**<sup>30</sup>, para quem “o segundo estímulo encerrava a resposta, permitindo-lhe formar uma associação mais forte com o primeiro estímulo” (Skinner, 1969, p. 193).

Nesse cenário, a “Lei do Efeito” pode ser lida como um antecedente decisivo do problema, ao deslocar o foco do encadeamento para a alteração de probabilidade. A Lei formulada por Thorndike estabelece que a ocorrência de uma resposta quase simultaneamente a determinados eventos ambientais modifica o organismo de modo a aumentar a probabilidade de que tal resposta volte a ocorrer. Na leitura de Skinner (1969, p. 251-252), a ênfase na mudança do organismo permitiu incluir os efeitos da ação entre as causas da ação futura, sem recorrer a conceitos como utilidade, intenção ou propósito. No entanto, o processo identificado por Thorndike permaneceu pouco explorado por cerca de trinta anos, sendo confundido com explicações sobre hábitos ou com formulações do condicionamento pavloviano.

Mesmo Skinner (1969, p. 194-195), em sua tese *O conceito do reflexo na descrição do comportamento* (1931), ainda considerava o estímulo uma variável central; ainda assim,

---

<sup>30</sup> Guthrie formulou uma teoria da aprendizagem baseada em um único princípio: o da contiguidade. Explicou o fortalecimento das respostas aprendidas por meio do condicionamento simultâneo, rejeitando tanto as leis de frequência e efeito de Thorndike quanto o reforço pavloviano. Para ele, o comportamento se modifica pela simples associação entre estímulo e resposta, estabelecida já no primeiro pareamento entre ambos – uma aprendizagem de ensaio único (Schultz e Schultz, 1981, p. 262-263).

observou também a existência de uma terceira variável relevante no condicionamento: uma contingência entre a resposta e sua consequência. Tolman já havia sugerido a existência dessa terceira variável, mas a manteve no interior do organismo; Hull, por sua vez, permaneceu fiel ao esquema estímulo-resposta<sup>31</sup>. Goodwin (2005, p. 390; 396) observa que, enquanto Hull e Tolman propunham a existência de variáveis intervenientes para a explicação do comportamento aprendido, atrelando as variáveis a estímulos e reações mediante definições operacionais, Skinner rejeitou o conceito, pois acreditava que poderia cair em ficções explanatórias, isto é, proposições hipotéticas situadas entre os comportamentos mensuráveis e estímulos observáveis que explicariam o comportamento.

A partir desse deslocamento, o comportamento passa a ser descrito não apenas por alterações ambientais antecedentes, como propunham as explicações baseadas no paradigma reflexo, mas também por suas consequências. O organismo, ao agir, produz modificações no ambiente, que por sua vez alteram o próprio comportamento. Em outras palavras, “o organismo produz o meio que o determina” (Cançado, Soares e Cirino, 2005, p. 184). As consequências do comportamento, portanto, modificam a probabilidade de sua ocorrência futura (Skinner, 1953/2003, p. 64-65). A retroação desempenha papel essencial nesse processo, pois estimula o organismo de acordo com os efeitos resultantes de sua ação (Skinner, 1953/2003, p. 74). Assim, o que se pode prever não é a repetição de uma resposta específica, mas a probabilidade de ocorrência de uma classe de respostas semelhantes. Essa concepção diferencia o sistema de Skinner das explicações mecanicistas estímulo-resposta e define o chamado “comportamento operante” – aquele que opera sobre o ambiente para gerar consequências (Skinner, 1953/2003, p. 71; Cançado, Soares e Cirino, 2005, p. 185).

Nessa lógica, Skinner apresenta a distinção entre dois tipos de condicionamento: o do tipo S – ou condicionamento reflexo, já estudado por Pavlov e Watson – e o do tipo R, no qual a consequência torna-se contingente à resposta, fenômeno anteriormente explorado por Thorndike (Cançado, Soares e Cirino, 2005, p. 184). Skinner distingue, portanto, as respostas

---

<sup>31</sup> Tolman é apresentado por Braunstein e Pewzner (2003, p. 206) como responsável pela introdução do conceito de variável interveniente, reformulando a relação E-R (estímulo-resposta) em E-O-R, na qual o “O” representa processos internos do organismo. Schultz e Schultz (1981, p. 255-259) indicam que, nesse enquadramento, Tolman reintroduz a noção de intencionalidade e organiza variáveis intervenientes não diretamente observáveis em categorias como sistemas de necessidade, espaços de comportamento e motivos de crença e valor. Quanto a Hull, Schultz e Schultz (1981, p. 266-267; 271) descrevem um modelo em que comportamento parte de uma interação constante entre organismo e o meio ambiente, articulando-o a estados de necessidade e à redução dessa necessidade. Nessa formulação, a chamada Lei de Reforço sustenta que, quando a relação estímulo-resposta é acompanhada de redução na necessidade, aumenta a probabilidade de o estímulo evocar a mesma resposta em ocasiões futuras.

produzidas em reação direta à estimulação do meio (respostas respondentes, como as de Pavlov) daquelas emitidas pelo organismo (respostas operantes): no condicionamento respondente, um estímulo específico suscita uma resposta observável; já no operante, a resposta ocorre sem um estímulo externo identificável, sendo fortalecida ou enfraquecida por suas consequências, e não por suas condições antecedentes. Enquanto o cão de Pavlov apenas reage ao som emparelhado ao alimento, o rato na caixa de Skinner age sobre o ambiente – pressionando a barra, por exemplo – para produzir o reforço (Braunstein e Pewzner, 2003, p. 209; Marx e Hillix, 1973, p. 399-401; Schultz e Schultz, 1981, p. 278). Um exemplo disto é o da própria “caixa de Skinner” citada anteriormente: “no início, o bicho só carrega no dito pedal por acaso, mas, depois, ao ver que isso proporciona um alimento, carrega no pedal com intervalos cada vez mais curtos, até só parar para comer: o “débito” da resposta não para de aumentar” (Braunstein e Pewzner, 2003, p. 209).

#### 4.2. CONTINGÊNCIA DE REFORÇO

Ao definir o comportamento como uma função de suas consequências, Skinner (1969, p. 180) delimita as bases de um novo modelo explicativo. Para tornar explícito como essas consequências passam a regular efetivamente a ação, o autor detalha as condições sob as quais elas ocorrem. É nesse movimento que Skinner introduz o conceito de “contingência de reforço”, empregado para especificar a relação entre a ocasião em que o comportamento é emitido, a resposta em si e o evento conseqüente que a reforça. Na formulação do autor, essa descrição exige a indicação explícita de três termos – ocasião, resposta e reforço: “descrevemos a contingência dizendo que um estímulo (a luz) é a ocasião na qual uma resposta (estirar o pescoço) é seguida por reforço (com alimento). Precisamos especificar os três termos. O efeito sobre o pombo é que finalmente a resposta terá maior probabilidade de ocorrência quando a luz estiver acesa” (Skinner, 1953/2003, p. 119).

Com esses termos em vista, Skinner (1969, p. 180) delimita a unidade de análise correspondente a esse arranjo: nesse enquadramento, o operante é definido como a classe de respostas em relação às quais o reforço é contingente; isto é, o operante constitui-se quando se toma um reforço dependente de uma resposta. Nessa mesma descrição, estímulos presentes quando um operante é reforçado tendem a adquirir controle sobre o comportamento, de modo que a taxa de respostas tende a ser maior em sua presença. Por isso, o estímulo antecedente não é descrito como um “agulhão” eliciador, pois o comportamento operante não é eliciado, mas

emitido – por exemplo, pode-se reforçar o movimento de um pombo de esticar o pescoço, mas não se pode eliciá-lo (Skinner, 1969, p. 180; 1953/2003, p. 118).

A ênfase na contingência permite, então, compreender que o que define o operante não é a forma do comportamento, mas as condições sob as quais ele é reforçado. Um mesmo padrão motor pode pertencer a diferentes operantes, a depender da consequência envolvida. Por exemplo:

Permitir que a água passe sobre as mãos talvez possa ser descrito adequadamente como topografia, mas “lavar as mãos” é um “operante” definido pelo fato de que, quando a pessoa comportou-se assim no passado, as mãos ficaram limpas – uma condição que se tomou reforçadora porque, digamos, minimizou uma ameaça de crítica ou contágio. Um comportamento com exatamente a mesma topografia seria parte de outro operante se o reforço tivesse consistido em uma simples estimulação (p. ex., “cócegas”) das mãos ou a evocação de um comportamento imitativo em uma criança que ensinamos a lavar as mãos (Skinner, 1969, p. 268).

Desse modo, ao se estabelecer a relação funcional entre comportamento e consequência, o “estímulo” que funciona como ocasião passa a integrar o controle da probabilidade de emissão da resposta. Esse processo denomina-se “discriminação” e ocorre quando certos estímulos antecedem consistentemente respostas reforçadas, tornando-se “estímulos discriminativos (Sd)”. O comportamento operante tende a ficar sob controle desses estímulos, pois raramente as respostas reforçadas ocorrem de modo independente das circunstâncias externas. Na exemplificação apresentada por Skinner (1953/2003, p. 119-220), esse ponto é ilustrado em situações em que o comportamento se ajusta às propriedades discriminativas do ambiente: um indivíduo que se depara com um pomar contendo maçãs vermelhas doces e outras azedas de diferentes colorações tende a ter seu comportamento de coletar e comer a maçã controlado pela cor do fruto.

O mesmo princípio pode ser observado em situações mais complexas de resolução de problemas, nas quais o próprio indivíduo cria condições discriminativas que orientam seu comportamento:

Imagine que lhe pediram que apanhasse a mala de um amigo no bagageiro de um aeroporto. Você nunca viu a mala ou sequer ouviu sua descrição; você apenas tem um cartãozinho com um número que tem que ser confrontado com outro, dentre uma coleção de malas. Para simplificar o problema, digamos que você se encontra sozinho ante um porta-malas rotativo. Centenas de malas circulam à sua frente. Deslocam-se formando um círculo, mas demasiado rápido para você examiná-las ordenadamente. Você vai selecionar as malas essencialmente ao acaso, verificando um número por vez. Como vai achar a mala? (Skinner, 1969, p. 273).

Nesse caso, o indivíduo pode utilizar um giz para marcar cada uma das malas que já verificou – um comportamento capaz de antecipar o reforço do comportamento subsequente, reduzindo o número de tentativas necessárias para encontrar a mala correta. Tecnicamente, o sujeito constrói, assim, um Sd adicional que organiza a sequência de respostas (Skinner, 1969, p. 273-274). Esse exemplo evidencia que o comportamento operante se desenvolve sob o controle de Sd, que não elicia a resposta como num reflexo, mas altera sua probabilidade de emissão conforme as contingências estabelecidas (Skinner, 1953/2003, p. 122; 1969, p. 303).

#### 4.2.1. Reforçadores

Mas por que um reforçador reforça? Para explicitar esse ponto, Skinner (1974/2011, p. 38; 1953/2003, p. 92; 1969, p. 43) recorre a princípios biológicos, estabelecendo uma conexão entre reforço e saciação, ambos relacionados ao bem-estar do organismo. Eventos como comida, contato sexual e água são cruciais para a sobrevivência; por isso, comportamentos que os produzem tendem a ter valor de sobrevivência. Certas formas de estimulação, entretanto, também podem ser reforçadoras mesmo sem valor biológico direto: um bebê, por exemplo, não é apenas reforçado por alimento, mas pode igualmente ser reforçado pelo som de um guizo. No processo operante, comportamentos que geram essas consequências tornam-se mais prováveis, e sua frequência aumenta quando reforçados. O mesmo ocorre com comportamentos que reduzem condições potencialmente prejudiciais ao indivíduo.

Esses exemplos permitem compreender que as coisas não reforçam porque sentimos fome, agradam ou são “gostosas”, tampouco porque o organismo “necessita” delas. Skinner (1969, p. 44-46) propõe que o que chamamos de fome é apenas um estado corporal e comportamental que favorece a emissão de respostas reforçadas por comida. Assim, o que faz algo ser reforçador é o fato de aumentar a probabilidade de um comportamento ocorrer novamente, e não o quanto é “agradável”. Além disso, um evento não é reforçador por reduzir uma necessidade: um alimento pode manter seu valor reforçador mesmo quando sacia o indivíduo.

A explicação do comportamento, nessa perspectiva, não precisa recorrer a estados internos como causas diretas, mas deve privilegiar a análise das contingências ambientais e do histórico de reforço. Em exemplos como a fome, Skinner (1969, p. 46) sugere que quando o organismo a experimenta, isso ocorre, em geral, porque ele ainda não pode emitir o comportamento adequado – por exemplo, não há comida disponível. O comportamento é,

portanto, governado fundamentalmente pelas consequências que recebeu no passado, e não pelos estados internos que acompanham essas interações. O reforçamento, assim, não modifica o comportamento já emitido, mas atua sobre a probabilidade de emissão futura de respostas semelhantes. Dizer que uma pessoa se comporta “por causa das consequências” significa que suas ações atuais são produto das consequências passadas que se seguiram a comportamentos da mesma classe (Skinner, 1953/2003, p. 97).

Skinner (1969, p. 53; 76-78) observa ainda que os comportamentos são frequentemente atribuídos, de modo equivocado, a sentimentos, em vez de às contingências responsáveis por aquilo que se sente. Essa confusão torna-se evidente quando um comportamento é interrompido por falta de reforço: pode-se dizer, por exemplo, que alguém deixou de trabalhar por estar “desanimado” ou “deprimido”, quando, na verdade, está reagindo à ausência de reforço em seu ambiente laboral ou em outras áreas da vida – fenômeno tecnicamente denominada “extinção”: quando uma resposta previamente reforçada deixa de ser seguida pelo reforço, tornando-se progressivamente menos frequente. Como esclarece o autor, “alguém que se dedique a uma dada atividade prontamente não está mostrando um interesse, está mostrando o efeito do reforço. Não se dá a ninguém um sentimento de realização, reforça-se uma determinada ação. Desanimar-se é apenas não responder por falta de reforço” (Skinner, 1969, p. 80). Esse processo, Skinner (1969, p. 76-78) ressalta, não se confunde com “esquecimento”: no esquecimento, o condicionamento permanece, mas a resposta pode deixar de ocorrer por algum tempo por não ser evocada nas circunstâncias relevantes; na extinção, ao contrário, a resposta pode ainda ser emitida, porém deixa de ser reforçada, o que tende a reduzir sua frequência. O processo pode, entretanto, ser acompanhado por reações emocionais transitórias, como frustração ou cólera: um pombo privado do reforço ao qual estava habituado pode começar a bater as asas, dar voltas ou emitir outros comportamentos semelhantes. Entretanto, essas respostas não representam um “estado emocional interno”, mas a própria manifestação do efeito da retirada do reforço.

No encadeamento do autor, compreender o reforçamento implica não apenas reconhecer o papel das consequências na manutenção ou na extinção de um comportamento, mas também distinguir os diferentes modos pelos quais essas consequências podem atuar como reforçadores. Por isso, Skinner passa a considerar a natureza dos eventos reforçadores e as formas que eles assumem.

Os eventos reforçadores podem ser classificados em dois tipos. Em ambos, o critério é funcional: trata-se de consequências que fortalecem respostas ao aumentar a probabilidade de

que voltem a ocorrer. No “reforçamento positivo”, a consequência envolve a apresentação de um estímulo e fortalece o comportamento que o produz; por exemplo, um copo de água pode funcionar como reforçador quando estamos com sede, tornando mais provável, em ocasiões futuras, o ato de enchê-lo e bebê-lo. No “reforçamento negativo”, a consequência envolve a remoção de um estímulo e fortalece o comportamento que o faz cessar; assim, ao tirar um sapato apertado, a redução do desconforto pode atuar como reforçador negativo, aumentando a probabilidade de repetir essa ação em situações semelhantes (Skinner, 1953/2003, p. 81; 1969, p. 43).

Além da distinção entre reforçamento positivo e negativo, é importante considerar que os eventos reforçadores podem adquirir sua função de modo primário ou condicionado. Skinner (1953/2003, p. 84-88) descreve reforçadores condicionados como estímulos que passam a reforçar por terem sido sistematicamente associados a reforçadores primários em contingências de reforço. Em contingências naturais, isso aparece com frequência em cadeias de comportamento: antes de comer (reforçador primário), você anda até o mercado, faz compras, volta para casa e cozinha. Nessa sequência, certas consequências intermediárias (e estímulos correlatos a “estar mais perto” do alimento) podem funcionar como reforçadores condicionados, sustentando etapas do repertório mesmo quando a comida ainda não está presente. Ademais, um reforçador condicionado pode tornar-se generalizado quando é emparelhado com mais de um reforçador primário. Um exemplo disso é o dinheiro que, embora não satisfaça diretamente nenhuma necessidade biológica, pode ser trocado pelos mais variados reforçadores primários.

#### 4.2.2. Esquemas de reforço

Conforme aponta Hothersall (2019, p. 474), na década de 1940, Skinner passou a investigar os efeitos de diferentes esquemas de reforçamento. Ao contrastar situações em que cada resposta era reforçada com outras em que apenas parte das respostas recebia reforço, o autor observou que esse segundo arranjo – o “reforço intermitente”, por consistir em reforçar apenas algumas respostas – podia manter a frequência do comportamento.

A importância desse resultado fica mais evidente quando Skinner (1953/2003, p. 110-111; 1969, p. 55) o aproxima de exemplos cotidianos. O autor sustenta que, na vida cotidiana, a maioria de nossos comportamentos é reforçada de modo intermitente. Esse tipo de esquema produz comportamentos relativamente estáveis e resistentes à extinção, capazes de se manter

por longos períodos mesmo com reforçamento pouco frequente. O salário, por exemplo, pode ser tomado como um reforço que ocorre em intervalos específicos; de modo análogo, o autor observa que consequências sociais e afetivas costumam ocorrer de forma irregular, sem que isso implique, necessariamente, uma programação deliberada de reforçar de modo inconsistente.

Para descrever com mais precisão como diferentes arranjos de reforçamento produzem padrões distintos de respostas, torna-se útil explicitar a tipologia dos “programas de reforço”, que podem ser classificados, de modo geral, em “esquemas de intervalo”, de “razão” e “múltiplos” (ou inter cruzados), cada qual podendo ser “fixo” ou “variável” (Goodwin, 2005, p. 394-395).

Nos esquemas de intervalo, o reforço fica disponível em função da passagem do tempo, e o organismo ajusta sua frequência de respostas à frequência do reforço: “se reforçamos a cada minuto, o animal responde rapidamente; se a cada cinco minutos muito mais lentamente” (Skinner, 1953/2003, p. 111). A saber, a proximidade do reforço pode alterar a frequência de respostas. Por exemplo, entre duas empresas que oferecem o mesmo serviço, a probabilidade de ligarmos para aquela que nos respondeu com mais frequência tende a ser maior. Outro exemplo: pagar um salário elevado de uma só vez, equivalente a um ano de trabalho, pode não ser tão eficaz quanto parcelar o reforçamento por meio de pagamentos distribuídos (Skinner, 1953/2003, p. 111-112).

No caso do intervalo fixo, “uma resposta é reforçada somente quando ocorre após a passagem de um período de tempo (por exemplo, cinco minutos)” (Skinner, 1969, p. 192), produzindo “alta incidência do comportamento imediatamente antes do fim do intervalo e baixa incidência no seu início” (Goodwin, 2005, p. 395). Quanto ao intervalo variável, o intervalo “pode variar acima de um determinado nível em torno de um valor médio” (Skinner, 1969, p. 192); o comportamento é “reforçado depois de períodos que variam de ensaio para ensaio; produz incidência relativamente baixa, porém estável do comportamento” (Goodwin, 2005, p. 395).

Nos esquemas de razão, por sua vez, o critério para a disponibilização do reforço não é o tempo decorrido, mas o número de respostas emitidas. Assim, o reforço é apresentado após um certo número de respostas – por exemplo, quando o sujeito emite a quinta resposta. Um caso cotidiano para ilustrar esse ponto é o pagamento por produção, em que o trabalhador é recompensado por cada item concluído. Skinner discute que esse tipo de reforçamento pode ter limitações: na indústria, por exemplo, trabalhadores podem fadigar-se quando a frequência de

respostas se eleva e, além disso, organizações podem aumentar a razão exigida à medida que cresce a produtividade (Skinner, 1953/2003, p. 113-114; 1969, p. 188).

Também aqui se distinguem versões fixas e variáveis. Goodwin (2005, p. 395) descreve a razão fixa como “comportamento reforçado depois de um número fixo de reações; produz alta incidência do comportamento” e a razão variável como “comportamento reforçado depois de um número de reações que varia de ensaio para ensaio; produz incidência muito alta do comportamento”.

Por fim, o esquema múltiplo consiste na combinação entre reforços de intervalos e de razão (Skinner, 1953/2003, p. 116). Nesses casos, “um esquema prevalece na presença de um estímulo, um esquema diferente na presença de outro estímulo. Por exemplo, um intervalo fixo prevalece quando o disco for vermelho, e um variável quando o disco for verde (obtem-se um desempenho característico sob cada estímulo)” (Skinner, 1969, p. 192).

#### 4.2.3. Ontogênese, filogênese e cultura

Tal como variações genéticas podem produzir mutações fisiológicas que são selecionadas segundo suas consequências – na medida em que favorecem a adaptação do organismo a certo ambiente –, algo análogo ocorre com o comportamento: ele é determinado pelas consequências contingentes às respostas emitidas pelo organismo (Cançado, Soares e Cirino, 2005, p. 186). Nessa direção, tanto características biológicas quanto comportamentais podem ser compreendidas como modeladas por processos seletivos ancorados no contato do organismo com seu ambiente (Machado e Ferrara, 1987, p. 138).

Nessa direção, Skinner distingue três níveis de seleção por consequência: a seleção natural, no plano “filogenético”; a seleção por reforçamento, na história “ontogenética”; e contingências sociais especiais (“cultura”), responsáveis pela manutenção e transmissão de práticas em um ambiente social (Machado e Ferrara, 1987, p. 139).

No plano filogenético, Machado e Ferrara (1987, p. 138) descrevem que a modificação incide sobre a reserva genética da espécie e se manifesta, no plano comportamental, como predisposições e limites relativamente típicos: indivíduos tendem a ser mais ou menos sensíveis a certos tipos ou intensidades de estimulação, a reagir (ou não) a elas, e a exibir com maior probabilidade determinados movimentos e posturas, enquanto outras respostas são menos prováveis. Em outras palavras, trata-se de um repertório cuja “disponibilidade” e cujos limites são, em larga medida, produto de seleção natural. Nesse quadro, Skinner (1981/2007, p. 129)

assinala que o comportamento pode integrar o patrimônio genético de uma espécie em contextos relativamente estáveis; contudo, por depender do intercâmbio com o ambiente, ele tende a funcionar adequadamente apenas sob condições semelhantes àquelas em que foi selecionado, o que evidencia limites dessa forma de adaptação. Nessa mesma direção, Skinner (1981/2007, p. 136) menciona que intervenções nesse nível podem envolver alterações na base biológica e/ou em contingências de sobrevivência, incluindo exemplos como reprodução seletiva.

Ao tratar do plano ontogenético, Skinner (1981, p. 130; 136) o caracteriza como história de reforçamento: repertórios que se selecionam ao longo da vida de um indivíduo em função da interação entre seu comportamento e o ambiente. No âmbito aplicado, o autor indica que é possível favorecer novas formas de comportamento por meio da explicitação de contingências relevantes (por exemplo, por instruções, demonstrações ou regras) e, sobretudo, pelo arranjo e manutenção de contingências seletivas que passem a operar efetivamente na história do indivíduo.

Ao mesmo tempo, Skinner (1969, p. 304) enfatiza que a mera “disponibilidade” de contingências não basta para que elas operem: para que haja seleção ontogenética, alguma resposta precisa ocorrer ao menos uma vez, pois a seleção incide sobre variações já presentes no comportamento. O autor exemplifica esse ponto com o rato que só aprende a pressionar a barra “pela comida” depois de tê-la pressionado por acaso; antes disso, embora as contingências estejam presentes, elas permanecem ineficazes porque não há resposta a reforçar. O rato pode inicialmente pressionar a barra por curiosidade, por um movimento aleatório ou por outra condição; quando a resposta produz comida, ela é reforçada e passa a ocorrer com maior frequência.

É nesse enquadramento que Skinner (1969, p. 304) formula explicitamente a exigência de variação prévia: “um animal precisa emitir um grito, pelo menos uma vez, por outras razões, antes que o grito possa ser selecionado como um aviso”. A partir desse ponto, o autor deriva que todo repertório – de um indivíduo ou de uma espécie – precisa existir, ainda que em unidades mínimas, para então poder ser selecionado ontogenética ou filogeneticamente. Em outros termos, nem o reforço (ontogenético) nem a seleção natural (filogenética) criam comportamentos do nada; ambos selecionam variações pré-existentes.

No prolongamento desse argumento, Skinner sustenta que a distinção entre comportamentos filogenéticos e ontogenéticos não pode ser decidida por “essências” nem pela topografia isolada do comportamento. O autor observa que, embora a topografia não baste para

determinar se uma resposta é aprendida ou inata, a identificação de variáveis controladoras permite operar distinções relevantes; como registra: “podemos mostrar que um pássaro-guia é controlado mais pelo zumbido das abelhas do que pela visão de uma colmeia, por exemplo, sem prejuízo para a questão de saber se o comportamento é inato ou adquirido. Não obstante, a distinção é importante se temos que tentar prever ou controlar o comportamento” (Skinner, 1969, p. 313)

Por fim, no plano cultural, Skinner (1981/2007, p. 131; 136) sustenta que a evolução de ambientes sociais (culturas) depende de contingências sociais especiais, e destaca que o comportamento verbal torna esse nível especialmente relevante, porque permite que variações inicialmente reforçadas no indivíduo sejam transmitidas, comparadas e estabilizadas socialmente. Assim, quando uma técnica surge na história ontogenética de alguém (por exemplo, um modo mais eficiente de ensinar uma criança ou organizar a produção), ela só adquire estatuto cultural quando sua adoção recorrente aumenta a capacidade do grupo de resolver problemas. Nesse caso, como o próprio Skinner indica, o critério seletivo não se reduz ao ganho reforçador imediato dos participantes, deslocando-se para consequências no plano do grupo. O autor acrescenta que é possível introduzir novas práticas culturais e, em casos mais raros, organizar contingências especiais de sobrevivência voltadas à preservação de práticas tradicionais; porém, mesmo quando tais arranjos são planejados, permanece a exigência de que a seleção opere, isto é, de que consequências no plano do grupo sustentem e estabilizem essas práticas.

Skinner (1969, p. 307-308) observa que as contingências responsáveis pelo comportamento social apresentam desafios específicos, uma vez que envolvem a coordenação funcional entre dois ou mais organismos. Tal coordenação é evidente, por exemplo, no desenvolvimento da linguagem, em que a complexificação do comportamento do orador depende da sensibilidade crescente dos ouvintes a formas de discurso mais elaboradas. Essa relação interdependente, conforme o autor, também deve ser suposta na evolução do comportamento social. Skinner descreve esse processo como uma “programação sutil”, na qual tanto o comportamento de emissão quanto o de recepção passam por estágios gradualmente complexos, sendo selecionados por suas consequências vantajosas para o grupo.

Em síntese, Skinner (1953/2003, p. 100) explicita que a noção de seleção por consequências unifica a explicação do comportamento em diferentes escalas: “tanto no condicionamento operante quanto na seleção evolutiva de características do comportamento, as consequências alteram as probabilidades futuras. Os reflexos e outros padrões inatos de

comportamento desenvolvem-se porque aumentam as oportunidades de sobrevivência da espécie”. Nesse enquadramento, quando Skinner (1974/2011, p. 41) afirma que “o condicionamento operante faz parte da dotação genética tanto quanto a digestão ou a gestação”, a formulação aponta para a ideia de que não são repertórios operantes específicos que seriam inatos, mas que a suscetibilidade do organismo às contingências de reforçamento integra seu equipamento biológico.

#### 4.2.4. Modelagem

Um operante, segundo Skinner (1953/2003, p. 102), não “aparece” já completamente formado no repertório: em comportamentos complexos, raramente se pode esperar que a resposta final surja espontaneamente para então ser reforçada. Por isso, o autor descreve a “modelagem” como um processo contínuo, em que respostas sucessivas são reforçadas à medida que se aproximam gradualmente do desempenho-alvo, por “(...) um processo contínuo de reforço diferencial de comportamento indiferenciado, tal como o escultor modela sua figura de uma massa de argila” (Skinner, 1953/2003, p. 102).

Skinner formula o ponto de modo pragmático: quando a resposta-alvo envolve uma sequência extensa, a probabilidade de o organismo emití-la integralmente ao acaso é mínima, o que torna o reforçamento da cadeia completa pouco provável. Por isso, o autor propõe programar contingências intermediárias, reforçando etapas parciais como aproximações sucessivas do comportamento final; como afirma, “cada passo no processo teve que ser atingido através de uma série de aproximações, já que as respostas não estavam no repertório original do rato” (Skinner, 1969, p. 304). O autor descreve o procedimento nos seguintes termos:

O rato era reforçado por qualquer movimento que fizesse a bolinha rolar para qualquer canto do chão da gaiola; depois, então, apenas para o canto de um lado da gaiola; então, apenas para uma pequena área do canto; depois, somente para aquela área ligeiramente levantada, e assim por diante. O canto levantado tornou-se um tubo de diâmetro gradualmente diminuído e de altura aumentada. O primeiro elo da cadeia, tirar a bolinha da prateleira, foi acrescentado posteriormente. Lançou-se mão de outros tipos de programação para estabelecer um controle de estímulos sutil e para manter o comportamento a despeito de reforços infrequentes, e assim por diante (Skinner, 1969, p. 304).

Hothersall (2019, p. 477) descreve um procedimento análogo ao narrar o treino de um pombo para bicar uma chave e obter comida: inicialmente, reforçava-se o simples olhar na direção apropriada; depois, movimentos em direção ao alvo; em seguida, o levantar da cabeça;

e, por fim, a resposta de bicar. A resposta é “construída” gradualmente pelo reforçamento diferencial até a emissão do comportamento desejado.

No plano operante, Skinner descreve o reforço como instrumento seletivo: ele favorece certas respostas em detrimento de outras e, com isso, permite distinguir a produção de novas unidades comportamentais do aperfeiçoamento (refinamento) de unidades já presentes. Daí a formulação de que “a contingência que aperfeiçoa a habilidade é o reforço diferencial de respostas que possuem propriedades especiais” (Skinner, 1953/2003, p. 106). Com a resposta sob esse tipo de seleção, a forma do comportamento pode variar quando variam as contingências diferenciais; ao chamar alguém à distância, por exemplo, a resposta só é reforçada quando a voz atinge determinada intensidade, o que tende a produzir ajustes graduais no volume da fala (Skinner, 1953/2003, p. 107-108).

A modificação do comportamento, tal como destaca Hothersall (2019, p. 481-482), aparece em Skinner também como projeto aplicado e não apenas como resultado de pesquisa com animais: já em 1932, ele voltou atenção ao comportamento de pessoas diagnosticadas como psicóticas ou neuróticas, incentivando propostas baseadas em modelagem e no arranjo de contingências para a mudança de comportamentos humanos. O autor também assinala que, em um contexto em que a psicanálise era predominante no tratamento das chamadas doenças mentais, Skinner considerava problemáticos os conceitos e práticas do sistema psicanalítico e defendia, em contraste, uma abordagem sustentada na observação objetiva e na alteração do comportamento por contingências apropriadas de reforçamento<sup>32</sup>.

#### 4.2.5. Eventos públicos e privados

Segundo Skinner (1953/2003, p. 28-33), é recorrente que explicações científicas localizem a “causa” do comportamento em processos internos. O problema, na avaliação do autor, não está em reconhecer que ocorram eventos no interior do organismo, mas em tratar tais eventos – por serem de difícil observação e manipulação – como entidades explicativas auto-suficientes. Nesse registro, Skinner critica teorias que apelam a causas neurais, psíquicas ou

---

<sup>32</sup> Como destaca Hothersall (2019, p. 481-482), embora Skinner não tenha tido oportunidade de aplicar pessoalmente tais procedimentos, seus alunos – como Paul Fuller, Ogden Lindsley e Nathan Azrin – obtiveram sucesso em sua implementação. Os modificadores de comportamento mostraram-se capazes não apenas de intervir em casos de psicose e neurose, mas também de lidar com outros comportamentos, como timidez, tabagismo e autismo.

conceituais para postular “agentes internos” sem caracterização física clara, como se o comportamento emanasse de um impulso interior ao qual o exterior apenas responderia.

Skinner (1969, p. 343-344) afirma que muitos psicólogos comportamentais chegaram a reconhecer imagens, sensações e pensamento, mas optaram por excluí-los da investigação por considerá-los inacessíveis aos métodos científicos. O autor sustenta que essa exclusão não resolve o problema: uma ciência do comportamento, para permanecer empírica, precisa enfrentá-lo sem abandonar seus critérios. Daí sua tese de que eventos “sob a pele” devem entrar na análise não como mediadores fisiológicos (como suporiam, em versões distintas, o mentalismo ou certo reducionismo), mas como parte do próprio comportamento.

Ao discutir o estatuto explicativo de estados internos, Skinner (1953/2003, p. 35) afirma que “se o estado é puramente inferido – se não há dimensões a ele relacionadas, as quais poderiam tornar possível uma observação direta – não pode ser usado como explicação”. Na continuidade desse argumento, o autor defende que variáveis independentes devem ser descritas na linguagem das ciências físicas e que as “causas” do comportamento devem ser procuradas fora do organismo – em sua história ambiental e no ambiente imediato (Skinner, 1953/2003, p. 33; 38-39). Ainda segundo Skinner, recorrer ao “mundo psicológico da experiência” tende a embaralhar variáveis independentes e dependentes, produzindo confusão analítica.

Skinner (1953/2003, p. 251) ressalva, entretanto, que “o evento puramente privado não teria lugar em um estudo de comportamento (...) mas os eventos que são, pelo menos no momento, acessíveis apenas para o próprio indivíduo, muitas vezes ocorrem como elos em cadeias de eventos públicos e assim devem ser considerados”. Para ilustrar esse ponto, o autor descreve um encadeamento de três elos: (1) uma operação externa sobre o organismo (por exemplo, privação de água), (2) uma condição interna (sede) e (3) o comportamento de beber. O segundo elo, embora exista, seria pouco útil para fins de previsão e controle porque é difícil de observar diretamente e de manipular experimentalmente (Skinner, 1953/2003, p. 36). Nessa mesma linha, Skinner (1953/2003, p. 35; 37) admite que estados interiores podem alterar o resultado, mas argumenta que eles não constituem o foco privilegiado de uma análise funcional, já que as variáveis externas permanecem aquelas sobre as quais se pode intervir de modo sistemático. Por isso, quando se diz que alguém roubou pão “porque estava com fome”, Skinner (1953/2003, p. 38-39) propõe deslocar a análise para as condições externas que produziram e mantiveram essa privação, pois são essas condições que podem ser descritas e rearranjadas.

A partir daí, Skinner (1953/2003, p. 23-24; 1969, p. 343-345) sustenta que parte do que afeta o organismo ocorre “sob a pele” e constitui um domínio privado – inacessível aos outros

por razões de acesso. Existem diferenças entre estímulos oriundos do ambiente externo (luz, som) e os provenientes do interior do corpo (fome, dor), porém tais diferenças não são metafísicas: ambos pertencem ao mesmo campo físico, distinguindo-se pela origem e pelo modo de acesso. Assim, sensações como tristeza não comporiam uma “realidade mental” apartada, mas eventos físicos menos disponíveis à observação pública.

Desse ponto decorre, segundo o autor, que eventos privados podem ser abordados indiretamente. De um lado, Skinner (1953/2003, p. 281-283; 1974/2011, p. 23-24) indica que eles podem ser inferidos a partir de comportamentos públicos correlatos, ainda que esse procedimento seja falível, já que as correlações nem sempre são estáveis. Ele exemplifica que, ao ver uma criança se cortar, a comunidade pode inferir estímulos privados como dor a partir de respostas observáveis, como o choro ou o ato de tocar o ferimento. De outro lado – e justamente para lidar com os limites dessas inferências –, Skinner (1953/2003, p. 283-285) aponta a resposta verbal como um caminho adicional de acesso aos eventos privados. Contudo, o autor adverte que relatos de eventos privados enfrentam limites de fidedignidade que não atingem apenas o observador externo, mas também o próprio indivíduo. Em muitos casos, público e privado são inicialmente pouco discriminados, e é por meio de contingências discriminativas que o sujeito aprende a diferenciar e nomear aspectos do que faz e do que sente. Assim, a auto-observação é tratada como produto de práticas sociais: o ambiente ensina o indivíduo a perceber e a descrever dimensões do próprio comportamento; se a comunidade não estabelece contingências adequadas, certos repertórios de autoconhecimento podem sequer se desenvolver.

Nesse processo, Skinner (1969, p. 345) atribui à comunidade verbal um papel decisivo, na medida em que é ela que estabelece e mantém contingências pelas quais o indivíduo aprende a discriminar aspectos do próprio comportamento e a nomeá-los. Para Skinner, essa modelagem ocorre de forma mais estável quando o referente é público – (como ensinar uma criança a identificar cores) – porque a comunidade pode acompanhar o estímulo e reforçar com maior consistência as respostas adequadas. Em contrapartida, quando o referente é privado, (como padrões ligados à “timidez”), o ensino torna-se mais incerto: como a comunidade não tem acesso direto ao evento, ela dispõe de menos bases para reforçar de modo regular e preciso respostas autodescritivas. Por isso, na leitura skinneriana, os relatos e discriminações sobre o que ocorre “sob a pele” tendem a ser menos refinados do que aqueles relativos a eventos do mundo externo.

Ainda assim, Skinner (1974/2011, p. 25-26) argumenta que a comunidade verbal pode contornar parcialmente essas limitações ao reforçar respostas com base em indícios colaterais – por exemplo, não apenas a pancada (evento público), mas também o choro quando começa a doer. Mesmo com esses expedientes, o autor sustenta que a precisão nunca é completa, porque o sistema nervoso humano não teria sido moldado para fornecer ao outro o tipo de informação que o ensino verbal exigiria. Como consequência, os relatos de estimulação privada ficam sujeitos a erros por motivos distintos: às vezes por distorção deliberada (mentira, omissão), outras vezes porque o indivíduo simplesmente não dispõe de repertório verbal bem treinado para nomear o que ocorre – não por ausência do estímulo, mas por limitações na aprendizagem requerida para descrevê-lo.

#### 4.3. PSICOTERAPIA COMO AGÊNCIA CONTROLADORA

Skinner contrapõe-se às interpretações tradicionais que descrevem a psicoterapia como um meio de tratar doenças internas, nas quais os comportamentos seriam meramente sintomas; nesse enquadramento, a psicoterapia é vista como “(...) remoção de certas causas internas de doenças mentais, como o cirurgião remove um apêndice inflamado (...)” (Skinner, 1953/2003, p. 406), ou então como análoga ao exorcismo: “os demônios menores da teoria moderna são as ansiedades, os conflitos, os desejos e as memórias reprimidas. Assim que a emoção ‘contida’ for purgada, resolve-se o conflito e libertam-se as memórias e os desejos reprimidos” (Skinner, 1953/2003, p. 407).

Fazendo um paralelo com a teoria freudiana, em que, na visão de Skinner (1953/2003, p. 409) o comportamento aparece como expressão sintomática de uma neurose, o autor desloca o centro da inquirição para o próprio comportamento e para as variáveis que alteram sua probabilidade de ocorrência:

O desejo freudiano é um artifício para representar uma resposta com uma dada probabilidade de ocorrência. Qualquer efeito da ‘repressão’ deve ser o efeito das variáveis que levaram seja à própria resposta, seja ao comportamento repressor. Temos que perguntar por que a resposta foi emitida da primeira vez, por que foi punida, quais as variáveis ativas no presente. Responder a estas questões deverá explicar o comportamento neurótico.

Ao recusar explicações que remetem a causas internas ou entidades hipotéticas, Skinner (1953/2003, p. 400-401) reposiciona a psicoterapia no campo das condições externas e

funcionais que moldam o comportamento. É nesse contexto que ele propõe compreendê-la como uma das agências de controle do comportamento humano.

Para sustentar essa caracterização, Skinner (1953/2003, p. 391-400) descreve, primeiro, como o controle exercido por outros – grupos, agências e instituições – frequentemente se orienta a restringir o que ele denomina “comportamento egoísta primariamente reforçado no indivíduo”. Ele argumenta, porém, que esse controle tende a produzir “subprodutos”: efeitos colaterais que não são necessariamente vantajosos para quem controla e que podem ser prejudiciais para quem é controlado. Nesse conjunto, Skinner inclui subprodutos como fuga (afastar-se do controlador), revolta (contra-atacar o agente controlador) e resistência passiva (deixar de se comportar de conformidade com os procedimentos de controle, por vezes após a extinção de tentativas de fuga ou revolta), além de padrões emocionais associados à esquiva e à fuga – medo, ansiedade, ira e raiva – e, em alguns casos, episódios de depressão vinculados à resistência passiva. Em continuidade, o autor menciona outros efeitos possíveis do controle sobre o comportamento operante, como formas de fuga por meio do uso de drogas, padrões de ação excessivamente vigorosos ou excessivamente restritos, empobrecimento do controle por estímulos e autoestimulação aversiva, entre outros.

É justamente quando tais subprodutos se tornam incapacitantes, perigosos ou socialmente inconvenientes – para o próprio indivíduo ou para terceiros – que, na delimitação proposta por Skinner (1953/2003, p. 401-405), se configura o campo de interesse da psicoterapia. Nessa moldura, ele enfatiza como técnica central a reversão de mudanças comportamentais produzidas pela “punição” – entendida como apresentação de estímulos aversivos ou retirada de reforçadores positivos, com efeito de reduzir a probabilidade de uma resposta voltar a ocorrer (Skinner, 1969, p. 55-56).

Ao explicitar esse ponto, Skinner (1969, p. 55-56) descreve que, quando uma resposta é punida, os estímulos que a acompanham – ou que caracterizam o contexto em que ela ocorre – tendem a adquirir função aversiva. Com isso, em vez de “eliminar” o repertório punido, o arranjo punitivo frequentemente reorganiza o comportamento para a evasão: o indivíduo passa a emitir respostas de fuga ou esquiva que o afastem das condições em que a punição é provável, ainda que a disposição para o comportamento punido possa permanecer.

É a partir desse encadeamento – isto é, do fato de que muitos subprodutos que demandam “tratamento” são produzidos por controles punitivos exercidos em contextos sociais amplos – que Skinner (1953/2003, p. 401-405) sustenta que a psicoterapia, embora também seja uma agência de controle, opera em uma posição peculiar: ela tende a lidar com efeitos de

punições cuja fonte é externa ao consultório e, frequentemente, institucional. Por isso, ao contrário de agências como religião ou governo, que muitas vezes participam da própria produção dessas contingências punitivas, a psicoterapia pode intervir modificando técnicas de controle já estabelecidas.

#### 4.3.1. O terapeuta

Se no capítulo anterior o argumento foi construído no nível das agências e dos subprodutos do controle social, neste capítulo o foco se desloca para o operador desse arranjo na cena clínica: o terapeuta.

Skinner (1974/2011, p. 159-160) observa que a psicoterapia esteve, historicamente, comprometida com sistemas de caráter mentalista, centrados em sentimentos e estados internos. Ao comentar a proposta de Rogers – segundo a qual o campo precisaria de um novo conceito de terapia capaz de oferecer ajuda, e não controle – Skinner argumenta que a alternativa é enganosa, porque qualquer forma de ajuda implica, inevitavelmente, algum grau de controle. Para ele, “a cultura do terapeuta deveria levá-lo a agir de maneiras que fossem boas para a pessoa a quem está ajudando, e o problema daqueles que estão envolvidos com terapia é gerar tal cultura, não encontrar terapeutas humanitários” (Skinner, 1974/2011, p. 160). Assim, a discussão não se organiza em torno de “eliminar” o controle, mas de compreender e organizar as condições sob as quais ele opera.

Para explicitar o que está em jogo quando fala em “controle”, Skinner (1974/2011, p. 156) define que controlar outra pessoa consiste em modificar as condições do mundo em que ela se encontra e, por consequência, alterar o modo como ela sente e percebe esse mundo. O autor observa que esse controle interpessoal é aprendido muito cedo em interações ordinárias: quando um bebê chora e a mãe responde de modo a cessar o choro, estabelece-se um arranjo em que os comportamentos de ambos podem ser mutuamente reforçados – o da mãe, ao atender; o do bebê, ao obter atenção (Skinner, 1953/2003, p. 342). Skinner (1974/2011, p. 161) acrescenta que esse aprendizado do controle sobre o outro tende a generalizar-se mais tarde ao próprio comportamento, configurando o “autocontrole”. Nessa linha, o autor sustenta que, assim como é possível controlar o outro, também é possível organizar condições para controlar a si mesmo – e que muitas técnicas de autocontrole podem igualmente ser aplicadas ao controle interpessoal (Skinner, 1953/2003, p. 343).

A partir desse enquadramento, Skinner (1953/2003, p. 401-402) sustenta que corrigir uma condição comportamental exige, antes, descrevê-la em termos das variáveis relevantes; por isso, o terapeuta precisa dispor de algum controle<sup>33</sup> sobre essas variáveis para poder analisá-las e rearranjá-las, um “poder” inicial atribuído ao terapeuta como agente controlador, vinculado ao próprio caráter aversivo da condição do paciente: promessas de melhora e sinais de alívio tendem a funcionar como consequências reforçadoras (por prestígio, indícios de progresso, ou marcas mais sutis de redução de desconforto), ainda que esse poder seja limitado no começo. Com o andamento do processo, esse controle pode ampliar-se na medida em que intervenções produzam efeitos; e, nesse ponto, Skinner enfatiza o papel do tempo, pois a continuidade do contato cria condições para que o terapeuta se torne uma fonte relevante de reforço, para que o retorno do paciente ao tratamento seja fortalecido quando a relação terapêutica produz alívio ou melhora.

Entre as maneiras pelas quais o terapeuta organiza contingências no tratamento, Skinner (1953/2003, p. 403-404) destaca a “audiência não punitiva”: no cotidiano do paciente, o controle de outros frequentemente opera por punição; na relação terapêutica, por sua vez, o terapeuta busca sustentar uma posição incompatível com o punir. Em vez de criticar, objetar ou “corrigir” de modo aversivo, ele mantém uma forma de escuta e resposta que evita intensificar a punição – inclusive quando o paciente emite repertórios socialmente reprovados (verbais ou não verbais) –, respondendo com interesse e atenção. Skinner indica que, sob essa condição, comportamentos antes suprimidos tendem a reaparecer: o paciente pode retomar relatos ligados a experiências punitivas passadas, emitir verbalizações anteriormente inibidas e expressar reações emocionais intensas; e o progresso do processo depende, em larga medida, de o terapeuta conseguir manter a posição de não punidor diante dessas emissões.

Conforme respostas previamente punidas passam a ocorrer sob a audiência não punitiva, pode ocorrer uma redução gradual dos efeitos da punição – um dos principais resultados do tratamento. “Os estímulos automaticamente gerados pelo próprio comportamento do paciente tornam-se menos e menos aversivos e com menor probabilidade de gerar reações emocionais.

---

<sup>33</sup> Como explica Skinner (2011, p. 156; 161; 1953/2003, p. 342-343), o controle sobre outra pessoa consiste em modificar as condições de seu mundo, o que, por consequência, altera o modo como ela sente e percebe esse mundo. Desde cedo, aprendemos a exercer esse tipo de controle: por exemplo, quando um bebê chora e a mãe responde cessando o choro, ambos passam a ter seus comportamentos mutuamente reforçados – o da mãe, ao atender; o do bebê, ao obter atenção. Esse aprendizado precoce do controle interpessoal, segundo Skinner, é posteriormente generalizado ao próprio comportamento: o autocontrole. Assim, do mesmo modo que é possível controlar o outro, também é possível exercer o controle sobre si mesmo – e muitas das técnicas utilizadas no autocontrole podem igualmente ser aplicadas ao controle interpessoal.

O paciente sente-se menos errado, menos culpado, ou menos pecador” (Skinner, 1953/2003, p. 404).

No curso do tratamento, Skinner admite que o terapeuta pode reconhecer “o que está errado” e, a partir disso, sugerir cursos de ação corretiva (Skinner, 1953/2003, p. 416). Embora o indivíduo pareça ter “acesso privilegiado” à própria história, o autor sustenta que outra pessoa pode, em certas circunstâncias, discriminar com maior precisão as variáveis relevantes do comportamento. Por isso, ao ajudar o paciente a compreender-se, o psicoterapeuta estaria “salientando relações causais de que este ainda não havia tomado consciência” (Skinner, 1974/2011, p. 30). À medida que conhece melhor o paciente, o terapeuta pode propor arranjos que alterem condições de saciação ou privação e organizar situações em que certos estímulos contribuam para a extinção ou para o condicionamento de reflexos emocionais; pode, ainda, orientar mudanças no ambiente ao reduzir a exposição a situações estimuladoras associadas a consequências desastrosas (Skinner, 1953/2003, p. 402-403). Esse conhecimento, contudo, não se ancora na interpretação de estados mentais, mas na observação das condições sob as quais o comportamento ocorre; nesse sentido, “conhecer outra pessoa é simplesmente conhecer o que ela faz, fez ou fará, bem como a dotação genética e os ambientes passados e presentes que explicam por que ela o faz” (Skinner, 1974/2011, p. 152).

Isso não significa, porém, que o terapeuta deva converter essa análise em prescrição. Skinner (1953/2003, p. 416-417; 1974/2011, p. 150) adverte que, mesmo quando o terapeuta “sabe” uma alternativa plausível, oferecê-la diretamente pode ser menos eficaz do que arranjar as condições sob as quais o próprio indivíduo venha a produzir mudanças relevantes de repertório. Nessa direção, a função do terapeuta não é oferecer respostas prontas, mas organizar o ambiente terapêutico e as contingências em jogo para que o paciente possa descobri-las – o que envolve alterar as contingências que influenciam o comportamento e favorecer discriminações mais refinadas das variáveis que o controlam. É por isso que, como observa Skinner, “achar uma solução” não constitui, por si só, o processo terapêutico: a simples correção verbal – dizer ao paciente que está errado ou apontar equívocos – não altera, por si, as variáveis independentes relevantes. Mesmo quando o próprio paciente “vê o erro”, o ponto decisivo, nessa leitura, não é que a solução tenha “partido de dentro”, mas que, ao encontrá-la sob condições apropriadas, seu comportamento frente ao problema tenha efetivamente se reorganizado de modo significativo.

É precisamente aqui que se justifica a entrada do tema do autoconhecimento: se a tarefa clínica é organizar contingências para que o indivíduo “descubra” e sustente novos modos de

agir, então o tratamento depende, em larga medida, de ampliar repertórios de discriminação e descrição do próprio comportamento – aquilo que Skinner (1974/2011, p. 31; 146) denomina “autoconhecimento”. O autor atribui ao ser humano uma posição peculiar entre as espécies por ser capaz de comportar-se com alguma forma de consciência do que faz; e sustenta que essa capacidade emerge com a comunidade verbal, que ensina o indivíduo a descrever o próprio comportamento por meio de perguntas, exigências e reforços às respostas autodescritivas. Assim, o autoconhecimento é apresentado como produto de história social: diferentes comunidades, ao reforçarem diferentes repertórios de descrição e observação de si, podem produzir graus e estilos distintos de autoconhecimento, influenciando como o indivíduo se relaciona consigo e com os outros. Além disso, Skinner vincula autoconhecimento a maior probabilidade de prever e controlar o próprio comportamento, na medida em que o indivíduo aprende a identificar variáveis que o afetam.

Essa ênfase no autoconhecimento, porém, só se mantém coerente – no vocabulário skinneriano – se “pessoa” e “eu” não forem reintroduzidos como causas internas. É nesse ponto que se torna relevante recuperar a concepção de pessoa que orienta a AC. Skinner (2001, p. 145) indica que ciência do comportamento, ao estudar o organismo humano, é frequentemente acusada de negligenciar a “pessoa” ou o “eu”; para ele, isso se baseia em um mal-entendido, porque a AC não nega o fenômeno, mas evita explicá-lo com resquícios de animismo. Nessa perspectiva, a pessoa é um organismo, e o que se chama de “eu” pode ser descrito como resultado de histórias de contingências que produzem repertórios complexos; contingências distintas podem produzir “pessoas” diferentes dentro da mesma pele, e casos de personalidades múltiplas seriam expressões extremas desse princípio. Ainda assim, Skinner (1953/2003, p. 311-313) propõe que o termo “eu” pode ser preservado como artifício descritivo: uma forma de representar um sistema relativamente unificado de respostas, sem postular uma entidade mental independente. Desse modo, falar em “unidades de eu” equivale a referir modos de ação recorrentes e reconhecíveis no cotidiano, inclusive quando esses repertórios coexistem e variam em sua predominância.

Com essa definição, torna-se inteligível porque o “eu” não aparece como bloco único e invariável, mas como um conjunto de sistemas de respostas que se alternam conforme o contexto. Skinner (1953/2003, p. 311-313) enfatiza que diferentes sistemas de respostas tendem a emergir sob diferentes estímulos discriminativos, porque certos repertórios são eficazes em algumas circunstâncias e não em outras. Assim, uma pessoa pode manter um padrão reservado em família e um padrão mais expansivo entre amigos; ou, em outro exemplo, pode ser piedosa

em determinado contexto e agressiva em outro. Como os ambientes são variáveis e não produzem consistência total, não se deveria esperar uniformidade absoluta; conflitos podem aparecer quando repertórios distintos entram em contato, como quando o indivíduo precisa lidar simultaneamente com contextos que exigem padrões diferentes.

Essa leitura ajuda a compreender aparentes contradições entre comportamento verbal e respostas fisiológicas/emocionais. Skinner (1974/2011, p. 150) menciona, por exemplo, o caso de alguém que afirma estar corajoso e, ao mesmo tempo, manifesta medo. O autor propõe que não é necessário supor um “eu verdadeiro” escondido: trata-se, antes, de respostas diferentes (verbais e não verbais) controladas por contingências diferentes. Dizer-se corajoso pode ser socialmente reforçado em certos ambientes, enquanto respostas associadas ao medo seguem controles distintos. Assim, agir com coragem mesmo sentindo medo não indica conflito entre um “eu verdadeiro” e um “eu aparente”, mas a manifestação de um repertório comportamental complexo, moldado pelas condições em que ocorre.

#### 4.3.1.1. *Autocontrole*

Decorre que nem todos os comportamentos que requerem correção estão associados ao uso excessivo da punição. Há outros modos pelos quais o terapeuta pode intervir, recorrendo a técnicas construtivas. Skinner (1953/2003, p. 413-414) descreve que isso inclui a introdução de “variáveis controladoras adicionais”, por exemplo, pela construção de um novo repertório de comportamentos mais eficientes. Mesmo quando o indivíduo já dispõe de respostas adequadas, pode ser necessário aumentar a probabilidade de sua emissão ou acrescentar novas respostas ao repertório. Em certos casos, o terapeuta pode ensinar o paciente a evitar situações nas quais seja provável que se comporte de maneira punível; porém, esse expediente pode não ser suficiente, exigindo o desenvolvimento de um repertório de técnicas de autocontrole.

O autocontrole é frequentemente representado como a manipulação de estados mentais e sentimentos; na formulação de Skinner (1974/2011, p. 152-154; 1953/2003, p. 249-253), entretanto, ele diz respeito sobretudo à possibilidade de modificar o mundo em que a pessoa vive – isto é, de alterar variáveis das quais uma resposta é função, tornando, por exemplo, uma resposta punida menos provável. Ao enfatizar o poder controlador das variáveis externas, o autor também admite que o indivíduo pode, até certo ponto, agir sobre as condições que o afetam, “modelando” o próprio destino ao identificar e manipular variáveis independentes acessíveis. Nessa direção, uma vez descoberta uma variável independente controlável, abre-se

uma via para controlar o comportamento que dela é função. Assim, quando a pessoa se controla, equivale a aplicar ao próprio comportamento os mesmos procedimentos de controle empregados sobre o comportamento alheio, por meio do rearranjo das variáveis relevantes das quais ele depende.

Ao tratar do autocontrole, Skinner (1953/2003, p. 253-263) descreve um repertório de técnicas em que respostas “controladoras” reorganizam variáveis que afetam a probabilidade de respostas futuras, incluindo: restrição e ajuda física (limitar fisicamente a resposta ou retirar-se da situação), mudança de estímulos (eliminar/criar ocasiões pela manipulação de estímulos discriminativos ou eliciadores), privação e saciação (organizar condições motivacionais visando ganhos posteriores), manipulação de condições emocionais (alterar estados emocionais por apresentação/remoção de estímulos), uso de estimulação aversiva (programar estímulos aversivos para controlar respostas futuras), drogas (alterar o efeito de variáveis corporais sobre o responder), punição/autopunição (autoestimulação aversiva após uma resposta) e substituição de respostas (“fazer alguma outra coisa”). O autor ainda assinala dificuldades para tratar “autorreforço” e “autoextinção” como controle em sentido estrito, porque o ponto decisivo é demonstrar a função reforçadora da consequência e distinguir controle efetivo de rearranjos triviais de estimulação.

## **5. ANÁLISE DAS (IN)TRADUZIBILIDADES**

Antes de avançarmos para a análise comparativa entre a ACP e a AC, torna-se imprescindível examinar a forma como Kuhn concebe os problemas de tradução e interpretação entre estruturas linguísticas distintas, iniciando pelo seu conceito de “matriz disciplinar” e “intraduzibilidade” para então discorrer sobre a tradução e interpretação.

### **5.1. MATRIZ DISCIPLINAR**

Segundo Kuhn (2007, p. 37), antes que um campo científico adquira seu primeiro paradigma amplamente aceito, ele passa por um estágio pré-paradigmático, caracterizado pela ausência de padrões comuns. Nessa fase inicial, tal como ele descreve, cada autor, por não se apoiar em pressupostos consensuais, constrói o campo desde os seus fundamentos. Assim, mesmo diante dos mesmos fenômenos, os cientistas produzem interpretações e descrições divergentes.

Entretanto, tais divergências tendem a desaparecer com o triunfo de uma das escolas pré-paradigmáticas. É justamente esse triunfo – ao estabilizar uma orientação como referência predominante – que, segundo Kuhn, demarca a transição para uma fase pós-paradigmática, na qual se reduz drasticamente – ou mesmo desaparece – a multiplicidade de escolas concorrentes (Kuhn, 2011, p. 313). Contudo, a consolidação desse referencial não implica um acúmulo linear de resultados, pois a passagem de um paradigma a outro não é cumulativa: o novo paradigma não apenas modifica, mas reconstrói a área de estudo, alterando seus compromissos teóricos mais fundamentais (Kuhn, 2007, p. 116-117). É nesse enquadramento de ruptura que Kuhn (2007, p. 125) denomina “revolução científica” a substituição total ou parcial de um paradigma por outro com o qual é incompatível: “(...) episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”.

No posfácio de 1969 de *A estrutura das revoluções científicas* (1962), Kuhn (2011, p. 312-315; 2007, p. 220) assinala que o termo paradigma, empregado em seu livro, poderia ser compreendido em dois conjuntos: (i) um sentido global, que abarca todos os compromissos compartilhados por um grupo científico – uma constelação de crenças, técnicas, valores, etc. –, associada à relativa unanimidade dos juízos profissionais e à comunicação relativamente pouco problemática dentro da comunidade; e (ii) um sentido mais restrito, que isola um tipo específico de compromisso e, constitui um subconjunto dessa constelação. Kuhn observa que, num dos usos, ‘paradigma’ opera como uma categoria sociológica, pois remete ao que é partilhado pela comunidade; no outro, o termo aponta para realizações exemplares que funcionam como modelos de referência para a pesquisa.

Para evitar a ambiguidade gerada por esse duplo uso, Kuhn propõe uma redistribuição terminológica: ele passa a reservar “matriz disciplinar” para o sentido global – composto por todos, ou pela maioria, dos compromissos assumidos coletivamente – que em *A estrutura* aparecia frequentemente sob o rótulo de “paradigma” e prefere empregar “exemplar” para designar o sentido mais restrito. Nessa redefinição, a *matriz disciplinar* é entendida como “(...) ‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; ‘matriz’ porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada” (Kuhn, 2007, p. 228-229).

Kuhn (2011, p. 315) assinala que a matriz disciplinar é constituída por ao menos três componentes que seriam centrais para a operação cognitiva no grupo:

(1) *Generalizações simbólicas*: correspondem a expressões formais ou facilmente formalizáveis, passíveis de organização em estruturas lógicas. Elas podem aparecer sob a forma simbólica (por exemplo,  $f = ma$ ) ou ser expressas por palavras (por exemplo, “a uma ação corresponde uma reação igual ou contrária”) (Kuhn, 2011, p. 315-316; 2007, p. 230). As generalizações exercem um duplo papel: por um lado, operam como leis; por outro, funcionam como definições dos próprios termos e símbolos mobilizados pela comunidade (Kuhn, 2007, p. 230).

(2) *Modelos*: Kuhn (2011, p. 315-316; 2007, p. 230-231) reúne, nesse componente da matriz disciplinar, um conjunto de crenças partilhadas que, em *A Estrutura*, apareciam sob rótulos como “partes metafísicas dos paradigmas”. No posfácio, ele propõe descrevê-las mais diretamente como crenças em modelos. Em um extremo, encontram-se formulações com alcance mais ontológico, que apresentam o fenômeno em termos do que ele “é” – como quando se afirma que o calor corresponde à energia cinética das partes constituintes dos corpos. Em outro extremo, há modelos de caráter mais heurístico, empregados como analogias operatórias: as moléculas de um gás podem ser pensadas como pequenas bolas de bilhar elásticas em movimento aleatório. Esses modelos fornecerem analogias e metáforas preferidas (ou permissíveis) à comunidade, contribuem para estabelecer o que será aceito como explicação satisfatória e como solução de quebra-cabeças; inversamente, ajudam a delimitar quais problemas permanecem sem solução e a avaliar a importância atribuída a cada um deles.

(3) *Exemplares* ou exemplos-padrão: correspondem ao sentido mais restrito do termo “paradigma” e dizem respeito a soluções concretas de problemas reconhecidas como válidas pela comunidade. Segundo Kuhn, é a familiaridade com essas soluções que sustenta a capacidade de reconhecer padrões em novos problemas com base em situações previamente resolvidas, permitindo ao cientista mobilizar estratégias já testadas e eficazes (Kuhn, 2011, p. 315-316; 324-325). Tais soluções funcionam como guias práticos do trabalho científico, pois, ao oferecerem exemplos de resolução, orientam o modo como os membros da comunidade devem proceder (Kuhn, 2007, p. 234).

A partir dessa descrição, Kuhn (2011, p. 324-325) explicita um contraste entre componentes da matriz: embora o estudante se aproprie das realizações de seu grupo por meio do aprendizado de exemplares e de generalizações simbólicas, exemplares e modelos tendem a ser mais determinantes para a formação da subcultura científica do que as generalizações simbólicas. Isso se evidencia, segundo o autor, no fato de que diferentes comunidades científicas podem compartilhar as mesmas generalizações formais – como, por exemplo, a

equação de Schrödinger – e, ainda assim, divergir em seus exemplares, à medida que suas formações se especializam.

## 5.2. INTRADUZIBILIDADE

Inicialmente, Kuhn (2024, p. 115-117) aplicou o termo *incomensurabilidade* para descrever a relação entre teorias científicas sucessivas, destacando os obstáculos comunicativos entre teorias rivais que emergem das alterações no significado dos termos. Observou que, nessas teorias, não havia um conjunto de termos capaz de enunciar com precisão todos os componentes de ambas, pois os conceitos científicos variavam conforme a teoria em que eram empregados. Nessa lógica, a noção de incomensurabilidade – emprestada da matemática – opera aqui de modo metafórico: de “nenhuma medida comum” para “nenhuma linguagem comum” (Kuhn, 2006, p. 47-50).

Segundo Barker (2001, p. 436), Kuhn descreve inicialmente a incomensurabilidade em termos de mudança gestáltica: um processo súbito de reorganização perceptual, no qual uma configuração cognitiva substitui integralmente a anterior. Essa compreensão, embora heurística, favoreceu interpretações exageradas, associadas à noção de um colapso total da comunicação entre paradigmas, isto é, ao mito da incomensurabilidade global entre paradigmas e do fracasso completo na comunicação.

A partir da década de 1980, Kuhn reformula o fenômeno em termos linguísticos – um refinamento que se intensifica nos escritos da década de 1990 (Barker, 2001, p. 436-438). Nesse deslocamento, Kuhn (2024, p. 117-118) substitui o termo incomensurabilidade por *intraduzibilidade*, argumentando que os desafios de traduzir entre teorias científicas são mais análogos aos encontrados na tradução de obras literárias do que à conversão de medidas matemáticas. Isso porque, em ambos os casos – ciência e literatura –, há dificuldades não apenas em transpor significados de uma linguagem para outra, mas também em lidar com versões anteriores e posteriores de uma mesma linguagem.

Assim, a afirmação de intraduzibilidade entre duas teorias evoca uma situação em que a linguagem não pode ser traduzida sem haver resíduos ou perdas (Kuhn, 2006, p. 50), como sintetiza Kuhn (2024, p. 267):

(...) não existe nenhuma linguagem comum, nenhuma característica universal para as quais possam ser traduzidas todas as frases de duas teorias expressas linguisticamente (...) A tradução é, na melhor das hipóteses, uma ponte

imperfeita para o pensamento de uma outra cultura ou de uma era passada: a incomensurabilidade de conceitos para espécies exclui-lhes o uso pleno.

Esse movimento teórico de Kuhn, conforme Barker (2001, p. 437-438), substitui a analogia visual por uma analogia linguística, atenuando a leitura dramática da mudança gestáltica, ao mostrar que a incomensurabilidade não precisa ser um fenômeno global, mas pode ser localizada e parcial, de modo que parte do vocabulário permanece comum entre comunidades distintas.

Ao deslocar o problema para o plano linguístico, Kuhn (2024, p. 244-253) defende que diferentes comunidades linguísticas podem apresentar taxonomias que diferem em determinadas áreas; nessas condições, os membros de uma dessas áreas elaboram enunciados que, a princípio, não podem ser articulados pelos membros de outra. Como sintetiza o autor (2006, p. 118): “(...) um tipo de intraduzibilidade, circunscrita a uma ou outra área em que duas taxonomias lexicais diferem”. Nesses pontos, a diferença cria *bolsões locais de intraduzibilidade* – regiões de fricção onde a comunicação entre subgrupos, ainda que parcial, é dificultada, os quais podem surgir não apenas em comunidades científicas sucessivas, mas também por comunidades de um mesmo período histórico (Kuhn, 2024, p. 184).

Esse entendimento encontra um complemento importante na reformulação que Kuhn propõe em seus escritos tardios sobre a própria noção de “revolução científica”. Em vez de concebê-la como uma simples substituição de paradigmas, Kuhn passa a descrevê-la também como um processo em que “o antigo domínio de fenômenos é repartido entre diferentes novas disciplinas, assim como os métodos, problemas e soluções básicos que sobrevivem à revolução” (Mladenović, 2024, p. 30). Para ilustrar esse ponto, Kuhn (2006, p. 124-125) recorre ao termo *especialização*, mobilizando uma metáfora filogenética para estabelecer um paralelo entre a evolução biológica e o desenvolvimento científico: as novas divisões de um campo – isto é, as especializações – seriam análogas ao surgimento de novas espécies, em um sentido marcadamente darwiniano, como observa Carone (2003, p. 31), no qual as espécies evoluem adquirindo habilidades para lidar com condições localizadas, e não para alcançar uma forma mais perfeita.

Nesse sentido, a classificação científica funciona como uma árvore: quando uma revolução altera apenas um ramo dessa estrutura, os problemas de tradução – isto é, a intraduzibilidade – aparecem de modo localizado nesse ponto. As alterações taxonômicas locais geram descontinuidades comunicativas específicas (não totais) entre cientistas que operam com versões distintas dessa taxonomia. Como o restante da estrutura permanece intacto, eles

continuam sendo capazes de se comunicar plenamente sobre os demais assuntos (Barker, 2001, p. 439).

A noção de especiação permite, então, traduzir a imagem arbórea em uma tese mais geral: a especialização interna de uma disciplina costuma produzir diferenciações lexicais sem que isso implique ruptura comunicativa global. À medida que uma ciência se desenvolve e se especializa, os subgrupos ou especialidades passam a ter léxicos próprios, mantendo um núcleo comum e compartilhando zonas de interlocução, embora com divergências localizadas.

Aplicada à Psicologia contemporânea, essa visão permite ir além da concepção de um campo fragmentado e desarticulado: diferentes abordagens – como a ACP e a AC – podem ser descritas, em termos kuhnianos, como linhagens teóricas que preservam um núcleo lexical compartilhado, embora operem com léxicos parcialmente incongruentes. Nesses bolsões locais de intraduzibilidade, a plena integração e a tradução entre abordagens são dificultadas; ainda assim, como cada escola representa uma subcultura especializada, a comunicação – embora limitada – permanece possível. Assim, a Psicologia não se reduz nem a um estágio pré-paradigmático, nem a um campo monolítico no qual uma única abordagem deveria prevalecer, nem a um conjunto desarticulado de saberes; ela pode ser caracterizada como um campo plural cuja diferenciação por especiação convive com um núcleo compartilhado e, ao mesmo tempo, exibe divergências localizadas.

### 5.3. ESTRUTURA LEXICAL

Compreender as transformações das matrizes disciplinares e as possibilidades (e limites) de comunicação entre comunidades científicas requer atenção à linguagem pela qual descrevem o mundo. Kuhn (2024, p. 244-253) utiliza a metáfora taxonômica, propondo que as teorias científicas e seus termos se assemelham a sistemas de categorização biológica, nos quais certos termos funcionam como “termos para espécies”. Nessa chave, os membros de uma comunidade linguística compartilham um léxico estruturado – uma *homologia de estruturas lexicais* (Kuhn, 2006, p. 70) – entendido como um referencial composto por conjuntos inter-relacionados de termos para espécies, em geral organizados hierarquicamente (Mladenović, 2024, p. 34).

Kuhn distingue dois tipos principais de termos para espécies: as espécies taxonômicas e os conjuntos unitários. De maneira análoga aos organismos individuais, “(...) os membros de uma *espécie taxonômica* [grifo nosso] são membros de uma espécie biológica [species] no interior da qual eles se distinguem por suas diferenças individuais” (Kuhn, 2024, p. 253). No

léxico, espécies taxonômicas se organizam em “conjuntos de contraste”, isto é, categorias de nível superior no interior das quais cada espécie é definida por diferenças discrimináveis em relação às demais espécies do mesmo conjunto (Kuhn, 2024, p. 253). Por exemplo, no interior do conjunto de contraste “mamíferos”, categorias como “felinos” e “canídeos” se distinguem por critérios discriminativos compartilhados. Uma vez situado o subgrupo “felinos”, pode-se refinar a classificação em espécies mais específicas – como “gato”, “leão” e “tigre” –, identificáveis por critérios adicionais.

Quanto aos *conjuntos unitários*, trata-se de termos para espécies cuja categorização não se dá pelo agrupamento em conjuntos de contraste relativamente similares, razão pela qual não pertencem a nenhum conjunto de contraste; esses termos não formam grupos hierarquizados com subdivisões baseadas em diferenças claras. Exemplos desses conjuntos incluem termos como “movimento, corpo, propriedade e lugar” e “célula, corrente, líquido e resistência” (Kuhn, 2024, p. 255). Assim, ainda que também sejam termos para espécies, eles tendem a ser dominados sobretudo pelo modo como se articulam, em conjunto, no interior de um quadro teórico, e não por contrastes.

Compartilhar uma linguagem implica partilhar os critérios e relações que guiam o uso das palavras dentro desse léxico estruturado (Kuhn, 2006, p. 68-69). Nesse sentido, para que os membros de uma comunidade possam dividir o mundo em espécies comuns, é fundamental que, **em primeiro lugar**, suas corporificações individuais desse léxico reconheçam os mesmos termos como designadores dessas espécies (Kuhn, 2024, p. 127-128). Para isso, cada membro da comunidade deve associar a cada termo um conjunto de critérios suficientes para diferenciar seus referentes dos de outros tipos de objetos ou situações. Ou seja, não basta saber o que o termo inclui; é necessário também conhecer o que ele exclui, pois os *conjuntos de contraste* são fundamentais para definir essas espécies. Por exemplo, identificar um ganso depende não apenas de conhecer as características compartilhadas por gansos, mas também de saber distinguir essas características das de outras aves semelhantes, como patos e cisnes (Kuhn, 2006, p. 68-69).

**Em segundo lugar**, as características corporificadas nesses léxicos individuais devem gerar, nos espaços espectrais, as mesmas relações hierárquicas entre os termos, bem como padrões de similaridade e diferença. O significado de um termo, portanto, não se limita a um conjunto de características isoladas, mas se define pelas relações que ele mantém com outros termos dentro da estrutura lexical (Kuhn, 2024, p. 128). Por isso, dominar “ganso” não é apenas memorizar traços, mas situá-lo num conjunto de contrastes (por exemplo, em relação a “pato”

e “cisne”), preservando um mesmo padrão de vizinhança: “ganso” deve permanecer mais próximo desses termos do que de aves fora desse conjunto, e ao mesmo tempo ser discriminável em relação a cada um deles.

Essa ordenação estruturada e hierarquizada é aprendida e transmitida dentro das comunidades linguísticas; essa assimilação e circulação do conhecimento entre os integrantes não decorre da aquisição dos léxicos pelos mesmos caminhos, nem da posse do mesmo conhecimento, mas sim pelo compartilhamento de uma estrutura lexical comum (Kuhn, 2024, p. 131). Ainda assim, embora os membros de uma comunidade linguística utilizem as mesmas categorias básicas e agrupem objetos de modo geral semelhante – por exemplo, saibam identificar um “gato” em contraste com um “cachorro” (isto é, reconheçam os critérios mínimos que distinguem essas espécies dentro de um mesmo conjunto de contraste, como “animais domésticos) –, as descrições detalhadas dessas categorias podem variar. Mesmo que os léxicos estruturados sejam coletivos, isso não implica que todos os membros possuam (ou explicitem) a mesma articulação detalhada da estrutura taxonômica – isto é, os esquemas classificatórios pelos quais essas espécies são organizadas em relações hierárquicas e conjuntos de contraste (Mladenović, 2024, p. 35).

A incongruência entre as estruturas lexicais não apenas pode interromper a comunicação entre as comunidades – até que uma das partes aprenda a linguagem da outra –, mas também torna o mundo percebido diferente por cada comunidade, limita o modo como a comunidade percebe e interage com o mundo (Kuhn, 2024, p. 259-260; 2006, p. 70). O léxico fornece ao seu usuário uma ontologia – os tipos de objetos, comportamentos e situações que constituem seu mundo compartilhado –, uma lente particular que molda a compreensão do mundo – frequentemente sem que o indivíduo perceba a influência dessa estrutura (Kuhn, 2024, p. 183-184). Ou seja, há coisas que “existem” para uma comunidade e não para outra, simplesmente porque a taxonomia lexical de uma não possui categorias para certos fenômenos da outra.

Essa ideia de ontologia linguística é complementada por Mladenović (2024, p. 35), que afirma: “(...) dominar uma língua é também ser socializado numa cultura particular e ver o mundo pelas lentes de sua taxonomia natural e social”. Como observa Kuhn (2024, p. 136): “aquilo com que nos comprometemos num léxico não é, portanto, um mundo, mas sim um conjunto de mundos possíveis, mundos que compartilham espécies naturais e, assim, compartilham uma ontologia”.

### 5.3.1. Enriquecimento da estrutura lexical

Apesar dos termos para espécie mobilizados na língua de uma certa comunidade terem sido construídos para lidar com a gama de fenômenos para os quais essa mesma língua foi calibrada, por vezes essa limitação se evidencia (Kuhn, 2024, p. 258). Segundo Kuhn (2024, p. 136-137), o conjunto de mundos – entendidos aqui como diferentes formas de perceber e organizar a realidade científica – estaria sempre limitado pela estrutura lexical compartilhada. Em algumas ocasiões, as comunidades científicas precisaram romper esses limites. Nesses casos, pode haver ampliação do conjunto de espécies e, portanto, enriquecimento do rol de termos; contudo, essa ampliação encontra uma restrição estrutural: o *princípio de não superposição* não pode ser violado.

Tanto as espécies taxonômicas quanto os conjuntos unitários estão sujeitos ao princípio de não superposição, segundo o qual dois termos para espécies não podem superpor-se em relação aos seus referentes. No caso das *espécies taxonômicas*, esse princípio implica que as espécies reunidas em um mesmo conjunto de contraste não podem compartilhar membros. Por exemplo, no interior de um conjunto de contraste em que “cão” e “gato” funcionam como alternativas classificatórias, “cão” e “gato” devem ser categorias mutuamente excludentes: não existem indivíduos que sejam ao mesmo tempo cães e gatos (Kuhn, 2024, p. 256-257; 2006, p. 118).

Já nos *conjuntos unitários*, o mesmo princípio assume um papel análogo ao princípio de não contradição. Esses conjuntos são compostos por espécies cujas categorização não se dá pelo agrupamento em conjuntos de contraste relativamente similares. Esses termos não formam grupos hierarquizados com subdivisões baseadas em diferenças claras. Exemplos desses conjuntos incluem termos como “movimento, corpo, propriedade e lugar”, e “célula, corrente, líquido e resistência”. Diferente das espécies taxonômicas, que são organizadas em conjuntos de contraste – grupos onde cada subgrupo (espécie) é definido justamente por se diferenciar claramente dos outros – esses termos não pertencem a nenhum conjunto de contraste (Kuhn, 2024, p. 255). Os conjuntos unitários devem ser adquiridos “(...) juntamente com generalizações universais em forma de lei. Para eles, o princípio de não superposição enuncia simplesmente que duas generalizações incompatíveis não podem ser aplicadas ao mesmo membro particular de um conjunto unitário” (Kuhn, 2024, p. 257). Por exemplo, se uma comunidade aprende uma generalização universal do tipo “nenhum mamífero põe ovos”, ela não pode aplicar, ao mesmo tempo e ao mesmo caso, outra generalização incompatível que afirme que “mamíferos põem

ovos”. Nesses termos, “não superposição” não diz respeito ao pertencimento simultâneo a duas espécies, mas à aplicação simultânea de leis incompatíveis ao mesmo caso.

Assim, o enriquecimento da linguagem pode assumir dois perfis. Em alguns casos, novos termos podem ser acrescentados de modo relativamente conservador, como no acréscimo de novos elementos na química (por exemplo, nobélio e berquélio). Em outras situações, quando a novidade envolve superposição, a adição não é um simples acréscimo ao vocabulário, mas implica uma revisão na taxonomia, modificando o que já existia, pois a incorporação do novo caso entraria em conflito com a estrutura taxonômica vigente (Kuhn, 2006, p. 72). Por exemplo, quando uma comunidade linguística encontra uma criatura que parece enquadrar-se em mais de uma espécie – como o ornitorrinco –, ela não pode apenas enriquecer o conjunto de termos categoriais, mas deve também redesenhar parte da taxonomia (Kuhn, 2006, p. 118; 2024, p. 258-259).

Descritos os limites e as condições internas do enriquecimento lexical, cabe examinar sua dinâmica no contato entre comunidades, sobretudo quando esse enriquecimento ocorre por empréstimos de termos. Nessa situação, o empréstimo tende a ser menos problemático quando há categorias taxonômicas compartilhadas, ao menos em alguma área do léxico. Quando, porém, duas comunidades possuem taxonomias que divergem em determinada região do vocabulário, surgem dificuldades circunscritas a esse domínio: os termos dessa área passam a sustentar enunciados que, a princípio, não podem ser articulados no léxico da outra comunidade. Essas divergências não são meramente terminológicas; elas decorrem de diferenças estruturais – por exemplo, violações das condições de não superposição, de rotulação para espécie, ou de restrições nas relações hierárquicas – que caracterizam a intraduzibilidade local (Kuhn, 2006, p. 118-119).

Nessa medida, a intraduzibilidade restringe o quanto uma comunidade poderá enriquecer seu conjunto de espécies por meio do empréstimo de termos intraduzíveis de outras comunidades (Kuhn, 2024, p. 184). Isso porque, ao serem transferidos, os termos não carregam consigo apenas um “rótulo”, mas as restrições estruturais do léxico de origem (por exemplo, relações de contraste e condições como a não superposição). Assim, quando um termo é traduzido para outra língua ou inserido em outro sistema conceitual, ele passa a integrar um conjunto diferente de contrastes, o que pode modificar seu significado. Como defende Kuhn (2006, p. 51), “é simplesmente implausível que alguns termos mudem de significado, quando transferidos para uma nova teoria, sem contaminar os termos transferidos consigo”. Portanto, a tradução entre línguas não constitui uma simples substituição de palavras, mas envolve a

adaptação do termo a um novo contexto lexical e conceitual, dificultando uma equivalência exata e gerando mudanças de sentido (Kuhn, 2024, p. 265-266).

Resta, contudo, esclarecer em que sentido Kuhn entende “tradução” nesse contexto e por que, em certos casos, a dificuldade não se resolve por substituição de palavras, mas exige aprender o uso do termo em sua língua original. É essa distinção – entre tradução e interpretação – que delimita quando há equivalência correferencial e quando emerge a intraduzibilidade.

### 5.3.2. Tradução e interpretação

Apesar de a *tradução* conter um pequeno componente interpretativo, os dois processos são distintos. “A tradução consiste, exclusivamente, em palavras e expressões que substituem (não necessariamente uma a uma) as palavras e expressões do original” (Kuhn, 2006, p. 53). Ela exige do tradutor o conhecimento de ambas as línguas para substituir sistematicamente palavras do texto original por equivalentes na língua-alvo, preservando referência, sentido e intenção. O texto traduzido descreve aproximadamente a mesma situação, ideias ou histórias do original (Kuhn, 2006, p. 53; 67).

Já a *interpretação* – prática comum entre antropólogos e historiadores – é um processo de descoberta do uso dos termos. Diferentemente do tradutor, o intérprete pode, inicialmente, dominar apenas uma língua. Quando se debruça sobre um texto, depara-se com parte ou com a totalidade do texto, com inscrições ininteligíveis ou com ruídos. Na tentativa de descobrir o sentido de um termo, como *gavagai*, ele formula hipóteses sobre seu sentido, por exemplo, como se significasse “olhe, um coelho”. O intérprete pode aprender a reconhecer as criaturas que suscitam o termo *gavagai* entre os nativos. Nessa lógica, em vez de simplesmente traduzir, ele pode aprender qual é o animal e usar o termo empregado pelos nativos para se referir a ele. Se obtiver sucesso, estará, em alguma instância, aprendendo uma nova língua – talvez uma língua na qual *gavagai* seja um termo, ou então um termo que tenha feito parte de uma versão anterior da própria língua do intérprete. Assim, no processo de aprender uma nova língua, a questão da tradução não emerge (Kuhn, 2006, p. 53-61).

É a partir dessa distinção – entre traduzir e aprender o uso – que Kuhn (2006, p. 54-55) delimita duas situações possíveis. Na primeira, embora o termo não exista em português, o intérprete não pode simplesmente introduzir a palavra diretamente na língua portuguesa, pois isso significaria alterar o português e não traduzi-lo. Nesse caso, o intérprete busca uma descrição equivalente na língua-alvo. Por exemplo, ele pode descrever *gavagai* como “criatura

peluda, cauda felpuda, orelhas grandes” – descrição que se ajusta exatamente a todas e somente àquelas criaturas que suscitam o termo *gavagai* entre os nativos. Se obtiver sucesso, o termo *gavagai* pode até ser incorporado ao português como abreviação dessa descrição. Nessa situação, não há intraduzibilidade.

Na segunda situação, não há termo ou descrição correferencial na língua portuguesa. O intérprete, ao aprender a reconhecer *gavagais*, pode identificar características inexistentes na categorização dos falantes de português, de modo que não há terminologia adequada para traduzi-las. Isso indica que os nativos estruturam o mundo animal de forma distinta, utilizando descrições diferentes. Nesse caso, *gavagai* é um termo irredutivelmente nativo, intraduzível para o português. Embora o intérprete possa aprender a usá-lo, fará isso na língua original – caracterizando um caso de intraduzibilidade (Kuhn, 2006, p. 55).

Essa distinção explica por que o empréstimo de termos entre comunidades encontra limites: quando há descrição correferencial, a passagem pode ser tratada como tradução; quando não há, o termo permanece intraduzível e só pode ser dominado por aprendizagem do uso na língua original. Se a comunidade receptora ainda assim buscar incorporá-lo ao próprio vocabulário, terá de acomodá-lo às suas relações de contraste e restrições internas, o que ajuda a compreender por que essas transferências frequentemente envolvem mudanças de sentido.

#### 5.4. ANÁLISE DAS (IN)TRADUZIBILIDADES ACP-AC

Este capítulo tem por objetivo explicitar e discutir pontos de traduzibilidade e intraduzibilidade entre a ACP e a AC. Metodologicamente, a construção deste capítulo só foi possível a partir do material já estabelecido nos capítulos anteriores: (a) os capítulos da dissertação sobre Rogers e Skinner, nos quais a evidência do vocabulário recorrente e de suas relações internas caminhou concomitantemente à inferência de suas matrizes disciplinares – como certos termos se estabilizam em enunciados com papel de lei/definição e como certas crenças-modelo funcionam como molduras de inteligibilidade e critérios do que conta como explicação satisfatória (Kuhn, 2007, p. 230-231; 2011, p. 315-316); e (b) os dois debates (1956 e 1962) entre Rogers e Skinner e citações recíprocas em suas obras, que fornecem uma situação privilegiada: ali, é possível observar os autores operando seus léxicos em tempo real, defendendo seus recortes, e tentando traduzir o outro ao próprio idioma teórico.

Partiu-se da hipótese que há um núcleo de comunicabilidade possível, no qual ambos conseguem reconhecer “o mesmo alvo” (situações, problemas, fenômenos), mas essa

comunicabilidade não se sustenta de modo homogêneo quando se exige que os termos carreguem seu papel explicativo próprio. É nesse movimento – do acordo em nível mais alto para a exigência de recortes internos – que emergem os bolsões locais de intraduzibilidade, momento em que um “rótulo-ponte” deixa de bastar e passa a exigir o preenchimento por recortes internos específicos, com critérios e inferências próprias.

O procedimento adotado foi, então, o seguinte. Primeiro, foram identificados – nos capítulos e nos debates – termos recorrentes e estruturalmente carregados, tratados aqui como candidatos a “termos para espécies”: termos que não apenas nomeiam algo, mas organizam o mundo descrito por uma comunidade (Kuhn, 2024, p. 128). Segundo, buscou-se mapear, entre Rogers e Skinner, regiões em que ambos parecem recortar um “mesmo alvo”, ainda que por linguagens distintas. Para cada ponto de comunicabilidade identificado, o texto descreve (i) o que pode funcionar como traduzibilidade em nível mais alto (um terreno comum suficientemente estável), e (ii) o bolsão subsequente, isto é, o momento em que a tradução por substituição deixa resíduos, porque o termo do outro não “encaixa” sem deslocamentos na estrutura lexical receptora, ou porque exigiria reorganizações para não produzir sobreposição. Ao final desse trabalho, foram encontrados ao menos oito pontos de traduzibilidade com seus respectivos bolsões de intraduzibilidade.

Como já foi delimitado no capítulo teórico de Kuhn, a análise parte da ideia de que os vocabulários operam como léxicos estruturados e que a classificação depende de “termos para espécies” organizados por relações internas. No material (Rogers/Skinner), foi possível notar que a mesma entidade pode ser “reagrupada” conforme o recorte classificatório – a saber, conforme o critério discriminativo que guia a pergunta. Um exemplo simples é o de animais marinhos: se a pergunta for “quais animais vivem no mar?”, golfinho e tubarão entram juntos como “animais marinhos”. Mas se a pergunta for “que estrutura usam para respirar (pulmões vs brânquias)?” (ou, de modo ainda mais direto, “há amamentação?”), o golfinho passa a cair com mamíferos (pulmões/amamentação) e o tubarão com peixes (brânquias/sem amamentação). Aqui se trata de tornar explícito que critérios diferentes produzem agrupamentos diferentes e, justamente por isso, o procedimento precisa controlar o risco de confusão taxonômica quando se troca de recorte.

O mesmo movimento aparece, por exemplo, no conjunto rogeriano das modalidades de “resposta-reflexo”. Se a pergunta é “esta intervenção é uma ‘resposta-reflexo’?”, o rótulo opera no nível mais geral (ele agrupa reiteração, reflexo de sentimento e elucidação). Mas quando a pergunta passa a ser “qual modalidade de ‘resposta-reflexo’ é esta fala?”, o recorte exige uma

alternativa mutuamente excludente para a mesma unidade – ou “reiteração”, ou “reflexo de sentimento”, ou “elucidação”.<sup>34</sup>

Convém registrar uma escolha inevitável do capítulo: em alguns itens, foi necessário nomear provisoriamente um “termo-ponte” que não aparece como tal nem em Rogers nem em Skinner. Isso não significa criar um terceiro léxico, mas explicitar um alvo compartilhado que ambos reconhecem, ainda que cada um o recorte por suas próprias espécies. A justificativa é kuhniana (Kuhn, 2024, p. 131): a comunicabilidade entre comunidades não exige coincidência na articulação detalhada do léxico, porque é possível compartilhar “categorias básicas” e, ainda assim, divergir na descrição e na organização interna dessas categorias. Kuhn explicita que, mesmo quando membros utilizam as mesmas categorias básicas e agrupem objetos de modo geral semelhante (por exemplo, “gato” em contraste com “cachorro”), as descrições detalhadas dessas categorias podem variar e isso não implica que todos os membros possuam (ou explicitem) a mesma articulação detalhada da estrutura taxonômica. É nesse sentido que a interlocução pode operar por um “núcleo comum” (um alvo compartilhado), enquanto a tradução tropeça quando precisa carregar, para o outro léxico, a articulação fina que dá corpo ao uso do termo. Assim, quando eu nomeio um “termo-ponte”, eu não pressuponho equivalência lexical plena; eu sinalizo apenas um ponto de correferência suficiente para a conversa avançar entre os autores.

Por fim, para evitar repetições excessivas – do tipo “tal termo é um rótulo para espécie”, “tal conjunto é assim” – os termos mobilizados nos itens aparecem frequentemente entre aspas (“ ”). O objetivo é sinalizar ao leitor que se trata de um vocabulário em operação no nível lexical.

### 1) Organismo em relação com o meio

Há um ponto de traduzibilidade relativamente estável entre Rogers e Skinner quando ambos falam, em um nível mais alto, de organismo em relação com o meio: em ambos os casos, trata-se de uma ontologia na qual o organismo está inscrito no mundo físico-biológico e é inteligível apenas em interação com condições ambientais, numa relação constitutiva (o meio o modifica, e ele também modifica o meio). Kuhn permite esse tipo de “núcleo comum” porque a intraduzibilidade não precisa ser global: ela pode ser “localizada e parcial”, preservando parte

---

<sup>34</sup> Para tornar esse ponto mais visual, o leitor pode se beneficiar do *Anexo I*, que contém um recorte taxonômico de espécies animais, e do *Apêndice I*, no qual apresento uma ilustração das taxonomias rogeriana e skinneriana.

do vocabulário comum entre comunidades (Barker, 2001, p. 437-438). O bolsão emerge quando “organismo-meio” precisa operar como termo para espécie situado numa rede inferencial específica, pois o sentido é relacional e depende da estrutura lexical compartilhada, ou seja, das relações que ele mantém com outros termos dentro dessa estrutura (Kuhn, 2024, p. 128).

Em Rogers, ao justificar a “tendência formativa”, ele se apoia em descobertas da física, da biologia e da química sobre processos de tropismo, sintropia e emergência de ordem e complexificação de sistemas sob perturbação. Esse mesmo organismo também é descrito como um vivo capaz de impor-se e adaptar-se a um ambiente hostil, articulando essas características do nível individual a redes mais amplas de seres orgânicos e inorgânicos. O organismo é concebido como um sistema dotado de propensão à manutenção, adaptação e realização de potenciais, cuja manifestação depende de condições relacionais. Isso ancora as “tendências diretivas” em regularidades observáveis, afastando tanto uma leitura espiritualizante quanto uma leitura fragmentadora do organismo. Em termos lexicais, “organismo-meio” se organiza em articulação com o conjunto “tendências diretivas”.

Em Skinner, o organismo é produto de um “processo histórico de seleção” (ontogênese, filogênese e cultura), no qual variação e seleção modelam o repertório comportamental, na qual respostas são mantidas ou eliminadas, diferencialmente, em função de suas consequências. Nessa lógica, o organismo pode operar sobre o ambiente, produzindo consequências que alteram a probabilidade futura de ocorrência da própria resposta. Em termos lexicais, “organismo-meio” se organiza em articulação com conjuntos como “seleção por consequências” e “processos de condicionamento”.

Eles convergem enquanto falam do organismo como vivo em intercâmbio com o ambiente. Mas, quando começam a explicitar o que esse organismo “é” – isto é, quando o rótulo alto deixa de bastar e passa a exigir que “organismo” carregue um papel inferencial específico – a conversa já deixa entrever o bolsão. Esse ponto é precisamente o que Kuhn (2006, p. 118) descreve quando diz que a intraduzibilidade é “(...) circunscrita a uma ou outra área em que duas taxonomias lexicais diferem”. No nível humano, essa diferença estrutural ganha ainda mais peso, e passa a governar o que pode (ou não) ser traduzido sem perdas.

No humano, Rogers, além das características do “organismo” mencionadas anteriormente, passa a utilizar espécies como a “tendência à realização”, que inclui uma noção de “motivação” envolvendo tanto redução de tensões/necessidades quanto orientação para expansão e crescimento. Quando esse recorte se desloca do vivo-em-geral para a pessoa, “organismo-meio” deixa de operar sozinho e passa a ser descrito em correlação com o rótulo

“self” – organização simbólica pela qual a experiência pode ser “simbolizada”, “ignorada” ou “distorcida/negada”. A partir daí, “organismo” puxa, no recorte humano, a arquitetura da pessoa: “organismo” e “self” não são apenas partes, mas eixos cuja relação organiza o que pode ser vivido, simbolizado e integrado. Por isso, a espécie decisiva deixa de ser um ajuste genérico e se torna a relação do conjunto “self-experiência”, articulada nas espécies “congruência/incongruência”: quando há incongruência, experiências organizmícas relevantes não são simbolizadas com acurácia, tendendo a ser distorcidas/negadas por serem percebidas como ameaça ao self, o que dispara defensividade; quando há congruência, a experiência pode ser assumida e integrada com menor ameaça, favorecendo autoexploração e reorganização do modo de viver. Nessa rede, “organismo” não é apenas um sistema em interação com o meio: ele é também “fonte de valoração” e terreno do que pede reconhecimento, enquanto o “self” é o padrão organizado que pode aproximar-se ou afastar-se dessa experiência. Ou seja: o rótulo “organismo”, no humano rogeriano, passa a operar na vizinhança de “campo fenomenológico/simbolização/ameaça-defensividade/valoração”, e isso autoriza um tipo de inferência que não é apenas “o ambiente seleciona respostas”, mas “o vivido é integrado (ou não) na organização do self”. Esse é o ponto kuhniano: o termo não “vale” por si, mas pelo lugar que ocupa, pelas relações com outros termos dentro da estrutura e pelo que autoriza inferir dentro da rede lexical (Kuhn, 2024, p. 128; 2006, p. 68-69).

Em Skinner, descer ao humano não é apenas reiterar “organismo-ambiente”, mas explicitar uma regra de inteligibilidade: no caso humano, os termos que parecem nomear “direção interna” (como em Rogers) tendem a entrar como rótulo “eventos privados” (recorte por acessibilidade), cujo relato e discriminação são moldados por práticas da comunidade verbal – por “contingências sociais” de reforço e por critérios públicos mínimos para “aprender a dizer” o que se sente/pensa –, e não como instâncias que, por si, organizam a ação. Por isso, a explicação do humano, em Skinner, deve permanecer inteligível pela “análise das contingências” e pelas “histórias de seleção”. Nessa lógica, observamos justamente aquilo que Kuhn (2024, p. 183-184; 259-260) sustenta: o léxico fornece uma ontologia e “molda a compreensão do mundo” do usuário – o que existe, e o que conta como caso do mundo, é recortado pelo léxico.

Esse bolsão não implica que Rogers e Skinner sejam incapazes de acompanhar o fenômeno descrito pelo outro; implica, antes, que a passagem de um léxico ao outro tende a ocorrer por reinscrição do caso na própria rede lexical, isto é, por reclassificação segundo as espécies e vizinhanças do próprio autor, e não por uma tradução forte que preserve o papel

inferencial das espécies do outro. Assim, Rogers poderia tomar uma descrição skinneriana em termos de “contingências” e rearticulá-la em linguagem rogeriana; Skinner, inversamente, poderia tomar uma descrição rogeriana do “self” e rearticulá-la em termos skinnerianos. Em suma, cada autor reconstrói o episódio fazendo-o pertencer às suas espécies e conjuntos e, ao fazer isso, inevitavelmente não preserva a homologia do outro – a arquitetura de vizinhanças e hierarquias que dá papel inferencial às espécies originais.

Para preservar a estrutura lexical do outro, não basta trocar palavras: seria preciso conservar o mesmo papel inferencial (o que a espécie autoriza concluir, explicar, aceitar como evidência e quais limites impõe). Quando a passagem ocorre por reinscrição, acontece uma de duas coisas: (i) o fenômeno fica “equivalente” apenas no nível do gênero (parece o mesmo assunto), porém muda de nível e função explicativa dentro da rede – e então o outro reconhece como perda; ou (ii) para não perder, o tradutor teria de reorganizar a própria rede (aceitar espécies e conexões que colidem com seus contrastes-limite), o que já não é tradução conservadora, mas revisão do próprio léxico. Trata-se, segundo Kuhn (2006, p. 50; 72; 2024, p. 267), na melhor das hipóteses, de uma ponte imperfeita, em que não se traduz sem haver resíduos. Nessa situação, a incorporação do caso novo tende a exigir revisão taxonômica – não mais uma equivalência por substituição, mas uma reordenação do próprio léxico.

Do lado skinneriano: quando a pessoa rogeriana é importada por substituição, o lugar que o rótulo “self” ocupa tende a soar, no léxico skinneriano, como o tipo de entidade que vira causa hipotética. Skinner (1953/2003, p. 310-311) critica justamente esse uso geral do “Eu”: quando não se demonstra o que controla o comportamento, atribui-se à própria pessoa a responsabilidade, como se fosse um Éolo explicando o vento. Se “self”, “congruência/incongruência” forem rebaixados a meras etiquetas para efeitos de contingências, preserva-se o acordo alto (organismo em relação com o meio), mas se apaga a função que essas espécies têm em Rogers. E esse apagamento tende a arrastar o plano clínico rogeriano: “atitudes facilitadoras” e “resposta-reflexo” deixam de ser condições que mudam o estatuto do vivido e passam a ser lidas como manejos – exatamente o contraste externo que Rogers demarca distinguindo aquilo que não é rogeriano: “técnica” e “objetificação”. Como sugere Kuhn (2006, p. 51), ao transferir termos para outra teoria, eles entram em novos contrastes e, por isso, mudam de sentido: há uma “contaminação do léxico”.

No movimento inverso, o atrito não está em Rogers recusar descrições objetivas em termos de “contingências”; ele pode aceitá-las como parte da explicação. O problema aparece quando essas espécies são tomadas como tradução suficiente do humano: Rogers (1962) insiste

que a pessoa não deve ser reduzida a explicações objetivas, porque há uma dimensão “vívida” – e, no seu léxico, a articulação “organismo” e “self” é justamente o que impede que “organismo” se esgote em “organismo-meio” – cuja consideração altera o que conta como compreensão do acontecimento. Assim, mesmo admitindo determinismo e causalidade, ele questiona o deslocamento pelo qual o indivíduo passa a ser compreendido apenas como objeto de processos causais.

Assim, ninguém “vence” por traduzir: cada tentativa de equivalência tende a preservar o gênero (organismo em relação com o meio), mas desloca termos para outra vizinhança e faz colidir com os contrastes externos que cada rede precisa manter visíveis.

## 2) Experiência interna

A comunicação entre Rogers e Skinner (1962) começa num ponto relativamente estável: ambos reconhecem uma “experiência interna”, ainda que discordem sobre o estatuto inferencial dessa dimensão em uma explicação. Assim, eles conseguem se entender enquanto a “experiência interna” opera como um rótulo suficientemente amplo: algo vivido e relatável que existe, mesmo sob um quadro determinista.

O bolsão local se abre quando a discussão deixa de ser “há experiência interna?” e passa a ser “que recorte lexical esse rótulo aciona (e o que ele autoriza inferir) em cada autor”. Aqui, Rogers (1962) é preciso: ele não contesta a validade de descrições objetivas do comportamento humano, mas contesta a pretensão de que a análise externa esgote o humano; para ele, quando a análise externa é tomada como quadro total do homem, o indivíduo desaparece como participante de sua própria ação, reduzido a produto inevitável de condicionamentos anteriores, e isso produz uma imagem do homem e do universo destituída de sentido, por não corresponder ao que se revela na experiência vivida considerada “a partir do interior”. Nesse ponto, a divergência não é “há ou não interioridade”, mas taxonômica: trata-se de saber quais espécies passam a organizar o caso quando o rótulo “experiência interna” deixa de ser apenas gênero e precisa operar como termo com papel inferencial. A “experiência interna” – que Rogers (1962, p. 99) formula sob o rótulo do “subjeto” – importa porque altera a orientação prática: “quando a vida subjetiva parece ter significado, então adotamos cursos de ação diferentes daqueles que adotamos quando a consideramos sem qualquer significado”.

No léxico rogeriano, o rótulo “subjeto” convoca um pacote de rótulos-para-espécies que recortam e organizam o vivido. Nessa vizinhança, o vivido se ancora no conjunto “campo

fenomenológico” (“figura/fundo”) e na “consciência simbolizadora”, de modo que os “destinos da experiência na simbolização” (“acurada, ignorada, distorcida/negada”) entram como critérios internos para descrever o que ocorreu psicologicamente no episódio. Nesse mesmo encadeamento, a relação “self-experiência” aparece como uma articulação interna do sistema: é no modo como o vivido é (ou não é) simbolizado pelo “self” que se discriminam as espécies “congruência/incongruência”, porque a passagem do vivido para a simbolização é concebida como mais ou menos ameaçadora e mais ou menos integrável. Por isso, em Rogers, o subjetivo funciona como critério de completude do acontecimento psicológico e como via de reorganização do curso da ação. O contraste externo que precisa permanecer visível é a recusa da redução objetificante (tomar a descrição externa como quadro total).

Skinner (1962), por sua vez, classifica mais precisamente a “experiência interna” pelo rótulo de “eventos privados” (“público/privado”) e depende de sua vinculação às “contingências” em que ocorre e é mantido e às práticas verbais/à comunidade verbal que tornam possível descrevê-lo. Ele reconhece que o indivíduo tem acesso privilegiado a certos estados “dentro da pele” (por exemplo, dor), mas problematiza o estatuto epistemológico dessa experiência porque falta um vocabulário comum e critérios públicos estáveis para descrevê-la. Além disso, a “auto-observação” é, em regra, retrospectiva – sempre ocorre depois da ação ou da estimulação. É sempre algo *ex post facto*. O contraste-limite que precisa permanecer visível, portanto, é: não deixar o “interno” operar como causa autoexplicativa – ou seja, evitar que a experiência interna colapse em “mentalismo/ficções explanatórias”. Por isso, a pergunta relevante tende a ser “sob quais condições esse relato/essa experiência ocorre e é mantido?”, o que torna coerente enfatizar as condições às quais esses estados estão ligados e, no manejo, alterar “variáveis/contingências” em vez de tomar sentimentos como motores causais (Skinner, 1974/2011, p. 57; 207).

A dificuldade do diálogo entre os dois fica mais nítida quando discutem exemplos clínicos. Rogers (1962), ao defender o valor psicológico de analogias, fantasias e metáforas, trata esses enunciados como acesso privilegiado à orientação vivida do cliente diante da vida – quer dizer, como dados do “referencial interno”. Skinner (1962), em contrapartida, tende a reclassificar esse material: expressões como “recolher-se” ou “ficar em branco” são interpretadas como mudanças no contato com estímulos/condições, e o núcleo terapêutico passa a ser identificar variáveis controladoras e contingências relevantes. É aqui que o bolsão aparece: diante do mesmo material verbal, cada autor o reinscreve em uma vizinhança distinta – em Rogers, como dado do “referencial interno”; em Skinner, como comportamento verbal a ser

explicado por “contingências”. É nesse ponto que Skinner formula a discordância como ordem explicativa, dizendo que Rogers ordena os eventos de modo que a compreensão da “experiência interna” venha antes das “consequências externas”. Rogers, por sua vez, recusa que isso implique tomar a experiência subjetiva como causa interna mecanicista: ela é apresentada como dimensão primária do vivido – anterior à descrição científica – e, por isso, não redutível a uma explicação externa.

“Ciência” entra aqui não como digressão, mas como consequência lexical do mesmo desacordo: se a “experiência interna” ocupa lugares diferentes na rede explicativa, então “o que conta como explicação suficiente” e “o que conta como ciência” também se reorganizam. Em Rogers (1961/2009, p. 254), ciência não pode ser descrita como impessoal sem amputar seu próprio fundamento: “Eu **experimento**; ao experimentar, eu **existo**; no existir eu, em um determinado sentido, **conheço**, tenho uma sensação de certeza. Todo o conhecimento científico (...) é uma imensa pirâmide invertida que repousa sobre esta minúscula base subjetiva e pessoal” (Coulson e Rogers, 1973, p. 59-60). Nessa lógica, a ciência é, para Rogers (1961/2009, p. 249), um conjunto historicamente elaborado de regras destinadas a evitar o autoengano, surgindo no interior da experiência subjetiva humana.

Em Skinner (1962), a consequência segue outra direção: ciência não deve ser compreendida como a experiência subjetiva dos cientistas, mas como um corpo público de práticas, procedimentos e linguagens convencionais que permitem a produção e a comunicação de resultados. Nesse sentido, ele rejeita a ideia de que a ciência derive diretamente da experiência interna, entendendo-a antes como uma atividade socialmente organizada. Nesse léxico, “ciência” é reclassificada por espécies como “critérios públicos” e “análise funcional”, e é por isso que a “experiência interna” só entra com função explicativa quando tratável como “evento privado” e reancorado em “contingências”.

Em síntese, a aproximação de Rogers e Skinner sobre a “experiência interna” pode produzir resíduos porque a ponte funciona no nível amplo, mas troca o critério de recorte quando desce ao nível em que o termo precisa carregar seu papel inferencial. Em Rogers (1962), a “experiência interna” é recortada pelo rótulo do “subjetivo” e acoplada a espécies como “campo fenomenológico”, “consciência simbolizadora” e “relação self-experiência”, que não funciona como princípio causal interno mecanicista, mas como eixo organizador do vivido a partir do interior; desse modo, a descrição externa não pode operar como quadro total sem apagar o indivíduo como sujeito/participante de sua própria ação. É nesse plano do vivido que Rogers ainda conecta a realidade experiencial de escolha e responsabilidade (ponto reservado

ao item “Autonomia”). Em Skinner (1962), a “experiência interna” é recortada pelo rótulo do “privado”: eventos aos quais o indivíduo tem acesso privilegiado, cujo relato é tipicamente retrospectivo, e cujo lugar explicativo depende de sua vinculação às contingências em que ocorre e é mantido.

Se Skinner tenta traduzir Rogers dizendo que “subjético” é apenas o conjunto de “eventos privados” cuja descrição é produto da comunidade verbal e cuja relevância depende de reancoragem em contingências, a substituição preserva o gênero (“experiência interior”), mas perde o que Rogers precisa manter para que “subjético” continue sendo a mesma espécie no seu léxico: não um inventário de ocorrências “sob a pele”, e sim o vivido “a partir do interior” como critério de completude do acontecimento psicológico e como orientação prática que muda cursos de ação. No sentido inverso, se Rogers traduz Skinner dizendo que o “privado” é apenas uma redução objetificante que elimina o indivíduo como participante, apaga-se a regra skinneriana que define a espécie “evento privado” por acessibilidade e por função explicativa limitada: o interno pode ser reconhecido, mas seu relato é tipicamente retrospectivo e não pode operar como causa autoexplicativa sem colapsar no contraste externo mentalista/ficcional. Assim, o resíduo é que “subjético” (Rogers) e “privado” (Skinner) estabilizam “o interno” por cortes taxonômicos distintos. Por isso, a substituição não preserva o papel inferencial do termo, e o bolsão permanece local.

### 3) Previsão e controle do comportamento

Rogers e Skinner (1956; 1962) conseguem comunicar-se quando “predição” e “controle” operam como rótulos suficientemente gerais para designar um terreno comum: a ideia de que há regularidades e de que a prática pode, em alguma medida, antecipar efeitos ao modificar condições. Nesse nível mais alto, ambos aceitam que a ciência amplia progressivamente a capacidade de previsão e controle do comportamento – a capacidade de formular expectativas condicionais e de intervir sobre condições de modo a alterar probabilidades. Nessa camada, a convergência não exige identidade terminológica: basta que ambos aceitem que dadas certas condições, aumenta/diminui a probabilidade de certos comportamentos. É por isso que, nos debates, a conversa avança até certo ponto antes de emperrar, mesmo sem um vocabulário técnico comum.

No léxico skinneriano, “previsão” e “controle” ganham precisão quando o episódio é reinscrito por meio de rótulos como “contingência”, “esquemas de reforçamento”,

“modelagem”, etc., quando controlar significa rearranjar variáveis antecedentes e consequentes de modo a alterar a probabilidade/taxa de respostas. Por exemplo: sob um estímulo discriminativo (Sd), se uma resposta (R) é seguida por uma consequência que funciona como reforçadora (Sr), então a probabilidade futura de R naquela condição tende a aumentar. Assim, a “previsão” é a expectativa condicionada, e o “controle” é a tecnologia de intervir nessas condições.

Já no léxico rogeriano, também há um preenchimento condicional e probabilístico: “se condições a, b e c existirem ou forem estabelecidas em um grupo, então há uma alta probabilidade de que estas condições sejam seguidas por comportamentos x, y e z” (Rogers, 1961/2009, p. 430). No domínio clínico, esse formato reaparece nas próprias generalizações rogerianas sobre a relação terapêutica: quando o terapeuta estabelece um clima facilitador (caracterizado pelo conjunto das “atitudes facilitadoras”) e isso é comunicado/percebido (conjunto de “resposta-reflexo”), aumenta a probabilidade de segurança psicológica, autoexploração, simbolização e mudança construtiva.

Até aqui, portanto, a coordenação entre Rogers e Skinner permanece de nível alto: “previsão” e “controle” funcionam como rótulos compartilháveis para falar de regularidades e intervenção. Mas o bolsão local já se anuncia quando tentamos fazer a passagem: ao substituir diretamente as espécies de um léxico pelas do outro, o episódio precisa ser reclassificado dentro da rede do tradutor, e então o termo importado muda de vizinhança e deixa de autorizar as mesmas inferências (isto é, não preserva o mesmo papel inferencial). Mesmo no próprio rótulo “controle”, a intraduzibilidade já se deixa ver: em cada taxonomia, ele aciona critérios discriminativos e fronteiras internas diferentes, de modo que a tradução deixa de conservar a mesma função explicativa.

Rogers (1956, p. 141) chega a explicitar o ponto como um problema de classificação interna:

Controle pode significar: (1) O estabelecimento, por B, de determinadas condições para A, sem que A tenha voz ativa... (controle externo); (2) O estabelecimento, por B, de determinadas condições para A, com um certo grau de consentimento de A... (a isso chamo de influência de B em A); (3) O estabelecimento de determinadas condições por A... (controle interno). É de se notar que Skinner reúne os dois primeiros significados (...) sob o conceito de controle. Acho que isso cria confusão.

A implicação lexical desse recorte é que “controle” precisa manter disponíveis diferenças internas entre “imposição, participação e autodireção”; “trata-se de um controle

externo que é acompanhado por um controle interno; a pessoa é livre para escolher seus objetivos” (Rogers, 1961/2009, p. 463-464). Nessa lógica, “controle externo” só é legítimo quando, no próprio processo, aparecem sinais de “autodireção” – quando a pessoa passa a escolher objetivos e orientar-se pelo seu referencial interno – e não quando o arranjo produz apenas comportamento moldado para satisfazer critérios externos<sup>35</sup>.

Rogers, ao enunciar três “significados possíveis”, rebatiza o caso (2) como “influência”, justamente para preservar a fronteira entre “imposição” e “participação/consentimento”: o domínio “B estabelece condições para A” é recortado por Rogers segundo o critério “participação/consentimento”. Ao propor essa diferenciação interna do conjunto “controle”, Rogers (1956, p. 140) aciona uma rede ligada a “poder” com critérios relacionais (quem fixa condições, imposição/consentimento, e com que finalidade/valor). Rogers não trata “poder” como um tema externo ao léxico do controle: ele insiste que, uma vez que falamos de estabelecer condições para produzir comportamentos, questiona-se: “quem será controlado? quem exercerá o controle? Que tipo de controle será exercido? E com que finalidade/valor será exercido o controle?”. Aqui, o “poder” entra como critério discriminativo na própria diferenciação do conjunto “controle”.

Rogers (1961/2009; p. 430; 440-441) reconhece ganhos efetivos das ciências do comportamento, entretanto, o problema emerge quando esse poder técnico é generalizado, pois o mesmo conhecimento que pode enriquecer vidas também pode desenhar pessoas como “produtos planejados”, dependendo de quem fixa as condições e com quais finalidades. É nesse sentido que Rogers fala em “implicações espantosas”: não como negação da utilidade científica, mas como alerta de que, no mundo moderno, as ciências do comportamento passaram a ser vistas como ameaça real (Coulson e Rogers, 1973, p. 56), culminando no alerta de um possível “pesadelo de manipulação”.

Em Skinner (1962), o tema que, em Rogers, tende a aparecer como “poder” é reinscrito dentro do gênero “controle”, entendido como “qualquer contribuição que determine a ação”. Nessa gramática, a questão “quem controla?” não desaparece; ela se converte em um problema descritivo funcional das variáveis que determinam o comportamento. Nisso, Skinner distingue duas espécies: “controle do outro” (pessoas e instituições modificam as condições do mundo

---

<sup>35</sup> O colapso tradutivo torna-se ainda mais evidente no rótulo “controle interno”, porque ele não funciona apenas como “A controlando A”, mas como um condensador de compromissos do léxico ligados à “autodeterminação”. É justamente por isso que uma aproximação rápida com termos skinnerianos como “autocontrole” pode até parecer plausível em um primeiro contato, mas tende a produzir resíduos (essa questão será detalhada em “Autonomia”).

de alguém e, com isso, alteram probabilidades de resposta) e “autocontrole”, em que o indivíduo altera variáveis para que elas passem a controlar seu comportamento – sem postular uma “instância interior iniciadora”. Nessa lógica, “poder” é um resultado descritível do fato de que “controle” é inevitável; o problema vira “que tipos de controle existem, quais efeitos produzem, e como redesenhar contingências” – não “se é controle” nem “se há consentimento” como critério definidor. Essa arquitetura lexical ajuda a explicar por que Skinner tende a resistir a que “consentimento” funcione como fronteira classificatória do gênero “controle”, como ocorre em Rogers.

O ponto sensível (e aqui entra a crítica rogeriana) é que Rogers (1956, p. 143) acusa Skinner de subestimar o problema do “poder”, julgando historicamente infundada a esperança de que esse poder seja exercido por agentes bem-intencionados; no seu excerto, ele compara o behaviorista ao especialista técnico que serve a fins distintos conforme “quem detém o poder”. Skinner (1953/2003, p. 475), por outro lado, adverte que “uma ciência do comportamento não contém em si mesma quaisquer meios de controlar o uso para o qual suas contribuições serão dirigidas”. Aqui o bolsão lexical também é visível: Rogers injeta “poder” como vizinhança interna do rótulo “controle”, enquanto Skinner preserva “controle” como gênero inevitável e desloca a avaliação para o uso e os efeitos das práticas – mantendo, porém, explícito que a ciência, por si, não decide o destino normativo de suas aplicações.

Ainda que o rótulo “controle” esteja presente nas duas estruturas lexicais, a intraduzibilidade decorre pois o rótulo “controle” não ocupa a mesma posição taxonômica em Rogers e em Skinner: o “controle” em Rogers exige uma diferenciação interna (“controle externo/influência/controlado interno”) cujo critério discriminativo é a “imposição”, “consentimento” e “autodireção”, e cuja função é manter disponível uma inferência de legitimidade (quem fixa condições, com/sem participação, e com que finalidade/valor). Em Skinner, “controle” é um gênero amplo, porém articulado por espécies (“controle do outro” e “autocontrole”). Por isso, o mesmo termo passa a puxar espécies e vizinhanças diferentes e, com elas, inferências diferentes: Rogers quer manter visível a fronteira “imposição/consentimento/autodireção”, enquanto Skinner quer manter visível a fronteira entre “descrições funcionais de práticas de controle” e leituras que reintroduzam “controle” como explicação por instância interior. A intraduzibilidade entre os dois, então, é local e estrutural: ela aparece quando a tradução precisa preservar, não o “controle”, mas o recorte interno e o papel inferencial que “controle” tem dentro de cada estrutura lexical.

#### 4) Governo de si

Rogers e Skinner aceitam que, apesar de a vida humana poder ser descrita em termos de regularidades e determinismo, ainda assim há uma dimensão prática de “governo de si” – como possibilidade de agir sobre as próprias condições de vida (e não como exceção ao determinismo).

Do lado skinneriano, o “governo de si” é inteligível pelo rótulo de “controle”, entendido como qualquer contribuição que determine a ação; nessa chave, mesmo sob determinismo completo, o indivíduo pode alterar as condições que o determinam – criando arranjos ambientais que depois passam a regulá-lo – e, nesse sentido, “controlar a si mesmo” (Skinner, 1962; 1953/2003, p. 487). Do lado rogeriano, o “governo de si” é tratado como um potencial da pessoa que pode ser inibido ou favorecido por condições: na terapia centrada no cliente, por exemplo, embora o terapeuta estabeleça condições e antecipe efeitos, a finalidade é favorecer a emergência de autodireção do próprio sujeito (Rogers, 1956, p. 151).

Nesse recorte, os dois programas conseguem coordenar-se no nível do gênero lexical alto: a intervenção é concebida como arranjo de condições que altera o que se torna possível ao indivíduo fazer com a própria vida, isto é, o “governo de si sob condições”. O bolsão local começa tão logo o rótulo amplo deixa de operar só como gênero e passa a exigir que se preserve o papel inferencial das espécies que o preenchem.

Em Rogers (1962), o “governo de si” se articula ao rótulo “autodireção” e “liberdade”, uma realidade experiencial que coexiste, paradoxalmente, com o determinismo científico. É aqui que o argumento frankliano ganha estatuto de peça estrutural do léxico: para Rogers, a liberdade vivenciada não se define pela disponibilidade de alternativas externas; ela pode subsistir mesmo quando escolhas objetivas são removidas, como liberdade interior de “assumir uma posição subjetiva própria” diante da experiência – escolher a própria atitude frente a um conjunto de circunstâncias. Embora, do ponto de vista externo, científico e objetivo, o comportamento possa ser determinista, Rogers também sustenta que, em uma dimensão distinta, experiências como liberdade e escolha são igualmente reais e têm consequências existenciais concretas. Nessa mesma vizinhança, Rogers localiza os rótulos já tratados anteriormente, do conjunto do “controle” (“externo/influência/interno”). E, aqui, o ponto lexical decisivo é que “controle interno” é estabilizado por um pacote de espécies que descrevem quando e como a “autodireção” se torna mais provável. Por isso, “atitudes facilitadoras” entram como um conjunto que se relacionam com o “controle interno”: elas

especificam o modo de relação que favorece a emergência de “autodireção”, na medida em que, quando percebidas pela pessoa, reduzem “ameaça” e “defensividade” e ampliam “simbolização” e “autoexploração”, em contraste com arranjos que “objetificam/avaliam” e, por isso, tendem a reinstalar “controle externo”.

Em Skinner (1974/2011, p. 152-154; 1953/2003, p. 253; 1962), o “governo de si” opera como recorte de “controle”, especificamente de “autocontrole”: não se trata apenas de “alterar condições”, mas de um repertório de respostas por meio do qual o indivíduo rearranja variáveis para que elas passem a controlar o próprio comportamento. É nesse nível que entram, como vizinhança necessária, rótulos-para-espécies como “contingências”, “comunidade verbal” e “discriminação” do próprio comportamento: são eles que autorizam inferir como o “governo de si” acontece sem que “liberdade” precise funcionar como espécie explicativa autônoma, isto é, não como termo que possa explicar por si, sem reancoragem em condições, pois segundo o autor, noções como “liberdade” já cumpriram sua função histórica e devem ser substituídos por formulações compatíveis com uma análise científica do comportamento. Em termos lexicais, isso equivale a manter visível um contraste-limite: evitar que “liberdade/autodireção” ocupem lugar explicativo como “atividade iniciada interiormente” ou de “ficções explanatórias”.

Skinner pode tentar traduzir Rogers dizendo que “liberdade”, “controle interno” ou “autodireção” são apenas um modo de falar do sujeito alterando condições; mas, nessa substituição, perde-se o que Rogers precisa manter para que “liberdade” e “controle interno” continuem sendo a mesma espécie no seu léxico. Em Rogers, esses termos puxam um pacote em que o “governo de si” é inteligível pela “autodireção”, que se articula ao “referencial interno” da pessoa (“campo fenomenológico”, “relação self-experiência”, etc.) e, clinicamente, pelas “condições facilitadoras” como forma de arranjar condições. “Liberdade” entra como articulação experiencial dessa “autodireção”, mas não como motor mecanicista. O resíduo, então, é: a tradução skinneriana explica “como se regula”, mas não preserva o que conta como “autodireção” legítima no léxico rogeriano (a “autodireção” referível ao “referencial interno” sob condições não-objetificantes).

No sentido inverso, Rogers pode tentar traduzir Skinner dizendo que “autocontrole” é a versão técnica de “controle interno”, “autodireção” ou da “liberdade” que ele comenta; mas, se isso for feito por equivalência, apaga-se a regra skinneriana que mantém o termo fora do colapso em “atividade iniciada interiormente”: autocontrole é inteligível como repertório ancorado em contingências.

## 5) Autoconhecimento

O ponto de comunicação entre Rogers e Skinner pode ser formulado de modo deliberadamente genérico: há um processo pelo qual a pessoa passa a discriminar com maior precisão aquilo que antes era vago, confuso, não tematizado ou pouco acessível – em outros termos, um ganho de compreensão do próprio funcionamento, um “autoconhecimento”.

Essa ponte fica ainda mais nítida quando se observa que, nos dois casos, o “autoconhecimento” não é um evento isolado que acontece sozinho no indivíduo, mas um ganho que depende de um contexto relacional. Em termos amplos: certas condições de interação aumentam a probabilidade de que a pessoa consiga discriminar melhor o que ocorre consigo. Por isso, embora a mudança seja da pessoa, ela é possibilitada por um arranjo de relação. Esse mesmo formato condicional já aparece, em Rogers, quando o ganho de precisão depende dos conjuntos “atitudes facilitadoras” e “resposta-reflexo”, um arranjo relacional que aumenta a probabilidade de “simbolização mais acurada” e de “autoexploração”. Em Skinner (1974/2011, p. 191), a mesma dependência aparece quando o “autoconhecimento” é explicitamente situado como produto social (moldado pela “comunidade verbal”) e quando a clínica pode operar como “audiência não punitiva” e como contexto de “reforço” e “discriminação”, no qual a pessoa aprende a discriminar e descrever variáveis controladoras do próprio comportamento. Nesse enquadramento, “conhecer-se” é também aprender um repertório verbal de autodescrição que é selecionado e refinado em interação.

Aqui se abre o bolsão: quando o gênero “autoconhecimento” deixa de operar como rótulo alto coordenável e precisa contar como uma espécie bem recortada dentro de uma estrutura lexical, com consequências inferenciais próprias (isto é, com aquilo que o termo autoriza concluir e com quais limites).

Em Rogers, “autoconhecimento” tende a ser descrito por um pacote em que a precisão cresce quando a experiência pode ser “simbolizada com maior acurácia” (em vez de ser “distorcida”), o que se articula à relação “self-experiência” (“congruência/incongruência”) e ao par “ameaça/não ameaça”: o ganho de precisão não é só “nomear melhor”, mas tornar vivível e integrável aquilo que antes precisava ser “distorcido/ignorado” para proteger o “self”. Em síntese, no “mundo” rogeriano, conhecer-se é tornar-se mais “congruente” na relação “self-experiência” e mais capaz de referir-se ao próprio “referencial interno”.

Em Skinner, “autoconhecimento” se estabiliza por espécies como aumento de “discriminação” do próprio comportamento e pelo vínculo entre “eventos privados” e “práticas

verbais”: o “interno” é reconhecido, mas sua precisão é inseparável das “contingências” sob as quais a pessoa aprende a discriminar e a descrever, da interferência constitutiva da “comunidade verbal” na construção do repertório de auto-relato. Por isso, Skinner (1962) ainda marca o estatuto temporal-inferencial: a auto-observação é retrospectiva. Aqui há também um contraste externo decisivo: a recusa de “mentalismo/ficções explanatórias”, isto é, “precisão interna” não pode virar causa autônoma que dispense análise de condições. Assim, no “mundo” skinneriano, conhecer-se é aprender a discriminar e descrever variáveis controladoras.

A tentativa de traduzir o “autoconhecimento” rogeriano para o skinneriano (e vice-versa) falha quando feita por substituição, porque as espécies mobilizadas por cada autor não são nomes alternativos para o mesmo tipo de coisa: elas organizam o mecanismo em ontologias diferentes e, por isso, não preservam o mesmo papel inferencial. Em Rogers, “autoconhecimento” é inteligível quando descrito como relação “self-experiência” que se torna mais “congruente”, como aumento de “integração” e de “simbolização acurada” da experiência (em vez de “distorção/negação”), num campo em que “ameaça/não ameaça” modulam o que pode ser reconhecido e assumido. Já em Skinner, “autoconhecimento” é inteligível quando descrito como aumento de “discriminação” e “refinamento do comportamento verbal” sobre si, modelado pela “comunidade verbal” sob “contingências”: o “privado” é reconhecido, mas ele entra como ocorrência cujo relato e uso dependem de treino discriminativo e de critérios publicizáveis.

A tradução forte exigiria aprender o uso do termo na rede do outro (ou seja, conservar vizinhanças e limites), e não apenas substituir rótulos: caso contrário, a passagem vira reclassificação e produz resíduo exatamente porque cada léxico protege seus contrastes externos e impede que a espécie importada mantenha o mesmo papel inferencial. Consideramos um episódio: a pessoa relata que evita falar em público, ela desmarca e some, mas diz que “é só preguiça”, ao mesmo tempo em que nota aperto no estômago. Se tentamos traduzir, o resíduo aparece porque o mesmo material passa a contar como evidência de coisas diferentes em cada rede. Em Rogers, “é só preguiça” pode funcionar como “distorção/negação” de uma experiência ameaçadora, e o avanço do “autoconhecimento” se torna reconhecível quando a pessoa “simboliza com maior acurácia” (por exemplo, discrimina medo/avaliação), aproximando “self-experiência” orgânica (mais “congruência”). Em Skinner: “é só preguiça” pode ser tratado como auto-relato sob controle da comunidade verbal, enquanto “desmarcar/sumir” pode ser descrito como esquiva mantida por “consequências”. O avanço do “autoconhecimento” se torna

reconhecível quando a pessoa aumenta a “discriminação das variáveis controladoras” e aprende a descrevê-las com maior precisão funcional.

No gênero alto, ambos podem dizer “houve mais autoconhecimento”; mas, quando o termo precisa operar, mudam os critérios do que conta como evidência, do que conta como êxito e do que orienta a intervenção, e é por isso que a substituição preserva o gênero, mas não preserva os critérios de evidência, de êxito e de intervenção que definem a espécie em cada estrutura lexical.

## 6) Desenho cultural e escolha de valores

Há um ponto de comunicação quando Rogers e Skinner (1962) reconhecem que uma cultura pode ser deliberadamente desenhada e que, nesse desenho, algum tipo de escolha normativa entra em cena. O bolsão aparece quando o debate deixa de operar nesse rótulo alto (“desenho cultural e escolha de valores”) e passa a exigir o recorte interno do termo: o que exatamente conta como “desenho cultural e escolha de valores” e como esse rótulo se conecta, sem perdas, ao restante da rede lexical de cada autor.

É exatamente esse ponto que Rogers (1956, p. 144-145) explicita quando formula duas teses sobre “valores” no âmbito das ciências: (1) toda atividade científica parte de uma escolha prévia e subjetiva de fins/valores; (2) essa escolha que justifica o empreendimento deve permanecer extrínseca ao método científico, porque a ciência compara meios e consequências condicionadas a um fim, mas não produz por si o critério do que deve ser buscado. Por exemplo: se valorizasse X, a ciência pode dizer com mais precisão “o que funciona” e “com que consequências”; mas, se quisermos decidir qual valor é melhor, qualquer comparação exigirá uma régua normativa anterior – outro valor que faça o papel de critério. Isso não significa opor subjetividade e objetividade como alternativas excludentes: é compatível com o compromisso rogeriano de integração subjetivo-objetivo, no qual a dimensão objetiva aperfeiçoa meios e estima consequências, enquanto a dimensão subjetiva conserva a escolha de fins como aquilo que orienta o uso do método: a ciência como empreendimento humano (evitar autoengano, estimar consequências) e a primazia do referencial interno/da escolha experiencial de fins como orientação do uso do saber.

Aqui é importante marcar, de modo mais explicitamente lexical, como “valores” se organiza na estrutura rogeriana. O rótulo se estabiliza por um conjunto de vizinhanças já presentes na sua taxonomia: “valores” se ancora a conjuntos como “fonte de valoração”, que

discrimina “valoração interna/valoração externa”, entre outros como “self-experiência” e “subjetividade”. Nessa lógica, inevitavelmente, ao falar de “ciência impessoal”, Rogers aciona-se o rótulo “valores”.

É a partir dessas teses que Rogers reclassifica o projeto skinneriano de planejamento cultural: ele não pode ser apresentado como “apenas ciência”, porque depende de escolhas de valor inevitáveis (e disputáveis) e de estruturas de poder para implementação. Em termos lexicais: o rótulo “valores”, em Rogers, além de estar ligado ao rótulo “subjetividade”, puxa imediatamente uma vizinhança em que entram espécies como “autoridade/imposição” e “consentimento”, como parte do que está em jogo quando se decide “quem escolhe fins” e “quem arca com as consequências”. E é precisamente porque “valores” já está amarrado, na rede rogeriana, à valoração interna e à recusa de condições de valor impostas, que “imposição/consentimento” não entram como política externa: elas entram como desdobramento criterial do próprio léxico; quando fins são definidos por uma instância especializada, “autoridade” deixa de ser apenas descrição de uma posição e vira um operador normativo que redistribui o “consentimento”. Rogers (1977/1986, p. 25-27) então critica os behavioristas ao indicar a possibilidade de uma tecnocracia elitista que escolhe objetivos (felicidade/produktividade) e condiciona comportamentos com ou sem consentimento. Segundo ele, o que impediria um ditador de empregar esses tecnocratas para “curar” quem ameaça o Estado? Para além disso, Rogers registra uma fissura prática no behaviorismo aplicado: mesmo em *Twin Oaks* (inspirada em *Walden II*), os residentes frequentemente escolhem o que querem mudar e escolhem quais “recompensas” serão reforçadas. Esse detalhe é valioso porque mostra, ao mesmo tempo, a traduzibilidade local (a prática waldeniana precisa operar com algum grau de “participação”) e o bolsão (Rogers lê essa participação como condição de “legitimidade”; Skinner pode descrevê-la como “autogerenciamento” e “arranjo de contingências”).

Sobre esse último ponto, no debate, a questão dos “valores” ganha um rótulo correlato – “transparência/consciência” e “participação” – que, em Rogers (1962), funciona como condição prática de “legitimidade” do próprio “planejamento cultural”: se o desenho da cultura envolve fins disputáveis, então é decisivo que os participantes compreendam o que está sendo buscado e a teoria subjacente, pois isso amplia “participação ativa”, inteligente e entusiástica e sustenta possibilidades de “contra-controle”. Skinner (1962) responde repondo o fenômeno na sua taxonomia: “transparência/consciência” não opera como critério extrínseco do planejamento, mas como variável que pode alterar a eficácia de certos reforçadores sociais; compreender o esquema pode desvalorizar um reforçador, mas não elimina automaticamente

seus efeitos; alguns reforçadores permanecem (como dinheiro) e mesmo quem compreende esquemas pode continuar sob seu controle (o jogador patológico).

A solução de Rogers (1956, p. 149) para a questão dos “valores”, portanto, não é abolir planejamento, mas mudar o tipo de coisa que o planejamento visa. Por isso, ele contrapõe valores “estáticos” a “valores de processo” e propõe uma série de valores voltados ao caráter dinâmico do humano – rótulos como “tornar-se”, “desenvolver potencialidades” e “adaptar-se criativamente”. No mesmo encadeamento, ele usa a psicoterapia como caso-modelo: técnicas podem servir ao “controle externo”, mas, na terapia centrada no cliente, embora o terapeuta estabeleça condições e antecipe efeitos, a finalidade é favorecer o surgimento de “controle interno”: maior “autodeterminação”, “menor rigidez”, “maior abertura” e “integração”, orientadas por objetivos que o próprio cliente escolhe; daí a formulação decisiva: “estabelecemos as condições que preveem várias classes de comportamento – comportamentos autodeterminados, sensibilidade às realidades interiores e exteriores, adaptabilidade flexível que são, por sua própria natureza, imprevisíveis nas suas manifestações específicas” (Rogers, 1956, p. 150-151).

Skinner (1962) sugere que a discussão sobre o controle do comportamento conduz necessariamente à questão da chamada “escolha de valores”, uma vez que toda prática de controle implica orientar a ação humana em determinada direção. Nesse sentido, ele argumenta que o julgamento de valor não precisa ser situado fora do âmbito da ciência, rejeitando a ideia de que exista uma forma especial de sabedoria capaz de determinar quando a ciência deve cessar e transferir a outros a decisão sobre os valores. Ele sugere que a questão dos valores se relaciona a características do comportamento humano relevantes para o desenho da cultura, especialmente a capacidade de sustentar ações orientadas por consequências remotas: algumas atividades se mantêm por “reforços imediatos” (como caça e pesca), mas o desenvolvimento cultural tornou possíveis práticas de “reforço não imediato” (armazenamento de alimentos, agricultura). Nesse sentido, “valores”, em Skinner, se estabiliza por meio do conjunto “seleção por consequências”, que inclui o nível cultural (práticas culturais selecionadas por seus efeitos), e se articula com rótulos como “reforçamento”, “contingências”, entre outros.

Ainda sobre os valores no âmbito da ciência, Skinner (1956, p. 155-157) compara a ciência do comportamento ao trabalho do metalúrgico e do engenheiro (que podem estudar e projetar sem decidir se algo “deve” ser feito) e critica a expressão rogeriana “escolhas de valores” por sugerir abandono de rigor; por isso, propõe tratar valores na linguagem científica do behaviorismo: pessoas seguem padrões éticos, políticos ou religiosos porque isso é

“reforçado”, e tais padrões persistem ou desaparecem conforme suas “consequências” para a sobrevivência cultural. Assim, a ciência ajudaria não escolhendo fins, mas estimando o “valor de sobrevivência” das práticas, deslocando a ação humana de “reforços imediatos” para “consequências remotas” ligadas à sobrevivência da humanidade.

Desse modo, traduzir “valores” por simples substituição produz resíduo: o tradutor até preserva a frase geral (“desenho cultural envolve valores”), mas altera o papel inferencial do termo ao deslocá-lo de uma rede para outra. Se “valores” é traduzido rogerianamente como “o que é mantido por contingências e selecionado por suas consequências culturais”, perde-se a tese de que a escolha de fins é anterior e não derivável do método e, com ela, a função discriminativa de “autoridade”, “consentimento”, “transparência/consciência” e “participação” como condição de “legitimidade”. Inversamente, se “valores” skinneriano é traduzido rogerianamente como “escolha subjetiva de fins extrínseca ao método”, perde-se o gesto central pelo qual Skinner tenta manter: “valores” não entram como um “fora” normativo que a ciência deve apenas obedecer, mas como padrões/práticas cuja manutenção e mudança podem ser descritas funcionalmente.

## 7) Relação terapêutica como variável ativa

Rogers e Skinner conseguem comunicar-se quando “relação terapêutica” funciona como um rótulo suficientemente geral para designar um terreno comum: a ideia de que a clínica é um conjunto de condições cujo modo de presença/arranjo altera o curso provável do processo. Em Rogers, isso aparece quando a mudança é tratada como efeito de um feixe relacional que precisa estar efetivamente em operação e ser percebido, e ainda que certas condições possam facilitar a mudança na pessoa ou dificultá-la. Em Skinner, a psicoterapia pode ser descrita como um arranjo deliberado de condições de interação que altera o comportamento: sob certas formas de condução do encontro, respostas antes bloqueadas tornam-se possíveis, padrões repetitivos tendem a enfraquecer e repertórios novos podem ser construídos.

O bolsão emerge quando o debate deixa de operar apenas com esse núcleo comum e passa a exigir preservação, sem perdas, do papel inferencial interno do que cada léxico toma como mecanismo terapêutico central – isto é, quando não basta dizer “a relação influencia”, mas é preciso dizer “influencia como” e por quais espécies isso ocorre.

Em Rogers, o rótulo alto “relação terapêutica ativa” se estabiliza por um conjunto de “atitudes facilitadoras”, cujas espécies são “congruência”, “compreensão empática” e

“consideração positiva incondicional”, e por um segundo conjunto comunicativo, “resposta-reflexo”, cujas espécies são “reiteração”, “elucidação” e “reflexo de sentimento”. Esses conjuntos funcionam como o preenchimento do termo “relação ativa” porque descrevem um modo de presença do terapeuta que precisa ser efetivo e percebido no encontro, e é por meio dessa efetividade que se altera o curso provável do processo. Nesse mesmo pacote, um contraste externo decisivo é “atitude/jeito-de-ser” vs. “técnica/objetificação”; o efeito facilitador não é garantido pela forma “técnica” do procedimento: sua eficácia é descrita como “atitude” – um jeito de ser na relação –, inseparável do modelo de prática terapêutica como encontro “pessoa-para-pessoa” (“eu-tu”, em contraste com a postura “eu-isso”) e condicional à comunicação efetivamente recebida no “campo perceptual do cliente”; daí a exigência de que a intervenção parta do “referencial interno do cliente” (autoridade primária do significado do que vive). É essa regra que mantém o termo “relação ativa” ligado, sem perdas, ao conjunto “self-experiência” (e, com ele, às espécies “congruência/incongruência”, “simbolização acurada/ignorada/distorcida”, “ameaça/não ameaça”), em vez de deslocá-lo para um enquadramento externo de manejo.

Em Skinner, por sua vez, o mesmo rótulo alto se estabiliza por um conjunto de termos-para-espécies em que o encontro clínico é parte do mecanismo de mudança porque intervém sobre “variáveis funcionais do comportamento”. A primeira regra de boa aplicação desse léxico já aparece como contraste externo: Skinner (1953/2003, p. 401-406; 409) recusa o enquadramento tradicional da psicoterapia como “remoção de certas causas internas”. Em vez disso, o caso é reclassificado numa vizinhança causal-funcional, na qual explicar o que ocorre exige perguntar “por que a resposta foi emitida”, “por que foi punida” e “quais as variáveis ativas no presente”. É nesse recorte que “relação ativa” se ancora no conjunto “psicoterapia como agência de controle” e, em sua vizinhança, em espécies que nomeiam como o encontro altera o curso do processo – por exemplo, a reversão dos efeitos da punição como alvo funcional do tratamento e o procedimento de “audiência não punitiva” como técnica central. A própria relação entra, então, como componente das “contingências” do tratamento: Skinner (1953/2003, p. 401-402) explicita um “poder inicial” ligado à condição aversiva do cliente e descreve o terapeuta como importante “fonte de reforço” na medida em que produz alívio e continuidade.

Esse travamento comunicativo fica particularmente visível no debate de 1962 quando Skinner tenta “traduzir” episódios rogerianos para a linguagem funcional, e Rogers insiste que não é só semântica: Skinner reconstrói um caso clínico rogeriano como reorganização de “contingências” (por exemplo, “fuga/esquiva” frente a controle social, redução de contato com

estímulos, “reforçamento negativo”, seguida de “discriminação das variáveis”), enquanto Rogers insiste que a descrição “de fora” não esgota o que ocorreu porque apaga a emergência de novo significado vivido no interior da experiência. Aqui, ambos falam de “mudança” e de “relação”, mas o episódio precisa pertencer a espécies diferentes para continuar sendo inteligível em cada léxico (num, mudança = reorganização de simbolização e sentido vivido; noutro, mudança = reorganização funcional de contingências e discriminações).

Skinner pode tentar traduzir Rogers dizendo que uma “relação terapêutica ativa” é apenas um modo (fenomenológico) de descrever um “rearranjo de variáveis” – isto é, que as “atitudes facilitadoras” e a “resposta-reflexo” funcionam, no fundo, como componentes de “contingências” que enfraquecem efeitos de “punição” e “fortalecem” novos repertórios. O problema é que, nessa passagem por equivalência, o que Rogers precisa manter para que seja a mesma espécie se perde: no léxico rogeriano, “relação ativa” não se define só por produzir efeitos, mas por como o efeito é produzido e reconhecido no “campo perceptual” do cliente, por um pacote em que atitude e comunicação operam sob a condição de serem percebidas como “não ameaçadoras”, mantendo a mudança como processo vivido (“self-experiência”) e preservando o contraste externo “técnica/objetificação/eu-isso”. Por isso, quando a descrição skinneriana reclassifica o episódio como apenas tecnologia de variáveis, ela tende a autorizar inferências que Rogers bloquearia (por exemplo, a ideia de que basta “usar” procedimentos comunicativos para obter o efeito, mesmo quando o cliente os percebe como artificiais/incongruentes e, portanto, ameaçadores).

No sentido inverso, Rogers pode tentar traduzir Skinner dizendo que “audiência não punitiva” e “terapeuta como fonte de reforço” seriam apenas outra linguagem para o mesmo “clima facilitador”; mas, se isso é feito por substituição, apaga-se a regra skinneriana que ancora “relação ativa” na inteligibilidade funcional (a exigência de reconstituir o episódio por dependências entre comportamento e condições – história, contingências, efeitos de punição, reforçamento) e que trata como contraste externo os enquadramentos terapêuticos do tipo “causas internas”.

#### 8) Redução de aversividade/ameaça e flexibilização do comportamento

A comunicação entre Rogers e Skinner é relativamente estável enquanto “reduzir aversividade/ameaça” e “aumentar a flexibilização” funcionam como rótulo alto para um terreno comum: condições menos aversivas/menos ameaçadoras tendem a reduzir padrões

rígidos de comportamento, tornando mais provável a variação de respostas e a exploração de alternativas. O bolsão se abre quando a conversa deixa de operar nesse acordo de alto nível e passa a exigir o recorte interno do mecanismo: por quais espécies se discrimina “aversividade/ameaça” e por quais espécies se reconhece “flexibilização” em cada léxico. É aí que a tradução por simples aproximação começa a falhar, não porque discordem do efeito geral, mas porque, para explicar o processo, cada autor precisa fazer o episódio pertencer a espécies diferentes e conectá-lo a cadeias inferenciais distintas.

No léxico rogeriano, “menos ameaçador” não é, primariamente, “menos punitivo” no sentido de suprimir sanções externas; é um deslocamento no estatuto fenomenológico do encontro: quando o cliente percebe um clima em que pode existir sem ser “avaliado/julgado”, a experiência tende a ser menos “ameaçadora” ao “self”, e isso afrouxa defensividade e permite outra relação com o vivido. Aqui, “ameaça” opera como critério de recorte do próprio episódio: se uma experiência é percebida como “incongruente” com o “self” e avaliada como “ameaçadora”, aumenta a probabilidade de respostas defensivas rígidas; se não é avaliada como ameaça, aumenta a probabilidade de “simbolização” e “integração”. Na vizinhança rogeriana, a “flexibilização” tende a ser inteligível como maior possibilidade de “simbolização acurada” (em vez de “distorcida/negada”), ampliação do “campo fenomenológico” e da “autoexploração” – não apenas “variar respostas”, mas tornar integrável aquilo que antes precisava ser “distorcido/ignorado” sob “ameaça” ao “self”. A relação rogeriana, nesse contexto, é discriminada por um tipo de condição relacional cuja boa aplicação se aprende junto com seus contrastes externos (por exemplo, “compreensão empática/consideração positiva incondicional/congruência” vs “julgamento/consideração condicional/incongruência”; “eu-tu” vs “eu-isso”). Esse “menos ameaçador” é tornado operacional pelo pacote das “atitudes facilitadoras” e da “resposta-reflexo”.

No léxico skinneriano, por sua vez, “menos aversivo” pode ser descrito sobretudo pelo efeito funcional que certas “contingências” exercem: “punição” e “controle aversivo” tendem a produzir supressão de respostas, “fuga/esquiva” e “subprodutos”; logo, o procedimento central, na psicoterapia, é sustentar a emissão em uma “audiência não punitiva” – uma audiência que não critica, não objeta e que responde com atenção/interesse (Skinner, 1953/2003, p. 403-404). É nesse sentido que Skinner (1974/2011, p. 57) resume a lógica do procedimento: “(...) evocando o comportamento sem puni-lo, de forma que os estímulos adversativos condicionados possam extinguir-se”. Ou seja: o “menos aversivo” se ancora na vizinhança técnica da “audiência não punitiva”. Assim, a “flexibilização” pode ser reconhecível como ampliação das

alternativas comportamentais: por um lado, pela reversão/atenuação dos efeitos da “punição” e do “controle aversivo” (com reemergência de repertórios antes suprimidos e enfraquecimento de padrões de “fuga/esquiva” e de “subprodutos”); por outro, pela “construção e refinamento de repertórios novos”.

É nesse ponto que a conversa começa a emperrar, porque a tradução desloca “aversividade/ameaça” e “flexibilização” do seu lugar taxonômico e da sua vizinhança inferencial em cada léxico. Por isso, quando, por exemplo, se traduz “ameaça” por “aversivo”, corrompe-se o critério de recorte: aquilo que, em Rogers, precisa continuar sendo a mesma espécie (“ameaça” ao self articulada à relação “self-experiência”, aos “destinos da simbolização” e ao par “ameaça-não ameaça”) é reclassificado como se fosse do mesmo tipo que uma “contingência aversiva” – e o que era dinâmica fenomenológica do “self-experiência” passa a ser lido como “recorte funcional das contingências”, o que também acaba refletindo na forma de condução clínica: o pacote das “atitudes facilitadoras” e da “resposta-reflexo” tende a ser reinterpretado como “técnica” para produzir efeitos, apagando o contraste rogeriano “atitude/jeito-de-ser” vs “técnica/objetificação”. E, no sentido inverso, quando se traduz “aversivo” por “ameaça”, desloca-se o termo skinneriano para uma vizinhança em que ele vira um marcador fenomenológico do encontro, perdendo sua identidade como espécie definida por função e por sua inserção no “conjunto consequencial”, e isso também acaba refletindo no trabalho do analista como “organizador de contingências”: enfraquece a “análise funcional” (“variáveis controladoras”, “punição” “fuga-esquiva” e seus “subprodutos”) e desloca procedimentos como “audiência não punitiva”, “reversão dos efeitos da punição”, “fonte de reforço” e “aumento de discriminação do próprio comportamento” para uma leitura primariamente experiencial, como se o mecanismo fosse, antes, a “ameaça” enquanto vivência do “self”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas considerações finais retomam o ponto de partida empírico que motivou a dissertação: em um campo plural, marcado tanto por convivências relativamente pacíficas quanto por disputas na prática (Canguilhem, 1973), diferentes Psicologias seguem se encontrando e cooperando em espaços comuns (Miotto, 2018b, p. 133). Foi essa observação que levou o trabalho a buscar um instrumental capaz de descrever como a comunicação entre diferentes Psicologias se mantém em certos níveis e por que ela falha em outros.

A aposta teórica foi que o Kuhn *pós-Estrutura* – em especial o Kuhn sociolinguístico – ofereceria instrumentos mais sensíveis para descrever esse fenômeno do que as leituras centradas apenas em “paradigmas” e “revoluções”. O trabalho procurou reconstruir como a ACP e a AC organizam um “mundo” por meio de léxicos estruturados e matrizes disciplinares. Esse ponto de partida retoma diretamente o debate discutido na “Introdução” sobre unidade e pluralidade: a literatura oscila entre expectativas de unificação e descrições da pluralidade como coexistência de abordagens distintas no interior do campo. O movimento desta dissertação foi deslocar essa polarização, questionando-se sob quais condições a pluralidade sustenta comunicação parcial e sob quais condições ela produz fricções localizadas. Nessa chave, o estudo de caso não pretende “resolver” a pluralidade psicológica, mas verificar se o instrumental kuhniano (matriz disciplinar + léxico) é capaz de iluminar a comunicação – ou sua falha – não apenas no interior de uma tradição, mas também entre comunidades psicológicas distintas.

Foi, então, por meio desse procedimento que se investigou a comunicação entre a ACP e a AC, seus pontos de traduzibilidade e os bolsões locais em que a comunicação começa a falhar. A comparação foi apoiada na reconstrução histórica e conceitual e na análise dos debates como material empírico. Coerentemente com Kuhn (2024, p. 205-207; 227-228), essa reconstrução foi tratada como um processo intergeracional e historicamente situado: ao reconstituir as condições de formação da ACP e da AC, buscou-se mostrar por que seus termos foram plausíveis em seus contextos, oferecendo o pano de fundo para compreender como heranças conceituais e institucionais contribuem para as fricções de tradução analisadas. Além disso, esse percurso permitiu não apenas inferir elementos da estrutura lexical de cada tradição, mas também inferir componentes de suas matrizes disciplinares, que serviram de base para a comparação desenvolvida adiante.

Com base nos dados, foi possível identificar pelo menos oito situações recorrentes, todas com o mesmo desenho: a “conversa” avança enquanto opera em rótulos de nível alto (gêneros amplos) e trava quando precisa descer ao nível do recorte interno. Isso permite afastar uma leitura forte de “incompreensão mútua”: afinal, para discordar é preciso entender – e, se Rogers e Skinner chegam a sustentar desacordos explícitos, é porque reconhecem um alvo comum e acompanham, ao menos em grau suficiente, o que está em jogo na fala do outro. Em outras palavras: há um núcleo de convergência suficientemente estável – um “mesmo alvo” reconhecível (em alguns casos, inclusive com o mesmo termo, como “previsão” e “controle”) – entre a ACP e a AC, mas a comunicação começa a falhar quando cada autor passa a acionar

termos com papel inferencial próprio em seu léxico para explicar esse “mesmo alvo”, deslocando-o para vizinhanças inferenciais diferentes. Nessas passagens, aquilo que, em um léxico, opera como espécie bem discriminada, no outro não se reinsere sem custo. É por isso que, justamente nessas passagens, a tentativa de “tradução” por substituição tende a deixar resíduos.

A recorrência desse padrão ao longo dos oito itens dá força a uma conclusão central: a intraduzibilidade observada não é meramente terminológica; ela é estrutural e localizada – no sentido em que Kuhn (2006, p. 118-119; 2024, p. 184) descreve intraduzibilidade circunscrita às áreas em que duas taxonomias lexicais diferem, produzindo bolsões locais mesmo quando parte do vocabulário permanece comum. Em vários pontos, Rogers e Skinner conseguem reconhecer “o mesmo alvo”; porém, quando o diálogo exige transportar a articulação interna de uma espécie para outra rede – ou seja, reinscrevê-la sob novos contrastes, hierarquias e restrições – a tradução por substituição torna-se uma ponte imperfeita e tende a deixar resíduos (Kuhn, 2024, p. 267).

Esse resultado, em certo grau, ajuda a explicar por que diferentes Psicologias conseguem (ou não) estabelecer comunicação em um campo marcado por pluralidade teórica, metodológica e prática. A análise sugere que a comunicabilidade cotidiana não depende de uma linguagem comum plena, mas da existência de regiões de correferência. Ao mesmo tempo, o estudo mostrou que essa comunicabilidade é instável quando se exige que o termo opere com seu papel inferencial próprio. Assim, esta dissertação não conclui que a ACP e a AC sejam mundos isolados e mutuamente intransponíveis; conclui, antes, que o trânsito entre elas tende a ser parcial e situado. No debate sobre unificação e pluralidade, isso significa que não é preciso supor uma Babel global para reconhecer limites de comunicação: há comunicação parcial, mas ela se torna instável quando se exige articulação lexical fina. O estudo de caso ACP-AC, nesse sentido, oferece um indício de que a pluralidade pode comportar zonas reais de interlocução sem pressupor unificação plena – sem que isso autorize estender a conclusão, de forma imediata, a todo o campo psicológico.

Vistos de perto, esses limites de trânsito – os bolsões locais descritos acima – fazem emergir uma questão: quando o terreno comum se reduz e a tradução por substituição falha, isso ainda é Psicologia? No Kuhn (2024, p. 184) tardio, a existência desses bolsões não implica uma ruptura global do campo: ele observa que bolsões locais de intraduzibilidade podem emergir inclusive no mesmo período, entre subgrupos contemporâneos. Aqui, assume-se explicitamente uma extensão interpretativa desse diagnóstico para o caso: com base no aparato

kuhniano *pós-Estrutura*, lê-se a divergência ACP-AC como diferenciação interna do campo, e não como exterioridade absoluta entre disciplinas (Kuhn, 2006, p. 124-125; 2024, p. 184; Mladenović, 2024, p. 30). Nesse sentido, ACP e AC continuam sendo “Psicologia” na medida em que ainda partilham correferências em nível alto.

A consequência final, portanto, não é cética (a impossibilidade do diálogo), nem unificadora (a promessa de uma língua comum), mas a de propor uma chave de leitura para o que se observa quando Psicologias distintas tentam se comunicar: há zonas de correferência em que a interlocução se sustenta, e há bolsões em que o que se exige não é substituição, mas interpretação/aprendizagem do uso – a saber, um tipo de bilinguismo teórico capaz de sustentar resíduos sem apagá-los. É nesse ponto que a seção (sobre generosidade epistemológica) ganha seu sentido.

## LIMITAÇÕES DO ESTUDO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Como todo estudo de caso, os resultados aqui pedem cautela quanto ao alcance de suas generalizações. Nesse sentido, alguns limites decorrem do próprio escopo. Esta dissertação opera com um recorte específico – ACP e AC, um conjunto delimitado de textos e dois encontros entre Rogers e Skinner (1956 e 1962). Assim, seus resultados não devem ser lidos como um “mapa total” do campo psicológico, mas como um estudo de caso teoricamente guiado, orientado a testar e exemplificar a aplicabilidade do Kuhn *pós-Estrutura* à análise da comunicação entre Psicologias.

No que diz respeito ao emprego de “termos-ponte”, eles foram assumidos como recurso heurístico: indicam correferência mínima para que a comparação avance, sem pressupor equivalência lexical plena. Ainda assim, exige cuidado: todo termo-ponte deve ser tratado como rótulo provisório – útil para orientar a leitura comparativa, mas insuficiente para substituir as espécies efetivas de cada autor sem produzir deslocamentos inferenciais.

A própria densidade do material impôs limites ao tratamento: o volume de termos-para-espécies e de articulações de matriz disciplinar em Rogers e Skinner impôs um tratamento deliberadamente amostral. Os oito itens demonstram o método e tornam visíveis padrões, mas cada um deles é, por si, um programa de aprofundamento que exigiria reconstruções mais extensas.

À luz da tese de especialização/espeiação, aparece também uma fragilidade da hipótese em seu sentido mais forte: o trabalho torna plausível, no recorte analisado, um efeito lexical

típico da diferenciação interna; porém, por se tratar de um estudo de caso e de um tratamento amostral, não reconstitui de modo suficiente os processos pelos quais tais linhagens se estabilizam como especialidades. Por isso, a hipótese permanece bem apoiada no material examinado, mas exigiria reconstruções adicionais para sustentar inferências de maior generalidade.

Por último, notou-se na prática que reconstruir taxonomias em Psicologia é tão exigente quanto em áreas biológicas. O procedimento requer do pesquisador um conhecimento refinado das discriminações internas de cada conjunto e de suas espécies; e, quando o objetivo é investigar (in)traduzibilidade, acrescenta-se uma segunda camada de exigência: além de discriminar espécies e vizinhanças em cada léxico, é preciso acompanhar os deslocamentos de papel inferencial na passagem entre léxicos.

Como sugestões de trabalhos futuros, três direções parecem especialmente promissoras:

(1) Explorar implicações formativas: por exemplo, desenvolver estratégias de ensino para treinar estudantes e profissionais a reconhecer o momento em que estão apenas “reinscrevendo” o caso no próprio léxico, em vez de aprender o uso do termo no léxico alheio – um desdobramento que dialoga diretamente com a dimensão propositiva do trabalho, inclusive com a discussão sobre alternativas práticas frente à intraduzibilidade (como o princípio de generosidade epistemológica).

(2) Produzir reconstruções taxonômicas mais extensas de abordagens psicológicas (por exemplo, uma taxonomia da ACP), de modo que funcionem como base sistemática tanto para verificações posteriores de (in)traduzibilidade quanto para análises de enriquecimento lexical. Por “taxonomia mais extensa”, entende-se aqui um trabalho que avance além da identificação de conjuntos, espécies e contrastes – suficiente para o objetivo desta dissertação – e busque mapear de modo mais completo (gêneros, famílias, classes, nós de ramificação, etc., como decorre no ramo da taxonomia) pelos quais cada tradição organiza seu léxico. No recorte adotado, mostrou-se metodologicamente suficiente operar com discriminações locais (conjuntos/espécies/contrastos e seus papéis inferenciais) para tornar visíveis pontos de comunicabilidade e bolsões de intraduzibilidade; já uma reconstrução “taxonômica” em sentido mais forte exigiria ampliar o mapeamento estrutural para além do necessário ao teste guiado realizado aqui. Um subproduto possível desse acúmulo – se levado adiante em escala maior e comparativa – seria tornar mais nítido quais compromissos lexicais e quais componentes de matriz disciplinar tendem a reaparecer transversalmente no campo psicológico, sem pressupor

uma matriz fixa: como o próprio estudo de caso sugere, compromissos e termos se estabilizam, são retrabalhados e, por vezes, revistos no curso da tradição.

(3) Investigar a viabilidade de um recurso computacional de inspiração kuhniana para apoiar reconstruções taxonômicas e análises de (in)traduzibilidade – por exemplo, organizando termos-para-espécie, registrando vizinhanças e contrastes, conjuntos, documentando critérios de não superposição, entre outras possibilidades.

## PRINCÍPIO DE GENEROSIDADE EPISTEMOLÓGICA

Se os bolsões locais de intraduzibilidade entre a ACP e a AC tornam inviável a tradução por substituição, resta perguntar: como proceder diante do intraduzível? Essa pergunta desloca o foco da busca por equivalentes para as condições de aprendizagem do uso. Sem acrescentar um novo objetivo à dissertação, esta subseção explicita uma consequência do percurso analítico. É nesse sentido que se propõe um princípio operativo, o *princípio de generosidade epistemológica*<sup>36</sup>: diante do intraduzível, priorizar a interpretação/aprendizagem do uso e suspender a busca por equivalências por substituição.

Conforme Kuhn (2024, p. 268), quando a tradução não obtém êxito, o caminho não é “forçar” uma equivalência alternativa, mas reconhecer que as diversas linguagens não podem ser fundidas sem que decorram perdas que empobrecem a linguagem – a “Torre de Babel não será reconstruída”. Ainda assim, o autor (2006, p. 119) sustenta que uma possibilidade poderosa permanece viável: aprender e ensinar a linguagem do outro. Assim, mesmo quando não é possível traduzir certos termos – ou enriquecer determinadas regiões do léxico sem violar a condição de não superposição – isso não impede uma compreensão intercomunitária: pode-se aprender a taxonomia empregada pela outra comunidade.

Tomada a sério, essa alternativa desloca a questão do “equivalente correto” para a interpretação. No exemplo do *gavagai*, Kuhn (2006, p. 53-61) descreve a interpretação como descoberta do uso: o intérprete formula hipóteses, testa discriminações e aprende a empregar o termo na língua original – e é justamente por isso que, nesse processo, a questão da tradução não emerge.

É nesse sentido que se pode falar em *bilinguismo teórico*: aprender outra abordagem – como a linguagem da ACP ou da AC – não significa fundi-la à própria, mas compreender seus

---

<sup>36</sup> A denominação “princípio de generosidade epistemológica” foi sugerida pelo Prof. Dr. Ronei Clecio Mocellin, a quem agradeço pela feliz formulação do termo.

conceitos em seus contextos originais, evitando falsos paralelismos e deslocamentos equivocados. Nesses termos, o bilinguismo teórico permite reconhecer os limites e a singularidade de cada linguagem, sem forçar equivalências, ao mesmo tempo em que possibilita identificar os deslocamentos conceituais que ocorrem quando um termo é importado de um sistema linguístico para outro. Em termos kuhnianos, trata-se menos de “achar o equivalente” e mais de aprender quais discriminações e quais contrastes tornam um termo aplicável em sua taxonomia de origem – isto é, aprender o uso.

Como diretriz propositiva, adotar essa postura pode contribuir para manter o debate teórico em termos eticamente responsáveis, na medida em que desencoraja leituras que fazem uma abordagem dizer o que ela não comporta e evita compatibilizações artificiais entre teorias distintas. Nessa perspectiva, o bilíngue teórico pode atuar como mediador epistemológico: ao transitar entre linguagens, torna-se capaz de explicitar mal-entendidos e de indicar formas mais fecundas de interlocução. Nessa chave, “generosidade” não significa concordância, mas fidelidade interpretativa: descrever o outro léxico segundo seus próprios critérios de aplicação, antes de avaliá-lo a partir dos critérios do léxico de chegada. Tal gesto epistemológico de escuta da diferença só é possível quando há uma escuta sensível e honesta da linguagem alheia, o que exige bilinguismo não apenas conceitual, mas também ético: a disposição de conhecer o mundo do outro sem reduzi-lo ao próprio.

Como corolário, propõe-se que o bilíngue, sob o princípio, pode operar como condição para a descoberta e como pressão por revisão. Ao aprender, por meio da interpretação, o uso de um termo no léxico alheio, um analista do comportamento, por exemplo, pode passar a discriminar um recorte que, no interior da ACP, é estabilizado como fenômeno; e, ao tentar reinscrevê-lo na estrutura lexical da AC, pode constatar que ele não se acomoda de modo estável sem deslocar contrastes, critérios de aplicação e inferências autorizadas. Nesse ponto, a situação é análoga ao segundo cenário do *gavagai*: não se trata de encontrar uma descrição correferencial pronta na língua de chegada, mas de reconhecer que a aprendizagem do uso revela discriminações que não encontram encaixe imediato na taxonomia receptora (Kuhn, 2006, p. 54-55). Nessa situação, o bilinguismo não “resolve” o bolsão: ele o torna visível e permite decidir entre (a) manter a compreensão intercomunitária sem importar o termo, ou (b) empreender uma revisão – local ou mais ampla – da própria taxonomia.

## REFERÊNCIAS

- ABIB, José Antônio Damásio. Epistemologia pluralizada e história da Psicologia. *Sci. stud.* 7 (2), 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/MD9ghFbpK9vvrMDCrYNgMgK/>
- AMATUZZI, Mauro Martins. O significado da Psicologia humanista, posicionamentos filosóficos implícitos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 41, n. 4, 1989. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/abp/article/view/21723>>.
- BARKER, Peter. Kuhn, Incommensurability, and Cognitive Science. *Perspectives on Science*, 9 (4), 433-462, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1162/106361401760375820>
- BRANCO, Paulo Coelho Branco; CAVALCANTE JÚNIOR, Francisco Silva e OLIVEIRA, Helton Thyers Melo de. Da experiência à experiencição no pragmatismo em Rogers: Implicações para a tendência formativa da ACP. In: CAVALCANTE JUNIOR, F. S. e SOUSA, André Feitosa de. **Humanismo de funcionamento pleno: Tendência formativa na Abordagem Centra na Pessoa - ACP**. SP: Alínea, 2008.
- BRANCO, Paulo Coelho C. A noção de organismo no fieri teórico de Carl Rogers: Uma investigação epistemológica. *Dissertação de Mestrado* (Universidade Federal do Ceará), 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/2483>>.
- BRANCO, Paulo Coelho C. e CIRINO, Sérgio Dias. Funcionalismo e pragmatismo na teoria De Carl Rogers: apontamentos históricos. *Rev. abordagem gestalt.*, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 12-20, 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672016000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672016000100003&lng=pt&nrm=iso)>.
- BRANCO, Paulo Coelho Castelo; VIEIRA, Emanuel Meireles; CIRINO, Sérgio Dias e MOREIRA, Jaqueline de Oliveira. Influências da psicanálise neofreudiana na psicoterapia de Carl Rogers. *Contextos Clínicos*, vol. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822016000200013&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822016000200013&script=sci_arttext)>.
- BRAUNSTEIN, Jean-François e PEWZNER, Évelyne. **História da Psicologia**. Instituto Piaget, 2003.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas e BROŽEK, Josef. Fontes em historiografia da Psicologia. In: FREITAS, Regina Helena de (Org). **História da Psicologia: Pesquisa, formação, ensino**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 49-55, 2008.
- CANÇADO, Carlos Renato Xavier; SOARES, Paulo Guerra e CIRINO, Sérgio Dias. O behaviorismo: Uma proposta de estudo do comportamento. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal e PORTUGAL, Francisco. **História da Psicologia: Rumos e percursos**. RJ: NAU Editora, 2005.
- CANGUILHEM, Georges. O que é a Psicologia? Conferência dada no Collège Philosophique em 1956. Tradução de Maria da Glória Ribeiro da Silva, editada na *Revista Tempo Brasileiro*, n. 30-31, 1973.

CARONE, Iray. **A Psicologia tem paradigmas?** SP: Casa do Psicólogo, 1ª ed., 2003.

CARONE, Iray. Por uma epistemologia historicamente orientada da Psicologia. In JACÓ-VILELA, A. M. e SATO, L. (orgs). **Diálogos em Psicologia social**. RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

CARVALHO, B. P. A apropriação do conceito de paradigma pela Psicologia. *Psicologia Revista*, 21(1), 11–31, 2012. Disponível em:  
<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/13580>

CASTAÑON, G. A. Psicologia humanista: A história de um dilema epistemológico. *Memorandum*, 12, 105-124, 2007.

CAVALCANTE JUNIOR, F. S. Psicologia humanista experiencial. In: CAVALCANTE JUNIOR, F. S. e SOUSA, André Feitosa de. **Humanismo de funcionamento pleno: Tendência formativa na Abordagem Centra na Pessoa - ACP**. SP: Alínea, 2008.

COULSON, William R e ROGERS, Carl R. (1968). **O homem e a ciência do homem**. BH: Interlivros, 1973.

COLEMAN, S. R. e SALOMON, R. Kuhn's 'Structure of Scientific Revolutions' in the Psychological Journal Literature, 1969-1983: A Descriptive Study. *The Journal of Mind and Behavior*, vol. 9, no. 4, pp. 415–45, 1988. Disponível em:  
<http://www.jstor.org/stable/43853457>

CRUZ, Robson Nascimento da. B. F. Skinner e a vida científica: Uma história da organização social da análise do comportamento. **Tese de Doutorado em Psicologia** (Universidade Federal de Minas Gerais), 2013.

DeCARVALHO, R. J. A history of the “third force” in psychology. *Journal of Humanistic Psychology*, 30(4), 22-44, 1990.

DOOLEY, P. K. Kuhn and Psychology: The Rogers-Skinner, Day-Giorgi Debates. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 12: 275-290, 1982. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.1982.tb00451.x>

DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da Psicologia clínica na contemporaneidade. *Estud. psicol*, vol.9, n.2, p.381-387, 2004. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2004000200021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000200021&lng=en&nrm=iso)>.

EISENSTEIN, Samuel. Otto Rank: O mito do nascimento do herói. In: ALEXANDER, Franz, EINSTEIN, Samuel e GROTTJAN, Martin (Orgs.). (1966). **A história da psicanálise através dos seus pioneiros: Uma história da psicanálise vista através das vidas e das obras dos seus eminentes mestres, pensadores e clínicos**. RJ: Imago, 1981.

EVANS, Richard I. **Carl Rogers: O homem e suas idéias**. SP: Martins Fontes, 1979.

HIPÓLITO, João. Biografia de Carl Rogers. *Revista de Estudos Rogerianos*, 3, 1999.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. O múltiplo surgimento da Psicologia. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal e PORTUGAL, Francisco Teixeira (Orgs). **História da Psicologia: Rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. RJ: Vozes, 14. ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. (1957). **Ditos e Escritos – Vol. I. Problematização do sujeito: Psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

FRICK, Willard B. **Psicologia humanista: entrevista com Maslow, Murphy, Rogers**. RJ: Zahar Editora, 1975.

FULGENCIO, Leopoldo. Paradigmas na história da psicanálise. *Nat. hum.*, vol.9, n. 1 pp. 97-128, 2007. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302007000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302007000100004&lng=pt&nrm=iso)

GOMES, W. B. Pluralidade de objeto versus pluralismo de concepções em teorias psicológicas. *Memorand.*, v. 38, 2021.

GOODWIN, C. James. **História da Psicologia moderna**. SP: Cultrix, 2005.

GROTJAHN, Martin. Franz Alexander: A mente ocidental em transição. In: ALEXANDER, Franz, EINSTEIN, Samuel e GROTJAN, Martin (Orgs.). (1966). **A história da psicanálise através dos seus pioneiros: Uma história da psicanálise vista através das vidas e das obras dos seus eminentes mestres, pensadores e clínicos**. RJ: Imago, 1981.

HALL, Calvin S.; LINDZEY, Gardner e CAMPBELL, John B. **Teorias da Personalidade**. SP: Artmed, 4ª ed., 2000.

HEIDBREder, Edna. **Psicologias do século XX**. SP: Mestre Jou, 5ª ed., 1981.

HIPÓLITO, João. Biografia de Carl Rogers. *Revista de Estudos Rogerianos*, 3, 1999.

HOTHERSALL, David. **História da Psicologia**. Porto Alegre: AMGH, 4. ed., 2019.

KIRSCHENBAUM, Howard e HENDERSON, Valerie Land. **Carl Rogers: Dialogues**. Houghton Mifflin Company, 1989.

KUHN, Thomas S. **O caminho desde A Estrutura: Ensaio filosófico, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica**. SP: Editora Unesp, 2006.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. SP: Perspectiva, 2007.

KUHN, Thomas S. **A tensão essencial: Estudos selecionados sobre tradição e mudança científica**. SP: Editora Unesp, 2011.

KUHN, Thomas S. **A incomensurabilidade na ciência: Os últimos escritos de Thomas S. Kuhn**. SP: Editora Unesp, 2024.

LOPARIC, Zeljko. Esboço do paradigma winnicottiano. *Cad. Hist. Fil. Ci.*, Campinas, Série 3, v. 11, n. 2, p. 7-58, 2001. Disponível em:  
<https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/640/518>

LOPARIC, Zeljko. De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática. *Winnicott e-prints*, vol.1, n.1, 2006. Disponível em:  
[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2006000100004#1a](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000100004#1a)

LOPES, E. J., e LOPES, R. F. F. Uma Análise Crítica da Revolução Cognitiva: Implicações Epistemológicas. *Psychologica*, (50), p. 7-19, 2009. DOI: [https://doi.org/10.14195/1647-8606\\_50\\_1](https://doi.org/10.14195/1647-8606_50_1)

MACHADO, L. M. C. M. M. e FERRARA, M. L. D. Controle pela consequência na ontogênese do comportamento. *Psic. Teor. e Pesq.*, v. 5, n. 2, pp. 137-158, 1987.

MARX, Melvin H. e HILLIX, William A. (1963). **Sistemas e teorias em Psicologia**. SP: Cultrix, 3ª ed., 1973.

MILLET, John A. P. Psicanálise nos Estados Unidos. In: ALEXANDER, Franz, EINSTEIN, Samuel e GROTTJAN, Martin (Orgs.). (1966). **A história da psicanálise através dos seus pioneiros: Uma história da psicanálise vista através das vidas e das obras dos seus eminentes mestres, pensadores e clínicos**. RJ: Imago, 1981.

MILHOLLAN, Frank e FORISHA Bill E. **Skinner x Rogers: Maneiras contrastantes de encarar a educação**. São Paulo: Summus, 1978.

MIOTTO, Marcio Luiz. A Psicologia entre o 'longo passado' e a 'curta história'. *Dissertatio*, v. 47, 2018a. Disponível em:  
 <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/9996>>.

MIOTTO, Marcio Luiz. Histórias das Ciências e os “Fundamentos Históricos” da Psicologia. *Temporalidades*, v. 10, n. 1, ed. 26, 2018b. Disponível em:  
 <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/6090>>.

MIOTTO, Marcio Luiz. O problema do Homem e a dispersão da Psicologia. *AdVerbum* 2 (2), pp. 128-136, 2007. Disponível em: <<https://philarchive.org/rec/MIOOPD>>.

NATTERSON, Joseph M. Karen Horney: A ênfase cultural. In: ALEXANDER, Franz, EINSTEIN, Samuel e GROTTJAN, Martin (Orgs.). (1966). **A história da psicanálise através dos seus pioneiros: Uma história da psicanálise vista através das vidas e das obras dos seus eminentes mestres, pensadores e clínicos**. RJ: Imago, 1981.

PENNA, Antonio Gomes. **Introdução à história da Psicologia contemporânea**. RJ: Zahar Editores, 1978.

REY, Fernando Luis González. O que oculta o silêncio epistemológico da Psicologia? *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 8(1), 2013.

ROGERS, Carl R. The Clinical Psychologist's Approach to Personality Problems. *The Family*, 18, 233-243, 1937.

ROGERS, Carl R. Aspectos significativos da terapia centrada no cliente. *American Psychologist, University Chicago*, 1946. Disponível em: <<https://psychclassics.yorku.ca/Rogers/therapy.htm#f1>>.

ROGERS, Carl R. The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. *Journal of Consulting Psychology*, vol. 21, pp. 95-103, 1957.

ROGERS, Carl R. (1939). **O tratamento clínico da criança-problema**. SP: Martins Fontes, 1978.

ROGERS, Carl R. (1980). **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983a.

ROGERS, Carl R. (1977). **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 1986.

ROGERS, Carl R. (1951). **Terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ROGERS, Carl R. (1961). **Tornar-se pessoa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ROGERS, Carl R. e KINGET, G. Marian. (1965). **Psicoterapia e relações humanas: Teoria e prática da terapia não-diretiva**. BH: Interlivros, vol. 1, 1977a.

ROGERS, Carl R. e KINGET, G. Marian. (1965). **Psicoterapia e relações humanas: Teoria e prática da terapia não-diretiva**. BH: Interlivros, vol. 2, 1977b.

ROGERS, Carl R. e STEVENS, Barry. (1967). **De pessoa para pessoa: O problema de ser humano**. SP: Pioneira, 2ª ed., 1977c.

ROGERS, Carl R. e ROSENBERG, Rachel L. **A pessoa como centro**. SP: E. P. U., 1977d.

ROGERS, Carl R. e SKINNER, B. F. Some issues concerning the control of human behavior. *A Symposium*, Vol. 124, No. 3231, 1956.

ROGERS, Carl R.; WOOD, John K.; O'HARA, Maureen Miller e FONSECA, Afonso Henrique L. da. **Em busca de vida: Da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa**. São Paulo: Summus, 1983b.

ROSA, I. S. C. & ALMEIDA, R. O. Universalismo, pluralismo epistemológico e multiculturalismo crítico. *Rev. Espaço do Currículo*, v. 13, 2020.

ROZADOS, Daniela. Imagens da ciência na Psicologia: Um estudo preliminar. Universidade Estadual de São Paulo (*Tese de Doutorado*), 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.47.2010.tde-19102010-160341>

ROCHA, G. C. B. e EVANGELISTA, R. V. C. O paradigma da Psicologia. *Problemata*, v. 14, n. 4, p. 127-142, 2023.

SCHULTZ, Duane P. e SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia moderna**. SP: Cultrix, 1981.

SELESNICK, Sheldon T. Alfred Adler: A Psicologia do complexo de inferioridade. In: ALEXANDER, Franz, EINSTEIN, Samuel e GROTTJAN, Martin (Orgs.). (1966). **A história da psicanálise através dos seus pioneiros: Uma história da psicanálise vista através das vidas e das obras dos seus eminentes mestres, pensadores e clínicos**. RJ: Imago, 1981.

SIGELMANN, Elida. Ambiguidades e paradoxos na teoria rogeriana. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 39, n. 1, 1987. Disponível em:  
<<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/abp/article/view/19580>>.

SKINNER, B. F. (1969). **Contingências do reforço: Uma análise teórica**. Tradução de Rachel Moreno, 1969.

SKINNER, B. F. (1981). Seleção por consequências. *Rev. bras. ter. comport. cogn.*, v. 9, n. 1, p. 129-137, 2007. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452007000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100010&lng=pt&nrm=iso)>.

SKINNER, B. F. (1953). **Ciência e comportamento humano**. SP: Martins Fontes, 11ª ed., 2003.

SKINNER, B. F. (1974). **Sobre o behaviorismo**. SP: Cultrix, 2011.

TAMAYO, J. Unificación-integración en psicología: Un análisis de tres dimensiones de la discusión. *Interamerican Journal of Psychology*, 49(1), 15-26, 2019.

TAMBARA, Newton e FREIRE, Elizabeth. **Terapia centrada no cliente: Teoria e prática: Um caminho sem volta**. Porto Alegre, Ed. Delphos, 1999.

UC MUSEUM OF PALEONTOLOGY. The history of life: looking at the patterns. Understanding Evolution. Disponível em: <https://evolution.berkeley.edu/evolution-101/the-history-of-life-looking-at-the-patterns/>

VIVEROS CHAVARRÍA, E. F. Sobre la transición de la noción de paradigma a la de matriz disciplinaria en Thomas Kuhn. *Ver. Vir. Universidad Católica del Norte*, 44, 163-174, 2015. Disponível em: <http://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/622/1157>

WOOD, John Keith. **Abordagem centrada na pessoa**. Vitória: EDUFES, 5ª ed., 2010.

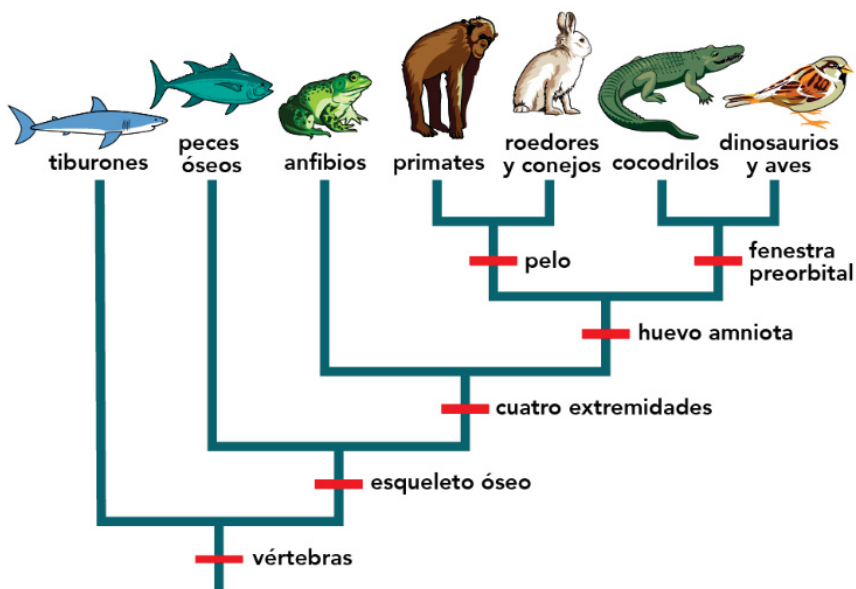
Como citar este trabalho:

NARDES, W. B. **Rogers e Skinner: Uma análise kuhniana da (in)traduzibilidade, o mesmo alvo, léxicos diferentes**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Paraná, 2026.

## ANEXO I - ÁRVORE FILOGENÉTICA

Como mostra a Figura 1, a representação filogenética explicita relações de ancestralidade comum entre grandes linhagens, ao mesmo tempo em que torna visíveis os processos de diferenciação que as distinguem entre si. No presente trabalho, a figura cumpre função estritamente didática (analogica). Nessa lógica, o Apêndice I apresenta um esboço das “árvores” de Rogers e Skinner como instrumento de orientação ao leitor, isto é, um dispositivo pedagógico de leitura, e não uma formalização completa.

FIGURA 1 – ÁRVORE GENEALÓGICA

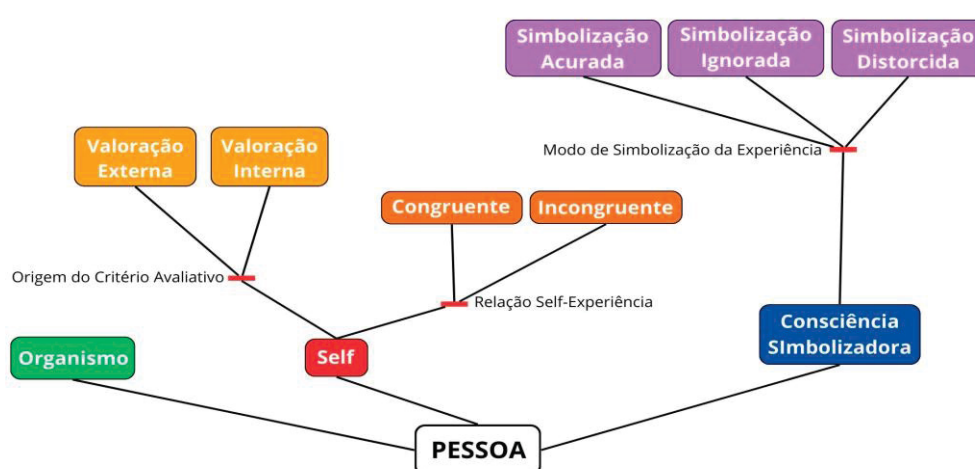


Fonte: UC Museum of Paleontology – Understanding Evolution.

## APÊNDICE I – ESBOÇO: ESTRUTURA LEXICAL ROGERS/SKINNER

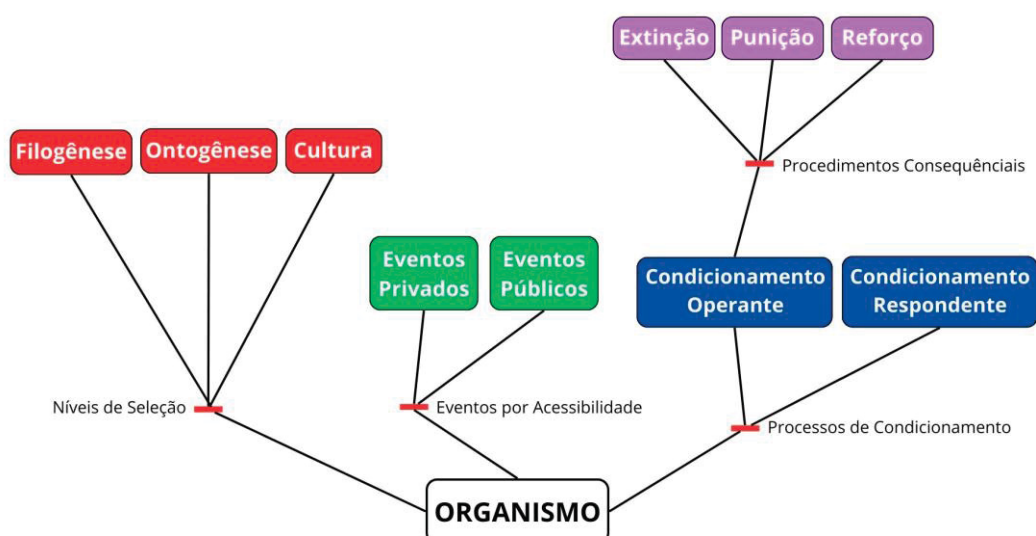
As figuras a seguir apresentam um esboço das “árvores” de Rogers e Skinner, construído como recurso pedagógico para orientar a leitura. Trata-se de um recorte parcial de uma taxonomia muito mais ampla; seu objetivo é tornar visíveis alguns nós e ramificações, e não oferecer uma reconstrução completa de todas as possibilidades classificatórias.

FIGURA 2 – ÁRVORE ACP



FONTE: Elaboração própria.

FIGURA 3 – ÁRVORE AC



Fonte: Elaboração própria.

## APÊNDICE II – MATRIZES DISCIPLINARES (ACP-AC)

A partir da leitura das obras primárias de Rogers e Skinner foram identificados trechos capazes de expressar componentes relativamente estáveis de cada tradição. Em termos operacionais, o procedimento consistiu em: (a) reunir excertos onde certos vocabulários e argumentos reaparecem de modo recorrente; (b) agrupar esses excertos conforme sua função no interior da tradição (por exemplo, quando um enunciado funciona como regularidade/lei; ou quando um conjunto de afirmações funciona como modelo ontológico/heurístico do fenômeno); e (c) reformular esse material em itens sintéticos, mantendo-se ancorado nas passagens de origem.

Um exemplo do procedimento descrito, extraído do capítulo de Rogers, torna explícito como essa inferência foi realizada. Nesse caso, a generalização “Sistemas interativos, quando submetidos a perturbações relevantes, tendem a reorganizar-se segundo configurações mais integradas e complexas...” foi inferida a partir do modo como o texto descreve a tendência formativa: ali se afirma que “perturbações podem conduzir à formação de novos estados mais organizados e complexos” e que se trata de “constituição de estados novos e mais complexos”. Nesse caso, buscou-se condensar e reformular, em termos de regularidade – tal como concebido por Kuhn ao tratar das generalizações simbólicas.

TABELA 1 – GENERALIZAÇÕES SIMBÓLICAS ACP

Quando indivíduos se encontram em condições relacionais facilitadoras, então aumenta a probabilidade de expressão de processos de manutenção, adaptação e realização de potencialidades (tendência à realização);
Sistemas interativos, quando submetidos a perturbações relevantes, tendem a reorganizar-se segundo configurações mais integradas e complexas do que aquelas previamente estabilizadas (tendência formativa);
Variações na percepção tendem a produzir variações correspondentes no comportamento;
Se uma experiência é percebida como incongruente com a organização do self e é avaliada como ameaçadora, então a probabilidade de respostas defensivas rígidas aumenta; se a mesma experiência não é avaliada como ameaça, a probabilidade de simbolização e integração aumenta;
Experiências simbolizadas de modo acurado tendem a associar-se a maiores níveis de ajustamento psicológico; experiências negadas ou simbolizadas de forma distorcida tendem a associar-se a estados de desajustamento;
Um clima relacional caracterizado por compreensão empática, consideração positiva incondicional e congruência tende a reduzir vieses perceptivos do terapeuta e a favorecer a segurança psicológica, autoexploração, simbolização e aceitação no cliente;
A predominância de atitudes avaliativas ou interpretativas tende a aumentar a probabilidade de vivências de ameaça, de respostas defensivas do cliente e de interferências distorcidas do terapeuta no processo terapêutico;
A presença simultânea de contato psicológico, incongruência do cliente, congruência do terapeuta, consideração positiva incondicional, compreensão empática e comunicação efetiva dessas atitudes aumenta a probabilidade de ocorrência de mudanças construtivas na personalidade;
Maiores graus de congruência tendem a favorecer a dissolução de defesas e a liberdade experiencial e expressão autêntica do cliente;

Maiores graus de consideração positiva incondicional tendem a favorecer a dissolução de defesas, liberdade experiencial, expressão autêntica, autoaceitação e autonomia do cliente;
Maiores graus de compreensão empática tendem a facilitar a focalização e a aproximação à vivência do cliente de modo mais livre e pleno, a reduzir estranheza e defensividade, facilitar a inteligibilidade da experiência e favorecer autoaceitação, abertura experiencial e aumento da consciência;
Variações nas atitudes facilitadoras do terapeuta tendem a associar-se a variações correspondentes nas atitudes do cliente, sendo essa relação mediada pela qualidade da comunicação terapêutica;
Quando a experiência do cliente é refletida de modo aceito e reconhecível, conteúdos antes difusos ou não simbolizados tendem a tornar-se mais claros à consciência; por contraste, a imposição interpretativa tende a bloquear ou distorcer esse processo.

FONTE: Elaboração própria.

TABELA 2 – MODELOS ACP

Organismo autorregulador: o organismo é concebido como um sistema dotado de uma propensão intrínseca à manutenção, adaptação e realização de potenciais, cuja manifestação depende de condições relacionais. Esse sistema não opera de modo aleatório ou meramente reativo, mas apresenta uma dinâmica autorreguladora, que coordena ajustes internos e comportamentais ao longo do tempo. Nesse sentido, o organismo é concebido como portador de uma tendência diretiva à formação (sintropia) e à realização, entendida como uma orientação direcional que confere direção ao seu funcionamento e desenvolvimento, funcionando como imagem heurística para compreender seus processos;
Reorganização sistêmica: processos de mudança são compreendidos por analogia com sistemas interativos que, quando submetidos a perturbações relevantes, podem reorganizar-se qualitativamente em níveis mais organizados e complexos;
Operação de simbolização: a consciência não é concebida como uma estrutura, mas como uma operação simbolizadora que, diante da experiência, pode (a) reconhecer acuradamente e integrar, (b) ser ignorado, ou (c) ser distorcido para proteger o eu. Essa dinâmica é compreendida heurística e analogicamente por meio da relação figura-fundo, na qual elementos do campo experiencial emergem ou permanecem fora da consciência;
Self como padrão organizado: self é concebido como um padrão conceitual organizado, uma elaboração simbólica de uma parte do universo, ela é fluida e coerente de percepções de características e relações do “eu” ou do “mim”, juntamente com valores (vividos ou introjetados de outros) ligados a esses conceitos. Seu desenvolvimento é compreendido como um processo dinâmico de reorganização que emerge da relação funcional, por vezes conflitiva, entre processos organizados e a organização do self, no interior de um sistema integrado;
Processo de crescimento: a mudança associada ao crescimento é tipicamente um processo orgânico, que se desenvolve a partir do interior do indivíduo e envolve a totalidade da experiência;
Motivação organísmica: a motivação é uma tendência organísmica orientada à satisfação de necessidades e à realização de potencialidades, não se reduzindo à mera diminuição de tensões, mas incluindo impulsos de crescimento, complexificação e realização do organismo;
Terapêutica relacional: a terapia é entendida como um meio de facilitar o desenvolvimento das potencialidades, processo que se realiza no contexto de um encontro de “pessoa para pessoa” (eu-tu), no qual o terapeuta abandona a postura objetificante (eu-isso). A organização da prática clínica decorre de atitudes intersubjetivas emergentes da personalidade profissional do terapeuta; suas intervenções não se configuram como aplicações externas de procedimentos padronizados, mas como expressões situadas desse modo de ser em relação, sustentado pela presença, pela autenticidade e pela abertura ao outro. Assim, a prática terapêutica é compreendida como um processo relacional no qual a qualidade do encontro e o modo de presença do terapeuta estruturam o campo no qual a mudança psicológica pode ocorrer;
Redução da ameaça: as atitudes facilitadoras atuam como um mecanismo de redução da ameaça defensiva no cliente. A redução da ameaça ao self favorece uma maior abertura à vivência imediata, permitindo que conteúdos anteriormente evitados, negados ou distorcidos possam ser gradualmente simbolizados e integrados;
Autorregulação do terapeuta: o terapeuta é concebido como um agente que exerce uma autorregulação experiencial contínua no interior da relação terapêutica. Esse processo envolve a percepção sensível de seus próprios estados internos e a modulação consciente de sua expressão relacional em função do encontro com o cliente. Ao reconhecer suas reações emergentes e regular sua forma de estar presente, o terapeuta sustenta atitudes facilitadoras de modo não mecânico nem prescritivo, mas ajustado à singularidade da situação relacional;

Internalização relacional: as atitudes do terapeuta, quando percebidas e vivenciadas de modo consistente pelo cliente na relação terapêutica, operam como referências reguladoras externas que podem ser gradualmente internalizadas. Nesse processo, padrões relacionais caracterizados por compreensão empática, consideração positiva incondicional e congruência deixam de ser experimentados apenas como propriedades do outro e passam a integrar o modo como o cliente se relaciona consigo mesmo;
Comunicação reflexiva: a resposta do terapeuta caracteriza-se pela participação na experiência imediata do cliente e pela devolução de seu caráter perceptual, de modo que o pensamento do cliente seja apresentado de forma equivalente – ou, ao menos, reconhecível por ele – por meio de três formas de resposta-reflexo: 1) reiteração, incide sobre o conteúdo manifesto da comunicação, operando como um decalque simplificado do pensamento expresso, cuja função é estabilizar temporariamente a figura emergente sem introduzir novos significados, permitindo sua exploração consciente; nesse sentido, atua como uma espécie de pontuação do discurso, conferindo ordem ao relato e favorecendo a vivência de acompanhamento; 2) reflexo de sentimento, torna explícito o afeto subjacente à fala do cliente, alterando a saliência dos elementos já presentes no campo experiencial e possibilitando deslocamentos figura-fundo que ampliam, diferenciam ou revalorizam a experiência, sem a introdução de conteúdos estranhos; 3) elucidação, explicita elementos implícitos do campo perceptual, aproximando-se de uma interpretação; por demandar maior elaboração intelectual, é mais potencialmente ameaçadora, na medida em que pode introduzir aspectos inicialmente não reconhecidos pela consciência;
Terapeuta como alter-ego: o terapeuta pode atuar temporariamente como um alter-ego ou espelho compreensivo. Nessa função, ele oferece ao cliente uma referência reflexiva externa que facilita a percepção, a elaboração e a simbolização da própria experiência;
Aproximações empáticas progressivas: o terapeuta formula aproximações progressivas ao quadro de referência do cliente (sustentadas pelo “como se”), verifica a precisão pelas respostas do cliente;
Redução de vieses do terapeuta: como o processo terapêutico é compreendido como um campo relacional no qual as atitudes do terapeuta influenciam simultaneamente a experiência do cliente e a acurácia perceptiva do próprio terapeuta, entende-se que predominância de atitudes avaliativas ou interpretativas ampliam interferências distorcíveis do terapeuta sobre o material experiencial apresentado. Em contrapartida, com as atitudes facilitadoras o terapeuta torna-se mais capaz de suspender julgamentos, reduzir projeções e acessar com maior fidelidade o quadro de referência do cliente;
Pessoa/organismo como sistema funcional integrado em desenvolvimento: o indivíduo é concebido como um sistema organizado em contínua interação com o ambiente, cujo desenvolvimento psicológico é entendido como um processo de integração funcional adaptativa, no qual a consciência e os demais processos mentais operam como instrumentos a serviço da adaptação do organismo às exigências do meio;
Consciência dinâmica: a consciência não é uma estrutura estática; seu funcionamento pode ser compreendido por meio da dinâmica figura-fundo, na qual elementos do campo experiencial emergem à consciência ou permanecem no fundo perceptual;
Consciência-afeto-presente: a compreensão psicológica fundamenta-se prioritariamente na experiência consciente e afetiva tal como ela se organiza no presente vivido. Os processos psicológicos relevantes não são concebidos como conteúdos latentes acessíveis apenas por reconstruções retrospectivas, mas como dinâmicas que se manifestam no campo atual da experiência. Afetos são entendidos como dados psicológicos imediatos, acessíveis à consciência e passíveis de elaboração no aqui-e-agora da relação;
Pessoa como agente autodeterminado: o sujeito é considerado capaz de organizar suas experiências e agir intencionalmente. Em contraste com modelos deterministas centrados em impulsos inconscientes ou em forças externas.

FONTE: Elaboração própria.

### TABELA 3 – EXEMPLARES

Gravações áudio e filmagem de sessões como prática formativa e investigativa: (p. 24);
Transcrição sistemática de atendimentos: (p. 24);
Foco clínico nos sentimentos e na situação imediata: (p. 24);
Tendência formativa: vida inorgânica (cristais) e orgânica (bebê) (p. 31);
Tendência à realização: palmeira-marinha e batatas (p. 31);
Valorização da experiência orgânica: O bebê (...) reflexiva disso (p. 34);
Negação da experiência orgânica: (p. 35);

Experiência organísmica simbolizada: a pressão do assento (p. 35-36);
Simbolização acurada/ignorada/distorcida: (p. 35-36);
Proteção do Eu: Assim, uma mulher (...) entrada (p. 36);
Experiência reflexiva (cliente): (...) trazer-me de volta (...) aquilo significava para mim (p. 41);
Experiência reflexiva (terapeuta): eu me tornarei (...) mais significativo (p. 41);
Desenvolvimento pessoal do terapeuta: (...) ainda que uma pessoa (...) estilo pessoal (p. 39);
Sinceridade: A congruência (...) coerência interna (p. 41);
Reconhecimento e comunicação adequada da experiência interna do terapeuta: Isso não implica (...) cliente (p. 44);
Congruência: Nessa lógica (...) cliente (p. 43);
Consideração positiva incondicional: (p. 45);
Internalização da aceitação: ao encontrar alguém (...) com aceitação (p. 49);
Apreciação externa gerando apreço interno: ao perceber que (...) si próprio (p. 49);
Aproximação empática: Num grupo de encontro (...) desde menino (p. 46);
“Como se” controlado: (p. 47);
Reiteração: breve e simples (...) a continuidade da narrativa (p. 51);
Reiteração: 1) C: Ah! Eu bebo (...) T: Tudo aquilo... (p. 51);
Reiteração: 2) C: ...tá demorando um pouco (...) faço e fico (p. 51-52);
Reflexo de sentimento: 1) C: Antes eu estava (...) eu tenho (p. 52);
Reflexo de sentimento: 2) C: Eu não fiz nada (...) reações dele (p. 52);
Elucidação: C: Ele é um tipo (...) É isto? (p. 53);

FONTE: Elaboração própria.

#### TABELA 4 – GENERALIZAÇÕES SIMBÓLICAS AC

A probabilidade de emissão do comportamento varia em função das conseqüências associadas à sua história de emissão; uma vez estabelecida a relação funcional entre resposta e conseqüência, o ambiente passa a controlar a probabilidade de emissão da resposta: se uma resposta R é seguida por conseqüente reforçador contingente, a probabilidade futura de R aumenta;
Se um organismo emite uma resposta que opera sobre o ambiente, produzindo modificações, e essas modificações alteram as contingências de reforçamento associadas à resposta, então a probabilidade futura de emissão dessa resposta será modificada (comportamento operante);
Quando um padrão de comportamento passa a integrar o patrimônio comportamental de uma espécie em ambientes relativamente estáveis, ele tende a funcionar adequadamente apenas sob condições semelhantes àquelas em que foi selecionado;
Se não há variação (emissão prévia de respostas/alternativas), então não há o que selecionar; quando variações ocorrem, então conseqüências podem selecionar diferencialmente algumas delas;
A taxa de respostas é uma variável contínua que varia ordenadamente em função das contingências de reforço; sua análise temporal revela propriedades dinâmicas do comportamento e permite prever a probabilidade de ocorrência de classes de respostas semelhantes;
Estímulos presentes durante o reforçamento tendem a adquirir função discriminativa, passando a exercer controle sobre o comportamento e a aumentar a probabilidade de emissão da resposta em sua presença; repertórios distintos são ativados conforme estímulos discriminativos e contextos;
Um evento é considerado reforçador por sua função (aumentar a probabilidade futura de respostas semelhantes), não por qualidades subjetivas; tanto a apresentação (reforço positivo) quanto a remoção (reforço negativo) podem aumentar a probabilidade de respostas futuras. Se uma resposta previamente reforçada deixa de ser seguida pelo reforço, então sua frequência diminui progressivamente (extinção);
Padrões comportamentais variam conforme o tipo (razão vs. intervalo) e a forma (fixo vs variável) do esquema de reforçamento empregado;
Produção e refinamento de repertórios ocorrem por contingências diferenciais de reforço (modelagem), de modo que variações nessas contingências tendem a modificar sistematicamente a topografia do comportamento;

Auto-observação e autoconhecimento variam conforme as contingências sociais de discriminação e reforçamento providas pela comunidade verbal; contingências mais consistentes tendem a produzir descrições privadas mais precisas;
Práticas de controle social tendem a gerar subprodutos comportamentais e emocionais; a punição, em particular, frequentemente torna aversivos estímulos/contextos associados e pode levar à substituição do comportamento por esquiva ou fuga;
Ao organizar contingências ambientais, um agente (outro ou o próprio indivíduo) tende a alterar a probabilidade de emissão de respostas;
Condições de audiência não punitiva, caracterizadas pela ausência de crítica, objeções ou apontamento de erros, associadas à atenção e ao interesse do terapeuta, tendem a aumentar a probabilidade de emergência de respostas previamente reprimidas no repertório do indivíduo, acelerando a redução ou atenuação dos efeitos aversivos associados a tais respostas. Nessas condições, os estímulos automaticamente produzidos pelo próprio comportamento tornam-se progressivamente menos aversivos e menos propensos a evocar reações emocionais aversivas socialmente moduladas, como sentimentos de estar errado, culpa ou pecado;
Se organismos A e B compartilham mecanismos evolutivos e processos de seleção comparáveis, então as diferenças observadas em seus repertórios comportamentais manifestar-se-ão predominantemente por grau e complexidade, e não por diferença de natureza, de modo que as mesmas leis comportamentais básicas podem ser aplicadas a ambos;
Um estímulo inicialmente neutro, quando emparelhado repetidamente com um estímulo incondicionado que elicia uma resposta reflexa, passa a eliciar essa resposta na ausência do estímulo incondicionado, tornando-se um estímulo condicionado.

TABELA 5 – MODELOS AC

Selecionista: o comportamento é concebido como produto de um processo histórico de seleção (ontogênese, filogênese e cultura), no qual variação e seleção modelam o repertório comportamental, sendo sua explicação fundada na história de interações com o ambiente, na qual respostas são diferencialmente mantidas ou eliminadas em função de suas consequências;
Comportamento operante/organismo ativo: o comportamento operante é concebido como ação que opera sobre o ambiente, produzindo consequências que alteram a probabilidade futura de sua ocorrência. Diferentemente do condicionamento respondente, o operante não corresponde a uma resposta isolada, mas a uma classe funcional de respostas, definida pela contingência que a mantém, de modo que as respostas com topografias distintas podem pertencer ao mesmo operante se produzem consequências funcionalmente equivalentes, enquanto respostas topograficamente idênticas podem integrar operantes distintos conforme as contingências às quais estão associadas. Essa concepção do comportamento como operante estrutura, conseqüentemente, a imagem do organismo como um sistema ativo, cujas respostas incidem sobre o ambiente e produzem consequências; o organismo é, assim, um conjunto funcional de repertórios moldados pela história de contingências, portador de um repertório amplo e variável de comportamentos;
Delineamento experimental de sujeito único: o comportamento é apreendido por meio da observação contínua das variações da resposta de um organismo individual ao longo do tempo. Esse delineamento permite a visualização direta das relações funcionais entre comportamento e condições ambientais, dispensando a inferência estatística e evidenciando propriedades do comportamento que tendem a permanecer ocultas quando se recorre à análise por médias de grandes grupos;
Taxa de resposta: a investigação deve concentrar-se nas variações da resposta, medidas por sua força ou taxa (frequência), e não apenas nos estímulos. A taxa de respostas constitui uma variável contínua que varia sistematicamente em função das contingências de reforçamento, podendo ser acompanhada diretamente ao longo do tempo por meio de registros cumulativos;
Behaviorista radical/eventos públicos e privados: o comportamento é concebido como o dado primário da investigação científica. Eventos privados são admitidos como parte do campo comportamental, mas não como entidades mentais explicativas ou não verificáveis; devem ser tratados como comportamentos sujeitos a contingências, ainda que com acesso observacional restrito. Eles não pertencem a um mundo distinto, mas consistem em eventos do mesmo tipo que os públicos, diferenciando-se apenas pelo grau de acessibilidade à observação. Estados internos meramente inferidos, sem dimensões observáveis e operacionalizáveis, não podem exercer função explanatória legítima, uma vez que eventos privados não são causas autônomas do comportamento, mas acompanham contingências ambientais;

<p>Análise funcional: o comportamento é concebido como resultado de uma relação funcional contínua entre organismo e ambiente, e não como uma cadeia interna de estímulos e respostas mediadas por mecanismos fisiológicos ou mentais. A explicação científica consiste na descrição sistemática das relações funcionais entre variáveis independentes e dependentes, substituindo explicações mecanicistas de causa e efeito no sentido clássico por descrições funcionais que permitem previsão e controle do comportamento;</p>
<p>Estímulo discriminativo: o comportamento é concebido como organizado por condições discriminativas contextuais, nas quais estímulos do ambiente sinalizam contingências de reforço e ativam repertórios específicos conforme o contexto. O sujeito pode construir condições discriminativas que antecipam reforço e organizam sequências de respostas úteis;</p>
<p>Reforço positivo/negativo e extinção: o comportamento é fortalecido por consequências que aumentam a probabilidade futura de sua ocorrência, seja pela apresentação de um estímulo (reforço positivo), seja pela remoção de um estímulo (reforço negativo), sendo o critério definidor do reforço seu efeito funcional sobre a taxa de respostas, e não o valor subjetivo da consequência. O reforço mantém ligação funcional com processos de saciação/valor de sobrevivência, podendo conservar sua função mesmo quando não satisfaz uma necessidade imediata; reforçadores primários relacionam-se a mecanismos biológicos, enquanto reforçadores condicionados derivam de emparelhamentos históricos. Quando uma resposta previamente reforçada deixa de ser seguida por suas consequências, sua probabilidade tende a diminuir progressivamente (extinção);</p>
<p>Programas de reforço: esquemas de reforço constituem arranjos temporais e quantitativos das contingências que organizam a distribuição do comportamento ao longo do tempo, produzindo padrões sistemáticos e previsíveis de resposta. Os programas de reforço classificam-se em esquemas de intervalos, razões e múltiplos, podendo ser fixo ou variável, nos quais a relação entre a emissão da resposta e a disponibilidade do reforço define a dinâmica do comportamento;</p>
<p>Modelagem: o comportamento complexo é concebido como produto de um processo histórico gradual, no qual variações sucessivas da resposta são diferencialmente reforçadas, aproximando-se progressivamente da forma funcional final. A modelagem expressa um modelo dinâmico de construção do repertório comportamental, segundo o qual novos comportamentos não emergem espontaneamente nem por ativação de estruturas internas prévias, mas são produzidos pela seleção contínua de respostas em interação com contingências ambientais;</p>
<p>Agências de controle e seus subprodutos: o controle social é exercido por diferentes agências que se distinguem por seus fins, técnicas e efeitos. A atuação dessas agências sobre o comportamento gera, de modo sistemático, um conjunto previsível de subprodutos comportamentais, tais como fuga, revolta, ansiedade, depressão e vícios, os quais não constituem desvios acidentais, mas efeitos colaterais inerentes às práticas de controle exercidas sobre os indivíduos;</p>
<p>Psicoterapia como agência de controle: a psicoterapia tem como campo de interesse o tratamento dos subprodutos do controle, isto é, dos efeitos punitivos indesejáveis produzidos por práticas sociais, podendo transformar as técnicas de controle já estabelecidas. Sua principal atuação dirige-se à reversão das mudanças comportamentais produzidas pela punição – seja pela apresentação de estímulos aversivos, seja pela retirada de reforçadores positivos – que reduzem a probabilidade de ocorrência de determinados comportamentos;</p>
<p>Terapeuta como engenheiro de contingências: o terapeuta é concebido como um agente que modifica as condições ambientais para reorganizar o comportamento. A intervenção terapêutica modifica as contingências para ampliar a capacidade do paciente de discriminar e compreender as variáveis que o controlam. Nessa perspectiva, a função do terapeuta não é oferecer respostas prontas, mas organizar as condições sob as quais o paciente possa descobri-las. Além disso, a intervenção terapêutica pode envolver a introdução de variáveis controladoras adicionais, seja para construir novos repertórios, seja para aumentar a probabilidade de respostas já existentes;</p>
<p>Terapeuta como observador privilegiado: embora o indivíduo possua uma aparente intimidade com sua própria história pessoal, essa proximidade não garante a discriminação das contingências que organizaram seu comportamento. O terapeuta, ao ocupar uma posição externa à história do paciente, pode, em certas circunstâncias, compreender melhor as causas do comportamento, identificando relações funcionais que permanecem inacessíveis à auto-observação do próprio sujeito. Essa posição permite ao terapeuta “ver o que está errado” e salientar relações causais das quais o paciente ainda não havia tomado consciência. Na medida em que conhece cada vez mais seu paciente, poderá sugerir esquemas que afetem a saciação ou privação do paciente, esquemas que dispõem da apresentação de estímulos que podem levar a extinção ou condicionamento de reflexos emocionais, podendo também eliminar situações estimuladoras que apresentam consequências desastrosas;</p>
<p>Terapeuta como fonte de reforço: o terapeuta assume o papel de fonte contingencial de reforço cuja autoridade e eficácia se ampliam mediante sucessos reforçadores ao longo do processo terapêutico;</p>

Audiência não punitiva, atenção e interesse: constitui um arranjo terapêutico no qual a suspensão sistemática de contingências punitivas – como crítica, objeções ou apontamento de erros – reorganiza as condições sob as quais o comportamento do cliente ocorre. Nesse contexto, a audiência não punitiva juntamente com a atenção e o interesse do terapeuta funciona como condição ambiental que permite a reemergência de respostas previamente suprimidas, tornando progressivamente menos aversivos os estímulos gerados pelo próprio comportamento do paciente e reduzindo a probabilidade de reações emocionais aversivas;
Autoconhecimento como produto social: o autoconhecimento é concebido como um produto das contingências da comunidade verbal, na medida em que configurações sociais e práticas discursivas moldam a capacidade de discriminar, nomear, relatar eventos – inclusive privados – e controlar o próprio comportamento;
Controle interpessoal e autocontrole: o autocontrole é concebido como funcionalmente equivalente ao controle exercido sobre outra pessoa. Em ambos os casos, o comportamento é modificado por meio da manipulação de variáveis ambientais das quais ele é função. No autocontrole, o indivíduo assume simultaneamente o papel de agente controlador e de organismo controlado, não sendo necessário postular instâncias mentais internas ou um “eu” autônomo como causa do comportamento – o “eu” não é uma entidade causal independente, é um artifício descritivo que representa um sistema funcionalmente unificado de respostas, explicável pela história de contingências. Nessa perspectiva, as diversas técnicas de controle – como restrição física, mudança de estímulos, privação ou saciação, manipulação emocional, etc. – não constituem mecanismos distintos, mas variações funcionais de um mesmo princípio de controle comportamental;
Ciência do comportamento naturalista: o comportamento é concebido como um fenômeno natural, cuja inteligibilidade científica decorre de sua análise por práticas experimentais análogas às das ciências naturais. A ciência do comportamento organiza-se, assim, independentemente de fundamentos filosóficos prévios, tomando o próprio comportamento como objeto natural passível de descrição, previsão e controle por meios empíricos;
Psicologia animal/comparativa: o ser humano é compreendido como parte do continuum natural das espécies, sujeito às mesmas regularidades seletivas e contingenciais que regem o comportamento animal.

FONTE: Elaboração própria.

TABELA 6 – EXEMPLARES AC

Condicionamento operante com aumento da taxa de resposta: “(...) um animal (...) da resposta aumenta” (p. 64).
Delineamento experimental de sujeito único: (p. 65);
Condicionamento operante: Enquanto o cão de Pavlov (...) para de aumentar (p. 72).
Contingência de reforço (pombo): (p. 72-73);
Distinção entre topografia x operante: Permitir que a água (...) a lavar as mãos (p. 73);
Discriminação: Um indivíduo (...) cor do fruto (p. 73);
Construção de condições discriminativas: Imagine que (...) achar a mala? (p. 73);
Reforçador positivo: por exemplo, um copo de água (...) ocasiões futuras (p. 76);
Reforçador negativo: (...) ao tirar um sapato (...) semelhantes (p. 73);
Respostas à extinção: um pombo privado (...) comportamentos semelhantes (p. 75);
Esquemas de intervalo: (p. 77-78);
Reforço por aproximações: O rato era (...) e assim por diante (p. 81); ao chamar (...) ajustar o volume da fala (p. 82);
Encadeamento com três elos/eventos privados: (p. 83);
Comunidade Verbal e Eventos Privados: (p. 84-85);
Controle interpessoal: Para explicitar (...) interpessoal (p. 87); (...) o controle sobre (...) controle interpessoal (p. 88);
Audiência não punitiva: (p. 88-89);
Terapeuta que “vê o que está errado”: (p. 89);
Múltiplos repertórios em contextos distintos: Assim, uma pessoa (...) diferentes (p. 90-91);
Contradição entre o comportamento verbal e fisiológico ou emocional: Dizer-se (...) ocorre (p. 91);
Técnicas de Autocontrole: (p. 92);
Princípio da variação prévia na seleção: (...) um animal precisa (...) pré-existentes (p. 79);
Reflexo condicionado: Em seus experimentos (...) estímulo incondicionado (p. 56).

FONTE: Elaboração própria.